

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS URBANAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

# A Região Demarcada do Douro: Algumas Reflexões para um Desenvolvimento Rural Multifacetado e Sustentável

Diogo Miguel Silva Pinto

**M**

2020



**Diogo Miguel Silva Pinto**

**A Região Demarcada do Douro: Algumas Reflexões  
para um Desenvolvimento Rural Multifacetado e  
Sustentável**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território,  
orientada pela Professora Doutora Helena Pina e pelo Professor Doutor Jorge Queiroz.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Outubro de 2020

Diogo Miguel Silva Pinto

## A Região Demarcada do Douro: Algumas Reflexões para um Desenvolvimento Rural Multifacetado e Sustentável

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pela Professora Doutora Helena Pina e pelo Professor Doutor Jorge Queiroz

### Membros do Júri

Professora Doutora Helena Pina

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*À família*

*“O Doiro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir.*

*Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso de natureza.”*

*Miguel Torga*

## ÍNDICE

Declaração de honra .....	7
Agradecimentos .....	8
Resumo .....	9
Abstract.....	10
Índice de Figuras .....	11
Índice de Tabelas .....	12
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	13
Introdução.....	14
Apresentação e justificação do tema .....	16
Objetivos, Metodologia e Estrutura do trabalho.....	18
Capítulo 1: Enquadramento Conceptual.....	22
1.1.Território e Espaço.....	22
1.2.A Região .....	26
1.3.O Espaço Rural, Nova Ruralidade e Neo Rurais .....	29
1.4.Paisagem e Paisagem Rural .....	38
1.5. Desenvolvimento (Territorial, Regional, Local e Sustentável) .....	42
A) Territorial .....	42
B) Regional .....	44
C) Endógeno ou Local.....	46
D) Sustentável .....	47
E) Rural .....	48
F) Coesão Territorial e Competitividade Territorial .....	49
Capítulo 2: O Turismo, um motor do desenvolvimento a diferentes escalas .....	51
2.1. Breve enquadramento histórico e conceptual .....	51
2.2.Turismo e o Turismo em Espaço Rural: Um impulsionador/revitalizador territorial .....	55
2.3.Impactes do Turismo, particularmente em espaços rurais .....	61
2.4. Sazonalidade Turística.....	63
2.5. O turismo e o desenvolvimento estratégico .....	64
Capítulo 3: A Região Demarcada do Douro, um património distintivo.....	71
3.1. A Paisagem Duriense.....	71
3.2. Breves notas de Enquadramento Histórico .....	72
3.3. Enquadramento Geográfico .....	76
3.4.O quadro de Acessibilidades Regional, elemento chave no Desenvolvimento ...	80
3.5. A Perspetiva Demográfica, um cenário preocupante.....	84

3.6. O setor turístico na Região Demarcada do Douro .....	86
3.6.1 O Enoturismo no Douro .....	88
3.7. Valorização dos Produtos Locais.....	89
3.8. A Importância do Planeamento e do desenvolvimento regional .....	90
Capítulo 4: A Região Demarcada do Douro: a perspetiva de diversos atores.....	91
4.1. Análise dos Dados dos Turistas na Região Demarcada do Douro.....	91
4.2. A importância do património arquitetónico, cultural e religioso na afirmação do turismo duriense.....	95
4.3. A perspetiva dos Técnicos do Posto de Turismo e o Desenvolvimento.....	97
4.4. A perspetiva das Unidades Hoteleiras / Museus / Igrejas da Região Demarcada do Douro .....	102
4.5. A perspetiva dos Turistas/Visitantes da Região Demarcada do Douro .....	106
4.6. A perspetiva dos Presidentes de Câmara da Região Demarcada do Douro.....	122
Recomendações/Sugestões .....	134
Conclusão .....	149
Referências Bibliográficas.....	152
ANEXOS.....	160

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é da minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 19 de outubro de 2020

Diogo Miguel da Silva Pinto

## **Agradecimentos**

Talvez este seja o mais difícil ponto a escrever ao longo deste trabalho. São tantas as pessoas que contribuíram de forma construtiva e positiva para a realização da presente dissertação. Não querendo enumerar nomes para não cair no inglório erro de me esquecer de alguém. Aqui fica o meu profundo e sincero agradecimento a todos.

Mas não poderia deixar de referir o meu profundo agradecimento aos meus orientadores, a Dra. Helena Pina da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, referência incontornável na Geografia Rural Portuguesa e ao Dr. Jorge Queiroz da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, também uma ilustre referência nos estudos da Viticultura e da Enologia. Pelo excelente acompanhamento, partilha de saberes e aprendizagens, o meu muitíssimo obrigado.

Aos vinte e um municípios da Região Demarcada do Douro nas pessoas dos seus presidentes e/ou Vereadores do Turismo. À Direção Regional de Cultura do Norte, ao Museu do Douro, ao Museu do Côa, à Adega de Sabrosa, a todos(as) os(as) técnicos(as) dos Postos de Turismo da Região Demarcada do Douro, aos agentes privados da Região, desde hotéis, turismo rurais, alojamentos locais, etc. pela abertura e cooperação com especial destaque à Sandeman e à Casa dos Varais. Aos(s) técnicos(as) de Turismo dos Municípios pela colaboração, cooperação e paciência. Ao Museu do Ferro de Torre de Moncorvo. Um agradecimento estendido às demais instituições.

A todos, sem exceção, a minha gratidão.

## Resumo

Nos últimos anos Portugal tem vivido um autêntico “boom” na entrada de visitantes estrangeiros no país. Não é só nas cidades que se registam fortes dilatações no número de visitantes, mas, de certa forma, todo o território nacional tem beneficiado deste forte acréscimo. O desenvolvimento rural assenta em várias vertentes, uma dessas vertentes é o setor turístico, essencial na criação de emprego, fixação populacional, formação profissional e na recuperação económica das regiões.

Na Região Demarcada do Douro (RDD), o número de turistas também registou um considerável aumento nos últimos anos, mas continua a persistir uma forte sazonalidade nesta região, já que esta continua a não atrair um elevado número de turistas entre os meses de novembro e abril, o que terá consequências no seu desenvolvimento. Excetuam-se períodos específicos como o Natal e o Ano Novo. Urge, pois, perceber de que forma este fenómeno poderá ser minimizado a fim de se potenciar ainda mais o desenvolvimento regional e local, tendo como suporte a vertente do turismo mas também outros parâmetros, numa visão multifacetada e perspetivando o dinamismo regional, a sustentabilidade da região duriense. É de facto, muito importante conhecer os impactes reais da sazonalidade no desenvolvimento da região e identificar os principais fundamentos da sua existência, mas também os reflexos de outras componentes da paisagem que incluem desde os económicos aos sociais e culturais, mas, sobretudo, identificar estratégias para a mitigação dos problemas existentes.

O que poderá ganhar a RDD com a implementação de estratégias de desenvolvimento rural multifacetadas, embora dando relevância ao turismo ou ainda às acessibilidades? Haverá espaço para a região crescer? É possível diminuir a perda populacional criando emprego e emprego qualificado? São necessários apoios para o empreendedorismo? Certamente que se poderá amenizar muitos dos problemas regionais, e para provar tal afirmação, este trabalho foi desenvolvido de uma forma muito próxima dos agentes locais, recolhendo importantes contributos dos principais atores económicos, sociais e culturais da região, que abrangem os Presidentes de Câmara de todos os municípios da RDD, turistas, técnicos, empresários e agentes distintos, mas complementares que constituem uma importante fonte de informação, já que possuem o conhecimento da realidade local e regional do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável fornecendo um imprescindível e importante contributo.

**Palavras-chave:** Região Demarcada do Douro, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural, Áreas Rurais, Coesão Territorial, Turismo, Sazonalidade Turística.

## **Abstract**

In recent years Portugal has experienced an authentic “boom” in the entry of foreign visitors to the country. It is not only in cities that there are strong increases in the number of visitors, but, in a way, the entire national territory has benefited from this strong increase. Rural development is based on several aspects, one of which is the tourism sector, which is essential for job creation, population fixation, professional training and the economic recovery of the Region.

In the Douro Demarcated Region (DDR), the number of tourists has also increased considerably in recent years, but a strong seasonality persists in this region, as it still does not attract a high number of tourists between the months of November and April, which will have consequences for its development. Specific periods like Christmas and New Year are the exceptions. Therefore, it is urgent to understand how this phenomenon can be minimized in order to further enhance regional and local development, taking into account the tourism aspect but also other parameters, in a multifaceted view and with a view to regional dynamism, the sustainability of the Douro region. It is indeed very important to know the real impacts of seasonality on the development of the region and to identify the main foundations of its existence, but also the reflections of other components of the landscape, ranging from economic to social and cultural, but, above all, to identify strategies to mitigate existing problems.

What can DDR gain by implementing multifaceted rural development strategies, while giving relevance to tourism or accessibility? Will there be room for the region to grow? Is it possible to reduce population loss by creating employment and qualified employment? Does entrepreneurship need supports? Certainly it will be possible to mitigate many of the regional problems, and to prove this statement, this work was developed closely with the local agents, gathering important contributions from the main economic, social and cultural agents in the region, which include the Mayors from all the municipalities in the DDR, but also tourists, technicians and businessmen. All of them are distinct, but complementary agents that constitute an important source of information, since they have knowledge of the local and regional reality from the point of view of their sustainable development, providing an essential and important contribution.

**Key-words:** Douro Demarcated Region, Regional Development, Rural Development, Territorial Cohesion, Tourist Seasonality.

## Índice de Figuras

▪ Figura 1 .....	Página 160
▪ Figura 2 .....	Página 76
▪ Figura 3 .....	Página 161
▪ Figura 4 .....	Página 162
▪ Figura 5 .....	Página 162
▪ Figura 6 .....	Página 163
▪ Figura 7 .....	Página 163
▪ Figura 8 .....	Página 164
▪ Figura 9 .....	Página 164
▪ Figura 10 .....	Página 165
▪ Figura 11 .....	Página 84
▪ Figura 12 .....	Página 165
▪ Figura 13 .....	Página 166
▪ Figura 14 .....	Página 166
▪ Figura 15 .....	Página 167
▪ Figura 16 .....	Página 167
▪ Figura 17 .....	Página 92
▪ Figura 18 .....	Página 94
▪ Figura 19 .....	Página 183
▪ Figura 20 .....	Página 184
▪ Figura 21 .....	Página 184
▪ Figura 22 .....	Página 184
▪ Figura 23 .....	Página 185
▪ Figura 24 .....	Página 185
▪ Figura 25 .....	Página 185
▪ Figura 26 .....	Página 186
▪ Figura 27 .....	Página 186
▪ Figura 28 .....	Página 187
▪ Figura 29 .....	Página 187
▪ Figura 30 .....	Página 187
▪ Figura 31 .....	Página 188
▪ Figura 32 .....	Página 188
▪ Figura 33 .....	Página 188
▪ Figura 34 .....	Página 189

- Figura 35 ..... Página 189
- Figura 36 ..... Página 189

## Índice de Tabelas

- Tabela 1 ..... Página 160
- Tabela 2 ..... Página 161
- Tabela 3 ..... Página 161
- Tabela 4 ..... Página 162
- Tabela 5 ..... Página 102
- Tabela 6 ..... Página 180
- Tabela 7 ..... Página 181
- Tabela 8 ..... Página 182
- Tabela 9 ..... Página 182
- Tabela 10 ..... Página 105
- Tabela 11 ..... Página 116?

## **Lista de Abrevituras e Siglas**

- **AML** – Área Metropolitana de Lisboa
- **AMP** - Área Metropolitana do Porto
- **CIM** – Comunidade Intermunicipal
- **EN** – Estrada Nacional
- **IC** – Itinerário Complementar
- **I&D** – Inovação e Desenvolvimento
- **INE** – Instituto Nacional de Estatística
- **IP** – Itinerário Principal
- **ISDR** – Índice Sintético do Desenvolvimento Regional
- **LAV** – Linha de Alta Velocidade
- **MNF** – Museu Nacional Ferroviário
- **NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- **OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- **RDD** - Região Demarcada do Douro
- **RIS3** - Research and Innovation Strategy for smart Specialization
- **TP** – Turismo de Portugal
- **TPNP** – Turismo do Porto e Norte de Portugal
- **UNESCO** - The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- **VAB** – Valor Acrescentado Bruto

## Introdução

A presente investigação surge no âmbito da minha atração pelos territórios rurais, sobretudo os espaços rurais de baixa densidade, com frequência subvalorizados no seio da Geografia e das ciências da terra. O gosto por estas matérias foi aprofundado ao longo da frequência da licenciatura em Geografia com unidades curriculares como Geografia Rural, Dinâmicas Rurais na União Europeia e Problemáticas do Espaço Europeu, e, posteriormente, no Mestrado de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, com a Unidade Curricular de Leitura da Paisagem. Todavia, o ponto de partida para esta dissertação foi um relatório concretizado na licenciatura intitulado “*A Linha do Douro: A Viabilidade da reabertura do troço entre Pocinho e Barca d’Alva*”. Nele, era já claro também a minha opção pela Região do Douro unidade territorial a merecer um estudo mais aprofundado.

Era necessário, porém escolher o tema do trabalho. Inicialmente pensara aprofundar as questões associadas à problemática dos transportes na Região, nomeadamente das infraestruturas ferroviárias, mas, depois de algumas reflexões, optou-se por privilegiar o desenvolvimento rural no espaço duriense (devidamente enquadrado no desenvolvimento local e regional), mas especificando-se designadamente a vertente do turismo e acessibilidades, numa ótica multifacetada e perspetivando um desenvolvimento sustentável. Sendo o Douro uma região com reconhecida sazonalidade turística, optou-se por direcionar este trabalho também nessa direção. Subsistia a questão de escala de análise. Seria no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM DOURO) ou optar-se-ia pelo Alto Douro Vinhateiro, ou ainda pela Região Demarcada do Douro (RDD) na sua globalidade? Optou-se, pela Região Demarcada, porque primeiramente não ficamos restritos ao espaço classificado como património da humanidade, enquanto a análise regional da CIM DOURO (NUTIII) abrangeria distintas realidades territoriais que ultrapassariam e complicavam o âmbito deste trabalho. Contudo, não esqueçamos que os fenómenos naturais e humanos não se restringem a escalas e fronteiras específicas, como se perceberá ao longo deste trabalho.

A região Duriense atrai todos os anos milhares de turistas aliciados pela beleza das paisagens trabalhadas em socacos pelo homem e serpenteadas pelo rio que outrora fora indomável e que hoje se deixa navegar pelos cruzeiros, sempre esgotados, dada a procura para visitar este “excesso de Natureza” nas palavras de Miguel Torga, classificado parcialmente como Património Mundial da Humanidade pela The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em 2001. Centro de recentes questões mediáticas, como a reabertura da Linha do Douro ao tráfego

internacional, mas também pelos destaques estrangeiros decorrentes da distinção da Forbes, ou da *Travel+Leisure*, que colocam a Região Duriense entre os melhores destinos do mundo para 2020.

Por outro lado, os recentes esforços da Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP) em criar parcerias indutoras de uma rota enoturística da Região Demarcada do Douro, em parceria com Castela e Leão e com o “*Discover Duero*”, corresponde a um projeto internacional que pretende potenciar o turismo sustentável, reunindo a RDD com Castela e Leão. Acrescem os recentes prémios atribuídos a projetos de âmbito turístico que se localizam na região como a Quinta da Pacheca que venceu o “Best of Wine Tourism 2020” ou o projeto “*The Presidential*” que ganhou o “*Best Event Awards*”, importantes meios de internacionalização. Assim se comprova o grande potencial regional e turístico, visível a nível nacional e internacional.

Quando citámos “*The Presidential*”, é essencial referir a linha do Douro, pois esta infraestrutura assume-se como uma linha excecional onde se concentram algumas das principais ofertas, designadamente em termos turísticos, da operadora Comboios de Portugal. Destaque-se o “Comboio Histórico do Douro”, a “Rota das Amendoeiras”, o “Comboio Miradouro<sup>1</sup>”, o “Comboio das Vindimas – Festa das Vindimas” e, mais recentemente, o “Comboio Presidencial”, uma parceria entre empresas privadas e o Museu Nacional Ferroviário (MNF). Assim, enquanto a procura turística aumenta na região, também o caminho de ferro é favorecido e o dinamismo local e regional, embora persista um imenso potencial para explorar. Nesta conjugação perfeita e com o incremento de estratégias assertivas e na criação de projetos âncora, é possível favorecer o desenvolvimento sustentável, envolvendo todos os atores sociais, cativando juventude, gerando empregos qualificados e devidamente remunerados, atraindo pessoas que elegem viver e trabalhar na quietude da região fugindo à vida apressada e emaranhada das cidades. É dotando a região de infraestruturas necessárias à captação de núcleos industriais, devidamente planeados e em localizações robustas numa perspetiva de escala europeia e atlântica e apostando nas infraestruturas digitais e noutras que, mais do que nunca, desenvolvemos o espaço duriense e nos abeiramos e conectamos com um mundo globalizado.

A atratividade da região, sobretudo quando realçamos as suas especificidades distintivas, é inegável. Todavia, na região observam-se fragmentações diversas e

---

<sup>1</sup> Atualmente toda a oferta InterRegional entre Porto e Pocinho, circulações habituais compostas por locomotivas CP1400 e Carruagens Históricas Shindler, adotou o nome Miradouro.

tendências bem diferentes que colocam grandes desafios aos agentes associados ao seu desenvolvimento, como se constata ao longo deste trabalho.

Outro ponto de grande relevo que irá ser abordado são as diferentes dinâmicas intrarregionais, demonstrando que estas não são uniformes e homogêneas, fundamentando esta afirmação múltiplos fatores, dada a diversidade de agentes e estratégias a conjugar para se atingir um efetivo desenvolvimento multifacetado e sustentável.

## **Apresentação e justificação do tema**

Sendo a Região Demarcada do Douro um território com graves problemas de coesão e convergência e com alguns indicadores muito preocupantes quer ao nível populacional quer económico, é ao mesmo tempo um espaço turístico de renome internacional. Surgiu a ideia de explorar sobretudo a vertente do turismo mas enquadrada no desenvolvimento regional multifacetado e sustentável, única forma da região obter ganhos consideráveis para as pessoas, para as empresas e para o país. As dinâmicas de desenvolvimento e de modo particular a turística no país é hoje muito elevada. Destacam-se, no entanto, Lisboa, Porto e Algarve, os principais polos de atração de turistas estrangeiros, centralidades onde efetivamente despontam também fortes potencialidades, mas que não devem facilitar a desvalorização das restantes regiões e dos espaços rurais, patrimónios inigualáveis como é a RDD.

Embora na Região Duriense o fenómeno turístico já tenha raízes que recuam no tempo, foi sobretudo a partir da década de oitenta, do século passado, que se intensificou esta atividade, sobremaneira depois da classificação parcial da região como Património da Humanidade pela UNESCO, em dezembro de 2001. Qual o impacto da sazonalidade turística no seu desenvolvimento e como a dinamizar este espaço? Que fator de importância possui o turismo rural ou as acessibilidades, entre outros aspetos, para as áreas como a RDD? Por outro lado, tendo em consideração os recursos endógenos distintivos, eles estarão de facto a ser aproveitados e numa perspetiva multifuncional e sustentável? Qual a perspetiva dos turistas e dos outros intervenientes regionais? O turismo e as acessibilidades ampliam a coesão e o desenvolvimento territorial? O setor poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento regional? Há futuro sustentável para o turismo em ambiente rural e de baixa densidade?

Muitas outras questões se podem colocar, nomeadamente as de âmbito social e cultural, mas as respostas variam de acordo com os atores, os agentes abordados,

múltiplos e bem distintos, mas complementares. Assim questionamos o turista no sentido de obter a sua perspetiva, mas também os agentes locais e regionais, independentemente de serem públicos ou privados, pois é da complementaridade, da conjugação de estratégias, que a preservação e o desenvolvimento sustentável surgirão. Neste contexto, abordamos os municípios, os técnicos responsáveis pelo setor turístico, para além dos agentes privados, designadamente os proprietários responsáveis por projetos turísticos, ou a população residente. Assim, pretende-se conhecer a realidade duriense e as estratégias a implementar para a dinamização deste património.

A Região Demarcada é, de facto, muito apelativa, pois possui um vasto património paisagístico, enológico, social e cultural, mas também está envolta em problemas diversos de ordem económica, social, ambiental e cultural. Assim, os objetivos deste trabalho passam pela construção de estratégias tendo por base não só a perspetiva dos decisores, mas também as dos turistas e dos agentes privados, conectados, o que garantirá um maior dinamismo regional, um desenvolvimento sustentável e responsável, mitigando a sazonalidade. Há que, dinamizar sustentavelmente a região, enquanto se avança para uma coesão territorial, que mantenha e atraia população, criando oportunidades.

Região muito diferenciada, seja a nível económico, social ou mesmo ambiental, possui um conjunto de características “*que passa[m] pelo vinho, pelo rio Douro, pela paisagem singular existente, pela natureza, pela segurança, tranquilidade e bem-estar e pelo património histórico e cultural*” (Sousa, Monte & Fernandes, 2014, Pp. 262). Com uma localização única, próximo da Área Metropolitana do Porto (AMP), mas também do centro da Península Ibérica, de Salamanca e de Madrid (sobretudo após a adoção dos corredores de alta velocidade (LAV2) em Espanha), há que favorecer também a coesão territorial, a integração regional, perante o aumento da procura turística: exige-se um desenvolvimento sustentável e responsável regional, aliando-se nesta dinâmica o turismo, os transportes, designadamente a linha do Douro, que atravessa transversalmente o Norte de Portugal, ligando o espaço urbano do Porto à Região Demarcada do Douro, até ao Pocinho, quando já se estendeu até à Meseta Ibérica, através das margens escarpadas do rio Águeda.

Abordamos esta problemática das acessibilidades porque a região sempre teve de enfrentar estes problemas pois “*a rede que atualmente serve a Região Demarcada do Douro apresenta-se ainda muito carenciada*” (Pina, 2005, Pp.115), afetando o potencial desenvolvimento turístico regional e o próprio desenvolvimento da região. Há que aplicar

---

<sup>2</sup> Linha de Alta Velocidade, que neste caso apresenta como característica via dupla eletrificada, projetada para velocidades máximas de 350 km/h e que se espera colocar a 3 horas de viagem Madrid de Santiago de Compostela. Fonte: ADIF.

estratégias que melhorem a via ferroviária, acessibilidade estrutural pois “o posicionamento geográfico da linha do Douro confere a esta infraestrutura um interesse estratégico, na medida em que permite a ligação transversal mais direta desde o porto de Leixões à fronteira com Espanha (...)” (Webrails.TV, 2017). Referir ainda a aproximação da AMP e à Europa, enquanto facilitaria o acesso de milhares de turistas provenientes de Espanha e o transporte de mercadorias. Tal cenário só será possível depois da reabertura internacional desta linha de caminho de ferro, “espinha dorsal” do desenvolvimento da região duriense.<sup>3</sup> Acresce a sua relevância para as populações locais, sendo vital no “desencravamento” territorial da região quando transporta os estudantes do interior para as universidades do litoral e vice-versa, por exemplo.

Ao nível rodoviário, apesar dos enormes investimentos como a conversão do IP4 em Autoestrada e a construção do Túnel do Marão, do IC5 e da reabilitação do IP2 que possibilitaram “melhores condições de segurança, que encurta consideravelmente o tempo do percurso” (Pinto, E, 2012) entre a AMP, o interior transmontano e a fronteira com Espanha. Subsistem ainda fortes impedimentos à mobilidade, um pouco por toda a região, mas com mais notoriedade no Cima Corgo e Douro Superior.

O desenvolvimento da região passa, igualmente, pela sua atratividade turística e pela potencialização e promoção dos seus recursos endógenos, mas também pela melhoria das acessibilidades e, obviamente, pela preservação e revitalização do quadro social, cultural, histórico e etnográfico, de crucial importância, porque é distintivo. Recorde-se que os turistas procuram as tradições locais, os costumes, a gastronomia, ou seja, territórios genuínos. A RDD possui todas as condições para deixar de ser periférica, até porque possui todos os recursos para atrair ao longo do ano diferentes tipos de visitantes, mantendo assim a carga turística diluída no espetro temporal, criando empregos o que facilitará a fixação demográfica.

## **Objetivos, Metodologia e Estrutura do trabalho**

O principal objetivo deste trabalho é fazer uma análise “*bottom-up*”, privilegiando o local, ouvindo os decisores autárquicos e setoriais, as entidades privadas, as associações turísticas, mas também os próprios turistas e a população residente. Juntamente com esta abordagem é pertinente perceber o impacto da sazonalidade turística no desenvolvimento da região e como potencializar turisticamente o território de forma sustentável e integrada,

---

<sup>3</sup> Tema mediatizado e que recebeu recentemente a subscrição de 13500 assinaturas numa petição entregue na Assembleia da República pela Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e que recebeu apoio da TPNP, da Associação Comercial do Porto e do Eixo Atlântico.

sobretudo na designada “época baixa”, atraindo novos públicos, como os espanhóis na sequência da melhoria das acessibilidades. Só potenciando os recursos endógenos, a identidade local, se expande o mercado turístico, atraindo ainda novas populações e novos investimentos, abrangentes dos diversos setores económicos, embora realçando os turísticos.

Mas, na realidade, de acordo com as estratégias passadas e atuais dos diversos governos, pouco muda no espaço duriense, perdendo-se a oportunidade de possuir infraestruturas e acessibilidades de qualidade, que melhorariam efetivamente as condições de vida das populações autóctones, para além de incrementar o turismo, captar novos residentes, pois promovendo a coesão territorial e garantindo às populações dos territórios de baixa densidade uma vida com qualidade, com acesso à saúde, à educação e, sobretudo, a manutenção e criação de postos de trabalho, se instituiria um real desenvolvimento económico, firmado também em acessibilidades condignas e num acesso ao mundo digital, aproximando estes territórios dos centros de decisão.

A perceção do impacte das infraestruturas e das acessibilidades no desenvolvimento da região e na institucionalização de uma coesão territorial é primordial, mas para tal há que entender as políticas locais e regionais seguidas nos últimos anos e os seus reflexos na região. Como tal, recolhemos informação diretamente dos decisores locais, das entidades privadas e dos turistas, percebendo a importância do turismo e de outras atividades no desenvolvimento da região. Para tal objetivo, foi essencial o trabalho de campo recolhendo informação fotográfica e documental, percebendo melhor as dinâmicas territoriais locais, intensificando os contactos com os residentes e turistas. Contactamos de forma próxima com entidades públicas e privadas, na tentativa de perceber as potencialidades endógenas, múltiplas e diversificadas da RDD. Assim criamos uma base de dados, com as diversas informações recolhidas, junto dos diversos agentes de desenvolvimento local seguindo-se a sua análise e tratamento estatístico e cartográfico no sentido de perceber as estratégias empresariais relacionadas sobretudo com o turismo.

Na sequência deste trabalho, identificamos múltiplos projetos com potencial para o desenvolvimento regional para além de perceber a forma como os mesmos podem ser difundidos, a fim de mitigar a sazonalidade e aproveitarem os aspetos inscritos no quadro comunitário atual.

Na fase final, pretendemos elaborar propostas para potenciar a revitalização do quadro económico e social duriense, tendo presente as possíveis restrições dos aspetos inscritos no quadro comunitário, apresentando estratégias que também reforcem a coesão

territorial, quer interna, quer com o espaço envolvente, o que, evidentemente mitigaria também a sazonalidade turística na região e conduziria, em última análise, a um maior e melhor desenvolvimento regional desta área vincadamente rural.

Para a realização deste trabalho de investigação conjugamos diversas metodologias privilegiando-se como fonte de informação sobretudo os decisores locais como os presidentes de câmara da RDD, mas também as entidades setoriais, as entidades privadas a trabalhar no setor, os turistas e a população local. Para tal objetivo, foi essencial um intenso trabalho de campo, que otimizou a abordagem direta aos referidos atores, através da aplicação de inquéritos e entrevistas, forma de complementar o conhecimento teórico, privilegiando as inquietações e desejos das gentes locais, numa efetiva e já referida abordagem “botton-up”.

Há, porém, que enquadrar teoricamente a temática que vamos desenvolver. Para isso, foi efetuada uma seletiva recolha bibliográfica, mas também cartográfica e estatística, única forma de se construir uma base teórica fidedigna, com base numa ampla bibliografia que inclui artigos científicos, dissertações, teses, notícias, estudos, relatórios, entre outros documentos, sobre questões relacionadas com a Região Duriense. Neste âmbito, revimos e analisamos criticamente múltiplos trabalhos académicos obtidos através dos repositórios das mais variadas instituições de ensino nacionais e internacionais. Recorremos a plataformas como *ISI Web of Knowledge*, *Scopus*, ou *Google Académico*.

Sendo importante também ter acesso a informação institucional, sobretudo a disponibilizada pelas entidades públicas que mais responsabilidades têm na gestão do território<sup>4</sup>, procedeu-se a uma abordagem que captasse parâmetros/informações privilegiadas para o desenvolvimento deste espaço, extravagando os limites da região vitivinícola e, em termos temáticos não se limitando ao turismo ou às acessibilidades, abrangendo outros temas indispensáveis para o processo de desenvolvimento regional. Estamos, pois, perante uma metodologia complexa, multifacetada, adequada ao território em análise e à temática selecionada, pois só conjugando diversas fontes documentais se concluirá com êxito uma abordagem inovadora de região.

Outro aspeto a valorizar relaciona-se com a frequência de conferências e cursos para o alargamento de conhecimentos territorial e temático de interesse para o presente trabalho, conhecendo novas metodologias e ferramentas informativas como *ArcGis*, *Qgis*, *EndNote* e *SPSS*. Neste contexto, a participação em workshops e em seminários,

---

<sup>4</sup> Nomeadamente Municípios, CCDRN, empresas públicas e administração central, Turismo de Portugal, Turismo do Porto e Norte, Entidades Privadas, entre outras.

possibilitou a aquisição de novos conhecimentos, mas sobretudo, a consolidação de técnicas e conhecimentos científicos fulcrais para o desenvolvimento dos territórios rurais.

O trabalho de campo, porém, foi essencial. Neste contexto, sucederam-se dois anos de deslocções constantes à região para recolha de informação que resultaram na concretização de inquéritos e entrevistas, para além de registos gráficos e fotográficos. Estas saídas tiveram início em julho de 2017 e prolongou-se até ao primeiro trimestre de 2019. Assim, multiplicaram-se as saídas de campo, abrangendo os 21 concelhos da região demarcada, contactando naturalmente os municípios via email e telefone, destacando e motivando os responsáveis para a resposta ao inquérito/entrevista. De imediato foram distribuídos os inquéritos em dezembro de 2017, através da CIM Douro, ou entregando-os pessoalmente no próprio município.

Em janeiro de 2018, começou outra fase, com a distribuição dos inquéritos a responder pelos turistas, pelas entidades privadas como Alojamentos Locais, Turismos de Habitação, TER, entre outros. Tentamos obter uma distribuição regional representativa da diversidade existente, pelo que também pedimos a colaboração aos responsáveis dos Museus, Postos de Turismo e monumentos com grande interesse. Depois de todo o material distribuído, através de contactos telefónicos e emails acompanhando o processo, fase complexa, pois, por opção, estávamos na época baixa com reduzido fluxo de turistas a que temos de reunir a pouca adesão de algumas entidades públicas. Nestas circunstâncias, que por vezes implicaram um novo envio de inquéritos, houve um consequente alargamento do período necessário para a obtenção das respostas. Apesar deste alargamento, aumentaram as respostas dadas pelos turistas.

Sendo a região bastante extensa, por cada saída de campo apenas conseguíamos contactar 2 ou 3 municípios, o que evidencia o imenso trabalho de campo concretizado, única forma de obtermos informação importantíssima de múltiplas origens e inédita. Com efeito, para além dos inquéritos supramencionados, concretizamos uma série de entrevistas e inquéritos aos técnicos dos postos de turismo, principais conhecedores do setor, uma vez que são eles que contactam com os turistas. Acrescente-se que, em alguns locais privados foi possível realizar também algumas entrevistas, completando a informação superior.

Enquanto recebíamos os inquéritos municipais, recolhíamos informação estatística, enfrentando procedimentos burocráticos, mas obtendo o número de turistas em todos os postos de turismo e em alguns museus onde deixamos inquéritos, analisando-os estatisticamente.

Depois de vários esforços e deslocações, algumas infrutíferas, concluímos o trabalho apenas sem a repostas de 3 municípios. Apesar deste contratempo, estamos conscientes que o trabalho de campo e o contacto com os agentes locais, foi proveitoso e uma fonte de documentação preciosa e inédita. Embora encontrasse vários obstáculos, este trabalho foi muito gratificante.

É evidente a importância da conjugação de diferentes metodologias que incluíram a pesquisa e recolha de informações estatísticas oficiais e as documentais, e os dados recolhidos junto da população autóctone, agentes essenciais neste território, muito importantes, mas onde o trabalho empírico tem de ser privilegiado, pois correspondeu à fonte principal de informação aqui analisada. O contacto com aqueles que habitam na região e os agentes intervenientes no seu desenvolvimento, foi vital. Assim, a análise dos inquéritos e das entrevistas será de crucial importância, para completar e justificar o diagnóstico, bem como fundamentar as propostas de desenvolvimento que serão apresentadas independentemente de serem de âmbito demográfico, económico ou cultural. Assim, com recurso ao Excel, será possível um bom tratamento dos dados estatísticos oficiais recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística, bem com das informações coligidas através dos inquéritos e entrevistas. A informação cartográfica necessária foi tratada com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica preferencialmente o software da ESRI, no caso, privilegiando o ArcGIS e ainda ao *software open source* QGIS.

## **Capítulo 1: Enquadramento Conceptual**

### **1.1. Território e Espaço**

A abordagem dos conceitos de território, região e espaço rural são muito relevantes numa abordagem geográfica e multinível. A escolha destes conceitos é muito relevante de forma a compreender os fenómenos e a sua evolução no espaço. A perceção destes conceitos é também relevante para se compreender e analisar os mais variados fenómenos à escala mais adequada para o seu estudo.

Numa abordagem territorializada é essencial entender o conceito de território. Não sendo de fácil apreensão pois envolve várias dimensões e diferentes perspetivas, no entanto, esta noção é de extrema importância para a ciência geográfica. Na realidade a diversidade de abordagens é indelével, definindo-se o território desde uma figura estática até uma perspetiva complexa e em constante evolução. Se durante anos o território não catalisou o estudo das ciências sociais, hoje é fulcral. Recorde-se que no

caso da geografia moderna, inicialmente o território nem era mencionado por autores de referência como Karl Ritter, Alexandre Humboldt e Kant (Fuini, 2016) e só nos anos 80 do século XIX é que o geógrafo Friedrich Ratzel posiciona o território no centro do pensamento geográfico.

A origem da palavra remete-nos para o período romano à noção de *terra*, suporte físico, de todas as atividades. Já então surgiam duas aceções para o termo *territorium*, “dominação efetiva de uma parcela de terra, e outra, mais simbólica, de identificação para aqueles que se apropriam e, ao mesmo tempo de rejeição frente àqueles que são excluídos do seu acesso” (Rogerio Haesbaert, 2016, Pp.493). Assim, abordar o território, implicava falar da forma “como a sociedade controla, se apropria e produz o espaço por meio de determinantes multidimensionais e multiescalares” (Fuini, 2016, Pp. 221).

Já no século XIV o território visualizado pelos estudiosos europeus resumia-se, sobretudo, à vertente jurídica, de soberania (Gottmann, 2012). De facto, apesar dos juristas catalogarem o território como uma unidade administrativa e política: o Estado, esquecendo-se, como refere Scelle (2012, Pp. 524) que “o território não é o corpo político. Um Estado precisa de três “*éléments corporels*”: povo, território e organização governamenta” Outros como Brownlie, em 1966, realça que é impossível distinguir território de jurisdição e Verzijl (2012) vinca que qualquer Estado necessita de uma base territorial bem delimitada. Torna-se evidente, como nos refere Gottmann, que o conceito de território é mutável, mas se “como geógrafo, [é] indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas” (Gottmann, 2012, Pp. 3), não obstante ele é “contínuo, porém, repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização” (Gottmann, 2012, Pp.3) Assim, o território necessita de estar bem delimitado, apesar de ocorrerem alterações decorrentes dos processos de fragmentação, expansão e regressão.

Indissociável do conceito de território surge o conceito de espaço, também sujeito a diversas perceções. Para Lefebvre, o espaço é um produto social, “a materialização da existência humana, (...) uma dimensão da realidade” (Marques, 2011, Pp. 76). Entretanto, outros autores apresentam espaço e território como similares, enquanto outros remetem o espaço para um lugar secundário. Auxiliar precioso nesta controvérsia é geógrafo francês Claude Raffestin que define espaço como “a “*prisão original*”, “*matéria prima*” sobre a qual atuam os processos sociais de apropriação” (Haesbaert, 2013, Pp. 806) considerando que estes dois conceitos não são sobreponíveis, apesar de existirem pontos de contacto. Neste contexto, Lefebvre abre caminho a novas formas de

entender o espaço, polifacetadas, pois valoriza “*utilizações distintas do espaço de que são exemplos os espaços políticos, os espaços culturais, os espaços económicos e os ciberespaços*” (Marques, 2011, Pp. 76). Como tal, o espaço engloba análises multidimensionais como a social, ficando “*apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder*” (Marques, 2011, Pp. 78). Sendo limitado, é propício ao surgimento de conflitos, de poder e domínio e, por isso, à existência de trâmites institucionais que regulam e gerem estes conflitos. Convém clarificar que qualquer território é um espaço (seja geográfico, cultural, social, etc.), mas o contrário poderá não acontecer. Por exemplo “*o espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há geralmente uma multiplicidade de territórios*” (Marques, 2011, Pp. 78).

A existência de um território obriga à presença de “*relações de poder e relações simbólico-culturais*” (Fuini, 2016, Pp. 225), designadamente as associadas ao Estado, forma de organização da sociedade. Neste contexto, terá de ser observado como “*uma conjugação entre aspetos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem*” (Saquet, 2007, Pp.56), a que se somam os aspetos naturais e os históricos, identitários. Aliás, quando falamos em identidade, tal exige a circunscrição de um determinado espaço que se tornará distinto dos demais (Marques, 2011). Assim, entender o território poderá ser uma tarefa ainda mais difícil do que o definir, pois este “*é apropriado e construído socialmente, (...) cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras*” (Saquet, 2007, Pp. 58). A evolução deste conceito foi contínua, acompanhando o desenvolvimento “*material e político-ideológico*” (Saquet, 2007, Pp. 59), sendo concebido de acordo com os desígnios dos governantes.

Um outro autor, Guisepe Dematteis, considera que o território é uma construção social, um emaranhado de conexões territoriais dos mais variados tipos<sup>5</sup>, complexas e problemáticas. Por seu lado, Massimo Quaini refere que “*é fundamental contemplar aspectos do movimento conjuntural, intimamente ligado ao processo histórico.*” (Saquet, 2007, Pp. 61), ou seja, perceber as relações existentes no território numa ótica evolutiva. Assim se aproxima da visão de outros autores como Dematteis, Haesbaert e Raffestin.

Para Ratzel o território era, “*o corpo do Estado, às vezes confundido com o solo e os recursos naturais, e este corpo deve ser alvo de domínio, proteção e expansão, um espaço vital, garantindo o progresso de um povo*” (Fuini, 2016, Pp. 226). Esta visão

---

5 Para Dematteis, o território está repleto de “*desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat etc.)*” (Saquet, 2007, Pp. 60).

transforma o território num espaço apropriado, identitário, o Estado-Nação que se torna mais forte através do controlo dos seus recursos naturais.

Já nas décadas de 60 e 70 o território institucionaliza-se como o conceito de territorialidade, sobretudo nas ciências sociais como a filosofia, todavia é nos anos 70 e 80 que o conceito se afirma nas análises das ciências sociais, mas com diferentes abordagens. Assim, Dematteis em 1964 valoriza as relações sociais <sup>6</sup> enquanto na década de 70, Deleuze e Guattari, valorizam os “*fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder*” (Saquet, 2007, Pp. 63), já Bagnasco valoriza o desenvolvimento económico.

Posteriormente diversificam-se as perspetivas de acordo com a área científica em causa (geografia, sociologia, economia, ...) mas articuladas, se bem que sobressaíram duas correntes de pensamento: “*uma de cunho materialista-histórico e marxista, a tratar da produção e domínio do espaço e da relação capital-trabalho vis a vis às contradições e conflitos sociais e outra, de cunho mais humanista e cultural, (...) dando destaque às territorialidades e desterritorializações*” (Fuini, 2016, Pp. 228). Por seu turno, Sack realça a dimensão política e o desempenho das fronteiras (Saquet, 2007)<sup>7</sup>.

Chegados aos anos 90, o território passa a ser um ponto central de estudo para vários autores de renome, ao legitimarem os diferentes vínculos que as dimensões do território possuem entre si, referindo que “*o processo de apropriação do território é económico, político e cultural, no qual, a natureza exterior ao homem está presente e é influente [...]. O território é resultado e condição desta articulação e unidade*” (Saquet, 2007, Pp. 69). Neste contexto, muitos autores diversificam as suas perspetivas, mas englobando as dimensões sociais e as relações entre si, (Raffestin, Bagnasco e Saquet), assim como os fatores político-económicos, ou a vertente cultural e imaterial pelos “*pontos e marcas que os homens deixam no solo (geossímbolos, lugar, itinerário, uma extensão, por motivos religiosos, políticos e culturais, que exerce uma dimensão simbólica e de identidade)*” (Fuini, 2016, Pp. 229), como as festividades, por exemplo.

Hoje associamos o território a um conjunto de características semelhantes, sejam elas físicas ou imateriais, que ajudam a conceber a identidade coletiva de um determinado espaço. Todavia, esta é hoje posta em causa, designadamente pela globalização e pela

---

6 “no âmbito da família, da comunidade rural e destes com agentes da cidade, historicamente condicionado e caracterizado económica, política e culturalmente, em tramas socioespaciais” (Saquet, 2007, Pp. 63).

7 Para Sack a territorialidade humana é mais do que a territorialidade biológica, assente nas relações de poder e intuição (Fuini, 2016) e a territorialização é a “*tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenómenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área.*” (Saquet, 2007, Pp. 65). No entanto, as fronteiras físicas são hoje facilmente subvalorizadas como sucede com a União Europeia, privilegiando o “*estabelecimento de redes de informação e do rápido desenvolvimento tecnológico*” (Fuini, 2016, Pp.226).

aculturação, se bem que projetando no exterior as especificidades de cada território, (Marques, 2011). Assim, o território poderá apresentar-se como um meio de se atingir o desenvolvimento, já que na “*identidade há enraizamento, movimento, relações coletivas e organização política. Há uma relação de reciprocidade entre territorialidade e identidade*” (Saquet, 2007, Pp. 72). A identidade não é, de facto, um fenómeno estático, (Saquet, 2007), refletindo a diversidade de atores sociais e de processos desencadeados por estes, em constante mutação (Saquet, 2007) já que o património cultural, social e imaterial assumem um papel crucial na definição da identidade de cada território, podendo ser um forte meio de dinamização dos territórios onde se inserem.

Como se pode analisar são várias as abordagens do conceito de território, contudo hoje a importância do território está intimamente ligada ao desenvolvimento, sobretudo ao desenvolvimento económico, numa perspetiva holística mesclando as paisagens, com as pessoas e as singularidades. O território transformou-se num meio de gerar riqueza e oportunidades, onde o marketing também pontua, sustentado o desenvolvimento sustentável de qualquer região.

Intimamente relacionado com território é a região, conceito básico neste trabalho. Uma vez que utilizamos a escala de análise regional ao escolher a Região Demarcada do Douro como área de estudo. É importante, pois, esclarecer alguns pontos teóricos sobre a região, mas antes uma pequena introdução aos espaços de baixa densidade é também essencial.

## **1.2.A Região**

Tal como o conceito de território, também o de região amplamente debatido como se confirma através da análise da sua evolução e riqueza conceptual. Sofrendo alterações ao longo dos tempos, mas sempre “*recorrente “ no “debate entre a geografia geral e a geografia regional”, na “diferenciação do espaço geográfico”*” (RH, Dicionário de Geografia Aplicada, Pp. 437), tem por base uma série de processos distintos que se subordinam aos “*contexto geo-histórico (e também filosófico-epistemológico)*” (RH, dicionário de Geografia, Pp. 438). Há, efetivamente, uma série de interpretações do conceito região, sobretudo em termos geográficos.

Termo derivado do latim *regere* que significa governar, reflete na realidade uma relação entre controle e ação, sobretudo quando relacionado com a economia e com a política. Este conceito está associado a três domínios: localização espacial<sup>8</sup>;

---

8 Atribuído a uma área com particularidades diferenciadas de outras, mas sem precisão geográfica.

administração pública<sup>9</sup> e conhecimento científico<sup>10</sup>. Em geografia o conceito região é fulcral, mas em constante mutação, como verificamos ao longo dos últimos dois séculos, na sequência de novos paradigmas, os quais se destacam as correntes teóricas da geografia tradicional, mas também da nova geografia, da geografia crítica e da humanista.

Tradicionalmente, a região era entendida como um espaço autossuficiente e autónomo, decorrendo daqui as noções de região natural e região geográfica. A região natural era “*entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultando da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza*” (Corrêa, 2000, Pp. 12) enquanto a região geográfica corresponde a uma síntese da paisagem e da sua dimensão territorial onde se inscrevem fenómenos sociais e naturais. Ambas as noções possuem fronteiras bem determinadas consequentes com o paradigma do determinismo ambiental que imperou no final do século XIX. Daí, a importância dada à região natural, evidenciando-se trabalhos do geógrafo inglês Herbertson<sup>11</sup>.

Uma perspetiva diferente surge com o paradigma possibilista, em que se preza mais a região social, contudo, “*os conceitos de região natural e região geográfica, tal como esta será definida, são distintos, tanto no que se refere às suas bases empíricas, como aos seus propósitos*” (Corrêa, 2000, Pp.14). Distanciando-se do determinismo, os possibilistas realçam a relação entre a natureza e o homem, destacando-se adeptos como Vidal de La Blache, Schulüter e Sauer. A visão possibilista de região traduz-se sumariamente na seguinte frase: “*a região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza*” (Corrêa, 2000, Pp. 15)<sup>12</sup>. Todavia, geógrafos franceses como Ives Lacoste e Paul Claval, criticaram esta perspetiva onde a região é considerada “como uma entidade acabada, concluída” (Corrêa, 2000, Pp. 15) que subvaloriza os aspetos humanos e os condicionalismos históricos, culturais e económicos, fulcrais na conceção da região.

A Nova Geografia, por seu turno, baseando-se no paradigma neopositivista reconhece a região como “*um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto*

---

9 Recurso do planeamento e das entidades oficiais que executam os planos e os gerem, sendo entendido como uma “*unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados*” (Gomes citado por Ramos, 2013, p.24).

10 o conceito é abordado pela geografia, mas também pela matemática, geologia, etc.

11 Mais tarde, Charles Dryer, afirma “*que as regiões naturais devam ser um meio para se compreender as relações homem/natureza, que aparecem diretamente, segundo ele, através da vida económica, para cada um dos estágios de cultura.*” (Corrêa, 2000, Pp.13).

12 Conceito próximo de paisagem, como se constata em Vidal de la Blache que entende região como tendo “*limites determinados por diversos componentes: uma fronteira pode ser o clima, outra o solo, outra ainda a vegetação. O que importa é que na região haja uma combinação específica da diversidade, uma paisagem que acabe conferindo singularidade àquela região*” (Corrêa, 2000, Pp.15),

*de lugares*” (Corrêa, 2000, Pp. 17).<sup>13</sup> Estas regiões (funcionais), criadas exclusivamente com recurso ao método estatístico, são uma “*área constituída por diversos indivíduos similares entre si. Várias classes de área organizam-se em um sistema classificatório*” (Corrêa, 2000. Pp. 19).

Já a Geografia Crítica, corrente epistemológica que apareceu nos anos 70 do século XX, entende a região como “*resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (...) de múltiplas determinações*” (Corrêa citado por Ramos, 2013, Pp. 25)<sup>14</sup>. A região é percebida como intrinsecamente associada ao processo capitalista, como destaca Yves Lacoste, o que a torna desajustada na atualidade, pois poderia conduzir à extinção das especificidades diferenciadoras.

Por fim, a Geografia Humanista promove uma visão mais historicista encarando a região como “*um espaço que é o produto da história e da cultura*” (Lencioni citado por Ramos, 2013, Pp.25), conjugando nesta definição a visão objetiva com a subjetiva assente nas construções mentais, individuais e na consciência coletiva: a definição de região não é apenas um espaço físico delimitado, mas um espaço vivido<sup>15</sup>.

Em síntese, os fatores económicos adquiriram uma maior importância, na definição de região, de região funcional ou “*numa lógica marxista, região como produto da divisão espacial do trabalho*” (RH, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 438).

Sucedendo-se as perspetivas, realcemos três: a “*região como categoria de análise*”, a mais vasta, considerando-se como um “*instrumento operacional do geógrafo pesquisador*” (RH, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 438); a “*região como categoria da prática*” (Frémont, 1980), valorizando os espaços vividos, as vivências diferenciadas e as “*representações específicas, consolidadas na percepção dos habitantes e dos estranhos à região*” (Serpa, 2013, Pp. 172); a “*região como categoria normativa*” usada pelo Estado em que “*mais do que visar uma análise do que a região “é”, se buscam caminhos para definir o que a região “deve ser*” (RH, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 438).

---

13 Para identificar as diferenças e as homogeneidades recorre-se a elementos estatísticos, e por isso “*definir regiões passa a ser um problema de aplicação eficiente de estatística: considerando-se os mesmos território, propósitos e técnica estatística, duas divisões regionais deverão apresentar os mesmos resultados, independentemente de terem sido feitas por dois pesquisadores distintos. A divisão regional assim concebida pressupõe uma objetividade máxima, implicando a ausência de subjetividade por parte do pesquisador*” (Corrêa, 2000. Pp. 17).

14 Recorrente “*da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.*” (Corrêa citado por Ramos, 2013, Pp.25).

15 Situado “*numa escala intermediária, definida segundo a rede de relações que os indivíduos tecem de acordo com os lugares mais frequentados por um determinado grupo social*” (Lencioni citado por Ramos, 2013, Pp. 25). Segundo esta perspetiva, surgem as regiões naturais, as regiões económicas e ainda as regiões vividas.

Parece ser claro que na atualidade, perante a globalização mundial, a região evidencia-se como um complexo emaranhado, sobretudo perante “*as des-articulações espaciais que colocam em xeque tanto a ideia de homogeneidade e continuidade, como a de plena coesão dos espaços regionais*” (RH, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 438). Assim, surgiram novos conceitos como bioregiões, rede regional, Estados-regiões ou cidades-regiões, “*regiões com buracos*” (Allen, 1998), entre outras.

Sendo necessário legitimar a região como estrutura política e simbólica, há que conjugar elementos sociais e naturais, privilegiando a identidade regional. Assim, se compreende a evolução observada em termos conceptuais do conceito de região, começando por realçar as questões naturais, às quais se acrescentaram as questões da identidade regional<sup>16</sup>, mas também a de resistência territorial, e a forma de controlo territorial (governança) (Passi, 2003). Quer o território, que as regiões estão associadas à identidade coletiva, até porque a identidade regional acaba por ser a legitimação da própria região.

Mais recentemente afirmaram-se duas fortes correntes associadas ao conceito de região, a sua continuação, fruto da fragmentação que a própria globalização acarreta e, por outro lado, a sua extinção, fruto do mundo globalizado. Assim, a importância da região apoia-se na globalização que “*instiga as diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas*” [...] “*quanto mais os lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicos*” (Santos citado por Ramos, 2013, Pp. 26). De facto, hoje importa conceber a região não só como um espaço autónomo, mas também enquadrado no mundo global, multiplicando-se novas regiões, enquanto outras se revitalizam. De facto, a escala regional é uma escala intermédia, mais que necessária à análise geográfica e ao planeamento.

Depois desta abordagem conceptual à região, há que analisar o conceitos relacionados com a realidade da RDD, nomeadamente os conceito de espaço rural e outros diretamente relacionados.

### **1.3.O Espaço Rural, Nova Ruralidade e Neo Rurais**

A necessidade de distinguir os espaços urbanos dos espaços rurais já não é nova e foi ao longo dos anos encarada de formas diversas. Não existe, efetivamente, uma única definição destes espaços, mas há grandes contributos teóricos que nos permitem

---

16 “*The idea of regional identity has been implicit in geography for a long time, since traditional approaches to regions and regionalism often celebrated the primordial nature of regions, accentuating their ‘personality’ and the harmony/unity between a region and its inhabitants*” (Passi, 2003, Pp. 2)

diferenciar mais claramente estas áreas, o que facilita a ação dos planejadores e dos cientistas do território.

A forma mais básica de distinguir os espaços urbanos dos rurais baseou-se nos limites administrativos, facilitando a governação e a tomada de decisões (Hodge e Whitby, 2016). Neste âmbito, incluem-se trabalhos como os do Webber e Craig, Cloke e Gilg. Este último, criou uma nomenclatura classificando os espaços rurais em três tipologias: “*extreme rural, intermediate and urban dominated*” (Hodge e Whitby, 2016, Pp. 392). Todavia, mais recentemente, surgiram grandes alterações. De facto, quando pensamos em espaços rurais associamos de imediato à agricultura, ao uso do solo, umas das principais bases para a sua definição. Outro indicador incide na população, já que aqui dominam taxas de densidade populacional muito reduzidas, na sequência do êxodo rural, sobretudo dos jovens, perante a existência de oportunidades laborais no mundo urbano e melhores condições de vida, salário e estabilidade.

O espaço rural é um espaço geográfico muito associado ao “campo”, onde se desenvolvem atividades predominantemente agrárias, mas não se esgotando nesta função. A Geografia Rural e a Sociologia Rural desde sempre valorizaram a distinção entre espaço rural e espaço urbano, considerando-se o espaço rural o oposto do espaço urbano: enquanto as cidades eram desenvolvidas, dinâmicas e cheias de movimento, o espaço rural era subalternizado, periferizado. Neste contexto, só nas 3 últimas décadas existe um ressurgimento da Geografia Rural, e, ainda assim, valorizando as temáticas relacionadas com a relação urbano-rural.

Na atualidade, o realce dos espaços rurais é múltiplo, traduzindo-se na “*global production and supply of food, biosecurity, the control of energy resources and development of renewable energy technologies, and responses to climate change, including the alleviation of threats from flooding, fire and drought, all cast a new focus on the use and regulation of rural space and rural commodities*” (Woods, 2009, Pp. 850).

Recuando às últimas décadas do século passado, constatamos que a Geografia Rural se baseava em três correntes conceptuais: a funcionalista, onde o espaço rural era identificado através das suas características funcionais relacionadas com o fator económico e com o uso da terra; a comportamental mais económica e política, onde o espaço rural é fruto de processos próprios e socio-antropológicos e, por fim, a ecológica, onde o espaço rural é entendido como uma construção social, valorizando as questões sociais, locais, morais, naturais e culturais (Cloke, 2006).<sup>17</sup>

---

17 Hoje, além dos espaços rurais serem analisados em rede, e híbridos, há uma ênfase muito grande, nas relações urbano-rural, muito complexas, um grande desafio para os técnicos de ordenamento e planeamento do território (Wood,

É crucial entender as dinâmicas urbano-rural, começando pela perspectiva da geografia urbano-económica, traduzidas no conceito de “*City-Regions*” muito usado na Europa para descrever as áreas de periferia e as periurbanas, “*a field of spatial interaction focused on the ‘city zone’ but extending across adjacent rural districts*” (Wood, 2009, Pp. 852). Nesta perspectiva, “*when placed within the context of a given CR, the categories of urban and rural can be considered in a manner that more adequately reflects their inter-relatedness, and this is particularly so for labour markets and housing markets, as well as for shopping and leisure patterns*” (Wood, 2009, Pp.852). Mas, Michel Wood alerta que uma abordagem deste género poderá trazer alguns riscos, uma vez que “*addressing rural localities solely in terms of their relation to the urban, of disregarding any sense of an overarching, interregional rural condition, and of marginalizing rural concerns within structures dominated economically and demographically by cities*” (Wood, 2009, Pp. 852).

Uma outra perspectiva surge na América do Norte através do conceito de “*exurbia*” para “*situate work on communities ator beyond the rural–urban fringe*” (Wood, 2009, Pp. 853) utilizado para referir espaços peri-urbanos. De facto, “*exurban*”, refere-se a espaços rurais modificados pelos fluxos migratórios urbanos, correspondendo a espaços híbridos em conflito com a tipicidade dos espaços urbanos e rurais. Por fim, surge a perspectiva francófona que refere que embora o urbano se expanda em detrimento do rural, também pontua a “*ruralização*” do espaço urbano (Urbain, 2002).

Por outro lado, o espaço rural de hoje é bem diferente do existente nos anos 60, sobretudo quando Pierre George considerou o espaço rural como “não urbano” com as fronteiras nítidas e fácil diferenciação. Hoje tal não acontece e, por isso, a geografia tem de responder aos novos desafios existentes destes espaços mutantes<sup>18</sup>. Assim, a “nova ruralidade” surge quando se conjugam dois fenómenos: enquanto nos espaços rurais mais afastados dos centros urbanos se acentua o declínio e o envelhecimento populacional, em oposição, os espaços rurais mais próximos das cidades urbanizam-se, rejuvenescem e ficam infraestruturados<sup>19</sup>. Desta forma, autores como Wibberley, “*defendia que “rural” é um adjetivo que se aplica para definir os setores do espaço terrestre que estão*

---

2009). Porém, é muito importante perceber que, além dos agentes locais, interferem muitas externalidades nestes espaços.

18 Efetivamente “*o espaço rural caracterizou-se tradicionalmente pela atividade (...), predominantemente agrária, um meio predominantemente natural, núcleos de povoamento pequenos, densidade de povoação baixa, maior homogeneidade sociocultural do grupo humano, menor diferenciação e estratificação social, menor mobilidade social e sistemas de interação social mais fechados*” (CDV, 2016, Pp.180). Todavia, esta divisão clássica de campo/cidade enfraqueceu após a segunda grande guerra com uma maior uniformização dos padrões culturais e sociais, pelo que a tradicional dicotomia teve de se adaptar a novos padrões.

19 Sem controlo institucional e processos de planeamento atempados, ainda hoje assistimos a graves problemas de desordenamento territorial.

*condicionados por um aproveitamento cosolo mais extenso*” (CDV, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 181). De um outro prisma Clout diferencia urbano/rural tendo por base *“critérios do grau de aproveitamento do território e das paisagens”* (CDV, Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp.181), mas minimizando as variáveis socioculturais. Há, porém, visões dissonantes onde o rural e o urbano se complementam, o *rururbano*, coexistindo e complementando-se áreas com diversos graus de urbanidade e de ruralidade.

Em Portugal os espaços rurais são, à semelhança do resto da Europa, espaços com pouca população, muitas das vezes remotos e de difícil acesso, com débil infraestruturização, falta de água potável e saneamento. São caracterizados sobretudo pela valorização da natureza (pouco poluída) e a manutenção de uma agricultura de subsistência, sobrevivendo a sua população com baixos rendimentos obtidos da lavoura. Nestes espaços, a religião ainda tem um forte peso e a vida familiar e comunitária é muito marcada, resiliente. Todavia, esta descrição vai-se desvalorizando pois *“nos últimos anos, o mundo rural português conheceu importantes transformações que vieram alterar a sua base socioeconómica e o seu posicionamento na estrutura territorial portuguesa”* (Silva, 2012, Pp. 1519)<sup>20</sup>.

Este incremento de população urbana é universal e recua sobretudo ao século XX, pois se em 1950 cerca de 30% da população mundial vivia em áreas urbanas, em 2014 era de cerca de 54%<sup>21</sup>, tendência que aponta para que os *“55 % of the world’s population residing in urban areas in 2018. [...] and by 2050, 68 % of the world’s population is projected to be urban”* (DESA, 2018, Pp.2) . Não obstante, a população rural tem vindo a recuperar ligeiramente nas últimas décadas, proporcionando que seja hoje *“close to 3.4 billion and is expected to rise slightly and then decline to around 3.1 billion in 2050”* (DESA, 2018, Pp.2).

A diversidade de espaços rurais é inquestionável, sobressaindo nos espaços de ruralidade mais profunda, em declínio demográfico e envelhecidos, os abandonos da atividade agrícola, enquanto aumenta a pobreza e o desemprego, o que favorece a migração dos jovens. Tal sucede tendo por base infraestruturas antiquadas e deficientes, serviços que encerram, incluindo os mais básicos.<sup>22</sup> Porém, o primeiro garante da coesão

---

20 Efetivamente, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto acolheram grande parte da população rural. Este êxodo foi acompanhado do reforço de infraestruturas, bens e serviços nas áreas urbanas. Entretanto, o espaço rural foi ostracizado, o que facilitou o posterior despertar dos agentes políticos e académicos no sentido de mitigar o esvaziamento do “interior” português. Efetivamente, a interioridade não poderá ser sinónimo de subdesenvolvimento, uma vez que existem, no interior de outros países, algumas cidades e capitais como Madrid, por exemplo.

21 Informação retirada do Relatório das Nações Unidas sobre as Tendências Mundiais de Urbanização (2014).

22 Será abordado mais à frente a questão do fecho dos serviços na Região Demarcada do Douro. As Cidades concentram grande parte dos serviços do Estado e sendo por isso mais um motivo de atração em relação aos espaços rurais.

territorial é o Estado. Ao subalternizar estes espaços mais remotos, incrementa o seu periferismo quando deveria implementar uma gestão dos recursos públicos e dos fundos comunitários mais realista e ajustada, abrangente territorialmente e a diferentes escalas.

Mais recentemente, adotou-se uma nova metodologia e passou a designar-se as áreas rurais como áreas de baixa densidade, pois existe “*uma reduzida densidade de pessoas, empresas e investimento*” (Silva, 2012, Pp. 1520), assim como fraco empreendedorismo. A noção de territórios de baixa densidade não é consensual. Associando a territórios rurais, tem servido, sobretudo para a classificação de concelhos e de freguesias no acesso a fundos comunitários para territórios mais frágeis. Neste contexto, sucedem-se os pedidos de revisão. Todavia, segundo a Comissão de Coordenação Interministerial (2020, Pp. 1) “*Não existe uma classificação legal única para o conceito de Município de baixa densidade [mas] têm vindo a ser adotados diferentes critérios, centrados ora na densidade populacional, ora no rendimento per capita de cada Concelho ou da NUTS 3 a que o Concelho pertence*” Grande parte do território nacional, integra-se nesta classificação apesar de ostentarem densidades populacionais, população residente, movimentos pendulares, links urbano-rurais muito diferentes. Por último, os espaços rurais mais afastados dos centros urbanos, o designado rural profundo, os mais periféricos, devem sofrer uma valorização positiva.

No entanto, são visíveis algumas transformações, pois nas últimas três décadas o país investiu em acessibilidades, o que mitigou o isolamento social e territorial, para além de despontar uma “*homogeneização e estandardização dos estilos de vida [...], que (.) em função do desenvolvimento das telecomunicações e de uma forte ligação à base empregadora dos espaços urbanos*” (Silva, 2012, Pp. 1520). Tal induz as populações rurais a que adquiram hábitos citadinos, enquanto a tradicional divisão rural/urbano começa a esmorecer. Assim, na atualidade, os espaços rurais são percecionados não como espaços segregados, mas sim como alas a valorizar, potenciando as suas ligações com os espaços urbanos. Efetivamente, as recentes preocupações associadas à qualidade de vida, e à preservação da natureza, atraem populações cansadas da agitação citadina e, caso não transfiram a sua residência oficial para o interior, constroem residências secundárias.

Como se constata, os espaços rurais em Portugal estão em mutação e, à medida que a agricultura<sup>23</sup> e a extração florestal deixam de constituir a principal fonte de rendimento das populações campestres, surgem novas funções, como o turismo, fulcral

---

23 Há diversos apoios para a manutenção e criação de explorações agrícolas modernas (o caso dos mirtilos).

para o desenvolvimento das áreas mais deprimidas<sup>24</sup>. Em suma, os espaços rurais deixam de ser espaços de produção agroflorestal para se transformarem em espaços de consumo. Não obstante, dada a forte sazonalidade, prosseguem as perdas populacionais.

Apesar da debilidade das infraestruturas rurais, incluindo as básicas, fruto do investimento público que melhorou a qualidade de vida destas populações, bem como a conectividade ao mundo digital e global, embora deficitária, como sucede nas NUTIII Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa.

Os espaços rurais sofreram, de facto, profundas alterações nas últimas décadas, na sequência da implementação da *“política agrícola comum”*. Todavia, permanecem diferentes níveis de ruralidade, que englobam desde *“espaços de baixa densidade, persistindo mais nitidamente a tradição em alguns meios, enquanto noutros a inovação e fortes movimentos de capital, proporcionam o seu destaque”* (Pinto, 2015, Pp. 26). Isto acontece não só em Portugal, mas por toda a Europa.

Hoje, mais do que nunca, os espaços rurais revalorizam-se, com cambiantes diversos de acordo com os seus recursos, sejam eles naturais, sociais, etnográficos ou arquitetónicos. Acrescem as festividades e tradições, a gastronomia. Neste contexto, há que inventariar e catalogar os recursos/potencialidades locais e associar-lhe uma estratégia de marketing territorial<sup>25</sup>. Esta estratégia também foi adotada na promoção dos espaços de baixa densidade do interior do país. Não obstante, o setor agrícola continua a ser a principal atividade em meios rurais. Ainda assim, em Portugal, os espaços rurais foram muito afetados, pois desde a década de 50/60 evidenciam brutais perdas de população, ampliadas em tempos de crise, como a iniciada em 2008, tendo de enfrentar *“processos de desenvolvimento antagónicos, por um lado”* (Reis, 2014, Pp. 48), mas também a *desterritorialização*<sup>26</sup> ou o *“surgimento de novas dinâmicas que apontam para uma mudança paradigmática no mundo rural. Os sinais apontam para uma crescente mobilidade de novos actores urbanos que protagonizam o aparecimento de novas configurações territoriais”* (Reis, 2014, Pp. 48). Estamos, de facto, perante uma multiplicidade de espaços, muito complexos.

---

24 Estas alterações, são as principais no mundo rural de hoje, se bem se pontuem como a proteção agrícola e florestal, a conservação da natureza com valorização dos recursos naturais, endógeno (cultura, identidade, património e tradições).

25 Na realidade, os espaços rurais associam-se cada vez mais a “tranquilidade, [a] preservação de paisagens, de cenários vivos onde a tradição, a cultura e outros bens societários se reposicionam positivamente, proporcionando que efetivamente na Europa existam territórios rurais atrativos pela qualidade de vida que propiciam” (Pinto, 2015, Pp. 26)

26 Desterritorialização: conceito complexo que segundo Haebaeerst em 2004 corresponde a um *“processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controlo das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios económicos, simbólicos, a recursos, a bens”*. Fernandes, 2008 afirma *“A desterritorialização é precisamente a quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território”*.

É também na AMP e na AML (Área Metropolitana de Lisboa)<sup>27</sup> que se concentra a população e os núcleos industriais, para além dos grandes centros tecnológicos, dos polos científicos e os serviços de I&D. Acresce ainda os recursos humanos altamente qualificados e a maior parte dos serviços do Estado. É, pois, muito difícil, que os territórios rurais consigam competir, sendo necessário capacitá-los com serviços adequados, obviamente, às suas realidades/necessidades, incentivando a inovação em setores como o turismo, o agroflorestal, etc., mas sem desvirtuar estes espaços, enquanto se geram empregos e alguma fixação populacional.

O contraste entre o interior e litoral é inquestionável e avoluma-se, conduzindo a que nos espaços rurais entre 2011 e 2016 *“apenas 34 municípios registaram uma evolução positiva da população, e destes, 15<sup>28</sup> em resultado de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas”* (INE, 2017, Pp. 8). De facto, ao analisar o Mapa 2, constata-se que em Portugal sobressai a diminuição da taxa de crescimento natural associada a saldos migratórios negativos, aspeto a ter em conta pelos decisores políticos pois, neste mesmo intervalo de tempo, em grande parte dos municípios também se incrementou o envelhecimento, particularmente nos territórios rurais e de forma *“mais acentuada nas sub-regiões Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes”* (INE, 2017, Pp. 9). Comprova-se, assim, a necessidade urgente de mitigar o declínio destes territórios, incluindo a Região Demarcada do Douro.

Aliando-se à perda de população e ao seu envelhecimento assiste-se, também, à diminuição de competitividade e inovação nestes espaços. Se a este nível sobressai a Área Metropolitana de Lisboa, por outro lado as sub-regiões com valores mais baixos de Valor Acrescentado Bruto<sup>29</sup>, são *“Algarve, a Região Autónoma dos Açores, as sub-regiões do Baixo Alentejo e Alto Alentejo no Alentejo e as três sub-regiões contíguas do Alto Tâmega, Douro e Tâmega e Sousa na região Norte”* (Retrato Territorial de Portugal-INE, 2017, Pp. 12). Há, pois, que investir também em infraestruturas tecnológicas nestes espaços.

O facto da rede urbana nacional se restringir às Áreas Metropolitanas, apresentando os restantes núcleos fraca dimensão, tal reduz muito as ligações entre estes

---

27 A AML possuía em 2015 segundo estimativas do INE cerca 2.812.678 habitantes, o que corresponde a 27.2% da população Nacional em apenas 3,3% do território português. Fonte: [https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf\\_aml\\_sus\\_pt\\_site/componentText/SUS57FCBBEE58CA4/EATLAS\\_AML\\_SOCIOECONOMIA\\_FORMATADO.PDF](https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentText/SUS57FCBBEE58CA4/EATLAS_AML_SOCIOECONOMIA_FORMATADO.PDF)

28 Os 15 Municípios com uma evolução positiva do saldo migratório e da taxa de crescimento natural são: Alcochete, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sesimbra e Vila Franca de Xira, Benavente, Valongo, Entroncamento e Santa Cruz (Madeira).

29 O VAB *“Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos”* Fonte: INE.

espaços e os rurais, sendo, por isso, difíceis os movimentos pendulares diários entre o emprego (cidade) e a casa (em espaço rural). Há que alterar esta situação, sobretudo nos lugares mais periféricos, no sentido de aumentar a sua competitividade e oportunidades. Só assim nas áreas de baixa densidade se permitirá a fixação de população.

Entretanto, aumentam as desigualdades regionais, a falta de coesão territorial, encontrando-nos “*territórios em reclusão*”, municípios “*sem um horizonte de esperança no futuro próximo ou longínquo*” (Covas, 2017)<sup>30</sup>. Efetivamente, nos últimos anos, apostou-se sobretudo na infraestruturação do território, mas sem estratégias a longo prazo nem de acordo com o perfil dos residentes e as suas necessidades, desvalorizando o desenvolvimento local. Apenas se favoreceram as acessibilidades na conexão aos núcleos urbanos principais, o que favoreceu os fluxos migratórios.

Obviamente, há que fazer algumas referências às mudanças sociais e políticas, implementadas após a queda do regime ditatorial<sup>31</sup>. Um novo encantamento surgia com 25 de Abril de 1974 e uma industrialização e urbanização aceleradas, conduzindo a que “*a dissociação entre o rural e a agricultura constitui a face mais visível, induzido por um conjunto de processos demográficos, sociais e económicos que conduziram à progressiva “desruralização” do país*” (Pinto, 2015, Pp. 31). Com estas alterações, os territórios rurais entraram num ciclo de perda do tecido humano e económico, do qual ainda não recuperaram.

Com a adesão do país à CEE, em 1986, e na sequência da aplicação da PAC - Política Agrícola Comum - os espaços rurais portugueses vão se transformando, mas aumentando as assimetrias regionais e num contexto nacional e Europeu, uma vez que a PAC não foi claramente benéfica para a agricultura nacional (Pinto, 2015). O setor não se modernizou o suficiente para competir com os parceiros europeus num mercado único.

No presente, os espaços rurais estão a reinventar-se, surgindo novas iconografias mais distanciadas da antiquada imagem do rural tradicional, agrícola e pobre. A competitividade apesar de continuar baixa, aproveitando melhor os recursos das áreas rurais, desde os agroflorestais os associados ao turismo e ao lazer, proteção das paisagens e ambiente e à preservação da etnografia. Correspondem a projetos inovadores que captam algum investimento, gerando emprego e riqueza.

É neste contexto que alguns autores classificam como “nova ruralidade” “*uma oferta de serviços agro-rurais de natureza muito diversa: agro-biológicos, agro-*

---

30 <https://observador.pt/opiniao/interiorissimo-os-territorios-rede-do-grande-pais-do-interior/>

31 No período anterior o Espaço Rural em Portugal foi considerado o modelo ideal pelo Estado Novo e, como tal, foi resistindo à industrialização e à cidade. No entanto, apesar dos esforços para manter este espaço como símbolo da nação, o seu declínio começou no século XX, fruto de inúmeras mudanças sociais.

*florestais e cinegéticos, agroturísticos, recreativos e residenciais, agro-energéticos (...)*“ (Covas, 2008, Pp. 246) entre outros. Este novo dinamismo favoreceu movimentos migratórios de retorno de residentes e visitantes<sup>32</sup>, embora acompanhados pelo encerramento de múltiplos serviços impescendíveis para a população residente.

Assim, na atualidade, o espaço rural é *“cada vez menos, um espaço produtor e, cada vez mais, um espaço produzido.”*<sup>33</sup> (Covas, 2010, Pp. 9). Mais do que nunca, o espaço rural é um espaço de consumo turístico pela sua riqueza cultural, natural, paisagística e ambiental (Silva, 2014), elementos estratégicos que, preservados sustentam a sua revitalização, mas integrando novos atores territoriais e as externalidades.

Nesta nova ruralidade *“aliada à melhoria das condições de vida e das acessibilidades, ao cansaço da vida urbana e à tomada de consciência dos perigos dos fenómenos globais”* (Covas, 2007, Pp. 227), há que *“caminhar no sentido de identificar a contribuição que um novo rural possa dar para a transformação da nossa sociedade”* (Marques, 2002, Pp. 110).

Apesar de durante muito tempo se registar um *“afastamento dos jovens das áreas despovoadas e envelhecidas, devido (...) à ideia (...) que estas áreas rurais são sinónimo de atraso técnico, escassez e privação (...)”* (Pinto, 2015, Pp. 40), começam a existir movimentos contrários associados aos designados de neo-rurais. Trata-se de urbanos *“incursionistas do mundo rural (...) São eles que transformam o paradigma do mundo rural”* (Covas. A, 2010, Pp. 15). Na região duriense podemos observar casos interessantes, como sucede em Marialva com as “Casas do Côro”, um projeto através do qual neo-rurais restauraram casas em ruínas da aldeia e transformando-as em suítes ecosustentáveis, para além de possuírem um restaurante e um SPA.<sup>34</sup> Esse investimento, já consolidado, prossegue recuperando edifícios abandonados, interdependentes da infraestrutura ferroviária localizadas entre o Pocinho e Barca d’Alva.<sup>35</sup> Também em Almendra, sobressai o “Almendra Riverside Lodges” restaurando a estação de Almendra e os anexos para fins turísticos, apostando nomeadamente o Turismo Fluvial no rio Douro. Estes projetos trazem uma nova dinâmica a uma região em declínio.

---

32 Mas ao mesmo tempo, prossegue a política de esvaziamento de serviços públicos destes espaços, sobretudo nos remotos e afastados dos centros urbanos: encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos, Estações de Correios, Tribunais, Serviços de Registos, Finanças e Segurança Social. O próprio Estado abandonou os espaços de baixa densidade, ampliando a sua exclusão territorial, quando deveria, estrategicamente, incutir o declínio cultural, económico e social aumentando a atratividade e a competitividade do mundo rural.

33 *“É certo que a atividade agrícola e florestal ainda delimita a paisagem dominante, mas o mundo rural é, hoje, um palco imenso onde se desenrolam todas as representações do mundo atual, das mais paroquiais e populares às mais cosmopolitas e sofisticadas”* (Covas, 2010, Pp.9).

34 <https://visao.sapo.pt/visaose7e/escapar/2017-06-29-casas-do-coro-o-luxo-mora-na-aldeia/>  
<https://www.publico.pt/2020/03/09/fugas/noticia/casas-coro-vao-douro-sete-casas-linha-ferrea-1906974>

35 Este investimento passa por uma *“concessão de 35 anos e um investimento a rondar um milhão de euros, prevê a recuperação de apeadeiros e casas de manutenção da linha de comboio no Douro.”*

Além destes novos agentes no território, existem outros fluxos pois “há muito quem só encontre sossego e tranquilidade quando está nas áreas rurais, sendo vistas pelos urbanos como espaços de memória, herança cultural, segurança, qualidade de vida e de liberdade” (Reis, 2014 Pp.8). Fixam-se nestes espaços aproveitando o desenvolvimento tecnológico e as recentes rodovias (Reis, 2014). É possível encontrar uma série de “novos actores no mundo rural, fundamentalmente, por falta de identificação com a vida urbana e forte convicção de que a vida no campo é melhor do que na cidade”<sup>36</sup> (Reis, 2014 Pp. 8).<sup>37</sup> Obviamente, estas transformações nem sempre são harmoniosas, como o demonstrou o trabalho de campo, pois as “*próprias formas de sociabilidade entre os neo-rurais e a população local nem sempre são pacíficas*” (Reis, 2014 Pp. 9).

Com estes movimentos demográficos revitalizam-se estes territórios surgindo “investimentos-âncora, para promover ou consubstanciar um novo ciclo de actividades produtivas num território rural de baixa densidade” (Reis, 2014 Pp. 9), recuperando e reabilitando o mundo rural, aumentando a sua atratividade e competitividade.

Em suma, o espaço rural, apesar de menosprezado face ao urbano, recentra-se estrategicamente, valorizando-se de uma forma polivalente, pelo que deve ser incentivado.

#### **1.4.Paisagem e Paisagem Rural**

Já que a RDD é um território essencialmente rural, e que todos os seus concelhos estão identificados como baixa densidade, e sendo esta região reconhecida pela sua singular paisagem, torna-se evidente a necessidade e conceptualizar (ainda que de forma breve) a paisagem e a paisagem rural.

Habitualmente, estabelecemos uma relação entre paisagem e aquilo que visualizamos, sobretudo com os elementos naturais, mas a sua abordagem recua no tempo. Foi o caso de Aristóteles numa época em que os pensadores concebiam a Terra como um espaço com elementos naturais e construídos, onde se cruzava a história do ser humano com a sua necessidade de ordenar o espaço (Picchia, 2009). Imagem registada pela pintura, estudiosos desde tipo de arte como Clark caracteriza vários tipos de paisagem definindo-os como “*paisagem de símbolos*”, a representação, sob influência cristã, pelo que se valorizam os “*jardins do paraíso*”.

---

<sup>36</sup> “ou forte sentimento de ruralidade, aliado a uma certa atracção paisagística ou motivações ecológicas, bem como por razões de desemprego ou de reforma” (Reis, 2014, Pp8).

<sup>37</sup> Existindo residências e solo disponível “optam pela transição para o mundo rural para a concretização dos seus projetos de vida, representando para alguns dos jovens empreendedores uma oportunidade para iniciar a sua primeira atividade profissional ou sucessão geracional no sector primário ou nas actividades de lazer e recreio.” (Reis, 2014 Pp.8).

Com a pintura flamenga, no século XV e XVI, surge a “*paisagem dos fatos*” centrada na realidade, realçando a luminosidade e a busca da verdade (Picchia, 2009). Por oposição, na “*paisagem fantástica*” o incógnito e o enigmático ocupam lugar central, na “*paisagem ideal*” o real se emaranha com a fantasia. Por fim, surge a “*visão natural*” (século XIX) onde elementos como a água, o céu e as árvores são considerados o fulcro da beleza. Com o despontar do Renascimento surgem novas concepções de Paisagem que atingem o seu auge no Romantismo, sendo visualizada então como uma “*realidade espaço-visual*”.

Com a invenção da fotografia e do cinema, observa-se uma democratização e uma maior difusão de paisagens, mas em que esta “*nova expressão, não é mais apenas estática, possui movimento ao relacionar história e imagem*” (Rocha, 2007, Pp. 6).

Sendo esta subjetividade artística contrária ao pensamento geográfico, criaram-se conceitos gerais que, ao mesmo tempo, introduziram o fator “*cultural como modificador dos cenários*” (Rocha, 2007, Pp. 6). Foi o caso do geógrafo Alexander Humboldt que valorizou o conceito paisagem, mas num contexto que, obviamente, foi sofrendo alterações e influências das correntes epistemológicas posteriores. Assim, já em 1925 o geógrafo Carl Sauer ao afirmar que toda a paisagem tem “*uma qualidade orgânica*” (Sauer citado por Rocha, 2007, Pp. 6), induz à percepção da paisagem “*como uma cena contemplada por um observador [se junta à] percepção de diversas cenas individuais*” (Rocha, 2007, Pp. 6), ou seja, a paisagem detém individualidade, mas a sua percepção<sup>38</sup>, sendo subjetiva, reflete as experiências e vivências de cada um.

A evolução terminológica da paisagem também foi indelével e polifacetada. Assim, na atualidade surge associada à sustentabilidade e preservação dos recursos, ao planeamento, como síntese das relações humanas e naturais inscritas na superfície terrestre. Por seu turno, outra abordagem valoriza os elementos naturais e históricos, tentando preservar a paisagem, classificando-a. Noutra visão (anos 80) com fortes raízes culturais, a paisagem era qualquer representação pictórica criada pelo homem, enquanto outra visão dá especial enfoque à produção social do espaço, onde a paisagem é um símbolo da vivência antrópica, afastando-se do determinismo natural.

Quando se aborda a questão da paisagem na atualidade, porém, é imperativo referir a Convenção Europeia da Paisagem<sup>39</sup> (CEP), aprovada em Florença no ano 2000 e que

---

38 Entenda-se percepção como a interação do indivíduo e do meio através de mecanismos cognitivos e preceptivos. (Rocha, 2005).

39 A CEP surge para “*promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio*” (Council of Europe, 2000, Pp.3), mantendo os principais traços distintivos sem esquecer que “*resulta da combinação particular dos atributos definidores do padrão de paisagem por meio dos elementos que distinguem uma paisagem da outra, cujo arranjo é modelado pelas ações culturais e naturais de cada local*” (Luca e Santiago, 2015, Pp. 37).

“compreende a relação entre os aspetos naturais e culturais da paisagem com foco no desenvolvimento sustentável e na relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, económicas e ambientais de cada comunidade” (Luca e Santiago, 2015, Pp. 37). Sendo um recurso económico e natural em mutação constante, deve ser protegido e gerido de forma sustentável, mantendo a qualidade de vida das populações aspeto mensurável a título individual e societário. Há que a gerir de forma sustentável, associada ao Ordenamento da Paisagem e tendo por objetivo a valorização, recuperação e criação de paisagens (Council of Europe, 2000).

No que concerne à classificação da paisagem, recorrendo ao *Landscape Character Assessment*, podemos fazê-lo de duas formas: pelas características diferenciadoras de uma determinada área ou pelos tipos e áreas de carácter, valorizando o rigor (Zotano e Chueca), a exaustividade e a exclusividade<sup>40</sup>.

Em Espanha a preocupação de inserir a paisagem no ordenamento do território surgiu em 2005, com os Catálogos da Paisagem da Catalunha, assumido como um dos melhores instrumentos no ordenamento do território. Nestes documentos identificam-se as diferentes paisagens tendo em atenção as suas componentes económica, sociais e físicas, perspetivando-se a sua conservação e conjugando a dimensão cultural com a natural para aumentar a qualidade das paisagens, a consciencialização social da sua importância e, conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas (Nogué e Sala, 2008). Além destes catálogos foram criadas políticas setoriais com o propósito de incrementar as medidas estabelecidas na CEP<sup>41</sup>. Também os trabalhos da *Countryside Agency* no Reino Unido são referenciados<sup>42</sup>.

O surgimento destas preocupações relacionadas com o estudo da paisagem, da sua identificação e conservação advém, sobretudo, de questões ambientais e de preservação para o futuro dos elementos paisagísticos, entendendo que estes elementos não permanecem estáticos ao longo do tempo, o que exige encontrar um equilíbrio entre a preservação e a evolução, garantindo que a identidade de uma paisagem não é destruída.

---

40 Avaliação de carácter da paisagem holístico e a sua caracterização deve ter em conta a “*identificação, mapeamento, classificação e descrição do carácter da paisagem*” (Luca e Santiago, 2015, Pp. 41), elementos básicos na tomada de qualquer decisão.

41 O carácter da paisagem tem por base aspetos como a vegetação, histórico dos usos do solo, a topografia, entre outros, estando, por isso, fortemente relacionados com os aspetos físicos naturais, enquanto as áreas de carácter da paisagem são mais restritas e limitam-se a tipos específicos de paisagem num determinado espaço. As áreas carácter “possuem características genéricas em relação a áreas do mesmo tipo, mas têm identidade própria. Na maior parte dos casos, haverá mais áreas de carácter do que tipos de carácter, e alguns tipos ocorrerão em mais de uma área.” (Luca e Santiago, 2015, Pp.41). Cada área carácter pode ser constituída por diversos tipos

42 Existem, contudo, outras experiências em Países Europeus desde Irlanda, Reino Unido, França, Bélgica, entre outros, todavia, nestes casos, os catálogos apresentam-se como um instrumento de planeamento, não se limitando à descrição e classificação da paisagem. (Nogué e Sala, 2008).

Esta abordagem de classificação da paisagem é multidimensional e destaca efetivamente os valores paisagísticos como o histórico, o cultural, o simbólico, o ecológico/natural e o estético (Nogue e Sala, 2008). Por outro lado, há que efetivamente preservar a paisagem, algo importante em termos ambientais e económicos. Repara-se que o *marketing* alusivo à promoção turística se fundamenta na paisagem, pelo que há que evitar problemas na sua conservação. No caso da Região Demarcada do Douro ainda não existem problemas decorrentes nomeadamente do turismo massificado, no entanto, houve outros ataques ao seu património paisagístico, fruto da atividade vinícola na região, como se descobre na destruição de socacos por muros de pedra solta. As vertentes económica e tecnológica foram preponderantes nesta opção. Objeto de mutações, nomeadamente com a afirmação da multifuncionalidade paisagística, a paisagem rural, por seu lado, sobrepondo-se à “*paisagem patrimonial (outstanding landscape), com alto valor estético e fortemente identitário, e a paisagem quotidiana (ordinary landscape), cenário percorrido e percebido, no dia-a-dia, pelos habitantes*” (Galvão & Vareta, 2010, Pp. 64).

Sendo a paisagem rural (Galvão & Vareta, 2010, Pp. 66) “*uma construção social condicionada pelas condições naturais*”, mas também pela atividade humana não obstante “*os sistemas agrícolas tradicionais e sua evolução ainda são responsáveis pela estrutura (e transformação) da paisagem rural*” (Galvão & Vareta, 2010, Pp. 64).

Estes espaços sofreram fortes alterações nas últimas décadas, pois de espaços “*essencialmente de produção agrícola para autoconsumo (...) transformaram-se progressivamente em espaços abertos de consumo*” (Galvão & Vareta, 2010, Pp. 67), nomeadamente para o turismo, pelo que “*o campo representa cada vez mais um bem de consumo imaterial (um património mais uma paisagem), daí a necessidade das identidades locais se exteriorizarem de molde a poderem representar um recurso rendibilizável*”<sup>43</sup>(Marques. H, 2008, Pp. 553). Acrescenta-se que na paisagem “*não está explícita nem clara a estrutura fundiária, nas vertentes não se escrutina a dimensão das explorações, a posse da terra, nem a repartição do trabalho, etc*”. Todavia, sem “*integrar estas variáveis não se opera o processo de conhecimento do território, permanecendo opaco.*” (Marques, s/d, Pp. 4).”

A paisagem rural é também um produto de atracção turística, como sucede com a Paisagem Vinhateira do Douro, que sendo um ativo de grande relevância regional deve ser aproveitada como elemento chave na estratégia de desenvolvimento.

---

<sup>43</sup> “*Contudo, este processo, não é isento de riscos, quer pela tendência para a excessiva formatação museológica quer pela contradição entre as aspirações objetivas das comunidades locais, muitas vezes não ajustáveis às conceções de origem exterior*” (Marques. H, 2008, Pp. 553)

## 1.5. Desenvolvimento (Territorial, Regional, Local e Sustentável)

Eis outro conceito indissociável dos espaços rurais. Não existindo uma definição universal para desenvolvimento, fruto da sua complexidade, selecionamos alguns conceitos mais incisivos para a área de estudo. Associado à vida da população e suas expectativas tem como objetivo *“a igualdade de oportunidades para a melhoria e desenvolvimento das capacidades pessoais, em aspetos multidimensionais: físico, mental, cultural, psicológico, espiritual, enfim, humano, e também social”* (Ferreira, 2007, Pp.4). Incidindo a diversas escalas, comecemos pela mais generalista: o desenvolvimento territorial.

### A) Territorial

Sendo um processo, através do qual se observam as modificações/transformações que ocorrem diferentes nos territórios, aí se observam *“os fatores e as condições que condicionam positiva ou negativamente o seu desenvolvimento”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138)<sup>44</sup>. Conceito usado sobretudo depois das décadas de 80/90 do século passado, hoje está relacionado com um *“triplo significado”* onde se destaca *“o clima, localização, recursos locais, dotação de infraestruturas e equipamentos ou características do capital e do trabalho”*, mas também elementos de *“natureza imaterial, como aprendizagem, a confiança, o sentimento de pertença, o capital social, a cooperação ou a governança”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138). Todavia, também não se distancia dos *“processos de globalização das economias e das sociedades, no âmbito de dinâmicas multiescala que tornam obsoleta a diferenciação rígida, até então prevalente, entre desenvolvimento local e desenvolvimento regional”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138)<sup>45</sup>.

Como tal, o uso deste conceito, *“marca uma clara rutura com as visões tradicionais e funcionalistas de análise dos processos de desenvolvimento local e regional”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138), recurso das políticas públicas para garantirem *“uma maior articulação entre políticas setoriais com incidência num mesmo território e de envolver proativamente as comunidades de cada território na*

---

44Estes processos de transformação têm em conta uma série de mutações *“físicas (infraestruturas, paisagens rurais e urbanas, etc.), mas também a estrutura territorial ou o padrão de povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, em particular a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas.”* (Fórum Cidades: <http://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-territorial>”).

45 Estes processos *“deixam de se associar de forma privilegiada a políticas redistributivas que visavam combater as assimetrias territoriais existentes, centrando-se na promoção da capacitação, empoderamento e organização das comunidades e dos atores sociais e económicos de cada território, de modo a poderem decidir sobre o seu futuro a partir da valorização do capital territorial aí existente [...], nuns casos tendo como objetivo aumentar a competitividade no contexto da globalização, noutros visando, sobretudo, promover a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável.”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138).

*valorização dos seus recursos*” (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 138), numa perspectiva integrada de base territorial. Assim se privilegia o “*desenvolvimento endógeno, formulado em função das especificidades de cada território*” (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 139). Recorde-se ainda que o OCDE Territorial Outlook (2001) ressalva que as políticas públicas para além de valorizarem a coesão, os recursos endógenos e a população residente, deve “*develop strategic visions of the medium-term future, implemented through public and private programmes of investment*” (OCDE:238)<sup>46</sup>.

Esta perspectiva é relevante, quando nos referimos às cidades de média dimensão e capitais de distrito que influenciam o espaço duriense onde a designada “*concentração descentralizada*” se generalizou no planeamento regional a partir dos anos 90<sup>47</sup>. Todavia, para que esta estratégia de desenvolvimento tenha sucesso, é necessário que o acesso “*às infra-estruturas e ao conhecimento deverá ser progressivamente desenvolvido, o que pressupõe a adopção de soluções adaptadas às diferentes regiões*” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, Pp. 2939) e uma gestão prudente.<sup>48</sup>

O desenvolvimento territorial não visa apenas “*o crescimento económico das respetivas regiões, mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista económico, social, ambiental e cultural*” (Fórum das Cidades, s/d), pelo que se deve valorizar “*uma dimensão fortemente qualitativa, requerendo uma significativa coerência ao nível da conceção e concretização de políticas públicas*” (Glossário do Desenvolvimento Territorial, 2011, Pp.10).

Conceito muito valorizado na Europa, desde o pós-segunda grande guerra, proporcionou um crescimento económico sob políticas públicas de “*regulação do uso do solo, o ordenamento de infraestruturas e a atribuição de incentivos para atrair investimentos (...) criar emprego, disponibilizar serviços e reduzir os desequilíbrios territoriais*” (Glossário do Desenvolvimento Territorial, 2011, Pp.10). Esta estratégia é visualizada a diferentes escalas, já que a “*valorização e racionalização dos recursos a nível das comunidades locais e regionais*” (Ferreira, 2007, Pp. 28), é fulcral, associando “*a novas formas de governança territorial*” (Ferreira, 2007, Pp. 28). Aliás, a escala

---

46 Aliás, a OCDE, acrescenta que “*A more balanced, polycentric urban-rural structure is an explicit objective of territorial policy. There are tensions within these policies due to the fact that many cities with higher than average levels of productivity have an important role to play in reducing disparities, whereas the pull of the city can also undermine prospects for rural regions.*” (OCDE, 2001, Pp.278)

47 Que se poderá traduzir numa “*A better balanced settlement system might also reduce the pressures of growth in metropolitan areas. This can require measures to improve rural areas, which in any case have specific needs given their importance in strategies of sustainable development*”(OCDE, 2001, Pp.279)

48 A consulta destes documentos é essencial pois consagram a “*coesão territorial como uma das componentes da política de coesão comunitária, sobre o papel das políticas de base territorial e da territorialização das políticas setoriais.*” (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp.139)

municipal sobressai, promovendo “*um conjunto de estratégias e iniciativas tendo em vista a promoção do desenvolvimento territorial, sendo estas, (...) cada vez mais, de natureza imaterial e organizativa, associada à crescente preocupação com as questões sociais e o desenvolvimento económico*” (Azevedo,2010, Pp.103).

Outro facto importante e que se torna ainda mais relevante, designadamente na Região Demarcada do Douro, é que as dinâmicas desenvolvimentistas não se circunscrevem “*a uma política agrícola, mas a uma política rural mais ampla e integrada*” (Azevedo, 2010, Pp.104). Assim se criaram redes com o objetivo de promover estes territórios, sobretudo os rurais, interligadas com a iniciativa LEADER como o PRODER, através dos quais tenta consolidar uma base associativa, envolvendo “*instituições [como] os Municípios (ou associações municipais), escolas (profissionais e superiores), associações culturais e sociais, associações ou cooperativas de produtores, associações industriais e comerciais, e outras instituições públicas ou para-públicas*” (Azevedo, 2010, Pp. 323). A sua importância é inquestionável, assim como os GAL – Grupos de Ação Local, embora na sequência da recente racionalização de recursos financeiros e da falta de autonomia, esta abordagem se visse restringida.

Esta questão do local, das associações e da comunidade é muito relevante, estratégica “*para conseguir um correcto desenvolvimento territorial e social através da valorização e racionalização dos recursos a nível das comunidades locais e regionais. Isto estará ligado, necessariamente, a novas formas de governança territorial*” (Ferreira, 2007, Pp. 28). O envolvimento dos diferentes actores é fulcral para criar uma rede que envolva a população, aproximando-a dos decisores e das próprias políticas.

## **B) Regional**

Há, porém, que realçar o desenvolvimento à escala regional. E apesar de em Portugal não existirem regiões, as CCDR gerem os quadros comunitários a esta escala institucionalizando as respetivas as políticas europeias perspetivando “*o aumento da riqueza de uma região, quer como as actividades que conduzem a esse aumento*” (Fórum das Cidades, s/d). Conjugam a vertente económica, mas também os aspetos sociais e culturais. O desenvolvimento regional de facto “*constitui uma dimensão do planeamento do uso do solo visando a organização das infraestruturas e a gestão do crescimento dos aglomerados e das áreas não construídas à escala da região*” (Glossário do Desenvolvimento Territorial, 2011, Pp. 8).

Estratégias europeias impulsionadoras das políticas à escala regional, induzem ao desenvolvimento, à convergência e à coesão territorial a vários níveis que não apenas o

económico.<sup>49</sup> Na realidade, as políticas regionais são abrangentes e abarcam vários domínios, proporcionando que as regiões que mais necessitam receberam amplos fundos de coesão. Constituem, pois, um forte alavanque às regiões mais desfavorecidas da Europa numa perspetiva multidisciplinar, polivalente: *“in order to produce the highest rates of growth in these regions. Considerable investments were made to connect peripheral areas with transport infrastructure, particularly rail, due to the rising price of fuel. Since these less-affluent areas were more dependent on agriculture, only minor reforms were made to the CAP budget. As in the trend scenario however, the emphasis shifted from production to rural development, sustainability and diversification”* (Lennert, 2010, Pp. 13)

Ultimamente o desenvolvimento rural está também no cerne das políticas europeias, mas sobretudo, a ligação urbano-rural, considerada estratégica para o desenvolvimento regional, *“mas têm distintos tipos e naturezas, e, por isso, são difíceis de delimitar de forma homogénea ao nível europeu”* (Azevedo,2010, Pp. 32). Não obstante, é preciso reconhecer que é nos núcleos urbanos que se concentram *“os recursos e a base institucional fundamental para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional, as quais são fundamentais para a estruturação espacial e a articulação entre as dimensões global e local”* (Azevedo,2010, Pp. 95)<sup>50</sup>.

Por outro lado, a valorização de políticas diferenciadas como as *“placed-based approach”* preconizadas no Relatório Barca em 2009, são essenciais para *“infused with a ‘smart specialisation’ perspective (...) based on fostering the key innovative assets of each region and on identifying key areas of weakness and the combination of advantages that can stimulate growth* (Cataldo & Monastiriotis, 2018, Pp.5). E, embora o desenvolvimento regional seja *“a collective social endeavour in which national and supra-national levels play their part, the regional level is the most important part of the process”*, porque possuem *“a greater commitment to or knowledge of a region than the individuals and organisations that are based there”* (União Europeia, 2012, Pp. 32). Neste contexto, é imperativo referir os municípios que *“são ainda um pilar fundamental para a capacitação institucional e de promoção do desenvolvimento ao nível local e*

---

49 *“The regional development policies promoted by the European Union have evolved over time. In its origin, EU Cohesion Policy was conceived as a tool to counterbalance the regional disparities inevitably emerging from the market system (Armstrong, 2011). The main focus was on physical capital investment, particularly transport infrastructure, and the primary objective was economic convergence (European Commission, 2014)”* (Cataldo & Monastiriotis, 2018, Pp. 5).

50 E assim se incentiva o desenvolvimento de uma rede de cidades de média dimensão (PNPOT) como um dos objetivos principais da estratégia nacional de ordenamento do território, potenciando as ligações dessas cidades a centros urbanos mais reduzidos como as sedes de concelho fulcrais para as comunidades rurais. Todavia, não podemos ignorar que *“Um bom sistema de governança passa pela diminuição dos conflitos institucionais, onde os interesses coletivos urbano-rurais se sobrepõem aos interesses particulares ou locais”* (Azevedo, 2010, Pp.330)

*regional*” (Azevedo, 2010, Pp. 330), mas conectados em rede, pois medidas isoladas podem não ser suficientes para o desenvolvimento regional. Há, pois, que “*promover uma maior colaboração entre os vários municípios, reforçando os compromissos e as parcerias que visem o desenvolvimento regional*” (Azevedo, 2010, Pp. 330)<sup>51</sup>.

O desenvolvimento regional abrange também a inovação, a especialização inteligente, as “*Innovation Strategies for Smart Specialisation*” (RIS3) que surgem para mitigar os erros do passado no que concerne ao desenvolvimento e às políticas regionais.

Há, contudo, que monitorizar as iniciativas, as estratégias e os seus reflexos. Uma boa forma de avaliar e monitorizar as dinâmicas regionais é através do “*Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*” (ISDR), desenhado com base em três pilares: competitividade, qualidade ambiental e coesão. Através deste índice podemos verificar se as políticas regionais estão a ter efeitos a médio e longo prazo.

Por fim, é necessário entender que as políticas de desenvolvimento territorial estão em constante mutação, fruto das experiências e estratégias implementadas ou na sequência de crises financeiras, mas detem “*a greater role for partnership and public participation, technological innovation and globalisation modify the means and ends of policy. A survey of policy trends and innovations is therefore needed at regular intervals to keep abreast of developments, and to identify key issues and policy instruments for further in-depth study*” (OCDE, 2001, Pp. 275)

### **C) Endógeno ou Local**

Segundo Antonio Pichi o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como local “*produced mainly by local impulses and grounded largely on local resources*” (Terluin, 2003, Pp. 332). Em meio rural (Lowe et Al) a ênfase deve apontar para a “*rural diversification, bottom-up approach, support for local business, encouragement of local initiatives and local enterprises, and provision of suitable training*” (Terluin, 2003, Pp. 332). Muitos autores consideram o desenvolvimento endógeno similar ao desenvolvimento local, sobretudo devido à perceção “*da inequação da concessão funcionalista e disfuncionista de desenvolvimento regional*” (Dicionário da Geografia Aplicada, 2016, Pp. 131).

Embora ambos os conceitos (desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local) tenham surgido nos anos 70, o desenvolvimento local valorizou-se na década seguinte, apoiando-se em “*pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capazes de*

---

51 Este problema foi muito perceptível no contacto estabelecido com os vários municípios da RDD.

*promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações”* (Rigueiro, 2014, Pp. 23). Este desenvolvimento deve ser sustentável dilatando *“a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando o rendimento, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais”* (Silva & Barros, 2008. Pp. 9). No entanto, o desenvolvimento local interage *“com as escalas regional e nacional que geram e redefinem as ameaças e oportunidades deste desenvolvimento local”* (Oliveira e Coelho, 2010, Pp. 137).

Multiplicando-se os exemplos da aplicabilidade deste conceito (Castells e Borja) são mais eficazes quando se inscrevem num *“ambiente político e social favorável, expresso na convergência mobilizadora das vontades dos actores municipais em torno de determinadas orientações para o desenvolvimento”* (Buarque, 2002, Pp. 30), realçando-se os stakeholders, grandes dinamizadores em meios rurais, (Oliveira e Coelho, 2010). Como seria expetável, também existem exemplos negativos.

No que diz respeito a territórios de baixa densidade *“as autarquias locais assumem um papel preponderante, funcionando como pivôs na dinamização de estratégias locais, em virtude das fragilidades institucionais locais/regionais e da resistência do poder central em experimentar políticas públicas de base territorial”* (Azevedo, 2010, Pp.9). Como nestes territórios se requer a *“recomposição dos equipamentos sociais e o refazer das sociabilidades”* (Azevedo, 2010, Pp.81), o desenvolvimento local tem de criar metodologias capazes de *“refazer o rural, tornando os espaços rurais atractivos e capazes de fixar velhos e novos residentes”*.

#### **D) Sustentável**

Emergente nos anos 70 do século XX, ao perceber-se que *“Evolução demográfica e económica registada no pós-guerra, estava a pôr em causa os modelos de crescimento da economia”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 137), afirma-se em 1987, no Relatório Brundtlan.

O desenvolvimento sustentável deve pautar-se pela redução das assimetrias e *“apoio ao desenvolvimento policêntrico equilibrado, a criação de medidas para a revitalização de aglomerações em declínio, o aumento da eficiência das redes de transporte e energia, a prevenção e redução dos potenciais danos provocados por riscos naturais, a protecção e melhoria do ambiente natural e construído (...)”* entre outras apostas *“a promoção de práticas agrícolas e florestais amigas do ambiente, a obtenção de um equilíbrio entre a preservação do património cultural existente, a atracção de novos investimentos e o apoio às comunidades residentes e trabalhadoras nas áreas urbanas e*

*rurais e o aumento da participação pública nos processos de desenvolvimento territorial*” (Glossário do Desenvolvimento Territorial, 2011, Pp. 10)

Embora difícil, este objetivo é viável desde que se desenvolvam projetos territorializados, enquadrados social e ambientalmente: *“A sustentabilidade será atingida quando se tiver certeza, por exemplo, do que produzir, onde produzir, qual a quantidade, quem produzirá, para quem serão vendidos os produtos produzidos, entre outros”* (Haliski e Floriani, 2009, Pp. 6)

## **E) Rural**

Quando falamos em Desenvolvimento Rural estamos a referir-nos a umas das mais ambiciosas metas, de difícil concretização. Do ponto de vista conceptual, o desenvolvimento rural na atualidade privilegia o endógeno, a proximidade, todavia sofrem duas mudanças de paradigma, *“a primeira em meados dos anos 60 do século passado em que a produção familiar passou a ser peça chave no desenvolvimento; e a segunda, durante os anos 80 e 90, quando as políticas de desenvolvimento rural foram reorientadas, adotando a direção de baixo para cima numa tentativa de aproximação aos processos locais”* (Natário, Braga e Rei, 2010, Pp. 113).

Para estabelecer estas políticas para os territórios rurais é necessário fazer um diagnóstico que inclua as debilidades e potencialidades existentes, no sentido de estabelecer políticas contextualizadas e coordenadas entre o poder local, regional e central. Só desta forma se atenua o seu declínio que *“mesmo as políticas específicas, supostamente vocacionadas para a sua sustentação, não têm conseguido contrariar.”* (Ribeiro, 2010, Pp.21). Por isso, há que *“incentivar os investimentos e iniciativas geradoras de desenvolvimento económico e criar factores de competitividade”* (Natário, Braga e Rei, 2010, Pp. 114).

Inquestionavelmente, o desenvolvimento rural ocupa as agendas governamentais na atualidade, fruto da perda do declínio que estes espaços enfrentam. Na Europa, para mitigar este problema, persiste num avantajado orçamento associado à Política Agrícola Comum, todavia nem sempre é muito eficaz como sucede em Portugal. Pedro Ribeiro (2010) afirma que os espaços rurais estão aprisionados à perifericidade, declínio demográfico e débil formação técnica, sendo, por isso, necessário criar políticas específicas para estas áreas. Uma das soluções implica a transformação da PAC numa autêntica *“Política de Desenvolvimento Rural”*, numa *“abordagem integrada do desenvolvimento rural, articulando as componentes sectoriais e territoriais num quadro estratégico coerente”* (Ribeiro, 2010, Pp. 21) que inclua *“extratos dinâmicos da*

*população e investimento em actividades valorizadoras dos recursos endógenos, dirigindo-se a novas procuras nos domínios do turismo e do lazer”* (Fernandes, 2010, pp. 20). Só neste contexto se perceberão e potencializarão as especificidades endógenas, dinamizando os espaços rurais de uma forma sustentável. Neste processo “*Todos os actores (governos supranacional, nacional, regional e local e os stakeholders locais públicos, privado, ONG) são chamados a intervir e a assumir um papel ativo e dinamizador*” (Natário, Braga e Rei, 2010, Pp. 115) valorizando os recursos endógenos de qualidade que estimulam o desenvolvimento local, mas num contexto “*não sectorial envolvendo vários sectores das economias rurais (turismo rural, manufactura, TIC, indústria, etc)*” (Natário, Braga e Rei, 2010, Pp. 116) criando emprego, melhores acessibilidade e serviços. Assim, se ampliará a coesão territorial, invertendo as anteriores tendências europeias, mas contemplando a grande diversidade de espaços rurais, forma de evitar o privilégio dos espaços contíguos aos grandes núcleos urbanos “*enquanto outras áreas rurais continuaram a deparar-se com as restrições resultantes da sua localização remota e da sua marginalização, que conduzem ao êxodo populacional*” (Glossário do Desenvolvimento Territorial, 2011, Pp. 9).

Por fim é necessário entender que o desenvolvimento rural deve ser abrangente, polifacetado, adaptando no quadro territorial a intervir, pois só com políticas e estratégias adequadas se poderá atingir desenvolvimento sustentável, incrementar uma efetiva coesão territorial.

## **F) Coesão Territorial e Competitividade Territorial**

Conceito que surgiu 1997 no Tratado de Amesterdão desenvolvido no Tratado de Lisboa, perspectiva a “*promoção do desenvolvimento harmonioso dos territórios, valorizando a diversidade e complementaridade territorial, o que alia o sentido de coesão (que advem de um dos conceitos pilares da Política Regional Da Europeia) à valorização da dimensão territorial nos processos de tomada de decisão*” (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 88)<sup>52</sup>.

Embora as discrepâncias entre as regiões seja preocupação constante nas políticas europeias, como é evidente já no tratado de Roma, perante a persistência e até o agravamento destas assimetrias surgem novos instrumentos políticos comunitários que reforçam a coesão territorial e a convergência, razão pela qual a “*Política de Coesão*”

---

<sup>52</sup> É também importante salientar que com as políticas de coesão se promove um desenvolvimento harmonioso da comunidade “*tendente ao reforço da sua coesão económica e social. Em especial a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas.*” (AD&C, 2018, Pp. 25)

assume um realce efetivo no “*orçamento global da União*” (AD&C, 2018, Pp. 25). Uma das formas encontradas para diminuir as disparidades incidem na criação de emprego e o crescimento económico através de um “*model of multi-level governance it involves local and regional actors in the policy design and delivery, bringing in more efficiency and local knowledge*” (European Union, 2008, Pp.4), em conformidade com outras estratégias “*in the field of state aids, environment, transport, support for innovation or the information society*” (European Union, 2008, Pp.5). Ainda assim, os resultados não são os mais positivos, pelo que as críticas se sucedem, pois considera-se que há uma alteração de paradigma.

Muito relacionado com a competitividade territorial, com a afirmação e promoção duma região, surge o Marketing territorial. Outros dos recursos utilizados para se atingir um desenvolvimento sustentável e coeso é também o marketing territorial. De fato, num mundo globalizado, conectado, onde existe alguma cooperação mas também competição a fim de captar “*recursos, investimentos, negócios, residentes e até visitantes e turistas, capazes de gerar dinâmicas positivas no(s) território(s) palcos destes movimentos*” (Barros e Gama, 2010, Pp.2), o marketing territorial não só promove os lugares, permitindo “*conhecer com maior pormenor a realidade territorial, criar novas atrações, nalguns casos com base em elementos existentes, noutros em elementos novos*” dinamizando o tecido económico local, o seu carácter distintivo, a identidade do território em causa, criando e desenvolvendo “*uma marca territorial (...) procurando assegurar a satisfação de cidadãos, investidores e visitantes, procurando ainda atrair novos públicos*” (Plano de Marketing Tâmega e Sousa, 2015, Pp.15). Baseia-se na promoção paisagística e do património lembrado e reutilizado “*sendo em alguns casos, um reviver da herança histórica do lugar e noutros casos o palco de um contínuo de animação. Outra estratégia de marketing territorial prende-se com a criação de um calendário cheio de eventos bem publicitados, espetáculos desportivos e festivais culturais criados para atrair residentes e turistas*” (Fidalgo, 2007, Pp.31).

Em suma, o marketing territorial deve ser compreendido como um auxiliar do desenvolvimento, nomeadamente em meio rural, tendo em consideração as “*expectativas e necessidades dos residentes, turistas e investidores; uma análise integrada e prospetiva destinada a atuar; uma perspectiva de desenvolvimento sustentável que promova a identificação territorial e uma prática de promoção territorial destinada à visibilidade e notoriedade dos lugares*” (Fidalgo, 2007, Pp.33). Eis uma ferramenta fulcral também para o turismo em espaço rural, uma das apostas estratégicas na dinamização da RDD.

## Capítulo 2: O Turismo, um motor do desenvolvimento a diferentes escalas

### 2.1. Breve enquadramento histórico e conceptual

Dada a importância estratégica que o turismo detém no desenvolvimento sustentável da RDD, há que apresentar alguns fundamentos. O homem sempre sentiu necessidade de se deslocar. Aliás, nos primórdios, para sobreviver, o ser humano era nómada, mas após a sedentarização as necessidades de deslocação continuaram, se bem que, sobretudo, para “*estabelecer relações comerciais e desenvolver actividades exploratórias*” (Barros, 2015, Pp. 18). Posteriormente é que surgirá o turismo.

Estamos perante dois conceitos distintos, viagem e turismo, pois se turismo implica obrigatoriamente deslocações, mas em lazer, a viagem pode ter fundamentos vários como profissionais, estudo, entre outros. Aliás, a noção de viagem não se manteve *standard* ao longo do tempo, pois no passado as viagens eram longas, incómodas e inseguras, sendo concretizadas apenas pelas elites (Montejano, 1998). Tinham por base fatores económicos ou políticos e, ocasionalmente, “*os desejos de descanso e saúde, (...) moviam as classes privilegiadas aos centros termas*” (Neves, 2005, Pp. 8).

As viagens associadas a objetivos turísticos, porém, recuam à “Babilónia do século VI a.C., onde o museu Ennigaldi-Nanna's, tido como o mais antigo do mundo, captava visitantes de outras paragens” (Barros, 2015, Pp. 18). No Egipto, as classes privilegiadas visitavam os monumentos e frequentavam festivais religiosos, enquanto na Grécia os jogos olímpicos eram motivo de deslocações (Barros, 2015).

Já durante o império Romano, no período estival, multiplicavam-se as deslocações a Roma com visitas a “*templos e santuários, assistiam a festividades e concorriam a banhos termas nas termas*” (Neves, 2005, Pp. 8). Possuíam já “guias de viagem” com rotas pré-definidas, em *latim*, aproveitando um clima de paz, o que facilitou o incremento das viagens, consideradas essenciais no processo de formação. Aliás, Roma controlava uma grande infraestrutura viária o que conectava todo o império (Barros, 2015).

Com a queda do império romano e as invasões bárbaras, as viagens restringiram-se, cenário que se prolongou durante o período feudal em que se sucederam as batalhas, a instabilidade e a periculosidade. Com a expansão cristã teve início “*uma nova actividade turística*” (Neves, 2005, Pp.8) intimamente ligada à religião<sup>53</sup>, existindo equipamentos de apoio aos peregrinos, sobretudo em meio monástico. Posteriormente

---

<sup>53</sup> Destacam-se como fortes pontos do Turismo Religioso da época: Roma, Terra Santa, Santiago de Compostela e ainda Monte Saint-Michel e Cantuária. (Barros,2015).

surgirão as estalagens, tabernas e hospedarias, referenciadas em “*guias e roteiros*” (Barros, 2015, Pp. 20) a fim de orientar os peregrinos. Também as cruzadas na Reconquista Cristã, impulsionaram as viagens, proporcionando a deslocação de “*soldados, peregrinos e mercadores*” (Neves, 2005, Pp. 8).

Pelo século XII surgem na Europa as primeiras universidades ainda que, em 1088, se referencie a de Bolonha como sendo a primeira universidade medieval da Europa.<sup>54</sup> Estamos perante um novo estímulo de viagens na Europa, mas justificadas pelo intuito cultural, formativo.

No século XIV “*viajar torna-se um fim em si mesmo, um modo de aprendizagem e de auto-realização*” (Barros, 2015, Pp. 20), cenário que se alterou com o renascimento quando se “repscaram” as civilizações clássicas, implantando-se a “época de ouro”, apostando num futuro “de luz” e influenciando as atividades humanas, incluindo o turismo ou a vilegiatura. Movimento estival que era protagonizado pelas elites urbanas que rumavam aos espaços rurais.

Em simultâneo recuperaram as viagens educacionais, através das quais, depois do século XVI “*os jovens nobres ingleses [marcam] a sua passagem para a vida adulta com uma viagem que [...] durava de um a três anos*” (Barros, 2015, Pp. 21), visitando as cidades do Norte de Itália e, nos séculos XVII e XVIII, Paris, Praga, Amesterdão, Viena e Munique. Se inicialmente estas viagens se restringiam aos jovens aristocráticas ingleses e seus tutores, no século XVIII alargaram-se às elites de outras nações e às classes sociais urbanas abastadas, assumindo-se como fenómeno social. Assim, a “*Grand Tour*” servia para a promoção pessoal (Rodrigues, 2014), sendo incompatível com conflitos armados (Salgueiro, 2002).

Já nos finais do século XVIII e início do século XIX, com a Revolução Francesa e as guerras napoleónicas, limita-se o *Grand Tour*, embora os “*herdeiros e herdeiras da costa Leste americana, continuam a vir à Europa*” (Barros, 2015, Pp.21). Será, porém, a revolução industrial, aliada ao desenvolvimento dos transportes a vapor (comboio ou barco) e à macadamização das estradas, que facilitará a intensificação das viagens, turísticas ou não, embora mais limitadas do que as “*Grand Tour*” (Barros, 2015). Incrementou-se também a ligação dos espaços rurais às urbes e, com estas revoluções técnicas, o surgimento do turismo moderno.

Neste contexto, surge o turismo de montanha<sup>55</sup>, o balnear e o termal, adquirindo especial relevância os dois últimos para as áreas rurais, incluindo a Região Demarcada

---

54 Além de Bolonha destacam-se Paris, Oxford e Montpellier, atraindo estrangeiros que se deslocavam para estes locais a fim de se formarem.

55 Justificado pela importância da natureza no romantismo, movimento que surge finais do século XVIII.

do Douro. A Europa aposta no turismo. Neste contexto é inevitável a referência a Thomas Cook, o “pai do turismo moderno” pois delineou uma excursão para cerca de 500 pessoas, o que constituiu os primórdios dos atuais pacotes turísticos. Corria o ano de 1841 (Barros, 2015). Quatro anos mais tarde, “apercebendo-se do potencial dos caminhos de ferro” (Barros, 2015, Pp. 17), criou um negócio de sucesso sobre viagens, abrangendo múltiplas cidades e incluindo guias turísticos e unidades hoteleiras, dentro e fora de Inglaterra. Esta atividade proliferou, surgindo novas agências e outros serviços, substituindo-se ainda as hospedarias da idade média por modernos hotéis na Europa e na América do Norte, alguns de renome como o Hotel Savoy na Inglaterra.

Com o início do século XX dá-se uma estagnação, designadamente durante a primeira Grande Guerra (1914 e 1918) e, só com o restabelecer da paz na Europa e a recuperação económica, patrimonial e social, se revitalizou o turismo. Entretanto, surge o “Crash The Wall Street” em 1929 e a II grande Guerra.

Com o desenvolvimento da aviação no início do séc. afirma-se um novo impulso do turismo, reduzindo-se muito o tempo de deslocação, sobretudo nas viagens intercontinentais. Posteriormente, dada a evolução técnica registada no setor da aviação, incluindo a segurança<sup>56</sup>, aproximam-se locais remotos do planeta, aumentando os fluxos turísticos. Obviamente também o transporte marítimo alavancou o turismo e outro tipo de mobilidades.

É, porém, após a II Grande Guerra que se assiste a um grande aumento do fluxo turístico, massificando-se associado à democratização das férias pagas aos trabalhadores, (Neves, 2005). Para tal contribuiu a ausência de conflitos armados significativos, o crescimento das economias ocidentais (Europeia e Americana) e a melhoria significativa dos sistemas de educação e cultura<sup>57</sup>. Neste período, o automóvel suplantou o comboio e o autocarro enquanto o avião aglutinava as deslocações mais distantes.

A década de 70 pode ser considerada o bastião da massificação turística, apostando em inovações como os parques de diversões (Disneylândia e o Europa-Park). Não obstante, o ressurgir de conflitos como o que sucedeu em 1973, com o confronto israelo-árabe e a crise petrolífera associada, tal interferiu negativamente enquanto em 1989, a queda do Muro de Berlim, bem como a desintegração da URSS em 1991 e outros

---

56 Neste âmbito existe a Aviation Safety Network que é uma base de dados existente desde 1996 e que contém informação sobre acidentes aéreos independentemente das suas causas.

57 Acrescentam-se ainda alterações sociológicas e laborais, o aumento dos rendimentos e ainda a crescente procura pela população urbana do campo/natureza, o desenvolvimento tecnológico do setor dos transportes e a sua maior competitividade. Por fim, a aguerrida aposta no *marketing* levando informação sobre destinos e despertando a curiosidade no potencial turista (Neves, 2005).

acontecimentos históricos recentes, tiveram consequências (positivas) na atividade turística.

Resta fazer algumas referências à liberalização do transporte aéreo<sup>58</sup>. Concebida, em 1990 com a “*«Iniciativa do Céu Único Europeu» (SES)*” (Oliveira, 2016, Pp.28), já em 1993 com a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais indissociável do Acordo de Schengen que pôs fim ao controlo fronteiriço interno e possibilitou “*às companhias aéreas operarem em qualquer rota dentro da União Europeia sem limitações quanto à capacidade de transporte*” (Oliveira, 2016, Pp. 29).

Com o surgimento das *Low Cost*<sup>59</sup> aumentou substancialmente o número de *city breaks*, mas também as incertezas, pois este turista é “*altamente sensível ao preço, não fiel ao destino e que viaja sempre por um período de tempo muito curto*” (Oliveira, 2016, Pp.31). Apesar de todas estas alterações, a Europa ainda é o principal destino “*recebendo mais de metade dos turistas internacionais*” (Barros, 2015, Pp.25), enquanto os principais mercados emissores são a China, os EUA e a Alemanha.

Para tentar uma coordenação dos fluxos turísticos à escala mundial os e os seus reflexos, coordenar-se sucederam-se as conferências organizadas pelas Nações Unidas<sup>60</sup>, enquanto em 1970, no México, foram adotados os estatutos da Organização Mundial do Turismo e, em 1974, a Organização Mundial do Turismo<sup>61</sup> (OMT), perspetivando “*promotes tourism as a driver of economic growth, inclusive development and environmental sustainability*”<sup>62</sup>. Sucedendo-se as reuniões, no início do século XXI, foram disponibilizados vários documentos estratégicos e orientadores sobre o turismo. Por outro lado, ainda em 1998, foi criada a THEMIS Foundation, integrada na Organização Mundial do Turismo (UNWTO).<sup>63</sup>

No sentido de aumentar a operacionalidade, em 2001, discutiu-se a transformação da OMT numa das agências das Nações Unidas, o que acabou por acontecer em 2003,

---

58 Processo acompanhado por regulamentações europeias, a liberalização do sector aéreo, até então monopolizado pelos diferentes estados, e a melhoria das infraestruturas rodoviária e ferroviárias, fomentaram o setor turístico aumentando a sua competitividade e facilitando a mobilidade por via aérea, sobretudo com as viagens low cost, apesar do uso de aeroportos secundários (Oliveira, 2016).

59 A liberalização do setor aéreo obrigou, pois, as companhias tradicionais (*legacy*) a repensarem toda a sua estratégia de mercado e de *marketing*, setorizando a oferta de acordo com o estatuto social, o poder de compra, a idade, ou seja, o perfil dos potenciais clientes. Com estas novas estratégias, diversificam-se também os destinos turísticos, abrindo-se a regiões receptoras que até então não constavam no mapa turístico mundial/regional (Oliveira, 2016). Tal obriga a que as regiões ou cidades se tornem mais competitivas e melhorem as suas estratégias de *marketing* a fim de serem as prediletas dentro de uma vasta gama de oferta.

60 como a de 1954 (New York), duas em 1963 (Roma e Londres) que conduziram a que o de 1967 fosse declarado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional do Turista.

61 Atualmente a OMT é constituída por 156 países, seis membros associados e observadores (Vaticano e Palestina) e 500 organizações afiliadas. Desde 2018 o secretário geral é Zurab Pololikashvili, natural da Geórgia.

62 (OMT, Retirado de: <http://www2.unwto.org/content/who-we-are-0>).

63 Tendo como objetivo “*implementing the work programme on Education and Training of the World Tourism Organization (UNWTO), with the objective of supporting Member States in the formulation and implementation of educational policies, plans and instruments which effectively contribute to an improvement in the quality, competitiveness and sustainability of the tourism sector.*” (THEMIS, Retirado de: <http://themis.unwto.org/>).

ano em que na Conferência Internacional sobre Mudança Climática e Turismo, realizada na Tunísia, se debateram as interferências das alterações climáticas no turismo. Em 2009, a OMT desenvolveu e apresentou o Roteiro de Recuperação onde o turismo é observado como um revitalizador das economias dos países.

Tendo a OMT uma atuação mundial surgiu, ainda em 1948, na Europa, a Comissão Europeia de Viagens (European Travel Commission – ETC<sup>64</sup>), mais tarde desagregada da OMT. Sendo a ETC uma plataforma colaborativa e de discussão direcionada aos profissionais do setor, nunca foi um órgão com poder formal, apesar do seu trabalho exemplar “*experts and stakeholders with a shared vision, which they tried to promote in all the arenas where they worked*” (ETC, 2018, Pp. 27). No presente, a ETC desenvolve trabalho em turismo assente em pesquisa, marketing e apoio jurídico.

## **2.2. Turismo e o Turismo em Espaço Rural: Um impulsionador/revitalizador territorial**

Definir em termos teóricos turismo é complexo. De acordo com a OMT, trata-se de “social, cultural and economic phenomenon related to the movement of people to places outside their usual place of residence, pleasure being the usual motivation” (UNWTO, 2008, Pp.1) ou, como refere Oliveira, “um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos, que têm por finalidade prestar uma série de serviços às pessoas, que dedicam o seu tempo livre a viajar, convertendo-se em turistas ou em excursionistas” (Oliveira, 2016, Pp. 17).

Existem múltiplos tipos de turismo e, segundo a própria OMT (Ruiz e Armand), pode sintetizar-se em três tipos: turismo interno, turismo recetor e turismo emissor. O turismo interno abrange as atividades exercidas no seu país de residência, independentemente de ser uma viagem de turismo doméstico ou internacional. Por seu turno, o turismo recetor engloba as atividades de um visitante não residente dentro do país, enquanto o turismo emissor refere-se às atividades de um visitante fora do seu país de residência (Oliveira, 2016). Da conjugação dos elementos anteriores surgem três categorias distintas: o turismo interno, o turismo nacional e o turismo internacional (Oliveira, 2016).

Apesar de serem inúmeras as definições sobre turismo, o estudo do fenómeno é recente, acompanhando a relevância deste setor na sociedade e a necessidade de garantir uma evolução sustentável (Almeida, 2010). Em constante mutação sucedem-se, de facto,

---

64 Na fundação estavam presentes 16 estados, tendo atualmente 32 países membros, 33 Organizações Nacionais de Turismo e 14 associados privados.

as teorias como a de Leiper que elabora um “*modelo conceptual da actividade turística [onde] inclui três diferentes áreas ou regiões geográficas que são definidas como região geradora, região receptora e região de transito*” (Leiper citado por Rodrigues, 2014, Pp. 5). O mesmo autor acrescenta que existem relações entre estas componentes e o meio circundante seja “*humano, sociocultural, económico, tecnológico, físico, político, legal*.” (Almeida citado por Rodrigues, 2014, Pp. 5).

Já segundo Boniface e Cooper (citados por Rodrigues, 2014, Pp. 5) a região geradora é onde o turista reside e onde regressa (Leiper citado por Rodrigues, 2014, Pp. 5) sendo induzido a viajar pelo marketing e interesses pessoais. A Região de Trânsito que, por seu lado inclui a conexão entre a região geradora e a região recetora, afetando os fluxos entre as referidas regiões em conjunto com outras externalidades como tempos de viagem, acessibilidades e meios de transporte ou ainda o nível tecnológico (Rodrigues, 2014). Por fim, a região recetora deve apresentar características de atratividade que justificassem a mobilização dos turistas. Obviamente, a região recetora é considerada a mais importante no conjunto das três regiões do sistema turístico, dados os impactos dos fluxos turísticos, pelo que “*a gestão e planeamento assumem maiores níveis de importância*” (Boniface e Cooper citado por Rodrigues, 2014, Pp. 6). Aqui se estabelece uma série de experiências e vivências diferenciadoras das demais.<sup>65</sup>

Atualmente nas regiões geradoras observa-se uma “heterogeneidade nas motivações dos indivíduos [...] que se traduzem num verdadeiro “mosaico” de comportamentos e de atitudes [...]” (Patuleia, 2012, Pp. 1), o que dificulta a criação de estratégias, sobretudo na região recetora, o destino turístico, dada a crescente imprevisibilidade comportamental do turista. No entanto, cada vez mais se privilegia o contacto com a natureza, enquanto aumenta a “*necessidade de informação, a exigência de qualidade, a necessidade de férias ativas/desportivas, o recurso mais frequente a pequenas “pausas” e as férias fora da época alta e o uso crescente da segunda residência*” (DGT, 2002, Pp. 12, citado por Eva Milheiro, 2004).

Para Buhalis & Mingheti o destino turístico é uma soma de “*produtos/serviços percebidos pelo turista numa perspectiva integrada, num espaço claramente delimitado em termos geográficos*” (Neves, 2005, Pp. 2), que apostado numa “marca” associada, por sua vez, a uma imagem apelativa e a um marketing inovador e do e competitivo criam “uma imagem mais favorável na mente do turista” (Neves, 2005, Pp. 2).

---

65 A crítica mais comum ao modelo de Leiper é a forma como aborda a temática dos transportes servindo como complemento e não “*desempenhando (...) em si alguma influência no comportamento dos turistas e nestes mesmos fluxos*” (Rodrigues, 2014, Pp.7).

Apostando ainda no *marketing mix*<sup>66</sup>, numa ótica integrada, pretende-se perpetuar “*uma posição competitiva sustentada para todos os stakeholders*” (Neves, 2005, Pp. 2), visando atingir a excelência e a satisfação dos clientes, assim como o desenvolvimento do destino turístico.

Importa entender ainda que “*a globalização da economia e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação contribuíram, de forma significativa, para a universalização do turismo enquanto atividade económica global, com características multifacetadas e multidimensionais*” (Santana, 2016, Pp. 1), e a verdade é que o Turismo é um setor económico muito importante para o desenvolvimento local e, de modo particular, em meio rural, induzindo à construção de novas infraestruturas que geram emprego e riqueza. Quando falamos de Turismo importa salientar que existem inúmeras tipologias como o Balnear, Criativo, Cultural, Natureza/Ecoturismo, Turismo de Nicho, Turismo de Saúde e Bem-estar, Turismo Rural e Turismo Urbano. Distingamos os mais nativos em meio rural.

O Turismo de Natureza ou Ecoturismo que abarca uma “*visita responsável a espaços considerados naturais, com o propósito de contribuir para a conservação do meio ambiente e melhorar o bem-estar das populações locais*” (2016, Pp. 507) estando, por isso, associado ao Desenvolvimento Sustentável. É composto por estabelecimentos. Atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de áreas Protegidas, ou noutras áreas com valores naturais, desde que sejam reconhecidas pelo ICNB (atual ICNF) (Decreto-Lei nº 47/99 de 16 de fevereiro, 1999). Ao possibilitar a fruição de maravilhosas paisagens em ambiente relaxante, escapando ao stress que a cidade proporciona, é importante para Portugal dada a proliferação de um rico património natural. “*De facto, o país possui uma enorme variedade de paisagens elevada diversidade de habitats naturais, com condições que permitem a realização de programas e atividades turísticas com potencial atrativo*” (Santos, 2018, Pp. 2).

Perante a crescente preocupação sobre a saúde e o bem-estar físico e psicológico, há que realçar o Turismo de Bem-Estar e Saúde. Abrange três segmentos: “*1- saúde, que consiste na realização de tratamentos específicos para a cura da doença; 2- bem-estar geral, que se baseia na procura do equilíbrio e da harmonia mental, emocional, física e espiritual; e 3- bem-estar específico, focado na procura do bem-estar físico e psíquico, através de um tratamento específico*” (2016, Pp. 509). Assim, se procuram locais

---

66 As estratégias de *marketing mix* assentam sobre quatro variáveis sendo elas: o produto, o preço, a promoção e a distribuição.

tranquilos e com fins terapêuticos, como as termas e os spas, frequentemente implantados em meios rurais.

Por seu turno, o Turismo em Espaço Rural (TER) é visto como o “conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos da natureza familiar, prestados a turistas em espaço rural mediante pagamento” (2016, Pp. 512) explorando e potenciando “recursos naturais e culturais das mesmas, incluindo serviço de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas onde se desenvolvem atividades agrícolas, em casas rústicas, tomadas como exemplares da arquitetura popular tradicional, e ainda, em hotéis rurais e parques de campismo rurais” (Miranda, 2017, Pp 56). Modalidade praticada em empreendimentos com identidade, em ambiente familiar e acolhedor, através dele o turista poderá desfrutar de um atendimento personalizado tendo a “oportunidade de viver práticas, valores e tradições culturais e gastronómicas das sociedades que os acolhem, beneficiando de cenários paisagísticos, sociais e culturais específicos” (2016, Pp. 512). Em suma, “o gosto pelo mundo rural e tudo o que ele representa, motiva, portanto, a razão de ser desta atividade turística, deste segmento do Turismo” (Miranda, 2017, Pp. 56). Os empreendimentos de Turismo no Espaço Rural podem ser enquadrados em "Casa de Campo", "Turismo de aldeia", "Agroturismo" e "Hotel Rural", a que se adiciona mais recentemente, é “Alojamento Local”.

Segundo o Turismo de Portugal, o alojamento Local corresponde a um estabelecimento que presta “serviços de alojamento temporário, nomeadamente a turistas, mediante remuneração desde que não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos” Podem surgir dentro de quatro modalidades: Moradia, “alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por um edifício autónomo, de carácter unifamiliar”; Apartamento “alojamento local cuja unidade de alojamento é constituída por uma fração autónoma de edifício ou parte de prédio urbano suscetível de utilização independente”; Estabelecimentos de hospedagem “unidades de alojamento são constituídas por quartos, integrados numa fração autónoma de edifício, num prédio urbano ou numa parte de prédio urbanos suscetível de utilização independente”; Quartos “a exploração de alojamento local feita na residência do titular (correspondente ao seu domicílio fiscal) quando a unidade de alojamento seja o quarto e estes não sejam em número superior a três”.

A figura do Alojamento Local foi criada em 2008 com a implementação do «Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa», permanecendo “*sob a tutela regulamentar das câmaras municipais*” e alicerçando-se “*na observância de «requisitos mínimos de segurança e higiene» (artigo 3º)*” (Martins, 2012, Pp. 13). Dada a facilidade

de legalização, tal potenciou o número de inscrições nesta modalidade, incluindo na Região Demarcada do Douro.

Dada a sua importância na RDD, obviamente temos de explorar um pouco mais o Turismo em Áreas Vinícolas (Enoturismo). Existindo vários conceitos de enoturismo, não obstante tem sempre como base o vinho e todo o desenvolvimento da cadeia de produção, desde a vinha até ao produto final. Expandiu-se, obviamente, nas áreas produtoras de vinhos como é o caso da Região Demarcada do Douro. Aliás, corresponde a “*uma prioridade para o desenvolvimento turístico do País, pelo que importa dispor de um Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal 2019-2021, que potencie a gastronomia e os vinhos, ativos turísticos nacionais identificados na Estratégia Turismo 2027 (ET27)*” (PAE, 2019, Pp. 2). Nicho turístico está em crescimento nos últimos anos, atraindo turistas interessados no vinho e métodos de produção, pelo que valorizam as vinhas, as adegas, as provas e uma série de outras atividades.

Assim, para Hall & Macionis (2000) citado por Ferreira (2010, Pp. 11), é possível definir enoturismo “pela realização de visitas a adegas e cooperativas, a festivais e espectáculos de vinho, em que a possibilidade de saborear o vinho e conhecer os principais atributos da região onde é produzido constituem os principais factores de motivação dos visitantes”, embora existam outras motivações (Gomes, 2013).

O conceito surgiu na década de 90 sendo estudado, nomeadamente em 1996, por Hall e Macions quando, numa perspetiva abrangente, realçam “*a importância das visitas aos locais de produção como fonte de atratividade dos turistas*”, sobretudo em meio rural mas também em formas urbanas, “*uma vez as festividades e eventos ou até mesmo algumas adegas podem não fazer parte de um cenário rural*” (Gomes, 2013, Pp. 50). Obviamente é nas áreas de grande produção vinícola, a nível mundial, que o enoturismo mais se desenvolveu, destacando-se a França, Espanha, Alemanha, Itália, EUA e Portugal entre outros países (Santana, 2016).

Registando constantes mutações, adapta-se ao perfil do turista, pelo que em 1997 Johnson valoriza no enoturismo os sentidos (cheiro e gosto), enquanto em 2000 Getz correlaciona o enoturismo com a gastronomia e com a experiência do local onde esta se desenvolve, já que “*as particularidades desta atividade turística decorrem dos locais onde se encontra implantada e dependem não apenas da qualidade do vinho da região, mas do carácter diferenciador do local onde se desenvolve*” (Gomes, 2013, Pp. 51). Já Peters (1997) citado por Gomes (2013, Pp. 51), associa o enoturismo a experiências vividas sobretudo no mundo rural e à fuga aos centros urbanos, pois os cenários

enoturísticos *“podem ser sinónimo de prazer civilizado, comida, vinho, conversa, que frequentemente se encontram juntos de formas harmoniosas.”*

Multiplicam-se, de facto, os autores que dissertam sobre enoturismo, todavia também existem instrumentos oficiais como a Carta Europeia do Enoturismo de 2006, tendo como *“objetivo garantir uma oferta enoturística com padrões uniformes e parâmetros de qualidade elevados”* (Gomes, 2013, Pp. 52), abarcando *“(…) todas as atividades e recursos turísticos, de lazer e de tempos livres, relacionados com as culturas, materiais e imateriais, do vinho e da gastronomia autóctone dos seus territórios”* (Gomes, 2013, Pp. 52). A evolução conceptual do enoturismo pode ser observada de forma sintética na Tabela 1 (Anexo1) (Tabela1) . Em síntese, o Enoturismo *“é constituído por recursos (vinhos, adegas, vinhas e outras infra-estruturas), que se traduzem numa motivação de visita e que confere autenticidade e experiências singulares, se consumido no local, com forte presença de elementos tangíveis e intangíveis”* (Ferreira, 2010, Pp. 17). O enoturismo dinamiza de factos, as regiões vinícolas *“lugares aprazíveis, conhecidos pelas suas paisagens esteticamente agradáveis e pelo seu clima característico”* (Vale, 2014, Pp. 39). Pode ainda *“servir como fator de atracção e de diferenciação de um destino, podendo contribuir para o seu desenvolvimento turístico, combater a sazonalidade, gerar emprego e ao mesmo tempo aumentar as vendas dos vinhos produzidos pelas empresas que oferecem esta atividade”* (Ferreira, 2010, Pp. 16), pelo que o Enoturismo se assume como *“um pilar importante para a sustentabilidade de muitos países ou regiões”* (Santana, 2016, Pp. 97) como se pode observar na Região Demarcada do Douro.

Encontramos, portanto, um vasto leque de ofertas de bens materiais e imateriais que têm como único objetivo satisfazer as expectativas dos turistas, enquanto sustentam outros recursos turísticos como os transportes e a alimentação (Cardozo, 2006). Daí a sua importância na criação e expansão do destino turístico em análise. Obviamente os Destinos Turísticos são distintivos, tendo por base elementos naturais, sociais ou os culturais, para além das infraestruturas e da forma como se conjugam, como interagem, pois, tal vai determinar o seu sucesso e a promoção do destino em causa. Por seu turno, os destinos turísticos são condicionados e condicionam as imagens turísticas.

Na realidade, a imagem que o turista cria é subjetiva e influenciada pelos meios de comunicação, mas também pelas experiências de amigos ou familiares que já visitaram esse lugar. Todavia, tal como Vanzella & Brambilla (2013, Pp. 19) afirmam, *“os destinos turísticos com imagens fortes e positivas têm maior probabilidade de serem eleitos no final do processo de escolha do turismo, garantindo, desta forma, a sustentabilidade e o*

*crescimento da atividade turística local*” Nesta conjuntura, o marketing, é de fato indelével.

### **2.3. Impactes do Turismo, particularmente em espaços rurais**

Sendo o objetivo central, o desenvolvimento local ou regional, para tal, há que conjugar todos os atores, incluindo os turísticos. Efetivamente, o turismo interfere na organização territorial, embora dependendo das *“características físicas do lugar, a sua localização específica, a intensidade e o ritmo da influência de visitantes, as características dos agentes, a trajetória histórica do lugar e as suas condições relativamente ao turismo, mas também em relação a outras atividades económicas”* (Clavé, 2016, Pp. 139). Acrescem os agentes políticos, a sociedade, a cultura e o meio ambiente, sobretudo a partir dos anos 90, com a aposta no desenvolvimento sustentável, dirigido sobretudo *“a consumidores ambientalmente responsáveis”* (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 140). Assim, de uma visão essencialmente economicista, com o despertar de uma consciência ambiental, desenvolveu-se o ecoturismo, um turismo ambiental e sustentável, pois como Levi afirma (2012, Pp. 26), tanto o desenvolvimento como a conservação da natureza *“desempenham um papel fundamental para a sobrevivência da espécie humana e para a gestão dos recursos naturais, quer para o benefício das gerações atuais como das futuras gerações”*.

Sendo o turismo uma atividade em destaque nas economias regionais, incluindo na RDD, facilmente se podem ultrapassar limites, despontando conflitos sobre a sua sustentabilidade, e que urge evitar (Leví, 2012). Aliás, Ruschmann (2008, citado por Leví, 2012, Pp. 36) afirma que *“o turismo sustentável pressupõe a existência de turistas mais responsáveis, que interajam de forma equilibrada com as comunidades de acolhimento no âmbito cultural, social e ambiental”*. De facto, há que evitar impactes negativos da atividade turística não ultrapassando a capacidade de carga, ou seja a *“característica endógena dos objectos e sistemas, incluindo a tolerância perante determinada pressão”* (2016, Pp. 64).

Sendo a capacidade de carga turística um problema cada vez mais presente, tem sido muito abordado. Assim, para Butler, *“Visitors will come to an area in small numbers initially, restricted by lack of access, facilities, and local knowledge. As facilities are provided and awareness grows, visitor numbers will increase”* (Butler, 1980, Pp. 6) na sequência de um marketing agressivo e de uma grande disseminação de informação, pelo que é possível uma saturação das infraestruturas existentes e uma consequente diminuição do fluxo de visitantes.

Butler, no seu modelo, distinguiu 6 etapas de um ciclo de vida de um destino turístico: “*exploration stage*”, fase inicial com poucos turistas que visitam as atrações mais relevantes <sup>67</sup>; “*involvement stage*”, na sequência do aumento de visitantes, sendo o turismo observado pela comunidade local como uma oportunidade económica, mas que exige infraestruturas e publicidade <sup>68</sup>; “*development stage*”, explorando um mercado turístico bem estruturado apostado em marketing, mas com a diminuição do envolvimento da comunidade local, reintegrando-se já melhores infraestruturas, atrações culturais e naturais que provocam alterações estruturais e, por vezes, conflitos que obrigam à intervenção pública; “*consolidation stage*”, com o estagnar dos visitantes numa economia local dependente do turismo, ampliando-se as campanhas de marketing enquanto se esgotam as infraestruturas; “*stagnation stage*”, quando a “*Capacity levels for many variables will have been reached or exceeded, with attendant environmental, social, and economic problems*” (Butler, 1980, Pp.8) <sup>69</sup>; na sexta fase, “*decline stage*” surge o declínio ou o “rejuvenescimento”<sup>70</sup>. Com o declínio muitas infraestruturas, antes ligadas ao setor, mudam as suas funções e outras simplesmente desaparecem.

Caso surja um “rejuvenescimento” é necessário que existam alterações estruturais nas atrações turísticas locais, nomeadamente através da introdução de uma atração artificial, como se observa nos Casinos de Atlantic City em Nova Jérquia. Outra forma de rejuvenescimento decorre do aproveitamento de recursos naturais endógenos, antes subaproveitados, como os “*Spa towns in Europe and the summer holiday village of Aviemore in Scotland*” (Butler, 1980, Pp. 9) que se anteciparam neste aproveitamento, enquanto minimizavam também a sazonalidade turística. A intervenção articulada quer dos governos quer dos privados é necessária, até porque durante este processo “*it can be expected that even the attractions of the rejuvenated tourist area will lose their competitiveness*” (Butler, 1980, Pp. 9)<sup>71</sup>. Por fim, Butler (1980) refere que estes processos não se manifestam com a mesma intensidade em todas as áreas, na Figura 1 é possível observar o ciclo de vida do Produto Turístico (Anexo 2).

---

67 O turismo não desempenha um papel importante na economia local e as infraestruturas não estão desenhadas para tal, não há alterações profundas na vida social e económica dos locais.)

68 É também nesta fase que se olha para as infraestruturas e os transportes e se exige ao Estado a sua reabilitação/construção. Butler exemplifica com “*Some of the smaller, less developed Pacific and Caribbean islands exhibit this pattern, as do some less accessible areas of western Europe and North America.*” (Butler, 1980, Pp.8).

69 As atrações locais ligadas à cultura local e natural são substituídas “*by imported ‘artificial’ facilities.*” (Butler, 1980, Pp.8). Bons exemplos desta fase são os resorts da Costa Brava em Espanha e alguns em Ontário. (Butler, 1980).

70 Numa visão prospetiva aponta cinco cenários (uma boa Recuperação, uma Recuperação Modesta, Estabilização, Declínio por falta de investimento e Declínio por doenças, guerras ou catástrofes.)

71 A Disneyland é um bom exemplo de atração artificial que consegue competir durante um período temporal alargado e também é verdade que “*Many established tourist areas in Britain, the United States, and elsewhere attract visitors who have spent their vacations in these areas consistently for several decades, and the preferences of these repeat visitors show little sign of changing.*” (Butler, 1980, Pp.10).

Outros autores, como Deprest (1992), afirma que um território com um fluxo turístico razoável começa a experimentar problemas quando se atingiu a sua capacidade. É, pois, fácil perceber a relação que o conceito de capacidade de carga possui com o conceito de desenvolvimento sustentável, já abordado, única alternativa para não afetar os componentes físicos, sociodemográficos, políticos e económicos, sobretudo em espaços rurais (Coccosis, Mexa & Collovini, 2002).

Obviamente a pressão turística é a “*ação dos visitantes sobre o meio, as comunicações recetoras e mesmo sobre os próprios turistas*” (Dicionário de Geografia Aplicada, 2016, Pp. 406), sendo essencial o seu controlo “*para promover a satisfação dos visitantes e das comunidades locais e para um desenvolvimento mais sustentável da atividade turística e dos destinos...*” (2016, Pp. 406).

#### **2.4. Sazonalidade Turística**

Entre os problemas de que enfrenta o turismo inclui-se a sazonalidade. Efetivamente, esta atividade regista fortes oscilações ao longo do ano, existindo a época alta, a época média e a época baixa, identificadas através do número de turistas e das receitas daí resultantes.

A sua origem é polifacetada, abrangendo aspetos naturais e institucionais, mas também o destino do turismo e as características de oferta (Castro, 2013). A Sazonalidade Natural, abarca todo o tipo de elementos naturais que inclui desde as horas de insolação, os níveis de precipitação, as temperaturas, os níveis de nebulosidade, entre outros, enquanto a Sazonalidade Institucional abarca as normas e comportamentos da sociedade, as culturas e costumes, os feriados e as festas (Castro, 2013). São estas características, regionais, específicas, que definem o potencial turístico de qualquer destino e respetivos efeitos na economia da região, mas desde que exista uma efetiva coordenação entre todos os agentes locais e a valorização de todos os potenciais endógenos é possível a sua mitigação ou mesmo a sua mutação. Exige-se ainda uma estratégia política onde a governança seja real e um grande apoio económico, formativo para além de um marketing aguerrido, eficaz.

Como referimos anteriormente, o setor do Turismo sofre constantes oscilações o que nos leva a concluir que é um setor instável nomeadamente a nível económico sofrendo “*oscilações de preço e viabilidade financeira*”, mas também “*sociocultural (empregabilidade e alterações na estrutura organizacional) e ambiental (segurança e poluição)*” (Castro, 2013, Pp. 10).

## 2.5. O turismo e o desenvolvimento estratégico

Perante a existência de inúmeros problemas, designadamente a sazonalidade, há que apostar de fato em estratégias e políticas. Muito brevemente vamos abordar alguma das implementadas em Portugal nos últimos anos, tendo em atenção um futuro sustentável, sobretudo nas áreas rurais. Obviamente, que este desenvolvimento devendo ser holístico, tem de incluir a vertente turístico pois *“é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social do país, designadamente para o emprego e para o crescimento das exportações”* - Manuel Caldeira Cabral - Ministro da Economia (ET2027, 2017, Pp. 2).

Assim surgiu a ET2027, estratégia que realça o trabalho de campo no sentido de auscultar *“realmente as pessoas, as empresas, as regiões, os turistas, os cidadãos, uma vez que todos são parte interessada na cadeia de valor do turismo”* (ET2027, 2017, Pp. 3) e, obviamente de modo muito particular, em espaços rurais. Esta metodologia associada ao planeamento exige *“flexibilidade quanto baste, para não permitir que um documento estratégico se torne obsoleto, ineficaz e incapaz de servir o propósito para que foi criado”* (ET2027, 2017, Pp.4).

A Estratégia Turismo 2027 (ET2027) foi aprovada em 2017 no Conselho de Ministros e *“é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década.”* Tendo por base um forte processo participativo, este documento *“consubstancia uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto prazo, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027”* Perspetiva-se *“afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo”* (ET2027, 2017, Pp. 6), valorizando o território, o impulso económico, a criação de conhecimento, a dinamização da rede de conectividade e a projeção internacional de Portugal.

A estratégia atende uma série de metas de sustentabilidade económica, social e ambiental, fundamentando-se nos principais ativos estratégicos do país: *“pessoas; clima e luz; história e cultura; mar; natureza; água; gastronomia e vinhos; eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; bem-estar; living – viver em Portugal”* (ET2027, 2017, Pp.7). Este documento aponta ainda para a *“estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional”*, promovendo a integração das políticas setoriais e articulando os agentes do Turismo.

A necessidade deste documento é justificada já que, em 2016, o turismo em Portugal atingiu metas históricas, nomeadamente no que diz respeito a *“dormidas,*

*receitas, hóspedes, emprego e exportações, sendo mesmo considerado a maior atividade económica exportadora do país, com 16,7% das exportações”* (ET2027, 2017, Pp.6), alavancando a economia nacional e, de modo muito significativo, em áreas rurais, designadamente na RDD. Não obstante, há que planear e contruir a estratégia para os próximos anos a fim de se “*preparar o futuro, assumir compromissos a longo prazo, dinamizar o trabalho conjunto entre todos os intervenientes na atividade e antecipar os desafios da próxima década*” (ET2027, 2017, Pp.6). Estas orientações são ainda mais presentes quando nos posicionamos nos espaços rurais, privilegiando a escala local e adotando, como já foi referido, uma perspetiva de desenvolvimento (...).

Sendo Portugal “*um país de referência internacional na produção de vinhos com prestígio à escala global*” (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp.2), não obstante ainda não foi capaz de se afirmar como um destino enoturístico de referência mundial. Na realidade, embora, o enoturismo esteja “*presente em todo o território nacional, sendo uma marca da identidade dos destinos que importa preservar, destacar, valorizar*” (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp.2), há efetivamente que criar um plano de ação específico enquadrado na estratégia de turismo para 2027. Segundo a metodologia adotada, auscultaram-se os diversos atores, concretizando-se o diagnóstico do setor vinícola em Portugal, o que permitiu apontar metas e, estratégicas a aplicar através de projetos e iniciativas várias assentes na valorização do Território e dos destinos enoturísticos na qualificação da oferta e dos produtos e serviços regionais, mas também na capacitação dos agentes envolvidos e na promoção das exportações do vinho<sup>72</sup>.

Neste contexto, pretende-se “*Desenvolver ofertas integradas de enoturismo, que incluam vários produtos e serviços (ex. Cycling and Walking; Birdwatching, Património, Arte e Cultura); Potenciar a inovação e o desenvolvimento do conceito de “storytelling” nos projetos de enoturismo; Estimular projetos que promovam a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões; Melhorar a estruturação e organização de rotas de enoturismo; Assegurar acolhimento, horários de abertura, acesso e outros elementos relativos ao funcionamento de unidades de enoturismo/quintas; Reconhecer/ premiar*

---

72 As linhas de atuação valorizam a proteção, conservação e revitalização do património “*natural e cultural dos territórios vitivinícolas, promovendo a sustentabilidade dos destinos de enoturismo; Proporcionar a sinalização turística adequada, (...)Potenciar o estabelecimento de parcerias entre os vários agentes do território; Fomentar uma maior integração do enoturismo nos planos de desenvolvimento regional e nos instrumentos de financiamento comunitário; Identificar e potenciar os produtos âncora da oferta regional de enoturismo; Estimular a inclusão/integração dos vinhos portugueses nos estabelecimento de hotelaria e restauração, enquanto locais estratégicos de “mostra e provas”; Potenciar e valorizar as atividades artesanais*” (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp.48).

*projetos que cumpram requisitos de qualidade e que contribuam para a valorização do enoturismo nacional”* (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp. 49).

Em termos sociais, prevê-se ainda “*Desenvolver planos de formação específicos de enoturismo, nomeadamente: Formação geral em enoturismo; Formação territorial e temática; Formação em escanção: Cross-sector partnerships. Desenvolver e difundir conhecimento no enoturismo: Caracterização da oferta nas diversas áreas (alojamento, animação, museus, etc.); Perfil da procura: mercados, motivações; Boas práticas, sustentabilidade, tendências internacionais*” (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp. 50).

Por fim, para a promoção, aposta-se num marketing aguerrido que possibilita: “*posicionar Portugal enquanto destino de enoturismo nos mercados externos, reforçando a presença em feiras e no ecossistema digital de promoção turística de Portugal; estimular a presença da oferta de enoturismo nos pacotes/programas de operadores turísticos e agências de viagens, identificar “embaixadores” do enoturismo em Portugal, reforçar a integração do enoturismo nos planos de marketing e promoção turística regional, dinamizar e organizar um calendário anual de iniciativas/ eventos de gastronomia e vinhos*” (Programa de Ação para o Enoturismo em Portugal, 2019, Pp. 51).

Sendo o Enoturismo um setor em ascensão também no Douro, o plano de ação realça esta valência, possibilitando que os atores acedam a linhas de financiamento desenhadas para tal (TP e CE). Há, pois que identificar e apoiar novos projetos que potenciem o enoturismo e a sua internacionalização, operacionalizando as ações necessárias. A inclusão do Enoturismo nas estratégias de marketing e de promoção turística em Portugal é essencial para afirmar o setor, assim como a dinamização dos Comités Regionais de Acompanhamento. Surgem, porém, outros planos de ação distintos, mas impactantes nomeadamente na Região Demarcada do Douro como o Programa Dinamizar Fortalezas – Fortalezas de Fronteira. Sendo importante o interesse no turismo militar, com este plano pretende-se melhorar as “*acessibilidades, aumentar a sinalética, desenvolver conteúdos digitais e interativos e promover atividades de animação cultural*” captando mais visitantes e aumentando “*o tempo médio de estada do turista nos territórios do interior*”, enquanto se valoriza e dinamiza o património distintivo regional, sobretudo as fortificações na raia.<sup>73</sup>

---

73 Na região Demarcada do Douro destaca-se a Fortaleza de Freixo de Espada à Cinta e Castelo Rodrigo integrados no Roteiro Nordeste Transmontano. Nesta dinâmica, há que realçar a cooperação institucional entre a Turismo de Portugal e diversas entidades públicas como Entidades Regionais de Turismo, as Agências Regionais de Promoção Turística, os Municípios, a Direção Geral do Património Cultural, Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Incorpora-se ainda o projeto Caminhos da Fé que pretende reposicionar “Portugal internacionalmente como um destino de fruição espiritual e cultural ancorado nas temáticas do Culto Mariano (Caminhos de Fátima, Altares Marianos), Caminho de Santiago (com um dos caminhos a atravessar a RDD) e Herança Judaica”. Por seu lado, o Programa de Apoio M&I Portugal 2019-2021 tem como objetivo garantir o “apoio financeiro à realização e captação de congressos e eventos corporativos e associativos em Portugal”, potenciando a plataforma Meetings in Portugal onde se “*agrega toda a informação relevante para a realização de eventos, em território nacional*” incluindo os empresários. Neste âmbito é importante referir a recém-anunciada proposta da Comboios de Portugal, disponibilizando uma carruagem VIP (Corail VIP) com capacidade para se realizarem reuniões até 12 pessoas e ainda 23 lugares sentados. O objetivo é atrair empresas que queiram ter uma reunião com vistas para o Douro Vinhateiro (Douro Rail Meeting’s) com serviço personalizado <sup>74</sup>.

Outro programa relevante é o Portuguese Trails que tem como objetivo “posicionar internacionalmente Portugal como um destino de cycling e walking, afirmando este produto nas sete regiões turísticas” Este programa mostra-se essencial no combate à sazonalidade turística já que incide “fora da época alta e em todas as regiões do país, com vista a aumentar as dormidas e receitas nos territórios de interior, com elevada sazonalidade” <sup>75</sup>.

No que respeita ao Turismo Industrial, em expansão em Portugal, tem como suportes “visitas a fábricas em laboração e a equipamentos museológicos ligados a antigos complexos industriais e saber fazer, complementadas com diferentes experiências de contacto com os produtos e processos produtivos”. Sucedem-se os exemplos em espaços rurais.

Confirma-se, pois, que não é só em contexto urbano, que podemos encontrar estes espaços turísticos. Neste contexto, multiplicaram-se as aderências municipais e privadas “*contribuindo assim para um melhor conhecimento da produção nacional, distinta na tradição e na modernidade*”. Recorde-se ainda que esta proposta representa também um importante meio de induzir visitas ao longo do ano, diminuindo assim a sazonalidade, enquanto se consolida a rede nacional de Turismo Industrial e de outras valências.

Outro relevante, programa é o “*All for All – Portuguese Tourism*” que, numa perspetiva concertada, têm como o objetivo de transformar o país num destino turístico

---

<sup>74</sup> Em finais de maio realizou-se “*uma reunião sobre carris do conselho de administração da empresa pública ferroviária, que vai lançar um novo serviço nas próximas semanas.*”

<sup>75</sup> Como todos ou outros programas também esta conta com uma forte articulação com os atores público e privados e com uma plataforma online disponível em [portuguesetrails.com](http://portuguesetrails.com) onde se pode encontrar a oferta nacional de cycling e walking traduzida em 5 idiomas.

polivalente e acessível, modalidade muito relacionada com o “bem receber”, abrangendo *“famílias com crianças pequenas, seniores ou pessoas com algum tipo de incapacidade, ainda que temporária”*.

Por fim, o programa Redes colaborativas, também muito vocacionado para os territórios do interior, pretende valorizar os *“aspetos organizativos, a capacitação das organizações e a definição de estratégias integradas de valorização dos recursos”* acelerando a sua divulgação e implementação. Neste contexto exige-se uma referência a redes colaborativas já instituídas como Aldeias do Xisto, as Aldeias Históricas de Portugal, as aldeias históricas vinhateiras e a Rota do Românico. Estas redes colaborativas criam a conectividade entre os territórios, o que é importantíssimo, sobretudo em áreas de baixa densidade, para além de apoiarem em termos de gestão no sentido de se ampliar a máxima sustentabilidade e competitividade destes destinos turísticos. Este processo exige a envolvimento dos atores locais e a adaptação das realidades (Vera, 2011), conhecendo melhor o território, identificando as suas potencialidades, mas também as vulnerabilidades. Neste âmbito, há que valorizar a melhoria das acessibilidades, ou a maior implantação tecnológica nos meios rurais e o reforço do empreendedorismo.

Quando falamos de turismo é inegável falar do desenvolvimento das redes de transporte do país que facilitaram a mobilidade dos viajantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Neste âmbito destacam-se os grandes melhoramentos concretizados no período de Fontes Pereira de Melo, na segunda metade do século XIX. Por outro lado, há que referenciar a Sociedade de Propaganda de Portugal, criada em 1906, perspetivando a institucionalização do turismo (Godinho, 2013).

A importância do turismo em Portugal recua no tempo, como refere Alexandre Herculano<sup>76</sup>, associando-o à preservação e valorização do património arquitetónico português. Todavia, ainda no século XVIII, em Portugal, referia-se à existência de *“circuitos internacionais de viagens”* (Correia, 2011, Pp.291), que abrangiam um número considerável de estrangeiros que buscavam *“o contacto com civilizações não contaminadas pelos progressos emergentes da Revolução Industrial, caracterizadas pelo exótico e pitoresco das tradições, das paisagens e da componente artística”* (Correia, 2011, Pp. 290). Sendo gravosa a situação económica do país, com uma dívida externa

---

76 *“Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Decerto que não vieram cá para correrem nas nossas cómodas diligências pelas nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores pelos nossos amplos canais; decerto que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belém, a sé velha de Coimbra, a catedral, a igreja de S. Francisco e o templo romano de Évora, a matriz de Caminha e a colegiada de Guimarães, os castelos da Feira e de Almourol, e enfim tantas obras primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. Credes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem despendem muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas?”* (Alexandre Herculano citado por Correia, 2011, Pp.291).

avultada, um défice orçamental considerável e muitas falências no setor bancário, era necessário aproveitar a atividade turística, como reconheceu o Ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho “*Se 10 mil estrangeiros viessem morar temporariamente para Portugal e 30 a 40 mil nos visitassem por uns dias, então teríamos uma receita de 500 mil libras por ano*” (Sábado, 2018).

Era clara a importância que já na época o turismo detinha junto dos decisores políticos, mas também entre os intelectuais e artistas como Almeida Garrett, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz que alertaram para este facto, pelos seus reflexos na criação de riqueza e erudição pessoal, pois, como afirma Garrett as viagens “*faziam parte da boa e nobre educação*” (Sábado, 2018), enquanto Ramalho Ortigão refere que “*nada há de mais valioso e propício à nossa higiene intelectual e moral*” (Sábado, 2018), como uma viagem.

Mais tarde, Anselmo de Andrade, Ministro da Fazenda, destaca a importância do “*dinheiro dos viajantes*” para “*pagar a diferença entre o deve e haver da balança de comércio*” (Cunha, 2010, Pp. 130). Foi sobretudo a preocupação económica que, no início do século XX, induziu os responsáveis portugueses a valorizar as “*viagens como meio de equilíbrio das contas externas e internas*” (Cunha, 2010, Pp.131), de modo particular a elite intelectual portuguesa, enquanto se procurava dilatar a rentabilidade económica e o património construído, mas também o imaterial como as artes e o pensamento intelectual.

Também entre os políticos, sobretudo os republicanos, se referia “*que as viagens estarão ao alcance de todas as bolsas e em que todo o mundo viajará*” (Ataíde, citado por Cunha, 2010, Pp. 131). Esta democratização das viagens era já visualizada na época, para o país, pois “*as viagens estão ao alcance de todos os bolsos e Portugal alcançou, já nos distantes anos oitenta, um lugar entre os 15 maiores destinos turísticos do mundo*” (Cunha, 2010, Pp. 131).

Com a integração na CEE e com a abertura de fronteiras, facilitou-se o movimento dentro do espaço europeu, o que contribuiu para o crescimento do setor, todavia, só em 2015 Portugal foi considerado um dos 20 destinos mais competitivos de acordo com o Fórum Económico Mundial (Barros, 2015). De facto, o número de visitantes estrangeiros tem aumentando e a notoriedade internacional é já de grande relevância, como prova a eleição da cidade do Porto, em 2017, como melhor destino europeu, galardão que já tinha alcançado em 2014. Já em 2019, Lisboa voltou a ser nomeada, quando já havia ganho em 2010 e 2015.

No final de 2017 o país foi galardoado com um dos melhores resultados de sempre nos World Travel Awards 2017, ganhando o prémio de Melhor Destino Turístico do Mundo, vencendo ainda “*na categoria de Melhor Organismo Mundial Oficial de Turismo (World’s Leading Tourist Board), distinção atribuída ao Turismo de Portugal, e de Melhor Site Oficial de Turismo (World’s Leading Tourism Authority Website), atribuída ao visitportugal.com, o portal oficial de informação sobre o destino Portugal*” (Turismo de Portugal, 2017). Foram também distinguidas, em categorias específicas, várias regiões como a Madeira (“Melhor Destino Insular do Mundo”), Lisboa como Melhor Destino para City Break do Mundo, enquanto os Parques de Sintra-Monte da Lua alcançaram o galardão de “Melhor Exemplo de Recuperação de Património”. Ainda em 2017, Portugal foi pela primeira vez eleito “*o melhor destino da Europa*”, título atribuído pelos World Travel Awards.

Acresce que Portugal for o país que mais galardões obteve em S. Petersburgo, “*37 “óscars”, 30% do total, mais 13 do que no ano anterior*” (Observador, 2017). É bom recordar que nas edições anteriores dos World Tavel Awards, Portugal tem arrecadado inúmeros prémios, o que traduz o grande investimento que o país tem realizado na área do turismo dado o seu potencial. Na realidade, sobretudo após 2010, é raro um ano em Portugal, ou alguma região ou cidade, ou a cultura e a gastronomia e vinho não sejam aplaudidas internacionalmente <sup>77</sup>.

Fenómeno mundialmente reconhecido pela Organização Mundial do Turismo, o setor do turismo proporciona a criação de valor económico nos recetores. É, de facto, o caso de Portugal, onde o turismo está em expansão, correspondendo a cerca de 9% do produto interno bruto nacional, o que indica que o “*país é um dos que mais depende do setor*” (Observador, 2018). Segundo os dados do Turismo de Portugal “*o setor do turismo é a maior atividade económica exportadora do país*”, já que, no ano de 2019, foi responsável por “*52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais*”, representando as receitas geradas 8,7% no PIB Nacional (Turismo de Portugal, 2020).

O turismo cria emprego, revitaliza áreas, cria riqueza e, acima de tudo, contribui para positivar a balança comercial. Aliás, se atendermos à situação económica em Portugal o turismo foi dos setores que mais impulsionou a recuperação económica no

---

<sup>77</sup> “*Em 2013, a Lonely Planet colocou o Porto como o melhor de entre dez lugares de férias de eleição na Europa.*” (Barros, 2015, pp.9). Já em 2014 e repetindo a proeza do ano anterior Portugal foi destaque na publicação espanhola Condé Nast Traveller como melhor destino para ser visitado salientando-se as “*praias, paisagem, gastronomia e simpatia do povo português*” (Barros, 2015, pp.9). Foi também neste ano que o USA Today destacou o nosso país como melhor destino para se passar umas férias na Europa chamando à atenção para “*o fado de Lisboa, o vinho do Porto e as águas azul-turquesa do Algarve*” (Barros, 2015, Pp.9).

pós-crise económica<sup>78</sup>. A título de exemplo, na região duriense a preservação da paisagem, da etnografia, dos valores e costumes das suas gentes, são um grande desafio.

Obviamente, que o crescente aumento do número de turistas incide sobretudo em Lisboa, Porto, Madeira e Algarve, refletindo o recurso generalizado a companhias aéreas Low Cost. Além disso, somos um destino de baixo custo, o que é bastante atraente para este tipo de visitantes. Mas, na generalidade, há um aumento dos fluxos turísticos por todo o território (meter dados a provar), como sucede na região do Douro, dada a sua proximidade à cidade do Porto com a qual possui fortes laços históricos, e também pela sua riqueza cultural, patrimonial, vitícola e obviamente paisagística.

Sendo o turismo um setor fortemente relacionado com o mercado global, como tal sofre flutuações, podendo este realce internacional ser efémero. Há que ser criativo e proativo permanentemente, impondo e consolidando a marca Portugal e, no caso, a Região Demarcada do Douro.

## **Capítulo 3: A Região Demarcada do Douro, um património distintivo**

### **3.1. A Paisagem Duriense**

Sendo um espaço rural, a RDD possui uma paisagem diferenciada, única, o que constitui um dos maiores recursos que a região possui. Recurso inigualável, patrimonializado pela UNESCO, é reconhecida mundialmente atraindo todos os anos milhares de turistas.

Paisagem paradigmática, há de facto que a preservar, reforçando a sua singularidade “*na medida em que representa memória histórica, qualidade ambiental e estética, importantes oportunidades no âmbito do rural multifuncional e um valor na comercialização do vinho*” (Lavrador, 2010, Pp.72), particularmente no “*Alto Douro Vinhateiro*” património da humanidade, abrangendo 24 600 hectares. A sua classificação reflete “*um quadro paisagístico, socioeconómico e cultural distintivo*” (Santana, 2016, Pp. 202), impulsionando e internacionalizando o turismo na Região Demarcada do Douro.

Não há dúvidas que para o sucesso desta classificação, um dos elementos chave foi a paisagem em socalcos, fruto de uma “*relação íntima entre a atividade humana e a natureza permitiu criar um ecossistema de valor único, onde as características do terreno são aproveitadas de forma exemplar, com a modelação da paisagem em socalcos,*

---

<sup>78</sup> Há, porém, preocupações com o excesso de carga turística como sucede nas cidades do Porto e Lisboa, onde subsistem problemas de gentrificação, forte fluxo turístico, aumento das rendas, especulação imobiliária, etc. Nas regiões rurais, pontuam outros problemas.

*preservando-a da erosão e permitindo o cultivo da vinha” (Comissão Nacional da UNESCO). Os terraços (socalcos) tão característicos do Alto Douro “Throughout the centuries, row upon row of terraces have been built according to different techniques. The earliest, employed during the pre-phylloxera era (pre-1860), was that of the socalcos, narrow and irregular terraces buttressed by walls of schistous stone, which require continuous maintenance on which only one or two rows of vines could be planted.” (UNESCO).*

A paisagem do Douro é a marca viva do esforço dos antepassados em criar condições para a produção do vinho, correspondendo os socalcos ao elemento fulcral, refletindo um espaço hércules em tempos que a tecnologia não estava evoluída, pois, é relevante preservar esta identidade paisagística vinhateira, tão característica e singular a escala mundial. Subsistem, contudo, múltiplas questões. A título de exemplo, qual o historial desta região agreste que a ação antrópica criou? Como se criou num vale encaixado, xistoso este património? Qual o real impacte da ação antrópica? Eis alguns parâmetros que vamos abordar, embora superficialmente, dada a sua importância na criação, preservação e dinamização deste território.

### **3.2. Breves notas de Enquadramento Histórico**

Encontramos na região duriense vestígios de ocupação humana que remontam ao período pré-histórico, existindo vestígios arqueológicos com, pelo menos, 4000 anos (Mayson, 2001). Sabemos também que os romanos produziram vinho nestas terras, sucedendo-se os lagares, adegas, fragmentos cerâmicos, etc. Como espaço ocupado por diversas civilizações ao longo do tempo, estas deixaram traços, tradições e genes que se mantêm até hoje. Por outro lado, esta região não subsistiu apenas da cultura da vinha, nem as suas paisagens eram exclusivamente ocupadas por ela, sendo a vinha mais restrita, já que “no início do século XVI, a viticultura dominava já a paisagem na região em torno de Lamego, em especial nas encostas voltadas ao Rio Douro” (Santana, 2016, Pp. 176).

A Região Demarcada do Douro foi a primeira região vitivinícola a ser delimitada e regulamentada à escala mundial, como se observa através do alvará emitido pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Associado à demarcação, entre 1757 e 1761, nos limites do território de produção de vinho, foram colocados marcos de “Feitoria”, “que ainda hoje encontramos no território, delimitavam a área de vinhos de Feitoria, uma área muito mais pequena do que a atual região demarcada, centrada na sub-região do Baixo Corgo” (Santana, 2016, Pp. 181).

A referida Companhia “*controlava ainda a plantação da vinha, assim como o transporte de uvas entre parcelas distintas da mesma exploração agrícola, interferia nas técnicas de cultivo, como sucedeu em 1757, e exercia a jurisdição penal em casos de transgressão às normas instituídas*” (Pina, 2007, Pp.34). Viveu-se após a instituição da companhia três períodos diferentes. Numa primeira fase entre 1756/1786 observou-se o aumento moderado das exportações da produção vinícola. Uma segunda fase foi vivida nos anos de 1787/1810, período com mais oscilações na produção, mas ainda com incremento das exportações. Por fim nos pós 1810 observa-se uma discrepância entre a exportação e a produção, onde claramente as exportações estão em desvantagem.

É interessante perceber, que embora no presente a vinha seja a principal atividade agrícola duriense, no passado o olival, a floresta e os pomares faziam também parte da paisagem duriense em maior escala. Sobretudo quando nos referimos aos pequenos proprietários, que com recursos mais reduzidos, que não podiam subsistir apenas da vinha. Como tal praticavam a policultura e também nas zonas mais elevadas o pastoreio, os cereais ou os incultos (Pina, 2007). De facto, a vinha vai ao longo dos anos ocupando um lugar de destaque, nomeadamente no Baixo Corgo e expandindo-se gradualmente ao longo da restante região que necessitava de novas demarcações. A Companhia, nascida ainda em 1756, possibilitou que o Vinho do Porto ganhasse um forte prestígio internacional. Na verdade, “*a panóplia legislativa do período pombalino, apesar das vicissitudes que continha, quando surgiu em 1756 salvou a região duriense do aniquilamento (...) assegurando ao menos por quarenta anos a boa qualidade e o bom nome comercial do vinho do Porto*” (Pina, 2007, Pp.45).

A forma autoritária como a Companhia exercia o seu poder e o aumento das reivindicações que chegavam a Lisboa fez com que viesse a perder também, de forma gradual, a seu peso económico, político e social. Esta decadência é demais evidente durante o reinado de D. Maria. Enquanto se incrementava o interesse britânico na região onde iam “*adquirindo ou criando novas quintas e, conseqüentemente, ampliando os vinhedos*” (Pina, 2007, Pp.48). Mas a ascensão das firmas britânicas verifica-se ainda nos finais do século XVIII, onde se destaca a Sandeman e C.<sup>a</sup>, Offley Forrester, entre outras. A expansão dos vinhedos ocorre com a abertura legislativa e com a diluição da fiscalização advinda da perda de poder da Companhia, foi então necessário criar demarcações que abrangessem as novas quintas. As invasões francesas e o bloqueio às exportações, as fraudes, o aumento de impostos e o desvio de mão de obra para fazer face à manutenção militar afetaram profundamente a Região do Douro. É neste período que

as ideias liberais começam a entrar no país, e se o regime absolutista de 1823 manteve de pé a Companhia mais alguns anos, o seu fim parecia iminente.

Com a vitória dos liberais, uma série de novas políticas vão surgindo onde o controlo e regulação serão banidos gradualmente, nesta fase a expansão da vinha dispara, sobretudo no Douro Superior. Isto ocorre, apesar da tradição reguladora do Estado, nesta região como justificação de fazer frente à “*crise comercial motivada pela recessão da procura mundial de vinho do Porto, a perda de posição no mercado britânico para os vinhos espanhóis e franceses com a aplicação de direitos de importação favorecendo os vinhos menos alcoólicos, foram os principais argumentos usados para a defesa da liberalização do sector do vinho do Porto*” (Sequeira, 2028, Pp.78). A Companhia vê os seus poderes cada vez mais reduzidos, em 1865 são extintos os mecanismos de regulação que resistiram: a demarcação, a fiscalização e a certificação, consumava-se o “*regime de liberdade produtiva e comercial*” (Santana, 2016, Pp. 183).

Na segunda metade do século XIX e depois da região do Alto Douro<sup>79</sup> ter sido atacada pelo Oídio, mas, sobretudo, pela filoxera<sup>80</sup>, registaram-se profundas alterações paisagísticas, económicas e sociais no sentido de mitigar os reflexos desta doença. Assim, em termos de morfologia dos socalcos, surgem novos tipos, mais largos do que os anteriores<sup>81</sup>, o que corresponde a uma “*mudança na fisionomia da região do Douro*” (Santana, 2016, Pp.183) e, conseqüentemente, da sua paisagem. Foi no Douro Superior que o surto de filoxera provocou menos malefícios. O que se justifica, já que esta sub-região foi durante centenas de anos um território “vedado” à vinha, sobretudo devido ao famoso Cachão da Valeira, um acidente geológico que impedia a navegação dos barcos para montante de S. João da Pesqueira, em direção a Barca d’Alva. Aliás, o Douro Superior<sup>82</sup> foi inserido na demarcação<sup>83</sup> apenas com João Franco, aquando do regresso ao intervencionismo regulatório do Estado em 1907.

Este regresso ao intervencionismo do Estado e à tentativa de preservação da marca Porto, serviu para acalmar os ânimos na região do Douro, mas “*essa satisfação apenas terá sido parcial. Assim, assistia-se à reposição de modalidades restritivas de*

---

79 De referir que o então designado “Alto Douro”, era o espaço com maior cultivo de vinha, mas quando se utilizava esta expressão, estávamos efetivamente a falar do Baixo e Cima Corgo atuais (IVDP).

80A filoxera foi uma doença que incidiu na vinha sendo provocada por um inseto que destrói as videiras, verificando-se então que o combate recorrendo a químicos não demonstrou efeitos positivos. O uso da Videira Americana, naturalmente mais protegida, para realizar enxertos foi uma solução. Na região apenas numa pequeníssima parte da Quinta do Noval ainda se encontram vinhas nativas da qual se produz o “Quinta do Noval Nacional Vintage Port”. (Quinta do Noval)

81 Apesar de ainda hoje persistirem exemplos é filoxéricos, abandonados ou ocupados pela oliveira, designados mortórios.

82 Ainda hoje, depois da demolição do Cachão da Valeira, o Douro Superior possui menores hectares de vinha sob um clima mais agreste.

83 Primeira demarcação após a abolição do século passado.

*intervenção do Estado, de inspiração pombalina, mas fortemente influenciadas pelos interesses dos vinhateiros do Sul*” (Sequeira, 2018, Pp.81). No pós-primeira guerra mundial as exportações de vinho sofreram um incremento, mas as instabilidades sociais e políticas que se viviam prejudicaram a região. (Santana, 2016). As tensões culminam com o golpe de estado e a chegada ao poder da ditadura militar, era o fim do intervencionismo do estado. Criasse então, o entreposto privado de Vila Nova de Gaia. (Santana, 2016).

Já em meados 1933, o Estrado Novo havia introduzido *“um modelo corporativo de regulação, caracterizado por forte intervencionismo estatal”* (Santana, 2016, Pp. 186) ao mesmo tempo que criava a Casa do Douro no Peso da Régua, para além do Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto e do Instituto do Vinho do Porto. A criação das sub-regiões ocorreu em 1936 com a reforma administrativa, onde se passou a dividir a RDD em três sub-regiões, designadamente Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior. Durante a segunda guerra mundial as perspetivas regionais não eram as melhores. As exportações foram interrompidas e a recuperação foi bastante difícil, verificando-se, por exemplo, nos anos sessenta um desenvolvimento *“contido pois ocorre num contexto de perda e desestruturação regional, provocado pela guerra colonial e pelo surto migratório para os grandes centros urbanos nacionais e, sobretudo, para a Europa”* (Santana, 2016, Pp. 187).

Com a revolução de abril de 1974 e a inserção de Portugal no leque de países democráticos, extinguiram-se as entidades corporativas, símbolo do intervencionismo do Estado Novo. A passagem do regime corporativo para o regime interprofissional, foi difícil e distendido no tempo, afirma Santana. Só em 1986 foi alterada legislação relativamente ao entreposto de Gaia, perdendo este a exclusividade na exportação do vinho do Porto, que detinha desde 1926.

Neste contexto, nos anos setenta, mas sobretudo desde a década de oitenta os problemas de falta de mão de obra fizeram-se sentir profundamente na região, o que provocou a subida dos salários dos trabalhadores agrícolas, mas também *“ estimular a progressiva mecanização de algumas tarefas ligadas à viticultura”* (Santana, 2016, Pp.187) e ainda a alteração das formas de plantar vinha, surgindo diferentes tipologias de vinhedos, o que alterou profundamente a paisagem da região. Assim, surgiram as vinhas em patamares e as vinhas ao alto. O “Benefício” prossegue como o *“principal elemento regulador da produção”* (Santana, 2016, Pp.187) e a “lei do terço” impede os produtores de vender anualmente mais de um terço do stock que possuíam no começo do ano, promovendo-se e garantindo o envelhecimento do vinho.

Em 1997 surgiu a CIRDD (Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro), comissão onde tinham lugar todos os atores inseridos na produção e comercialização de vinho do Porto. Em 2003 a CIRDD deu lugar ao IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto). O IVDP controla a produção, a comercialização e as denominações de origem (Vinho do Porto, DOC e VQPRD). Nos últimos anos na região, e mesmo durante a crise, o setor da vitivinicultura tem se expandido consideravelmente tendo por base boas colheitas, boas exportações, subida dos preços unitários, expansão da área de vinha, incremento de novas soluções de plantio, entre outros fatores.

O grande geógrafo português Orlando Ribeiro afirmava que a “*região demarcada dos vinhos do «Pôrto» é a mais admirável obra humana que pode ver-se em Portugal*” (Orlando Ribeiro et al., IV, 1991, Pp. 1249). De facto, a paisagem criada pelos socalcos é um elemento ímpar e diferenciador a nível mundial, facto que levou à sua classificação parcial no ano de 2001, pela UNESCO, surgindo o Alto Douro Vinhateiro (ADV) como Património Mundial da Humanidade

### 3.3. Enquadramento Geográfico

A Região Demarcada do Douro (Fig.2), abrange aproximadamente 250 000 hectares de extensão. Localiza-se no Vale do Douro, tendo o seu limite ocidental em Barqueiros (Mesão Frio) e Barrô (Resende) prolongando-se para oriente até Barca D`Alva (Figueira de Castelo Rodrigo) e Poiares (Freixo de Espada à Cinta). Neste território encontramos características únicas que tornam esta região ímpar no mundo. É atravessada pelo rio Douro e possui íngremes vertentes que ascendendo nas suas margens, culminam nos cumes dos maciços montanhosos que envolvem a região que contribuem para o surgimento de um microclima característico de tipo mediterrâneo.

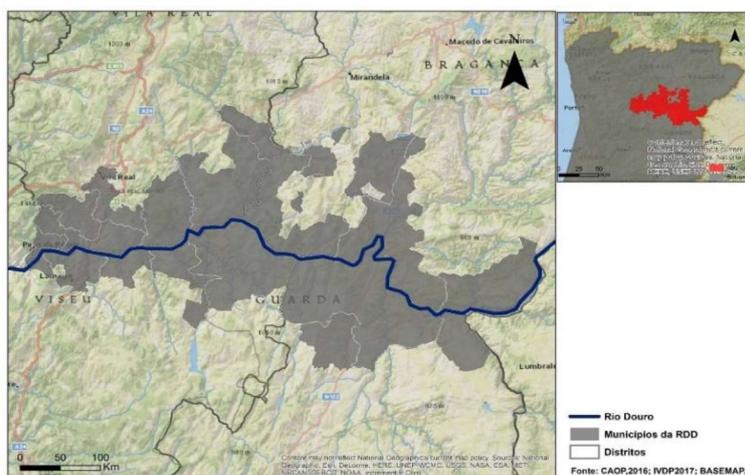


Figura 2: Mapa de Enquadramento da RDD.

Fonte: Elaboração Própria.

Desde 1936 a RDD está dividida em três sub-regiões sendo elas o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior como se pode observar na Figura 3 (Anexo 3). Cada sub-região possui características únicas, tanto do ponto de vista natural (climático, relevo, solos, etc.), como na ocupação humana, incidindo as maiores densidades demográficas no Baixo Corgo, onde, aliás, se encontram os principais núcleos urbanos regionais (Vila Real, Lamego e Peso da Régua).

A primeira delimitação da RDD remonta ao período pombalino quando, nomeadamente a 10 de setembro de 1756, se procedeu através de alvará régio à demarcação da região, transformando a RDD na primeira região demarcada e regulamentada do mundo.

Do ponto de vista do aproveitamento vitícola, sabemos que *“a área de vinha assume maior importância no Baixo Corgo, onde ocupa cerca de 29,9% da área desta sub-região”* (IVDP). Esta sub-região tem início na Freguesia de Barqueiros (Norte) e Barrô (Sul), prolongando-se até à foz dos rios Corgo (Peso da Régua) e do Ribeiro de Temilobos (Armamar). Possui uma área total de 45.000ha e 14.501ha de vinha. A Este destas confluências, localiza-se o Cima Corgo que se prolonga até ao Cachão da Valeira<sup>84</sup>, sub-região onde se localizam as principais quintas de cariz empresarial, dado que aqui se produzem os vinhos do Porto mais encorpados, os mais valorizados. Esta sub-região possui uma área total de 95.000ha e uma área da vinha de 20.915ha. A Montante do Cachão da Valeira prolongando-se até Barca de Alva (Fronteira com Espanha), localiza-se o Douro Superior, sub-região com menor área de vinha (cerca de 10.197ha), apesar de ter a maior área territorial de todas as sub-regiões cerca de 110.000ha. Inquestionavelmente, é a vinha que fundamenta a unicidade da região. Na realidade, embora a oliveira e a amendoeira sejam indeléveis na paisagem e na conjuntura regional, a vinha é o sustentáculo económico e social, embora com incidências distintas em cada sub-região. Assim, a vinha continua a ocupar 45.613ha na RDD, o que representa 18,3 % da área total (IVDP). Estes valores podem ser consultados na Tabela 2 e 3 (Anexo 4 e 5), a sua distribuição espacial poderá ser observada na Figura 4 (Anexo 6).

Do ponto de vista da estrutura fundiária, existem 38.980 viticultores na RDD, (IVDP), sendo que, em média, possuem 1,17ha de vinha, sintomático da importância dos *“pequenos produtores que têm um grande peso na produção de Vinho do Porto”* (IVDP) de forma mais aprofundada na Tabela 4 (Anexo 7) encontram-se os dados relativos à distribuição de parcelas. Não obstante, é no Douro Superior que subsistem as

---

<sup>84</sup> Antigo limite da Navegabilidade do Rio Douro e da Região Vitivinícola duriense antes da intervenção de João Franco.

propriedades de maior dimensão, enquanto que no Cima Corgo e Baixo Corgo, e sobretudo neste último, as propriedades são muito reduzidas. Todavia, há que realçar também a existência de uma grande dualidade sociocultural, já que, sobretudo no Cima Corgo às grandes quintas empresariais se reúnem múltiplos prédios de estrutura familiar de pequena dimensão.

São três os elementos que fundamentam a individualidade regional: o clima, o solo e as castas. No que respeita ao uso do solo poderá ser observado na Figura 5 (Anexo 8) a Ocupação do Solo na RDD. No que se refere às características edáficas, elemento essencial para a afirmação singular dos vinhos do Douro, a vinha implanta-se na *“formação geológica do complexo xisto - grauváquico ante - ordovício, com algumas inclusões de uma formação geológica de natureza granítica, envolvente.”* (IVDP), ou seja, em *“rochas metamórficas, especialmente xistos, surgindo apenas nas regiões periféricas da RDD as primeiras manchas graníticas”* (Teles, 2018, Pp.14). A este elemento não é alheio a importância do xisto. Uma vez que este tipo de rocha possui a capacidade de absorver mais radiação solar, libertando posteriormente durante o período noturno a energia em forma de calor, criando condições ótimas para o desenvolvimento da vinha.

O clima, outro componente essencial na caracterização da Região, é fortemente influenciado pelo relevo, facto que se pode analisar na Figura 6 (Anexo 9). Na realidade, o vale do Douro encontra-se rodeado por maciços montanhosos, barreiras de condensação que impedem a “entrada” no vale do Douro de ventos de Oeste húmidos. Este contexto de heterogeneidade orográfica leva a uma série de assimetrias *“pois apesar de na região dominar um microclima de matriz mediterrânea, ele acentua-se e “continentaliza-se” quando se caminha para leste, enquanto se dilui quando se ascende nas vertentes, proporcionando que, enquanto nas proximidades do rio Douro as temperaturas estivais ultrapassem frequentemente os 35°C, e ainda sejam superiores no Douro Superior, a maiores altitudes a temperatura baixa”* (Pina e Cardoso, 2017, Pp.4).

A distribuição da precipitação é bastante assimétrica, como se pode observar na Figura 7 (Anexo 10), concentrando-se sobretudo nos meses de Dezembro e Janeiro, sendo escassa nos meses de Julho e Agosto, diminuindo a precipitação de oeste para leste, pois sofre a interferência das cadeias montanhosas de *“Montemuro e do Marão-Alvão [que]constituem uma eficaz barreira à influência do Atlântico, impedindo que os ventos húmidos exerçam uma ação direta nos valores de precipitação, sendo que a precipitação média anual regista um decréscimo de jusante para montante”* (Teles, 2018, Pp.14). À medida que caminhamos para Este a precipitação vai diminuindo.

Outro fator pertinente é a exposição às radiações solares, importantíssimo para o comportamento da vinha, já que a vertente norte recebe mais insolação, enquanto a vertente sul é a mais umbria. Esta questão irá também influenciar a temperatura, ao qual podemos observar a sua distribuição na RDD na Figura 8 (Anexo11). Destacam-se como locais onde se atingem as maiores temperaturas, além do Vale do Douro, o Vale do Tua e o Vale da Ribeira da Vilariça. A RDD é uma região com grandes amplitudes térmicas, tanto anuais como diárias, “há um forte gradiente térmico de ocidente para oriente”. Visível quando nos deslocamos para leste, mas também quando se ascende nas vertentes. Repare-se que no Douro Superior facilmente se atingem os “45° C no verão e valores negativos no inverno” (Teles, 2018, Pp.14).

Elemento diferenciador e importante são as castas, possuindo a Região Demarcada do Douro um “riquíssimo património genético (...) (mais de 100 castas” (Guerra e Abade, 2008, Pp.3). Todavia e na sequência de estudos recentes nas replantações aposta-se sobretudo nas castas de melhor qualidade, pelo que nas reestruturações do século XXI e nas novas plantações “se assiste, inevitavelmente, à utilização de 5 a 6 castas tintas (Touriga Nacional, Touriga Franca, Tinta Roriz, Tinto Cão, Tinta Barroca e Tinta Amarela)” (Guerra e Abade, 2008, Pp.3), as mais usadas na produção de vinhos tintos. Há, porém, outras castas para a produção de vinhos brancos e rosés.

Do ponto de vista da fauna e da flora destaca-se na região uma riqueza impressionante, visível sobretudo quando entramos na área em que se sobrepõe a região vinhateira com o Parque Natural do Douro Internacional, na fronteira com Espanha. “A cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia-real, a águia de Bonelli, o falcão-peregrino, gralha-de-bico-vermelho, o bufo-real, o grifo, o andorinhão-real, o melro- -azul, o milhafre-real, o açor” e ainda “O lobo, o corço, o gato-bravo, a lontra, o rato de Cabrera, o javali, o morcego e a víbora-cornuda” (Teles, 2018, Pp.14). Na flora duriense destacam-se os “bosques e manchas de matos mediterrânicos”, mas também espécies como “sobreiros, azinheiras, zimbros, carrasco” e arbustos como “medronheiros, estevas, pilriteiros, troviscos, rosmaninhos, tomilhos...” (Teles, 2018, Pp.14).

Apesar do relevo acidentado, forte condicionante ao desenvolvimento das acessibilidades regionais, e solos frágeis, é este o cenário ideal para a produção de vinhos famosos, designadamente o Vinho do Porto.

### **3.4.O quadro de Acessibilidades Regional, elemento chave no Desenvolvimento**

Componente vital para o desenvolvimento regional, são as redes de acessibilidade e transporte, que além de associadas à fixação de população e indústrias são também essenciais ao setor do turismo. Assim, é necessário enquadrar, ainda que de forma breve, os transportes e as infraestruturas associadas à mobilidade na Região Demarcada do Douro já que *“a acessibilidade sempre constituiu um papel fundamental no ordenamento de qualquer território, independentemente do tipo da rede em que nos fixássemos: viária, ferroviária ou fluvial”* (Pina, 1997, Pp.74).

Sabendo, pois, que grande parte da RDD é território Rural, obviamente enfrenta os desafios associados à mobilidade e infraestruturas de transporte. De facto, *“A problemática da mobilidade e da equidade no acesso da população a bens e serviços, conhece expressão maior no espaço rural e áreas de baixa densidade urbana, porquanto tal privação (ou deficit de acesso) constitui um elemento propulsor do agravamento das desigualdades e de fenómenos de exclusão social, os quais assumem uma natureza multidimensional”* (Fernandes, et al, 2009, Pp. 2590).

Sempre muito deficitárias, as acessibilidades desenvolveram-se com grande arduidade e *“a Região Demarcada do douro oferecia de facto grandes dificuldades à implantação de uma rede viária”* (Pina, 1997, Pp.74). Esta condicionante afetou ferozmente o desenvolvimento regional já que *“as acessibilidades regionais eram indubitavelmente péssimas. Na verdade, as vias de comunicação então existentes circunscreviam-se a caminhos pedonais, estreitos, sinuosos, única forma de vencerem os declives existentes, e encontravam-se envoltos por espesso mato vegetal a partir do qual eram fáceis as embocadas”* (Pina, 1997, Pp.76).

No século XVIII o isolamento da região foi superficialmente quebrado, fruto do destaque que a atividade vinícola começava a ter numa região já demarcada. A necessidade vias de comunicação para escoamento dos produtos mostrou-se essencial e neste contexto *“surgiram projetos de criação, ou de ampliação, de estradas reais durienses (prioritariamente nas suas ligações à cidade do Porto e à Régua), bem como de algumas secundarias”* (Pina, 1997, Pp.79). Elementar era a ligação entre o Peso da Régua e o Porto, já que esta primeira cidade era a sede da Companhia. Os traçados das estradas secundarias, nas ligações internas da região, ficaram a cargo da Companhia já que o objetivo primordial era *“individualizar eixos relacionados com a fiscalização dos produtos vínicos”* (Pina, 1997, Pp.79) pelo que a população pouco beneficiou de melhorias nas efetivas acessibilidades aos núcleos rurais.

No século XIX, apesar das melhorias efetivadas nas décadas anteriores, as acessibilidades eram ainda genericamente medíocres pelo que apenas os centros mais importantes como Lamego, Régua, Resende, Vila Real, etc. se destacavam (Pina, 1997). À medida que caminhávamos para Este a situação a este nível era mais negativa, no que hoje designamos de Douro Superior o isolamento imperava e em 1792 com a abertura à navegabilidade a montante do Cachão da Valeira as condições de acessibilidade melhoraram. Já no Baixo Corgo alguns melhoramentos foram efetivados, como a estrada de primeira classe entre Vila Real e a Régua e posteriormente Lamego, com passagem no rio através de barca, na inexistência de pontes. O rio foi durante a primeira metade do século XIX a via primordial de acesso à região, mas com a chegada do Fontismo é que a região assiste à chegada da então designada “*viação acelerada*”, estávamos no final da década de 70 do século XIX quando o comboio silvou pela primeira vez na região duriense. O comboio veio trazer profundas transformações à região e foi das infraestruturas que mais contribuiu para o seu desenvolvimento.

Já nos inícios do século XX com fortes perturbações políticas que si verificavam, a questão das acessibilidades não sofreu grandes melhorias, destacando-se sobretudo a reparação de alguns troços. Não obstante as acessibilidades durienses registaram melhorias, sobretudo após os anos 60 desse século, sobretudo no setor rodoviário, vertente ainda ampliada após 1986 na sequência da aplicação de fundos comunitários. Na verdade, sucederam-se os planos que incrementavam e melhoravam a rede de transportes, conseguindo diminuir as distâncias tempo, tão essenciais ao mundo de hoje. Aliás “*Os esforços encetados no sentido de reduzir o efeito das distâncias fazem parte da evolução das sociedades*” (Pacheco, 2004, Pp. 2). Todavia, as debilidades persistem. Sabemos que no que se refere ao setor ferroviário, há que investir na linha do Douro e seus ramais, conectando novamente Vila Real e Bragança, ou Mirandela, Chaves e Macedo de Cavaleiros com a área metropolitana do Porto. Desta forma, facilita-se a mobilidade na região duriense, onde, em muitos concelhos, permanecem acessos anacrónicos, por vezes históricos, sendo escassas as novas vias como autoestradas, IP e IC. Na Figura 9 (Anexo 12) é possível analisar espacialmente a atual e a desativada rede ferroviária na Região Demarcada do Douro e logo de seguida na Figura 10 (Anexo 13) poder-se-á fazer a mesma análise espacial para a rede rodoviária, seccionada em três níveis de classificação.

No presente, e no âmbito do desenvolvimento regional sustentável, estando a mobilidade verde muito em voga, daí a relevo dado ao transporte ferroviário. Neste contexto, foi contactada em abril de 2019 a Infraestruturas de Portugal. Da parte da IP obteve-se a seguinte informação: primeiramente em relação à possibilidade de empresas

privadas fornecerem novas ofertas sobretudo direcionadas ao setor do turismo: “*Existe essa possibilidade mediante a disponibilidade de canal horário. O pedido de canal horário deve ser feito por um Operador Ferroviário Certificado de acordo com as condições indicadas no diretório de rede.*”; seguindo-se a informação que o número de comboios em específico na linha do Douro à data referida era : “*por dia nos 2 sentidos: Ermesinde-Penaafiel 120, Penaafiel-Caide 80, Caide-Marco 40, Marco-Régua 30 e Régua-Pocinho 10.*” Por fim, a futura utilização do troço entre Pocinho e Barca-de-Alva: “*não tem em curso qualquer ação/estudo para reabertura da Linha do Douro entre Pocinho e Barca de Alva.*” Sabemos em relação a esta última questão da existência de um estudo (já tornado público)<sup>85</sup>, de 2016, onde se refere as potencialidades da reabertura desta infraestrutura assim como da Linha do Sabor para escoamento dos minérios de Moncorvo<sup>86</sup>.

Também foi contactada neste âmbito a CP-Comboios de Portugal, nomeadamente aquando da retirada do “Serviço Miradouro” e da diminuição da oferta do “Comboio Histórico do Douro”. Foi questionado também se havia intenções de oferecer novos produtos turísticos, e quais os motivos que levaram à decisão de acabar com o Miradouro, assim como o facto de, em 2018, o serviço terminar na estação da Régua, o que se verificou como sendo um erro. A estas questões a CP remeteu a resposta para consulta dos documentos no seu site institucional.

Entretanto, com a mudança da administração da CP, verificou-se que o parque existente de carruagens Schindler<sup>87</sup> (construção suíça de finais dos anos 40 do séc. Passado) iria ser recuperado e remetido para o serviço comercial na linha do Douro. Este trabalho já está em curso e a partir de 12 de julho de 2020 todos dos comboios Inter-regionais entre o Porto e o Pocinho já estão a ser efetuados com recurso a locomotiva (CP 1400, mais carruagens). No âmbito de uma estratégia redirecionada também para o turismo, a CP decidiu apelidar estes comboios de “Miradouro”, apesar de não ser um serviço unicamente turístico. Estratégia bem aceite, deve ser reforçada, no entanto há que referir que do ponto de vista do utilizador comum, é esperado que, a médio prazo,

---

85 Linha do Douro – Troço Ermesinde-Barca d’Alva e ligação a Salamanca – Análise de Intervenções na infraestrutura Ferroviária – setembro de 2016. Link: <https://www.transportesenegocios.pt/documentos/Infraestruturas-de-Portugal-Linha-do-Douro-e-liga%C3%A7%C3%A3o-a-Espanha.pdf>

86 Há já confirmação do escoamento do minério via linha do Douro através do recurso à empresa Takargo. Link: <https://revistacargo.pt/exportacao-de-ferro-linha-do-douro-voltara-a-ser-percorrida-por-comboios-de-carga/>

87 Face à aceitação por parte dos clientes e à própria construção desta série este parque de carruagens (Schindler) e Locomotivas English Electric deve ficar no futuro inteiramente destinadas a comboios turísticos pois são bastante adequadas, uma vez que possuem janelas panorâmicas que podem ser abertas e ainda um conforto singular.

cheguem à linha do Douro comboios do século XXI: elétricos, rápidos e que diminuam o tempo de viagem entre a região e a Cidade do Porto e também a curto prazo, a Salamanca.

Como do ponto de vista ferroviário, e estratégica de escala regional, a linha do Douro é de extrema importância quer em termos de desenvolvimento regional e turístico, quer no transporte diário dos residentes. Deve ser privilegiada a ferrovia pois trata-se de *“um transporte coletivo de grande impacto e pelas enormes vantagens ambientais, sociais e económicas que apresenta, é determinante e estratégico para o desenvolvimento socioeconómico de um país”* (Pires, 20145, Pp. 1). O mesmo se aplica para o desenvolvimento da Região Demarcada do Douro, ampliando a coesão territorial em Portugal e aproximando a RDD ao centro da Península, da Europa e também da Área Metropolitana do Porto.

Na generalidade, os transportes possuem uma grande relevância no desenvolvimento de uma região e de um país. Aliás, também o sistema turístico fica dependente deste setor pois apesar de envolver muitas componentes e participantes, não obstante *“os transportes são uma das essenciais porque permitem a movimentação de pessoas e, se por um lado, o turismo fornece experiências novas, por outro lado, os transportes proporcionam o movimento e as deslocações utilizando diferentes tipos de transportes”* (Oliveira, 2016, Pp. 25).

Dissertar sobre acessibilidade é também falar sobre o rio Douro<sup>88</sup>. Com a construção das inúmeras barragens, o rio Douro tornou-se navegável até Barca de Alva, facto que permitiu a introdução de embarcações de recreio e possibilitou o desenvolvimento dos cruzeiros no Douro, onde se destaca a empresa Douro Azul. Mas as barragens possibilitaram também o surgimento de belos e enormes espelhos de água que são agora utilizados para pesca recreativa e para uma série de atividades aquáticas, como a motonáutica, remo, vela, rafting, canoagem, kayak, cruzeiros, passeios de barco e mais recentemente o paddle. Sendo impossível enumerar todas as atividades, é porém, relevante que se potencialize o rio Douro, pois é um ativo importante para a região duriense. Deve, pois, ser preservado, valorizado e publicitado a fim de ser tornar num elemento chave para a criação de desenvolvimento.

A via navegável estende-se ao longo de 208 quilómetros, começando em Porto/Gaia e prolongando-se até à fronteira com Espanha, em Barca D’Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), vence neste percurso um desnível de aproximadamente 125 metros, tendo por base 5 barragens aptas para a navegação. Assim, o rio Douro é *“Considerado*

---

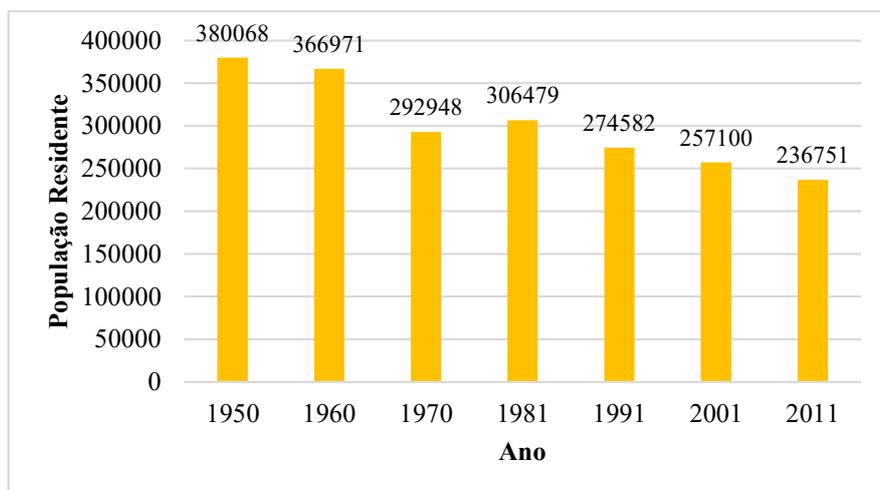
88 Este rio ibérico nasce em Espanha na Serra de Urbión, a de cerca de 2000 metros de altitude, percorrendo em território nacional cerca de 210 quilómetros.

*uma via navegável com características internacionais e modernas, aberta, em toda a sua extensão, a embarcações de recreio de todo o tipo, excetuando veleiros com mais de 7.20m de mastro.”* (APDL) As únicas restrições situam-se a montante do Pinhão dada a existência de um estrangulamento do canal.

### 3.5. A Perspetiva Demográfica, um cenário preocupante

Outro elemento importantíssimo para caracterização de uma região e elementar no seu desenvolvimento é a sua população. Neste âmbito, analisando os dados respeitantes aos municípios das Região Demarcada do Douro percebemos que desde 1950 até 2011 todos os concelhos perderam população, à exceção de Vila Real que se afirmou como um centro urbano de média dimensão, apesar de apenas de observar um acréscimo de 5068 residentes em 61 anos.

Em relação às perdas populacionais, centros urbanos como Mirandela, Lamego e Peso da Régua, apesar de também perderem população, este fenómeno não teve a mesma intensidade, quando comparamos com os concelhos onde o índice de ruralidade é mais significativo. Nestes últimos, o declínio demográfico é muito significativo.



**Figura 11: População residente na RDD, 1950-2011.**

Fonte: INE.

Na RDD, entre 1950 e 2011, observou-se uma perda de 143 317 residentes, um valor considerável, (Fig.11). O despovoamento é, de facto, um forte entrave ao desenvolvimento regional. Na verdade, embora na Região Demarcada sobressaia o Eixo Urbano Vila Real-Régua-Lamego, apenas Vila Real conseguiu manter alguma atratividade populacional, característica que apenas se repete em algumas sedes concelhias, mas com valores insignificantes. Urge repensar este problema e de que forma se poderá criar um pacote de fortes medidas de forma a fixar população nestes territórios, seguindo a estratégia do PNPOT de fortalecimento das cidades médias e aumentando a

intensidade dos fluxos urbano-rural. A Densidade Populacional na RDD pode ser observada na Figura 12 (Anexo 14).

Os fundamentos deste declínio demográfico são múltiplos, se bem que a base era essencialmente económica, social e política, sobretudo na década de sessenta. Embora durante o Estado Novo se tentasse “repovoar” o interior, a verdade é que seria impossível conter o fluxo emigratório para o espaço europeu, e as migrações internas para Lisboa e Porto.

Esta perda demográfica, tem, contudo, antecedentes, como constatamos durante a segunda guerra mundial e nos anos imediatos. O cenário económico, social duriense refletia a interrupção das exportações do vinho do porto durante o conflito mundial e a lenta recuperação económica com a consequente queda e estagnação em valores residuais das exportações de vinho do Porto. Mas nem todo o território duriense sofreu da mesma forma este fenómeno, já que se afirmaram alguns centros urbanos, sobretudo o eixo Vila Real, Régua e Lamego (Pina, 2007). No mesmo período, no Cima Corgo e o Douro Superior acentuaram-se as perdas populacionais, sobretudo no Douro Superior. Embora após a revolução de abril de 1974, com o regresso de muitos portugueses ao continente se observasse um incremento ligeiro de população no Alto Douro, “*esta foi superficial, além de que se acentuaram ainda mais as assimetrias territoriais anteriores*” (Pina, 2007, Pp. 122), visto que este novo contingente se fixava preferencialmente nos principais núcleos populacionais onde se concentram os serviços, incluindo a instalação de um instituto politécnico, atual UTAD ( Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), para além das acessibilidades registaram nítidas melhorias.

Durante a década de 80, parte das sedes de concelho viram os seus contingentes populacionais diminuir, incluindo as situações que tinham sido até então, menos penalizadas, contudo no Baixo Corgo, sobretudo na cidade de Vila Real “*observou um acréscimo de quase 1000 habitantes: continuava a usufruir dos reflexos da implantação da UTAD*” (Pina, 2007, Pp.126) o que prova mais uma vez que “*construímos universidades e politécnicos nas cidades médias. Se não tivéssemos feito isso, hoje não tínhamos cidades médias*” (Teresa Sá Marques, in Público 19 de Janeiro de 2020).

Outro fator muito relevante é o encerramento de serviços públicos, como estações de correios, tribunais, serviços da segurança social e das finanças, mas também a diminuição das atividades económicas inerentes. Incrementando o isolamento e a exclusão destes territórios rurais. A este encerramento de serviços básicos para a população autóctone, reúne-se a falta de manutenção das acessibilidades intrarregionais e muito particularmente as vicinais de acesso aos prédios rústicos vitícolas. Acresce o

fecho da totalidade de linhas métricas a norte do Douro deixando muitas populações isoladas. Tal cenário certamente não existiria se existisse maior descentralização, transferindo o Estado muitas das competências para os municípios, CIM's ou CCDR's. É já notório o esforço de muitas autarquias em preservar serviços que não são da sua competência.

Neste contexto, é necessário entender que *“The perspective of a demographic recession is one of the main challenges, but it is also an opportunity to devise and assess new strategies in search of a sustainable development.”*<sup>89</sup> (Lopez-Iglesias, et al, 2017, Pp. 1), pelo que em vez de uma retirada do Estado, é necessário neste contexto de *“demographic decline and economic fragility public policies must provide tailored and innovative responses. Innovative strategies must be formulated at different levels to tackle the current challenges, integrating planning, environmental, economic and social aspects alike.”* (Lopez-Iglesias, et al, 2017, Pp. 2)

Importante referir que à semelhança de outros locais, à perda populacional se junta o envelhecimento da população e a diminuição da população jovem. Um problema crónico que põem em causa o futuro destes territórios e da Região Demarcada do Douro. Desta forma

### **3.6. O setor turístico na Região Demarcada do Douro**

Um dos problemas do setor turístico da Região Demarcada do Douro e que afeta profundamente o seu desenvolvimento é a sazonalidade. Concentrando-se o fluxo turístico no Douro entre maio e outubro. Mas no período de inverno há que registar já algumas mudanças. No contacto efetuado com inúmeros agentes turísticos nota-se que no período de Natal e, inclusive no Ano Novo, as taxas de ocupação voltam a crescer, sobretudo sob a procura do mercado interno. Estes dados serão analisados mais aprofundadamente no capítulo seguinte.

Feito um levantamento da informação estatística relativa à oferta, tipologias de alojamentos e empresas turísticas na Região Demarcada do Douro, analise-se. O Alojamento Local é um setor em forte crescimento e até outubro de 2019 (Figura 13) (Anexo 15) a Região Demarcada possuía na sua totalidade, 472 alojamentos locais, embora destacando-se Peso da Régua (78), Vila Real (51), Lamego (50) e Resende com 43 Alojamentos. Neste último concelho a oferta é mais direcionada ao “Douro Verde”. Nos restantes concelhos os alojamentos locais são em número muito limitados ou

---

<sup>89</sup> In that context, it is necessary to consider innovations that maximize the social return of any investments in rural peripheral regions

inexistentes, destacam-se apenas Vila Flor com 2 alojamentos e Murça com 5. É perceptível que a distribuição da oferta de alojamento local é muito díspar na região, pelo que em alguns concelhos mais rurais o Alojamento Local pode expandir-se, dada a dinamização que este setor tem registado tendo ainda um longo percurso de expansão e oportunidades. Já noutros municípios (em áreas maioritariamente urbanas) devemos repensar e avaliar a oferta e a procura a fim de não desvalorizar o setor e criar problemas semelhantes aos que se vivem nas grandes urbes.

No que diz respeito aos Empreendimentos Turísticos<sup>90</sup> (Figura 14) (Anexo 16) estes são em menor número, seja pela sua complexidade, seja pelo enquadramento legal que difere dos AL. Assim, na RDD, existiam em outubro de 2019 segundo a Base de dados do Turismo de Portugal cerca de 246 Empreendimentos Turísticos registados. Em outubro de 2019 é no concelho de Lamego, com 32 empreendimentos, que se concentra o maior número de empreendimentos turísticos da RDD, seguindo-se Mirandela com 24, Alijo com 17 e Sabrosa com 16.<sup>91</sup> Nos restantes municípios dominam valores inferiores a 7.

Outro dado interessante para perceber o impacte do turismo no Douro são os Agentes de Animação Turística (Figura 15) (Anexo 17) Em outubro de 2019 estavam inscritos na base da Turismo de Portugal (TP), relativamente aos municípios da Região Demarcada encontravam-se registados 112 agentes, destacando-se Vila Real com 19, a Alijó com 14, Lamego com 13 e Peso da Régua com 12 Agentes. Pelo contrário, Murça, Santa Marta de Penaguião e Alfândega da Fé não possuíam qualquer registo enquanto os restantes detinham um ou 2 agentes. Em síntese, excluindo os centros urbanos de média dimensão, os restantes municípios possuem uma animação turística, restrita. Como existem múltiplas potencialidades endógenas não exploradas, há que aproveitar este cenário tão atrativo. Por fim, analisamos os Agentes de Viagens e Turismo por município na RDD. (Figura 16) (Anexo 18) Também em número exíguo, dado que em 2019 apenas se registavam 47, concentravam-se nos principais centros urbanos como Vila Real, Mirandela e Lamego e Peso da Régua, e ainda assim limitados a 6 registos por concelho. Todavia, uma das falhas referenciadas na RDD, com insistência e por todos os agentes e setores, é a debilidade dos transportes e a falta de animação turística sobretudo

---

90 Segundo a Turismo de Portugal são tipologias de empreendimentos turísticos: os Estabelecimentos hoteleiros, os Aldeamentos turísticos, os Apartamentos turísticos, os Conjuntos turísticos (resorts), os Empreendimentos de turismo de habitação, os Empreendimentos de turismo no espaço rural e os Parques de campismo e de caravanismo. Fonte: Turismo de Portugal.

91 Com menor número de empreendimentos Turísticos situa-se Murça com apenas 2, Freixo de Espada à Cinta com 4, São João da Pesqueira com 5, Resende com 6 e Santa Marta com 7.

a especializada. Deve a iniciativa privada estar atenta a estas oportunidades, incentivados pelo Estado, para mitigar as falhas existentes.

Há de facto que dinamizar a RDD, agregando neste fenómeno, todos os agentes e as potencialidades locais, implicando também os poderes autárquicos, já que o empreendedorismo é limitado e a burocracia elevada, o que dificulta o desenvolvimento da região. É necessário, por exemplo, apoiar a criação de empresas de transporte turístico, aproveitando a reprogramação do Quadro Comunitário de Apoio atual.

Além do turismo, elemento chave para o desenvolvimento regional, não se pode ignorar a vinha, a população, os produtos locais, a cultura, têm de ser conjugados, tendo em vista desenvolvimento holístico, sustentável.

### **3.6.1 O Enoturismo no Douro**

Falar da RDD é falar de paisagem, Vinho, património, cultura e desenvolvimento. Obviamente nestas dinâmicas inclui-se o turismo. Sabe-se que no mundo existiam, em 2006, cerca de 4 milhões de enoturistas praticantes e mais de 2 milhões ocasionais (Santana, 2016), valores muito significativos que demonstram interesse pelo enoturismo.

Tendo por base o trabalho de Isabel Santana em 2006, podemos analisar as motivações inerentes a este tipo de turismo, usufruindo dos vinhos locais, cultura e gastronomia, aumentando o conhecimento sobre o património enológico e o gastronómico. Assim se sucedem as provas de vinho, as provas de produtos locais, as visitas, a aprendizagem sobre os processos de produção associados ao vinho, etc.

Há claramente um aumento deste mercado e o Douro sobressai pois “*A ligação à paisagem natural e à beleza das quintas está bem definida em percursos como o Douro Superior (Rota do Vinho do Porto),*” (Barroco e Antunes, 2009, Pp. 1270) assim como as experiências sensoriais associadas ao vinho, visitando quintas como a Quinta do Seixo que, em pleno janeiro de 2018 acolhia centenas de turistas Brasileiros.

O Enoturismo é para Getz (2000) e Hjalager (2002) um “*potenciador do desenvolvimento de destinos, afirmando que a atividade enoturística, devido à complexidade que apresenta, possui efeitos positivos no desenvolvimento local que se podem entender como estando associados a uma cadeia de valor. Esta cadeia de valor não só é aplicável ao produto, como também ao destino*” (Vale, 2014, Pp.45). Esta importância é reconhecida no Programa de Ação para o Enoturismo 20-21 da Estratégia Turismo 2027 onde se lê “*foram já aprovados mais de 60 milhões de euros de investimento total para projetos de enoturismo*”.

De facto, o enoturismo inclui múltiplas componentes, tendo sempre em consideração o turista, mas também o seu destino e o seu quadro organizacional. Como refere Mariana Vale (2014) os componentes do enoturismo, segundo Getz (2000) são dentro dos consumidores/turista as provas de vinhos, as refeições, as visitas guiadas, as compras, aprendizagem e o lazer/recreio. Na categoria das organizações responsáveis pelo destino destaca-se como componentes a conservação de recursos, o planeamento, a informação, as rotas de vinho, o acolhimento de turistas, o Marketing, os Eventos especiais e o educar os visitantes. Por fim na secção dos fornecedores os transportes, os alojamentos, o catering, as adegas/quintas, as visitas guiadas e os eventos.

### **3.7. Valorização dos Produtos Locais**

A valorização dos Produtos locais é também um ponto essencial para o desenvolvimento regional, sobremaneira se associados á ementa a inovação. De facto, quando referimos à valorização dos produtos locais existentes no mundo rural e as suas pictografias, há que adicionar novas formas de abordagem, novas motivações *“associadas à idéia de alimentação saudável, sejam vinculadas a engajamentos políticos ou ainda a apelos que buscam fortalecer identidades e tradições culturais”* (Menashe e Tomé, 2010, Pp. 101).

Num mundo industrializado onde o recurso a agentes químicos, contaminantes, os produtos naturais, os produtos agrícolas biológicos, por exemplo facilitam a adoção de hábitos mais saudáveis, enquanto revalorizam a produção e os produtos rurais. A agricultura biológica está a desempenhar um importante papel no desenvolvimento nas áreas rurais e na valorização dos seus produtos, desempenhando, *“assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural”* (Regulamento (CE) nº 834 /2007).

E, na região duriense, não é apenas a paisagem que é distintiva, mas um conjunto imenso de produtos agrícolas, mas também artesanais, etc. Obviamente, destacam-se os vinhos, sobretudo o Vinho do Porto, aqui produzido, mas envelhecido em Vila Nova de gaia. Vinho com graduação alcoólica cujo processo de fabrico *“inclui a paragem da fermentação do mosto pela adição de aguardente vínica (benefício ou aguardentação), a lotação de vinhos e o envelhecimento”* (IVDP). Apresenta diversas categorias (Ruby, Tawny, Vintage, LBV). A estes vinhos temos de adicionar os “vinhos tranquilos”, não licorosos, sucedendo-se os tintos, brancos e roses, alguns vencedores de prémios

internacionais. Alias, os prémios acumulam-se sobretudo nas duas últimas décadas, dada a sua qualidade que motiva, de facto, este reconhecimento internacional. Mais recentemente adicionam-se ainda os espumantes e outros licorosos (Moscatel), aguardentes e vinagres (Santana, 2016).

A estes elementos associam-se programas turísticos que incluem provas de vinho, visitas às caves, às quintas, participação nas vindimas, as aldeias vinhateiras, a Rota do Vinho do Porto <sup>92</sup>, os Museus, Centros de Interpretação, etc.

Obviamente, as especificidades regionais têm de ser valorizadas, integradas numa política de desenvolvimento regional em que o turismo se insere e os produtos endógenos como o azeite, a amêndoa, os cestos de vime, a reprodução de utensílios vínicos para decoração e uma série de outros produtos.

### **3.8. A Importância do Planeamento e do desenvolvimento regional**

A Região Demarcada do Douro surge como um polo de desenvolvimento turístico prioritário identificado no PENT -Plano Estratégico Nacional do Turismo 2007 e na Agenda Regional de Turismo. A criação de documentos estratégicos tem sido uma realidade nas últimas duas décadas <sup>93</sup>.

Embora muitos destes documentos não estejam em vigor e outros nunca foram aplicados e outros tenham sido substituídos, são um bom referencial quando falamos de políticas públicas e estratégia de desenvolvimento, pois contemplam instrumentos de “*apoio a projetos diferenciados que engobam, a regeneração urbana e de centros históricos, a valorização do património cultural ou a qualificação do rio Douro, bem como a promoção e animação turística, o apoio a empreendimentos turísticos e a grandes eventos, entre outros*” (Santana, 2016, Pp. 207).

São efetivamente documentos importantes para o desenvolvimento, preservação e proteção da RDD enquanto região e enquanto espaço integrante de outras territorialidades. Para tal objetivo, a cooperação é a chave que irá mitigar muitos problemas de região do Douro. É certo que há meios institucionais onde os municípios e

---

<sup>92</sup>Entretanto descontinuada.

<sup>93</sup>Destacam-se o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-NORTE), o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), a Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, o Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, o Norte 2020, a Estratégia de Marketing Turístico do Porto e norte de Portugal (2015-2020), o Vale do Douro Sul 2025 - Estratégia de Desenvolvimento, o Programa Nacional de Investimentos 2030, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020), o Plano de Monitorização do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro (PROZED), o POARC - Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo (em revisão) e demais POAAP que venham a ser aprovados, a Estratégia Nacional do Turismo 2027, os respetivos PDM e demais planos setoriais, etc.

as empresas cooperam, mas nem sempre a cooperação se materializa no território. Se a cooperação na vinha e no vinho é limitada, apesar da existência de múltiplos interventores, públicos e privados, para além de cooperativas, se realçarmos o setor turístico, de facto estratégico para o desenvolvimento regional, a cooperação no setor do turismo é essencial, porque incide num “ *território onde se localizam os recursos que proporcionarão as experiências que os turistas procuram e que os motivaram a deslocar-se a esse espaço*” (Santana, 2016, Pp. 159). Essas experiências não se limitam à escala regional, e muito menos à escala local, ignorando as fronteiras institucionais, a organização administrativa: turista pernoita num concelho, visita caves num outro e é provável que jante num terceiro. Assim, é essencial a cooperação setorial, autárquica, etc., única forma de ultrapassar os obstáculos existentes e que dificultam a dinamização da RDD.

Neste contexto, é importante entender que para além de cooperação é essencial “*uma liderança regional com uma visão de futuro, mas também (...) criação de redes, (...) incentivo ao empreendedoríssimo e ao envolvimento das comunidades locais*” (Santana, 2016, Pp. 160), única forma de criar um desenvolvimento conjuntural onde o turismo sobressai. Por outro lado, à semelhança do que esta a acontecer no país também no Douro o aumento do fluxo turístico se fez sentir. Na sequência da classificação pela UNESCO e dada a qualidade dos vinhos do Porto e Douro, é sem dúvida um dos principais destinos turísticos nacionais, um destino de excelência, com múltiplas e diversificadas ofertas (natureza, enoturismo, património religiosos, estabelecimentos de saúde e bem-estar, para além da gastronomia e dos vinhos). A região tem indissoluvelmente muito para oferecer.

## **Capítulo 4: A Região Demarcada do Douro: a perspetiva de diversos atores**

### **4.1. Análise dos Dados dos Turistas na Região Demarcada do Douro**

Perante a exiguidade da informação que incidisse sobre os turistas que visitam a RDD, optamos para fazer uma abordagem onde o trabalho empírico foi essencial, neste contexto, concretizamos um intenso e exaustivo trabalho de campo para obter informação sobre os visitantes registados nos Postos de Turismo da Região Demarcada do Douro. Assim, obtivemos o número total de turistas desde 2015 até 2018, a que anexamos ainda os totais mensais de 2018 a fim de verificar a oscilação anual do fluxo de turistas.

A primeira constatação a fazer aponta para uma grande variabilidade na região, sobretudo quando a análise se concretize a escala do concelho. Se analisarmos a Figura 3, onde se observa o total de visitantes nos últimos quatro anos por concelho, denotamos que o município acolheu o maior número de visitantes ao longo destes quatro anos foi Figueira Castelo Rodrigo com um total de 575 491 visitantes, seguindo-se o município de Lamego cujo posto de turismo, em quatro anos, recebeu 69 739 visitantes e Vila Nova de Foz Coa, com um total de 62 315 visitantes. Por oposição, Murça foi o município cujo posto de turismo recebeu o menor número de visitantes ao longo destes últimos quatro anos (196 visitantes), seguindo-se Santa Marta de Penaguião com um total de 1256 visitantes e Resende com um total de 1513.

Como seria expectável, os centros urbanos acolheram maiores fluxos, sobressaindo Lamego, Régua e Vila Real, todavia, um concelho raiano como Figueira de Castelo Rodrigo, captou um acentuado número de turistas quer portugueses quer espanhóis mas também de múltiplas nacionalidades associados aos cruzeiros que atracam em Barca d'Alva milhares de turistas, pois existe uma boa cooperação entre a autarquia e a Douro Azul. Sobressai também Vila Nova de Foz Côa, potenciando o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Côa, ou ainda Mêda, embora neste último caso o fluxo de turistas e visitantes se concentre em (mês). Por seu turno, os núcleos urbanos do Peso da Régua e Lamego, para além do património que possuem, sobretudo Lamego, beneficiam também do elevado número de turistas dos cruzeiros do Douro.

Vila Real, por seu turno, destaca-se como um centro urbano de média dimensão, atrativo, enquanto Mirandela valoriza a sua história e a localização central em Trás-os-Montes. De referir também os valores consideráveis registados em Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo, cuja localização fronteiriça atrai o mercado espanhol.

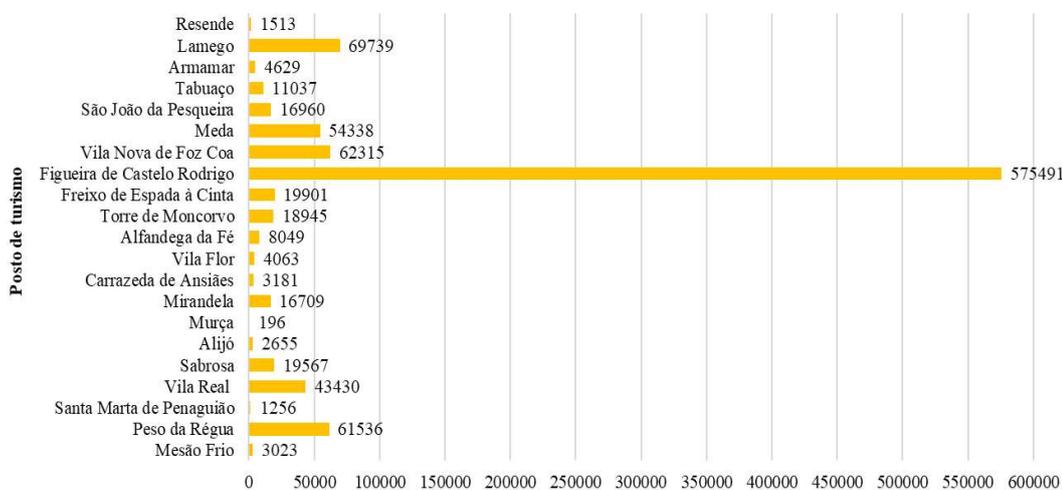


Figura 17: Total de Visitantes por Concelho da Região Demarcada do Douro, entre 2015 e 2018.

Fonte: Recolha e elaboração própria.

Como constatamos, o número de visitantes varia no espaço, mas também ao longo dos anos. Em Figueira de Castelo Rodrigo, desde 2015 que se regista um aumento do número de visitantes, mas perde um número significativo entre 2017 para 2018 (34 974). Para além deste município, noutros a evolução é similar, isto é, correspondem a municípios que onde se incrementou o número de visitantes e turistas ao longo dos anos, mas que perderam entre 2017 para 2018, nomeadamente Sabrosa, Vila Flor, Torre de Moncorvo e Tabuaço. Por outro lado, noutros municípios, observou-se um aumento contínuo ao longo destes quatro anos, destacando-se Mêda cujo número de visitantes passou de 6 075 em 2015 para 28 383 visitantes em 2018. Já em Alfândega da Fé, a evolução foi bastante positiva visto que registou um aumento contínuo ao longo destes últimos anos (aumento de 2 209 visitantes de 2015 para 2018).

Em sentido oposto, deparamos com municípios como Carrazeda de Ansiães que, no ano de 2015, registava um total de 999 visitantes e em 2018 apenas 579, enquanto em São João da Pesqueira se observou uma redução de 3 509 visitantes no mesmo período. Realçar ainda o caso do município de Resende que, para além de ser o segundo município com menor número de visitantes, também os tem vindo a perder ao longo dos anos (370 visitantes).

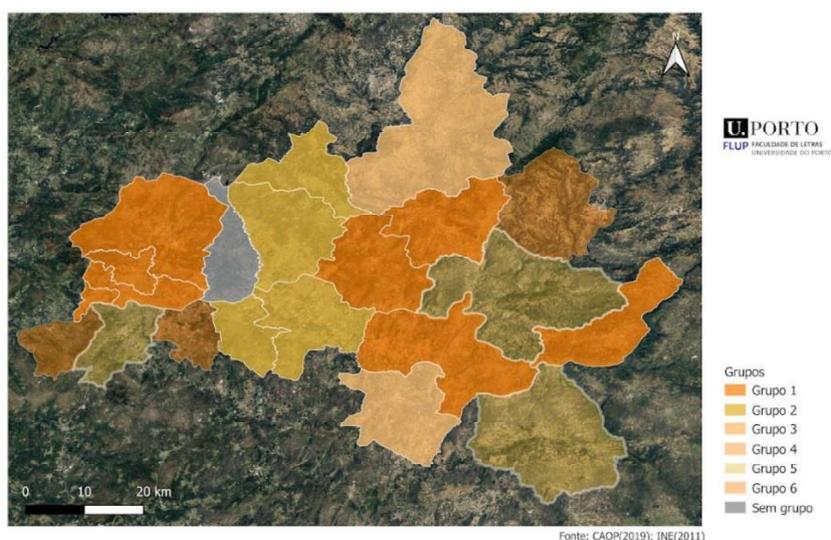
Analisando a evolução interanualmente do número de visitantes, conseguimos detetar algumas discrepâncias. Iniciemos a análise com o exemplo do posto de turismo de Barca d'Alva onde ao longo dos três primeiros anos, se registou um aumento do número de visitantes, mas de 2017 para 2018 houve uma redução de 28 913 visitantes. O mesmo se sucedeu em Castelo Rodrigo após um acréscimo de visitantes, entre 2015 e 2017, seguiu-se uma redução de 6686 entre 2017 e 2018. Em contrapartida, no posto de turismo de Figueira Castelo Rodrigo observou-se uma redução entre 2015 e 2017, mas um aumento de 655 visitantes de 2017 para 2018.

Depois de analisarmos o número global de visitantes, há que conhecer um pouco do seu perfil. Começamos pela sua origem. E, indiscutivelmente o primeiro país de origem é Portugal, seguindo-se de França. Quando falamos da segunda nacionalidade, vemos que predomina a francesa, seguindo-se a espanhola e, em terceiro a inglesa. Por fim, como terceira nacionalidade predominante, encontramos a inglesa, a francesa e a espanhola.

Se analisarmos mais pormenorizadamente a situação observada no ano de 2018, por município de imediato sobressai Figueira de Castelo Rodrigo, por ser aquele que mais visitantes teve ao longo deste ano (155 032 visitantes), seguindo-se Mêda com um total de 28 383 visitantes e Lamego com 21510. Por outro lado, municípios como Resende,

Murça e Santa Marta de Penaguião acolheram o menor número de visitantes neste ano (205,350 e 360, respetivamente), podemos observar que existe uma discrepância territorial.

Abordando-se também neste trabalho a sazonalidade turística, consideramos que seria essencial perceber a distribuição mensal dos visitantes. A sua análise possibilita a direção de particularidades bem vincadas consoante os concelhos. Acresce que perante o volume de informação, dividiu-se os 21 concelhos em grupos de 6, tendo por base a evolução da tendência polinomial de grau 6. É possível observar na figura 18 o mapeamento respeitante a este exercício.



**Figura 18:** A distribuição do fluxo turístico por grupos de municípios.  
**Fonte:** CAOP (2019) &IVDP.

**a) Grupo 1:** constituído pelos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa. Podemos constatar que, nestes municípios, é no Verão (maio-setembro/outubro) que se concentram os maiores fluxos, enquanto existe uma nítida redução no inverno embora, pontualmente, com acréscimos no Natal e no Ano Novo.

**b) Grupo 2:** Constituído por Alijó, Murça, São João da Pesqueira e Tabuaço com reduzidos fluxos nos meses de inverno, havendo nos meses de verão um aumento considerável.

**c) Grupo 3:** Destacam-se os municípios que possuem um ou dois meses que sobressaem fortemente dos restantes como sucede com Mirandela (junho e setembro) e Mêda, ao longo do mês de maio, já que nos restantes meses os valores são bastante equilibrados.

**d) Grupo 4:** é composto por um único município, Alfândega da Fé. Um concelho que concentra os maiores fluxos turísticos nos meses de Outubro e Novembro, o que não

é habitual. No que diz respeito aos restantes meses destaca-se Março, Julho, Agosto, Setembro e Dezembro com bons fluxos, assim como Janeiro, Abril e Maio com valores mais reduzidos, mas ainda significativos.

**e) Grupo 5:** Destaca-se por ser um grupo de concelhos onde os fluxos são elevados quase todo o ano e não apenas no Verão, nomeadamente Torre de Moncorvo, Figueira de Castelo Rodrigo e Lamego). Contudo, também existe a dita época baixa característica dos meses de Novembro a Fevereiro.

**f) Grupo 6:** Armamar e Resende, são concelhos que se destacam pelo forte fluxo na época do Verão e Vindimas (Junho/Julho – Outubro), mas que infelizmente acabam por ter valores baixos durante os restantes meses do ano.

Não sendo possível uma análise pormenorizada à escala municipal, pode ser consultada, em anexo, a informação gráfica respeitante aos turistas/visitantes, por mês, no ano 2018 na Região Demarcada do Douro. Efetuando-se uma exceção para referir o caso interessantíssimo do posto de Turismo de Marialva, uma vez que regista o pico de afluência anual no mês de Maio (15 988 visitantes). Este valor está muito acima dos valores dos restantes meses, isto verificasse pela existência do Mercado Medieval de Marialva em Maio, que possui um poder de atração imenso.

#### **4.2. A importância do património arquitetónico, cultural e religioso na afirmação do turismo duriense**

Além da recolha de dados nos postos de Turismo foi ainda efetuada uma recolha de informação nos Museus da Região e alguns espaços culturais e Igrejas de elevado interesse patrimonial. Nomeadamente nos Museus do Douro (Régua) e do Vale do Côa dada a sua importância e visibilidade regional, bem como internacional, mas também noutros Museus como o é o caso do Museu do Ferro, em Torre de Moncorvo, o Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes e o Museu da Oliveira e do Azeite, ambos localizados em Mirandela. Não esqueçamos o Museu da Seda e o MIDU – Museu do Imaginário Duriense e ainda Igreja de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta e o Convento de S. Filipe de Nery. Todavia, ainda antes de partirmos para a análise dos dados, é fundamental compreender que, por diversas externalidades, nem sempre se conseguiu apurar os dados pretendidos, pelo que existem falhas e apenas analisamos os que mais se destacam.

Começamos por referir que, com base na informação recolhida junto das diversas entidades, entre 2015 e 2018 o Museu do Douro acolheu 178 954 visitantes, correspondendo 28 729 ao ano de 2015 e 41152 ao ano seguinte, ou seja 2016. Já em

2017 atingiu um total de 55345 visitantes e em 2018, cerca de 53345, o que representa uma ligeira descida face a 2017, o que se justifica pela localização no Peso da Régua, com um forte incremento de visitas do turismo fluvial, nomeadamente dos cruzeiros do Douro.

O Museu do Côa, que apresenta uma dinâmica incrível, recebeu em 2015 um total 36397 visitantes, enquanto no ano seguinte, 2016, se registou um aumento para 38510 visitantes, assim como um segundo aumento para o ano seguinte, 2017, ano em que registou um total de 44661 visitantes. O maior valor surgirá em 2018, com um total de 60770 visitantes, o que evidencia a importância da Arte Rupestre (Património Mundial) na RDD. Recorde-se que nestes quatro anos, visitaram o Museu do Côa 180 338 pessoas, fruto do excelente trabalho de cooperação e marketing desenvolvido.

No que se refere ao Museu do Ferro, localizado em Torre de Moncorvo, e que divulga o importante legado associado às antigas minas de ferro, entre 2015 e 2018, foi visitado por 8983 pessoas na exposição permanente, mas também por 9951 Visitantes<sup>94</sup> nas exposições temporárias. No geral, as visitas a este Museu foram decrescendo nos quatro anos referenciados, com algumas "perturbações" nomeadamente o aumento na exposição temporária, entre 2015 e 2016, e o ligeiro acréscimo na exposição permanente entre 2017 e 2018.

Já o Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes, implantado em Mirandela, foi visitado, no período em análise, por 13132 pessoas, sendo 3218 em 2015, 4413 no ano de 2016, 3729 em 2017 e, por fim, 1772 visitantes em 2018. Depois do incremento inicial, é notório também, a diminuição do número de visitas.

Também foi muito importante a informação referente às vistas efetuadas nas duas Igrejas que a Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) gere e que estão abertas ao público: a Igreja de Torre de Moncorvo e a Igreja de Freixo de Espada à Cinta, dois monumentos de grande interesse arquitetónico, patrimonial e histórico.

Na Igreja de Freixo de Espada à Cinta, o total de visitantes entre 2015 e 2017 foi de 45218. Embora não fosse possível a recolha dos dados de 2018, o total de visitantes em três anos é bem revelador da importância deste monumento no turismo e na promoção da região. Em 2015 visitaram esta igreja 17786 pessoas, valor que desceu em 2016 para 10800, mas que recuperou em 2017, para 16632 visitantes.

Atratividade similar possui a igreja de Torre de Moncorvo que nos três anos

---

<sup>94</sup> Em 2015 foram 2536 pessoas a visitar a exposição permanente e 2904 a temporária. Já em 2016 este número retrai-se para 2274 na exposição permanente e 3500 na temporária. Em 2017 cerca de 2067 pessoas visitaram a exposição permanente do Museu e 2176 visitaram a temporária. Por fim, no ano de 2018 o número retrai-se mais uma vez, até 2111 visitantes na exposição permanente e 1371 na exposição temporária.

referidos recebeu 54402 visitas. Em 2015 visitaram o monumento 17808 pessoas, enquanto em 2016 se observou um incremento para 19760 visitas, seguido de um ligeiro retrocesso em 2017 para 16834 visitas. Estes valores provam a importância destes monumentos e como devem ser publicitados especificamente. Noutros locais os dados disponibilizados não nos permitem extrair conclusões. Perante a exiguidade de valores, como sucedeu no Convento São Filipe de Nery em Freixo de Espada à Cinta que em 2017 foi visitado por cerca de 600 pessoas e em 2019 por 2020 visitantes. Em meados de 2017 abriu o Museu da Oliveira e do Azeite, localizado em Mirandela, recebendo em 2018 um total de 6926 visitantes.

E muito outro património deveria ser referenciado, mas ainda não se criou a dinâmica necessária para tal, facto que obviamente, tem que ser alterado. Não obstante, cingindo-nos aos monumentos aqui referenciados, visitáveis, a análise do número de visitantes, e sua dispersão ao longo do ano, percebemos que são comparáveis com os valores e tendências dos valores disponibilizados pelos postos de turismo. Acrescentamos apenas dois comentários: o Museu do Côa está em expansão, ultrapassando, no período de análise, o número de visitantes recebidos pelo Museu do Douro, enquanto as Igrejas de Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo requerem maior promoção. Deve ser pensada uma estratégia conjunta, dado o potencial existente para o desenvolvimento local e regional<sup>95</sup>.

### **4.3. A perspetiva dos Técnicos do Posto de Turismo e o Desenvolvimento**

Dada a importância dos técnicos que laboram nos postos de turismo pelo seu conhecimento da realidade turística da região e pelo contacto direto com os visitantes e turistas, optamos por estruturar inquéritos a realizar em todos os Postos de Turismo da Região Demarcada. Obtiveram-se 25 respostas, distribuídas por 21 Municípios sujeitos a diferentes formas de gestão (associações ou municípios). Recordemos que é nestas estruturas que, muitas vezes, se concretiza o primeiro contacto com o turista, pelo que estes agentes são os maiores conhecedores da realidade deste setor, das necessidades e das suas potencialidades. Na sua maioria, os inquéritos foram realizados presencialmente, correspondendo a um excepcional contributo, que permitirá conhecer a Região e tecer as ligações necessárias para o desenvolvimento regional e, neste caso, privilegiando o turismo.

Neste contexto, a informação recolhida foi enorme, mas no âmbito deste trabalho

---

<sup>95</sup> De referir que aos elementos privados foram pedidos ao longo do decorrer do trabalho os dados de visitantes, grande parte se recusou a fornecê-los e alguns forneceram em percentagem o que inviabiliza uma análise comparativa com os restantes dados.

apenas se disserta, muito sumariamente, sobre os aspetos rurais relevantes. Como na generalidade dos casos os funcionários dos postos de turismo da região desempenham funções polivalentes que incluem o atendimento e o apoio turístico, bem como as vendas de produtos regionais/locais e o trabalho administrativo, visitas guiadas, criação e acompanhamento de itinerários/roteiros, acompanhamento de grupos, organização de eventos e feiras, cobrança de bilhetes de acesso aos monumentos, reservas para passeios de barco e atendimento por telefone, estamos de facto perante um trabalho complexo e exaustivo, particularmente na época alta, mas que lhes proporciona, um conhecimento profundo desta vertente, assim como do espaço concelhio. Acresce, aliás, que alguns postos de turismo recebem exposições temporárias, pelo que muitas vezes é o próprio técnico a apresentar a referida exposição ao visitante. Existem, porém, obstáculos ao desempenho das suas funções, o que se repercute na fraca divulgação e menor dinamização do concelho em causa. A título de exemplo, refira-se que o horário de atendimento ao público, nem sempre está atualizado, sobretudo o online. Assim, os horários dos Postos de Turismo em 2020, consultados nos sites dos seus Municípios e na TPNP (Tabela 6 e7) (Anexo 22 e 23) confirmam esta lacuna. Falha também a referência correta às aberturas durante fim de semana ou o encerramento do Posto de Turismo não comunicado. Por provocarem grandes condicionamentos no planeamento de uma viagem e interferir negativamente na experiência do turista, estas lacunas devem ser rapidamente corrigidas.

Apesar das falhas apontadas, em horário de Verão, a maior parte dos postos do turismo não encerra, exceto ao fim de semana e feriados. No que concerne ao horário de inverno, na sua larga maioria regista-se que apenas encerram mais cedo, ou seja, antes das 17h30m. Para mitigar esta lacuna, sugere-se que a TPNP como entidade regional, crie uma plataforma própria onde os postos de turismo e entidades privadas possam atualizar o horário, inserir eventos e até interagir com os turistas (via chat, por exemplo). Seria uma plataforma regional e desburocratizada o que facilitaria a organização da viagem aos nossos visitantes.

Mas, outros obstáculos persistem. Tendo por base o inquérito efetuado aos técnicos dos postos de turismo, quase por unanimidade, realçam a falta de material promocional em formato físico, a existência de avarias constantes dos equipamentos interativos, a falta de recursos humanos com domínio de várias línguas, a falta de cooperação no setor, a falta de sinalética, e os acessos deficientes, sobretudo a pessoas de mobilidade reduzida. No que se refere à falta de recursos humanos, este problema é notório, sobretudo porque há unidades com apenas um funcionário o que provoca grandes

constrangimentos. Também a falta de material promocional é gritante.

Por outro lado, os técnicos destas unidades, sendo profundos conhecedores do setor, dos turistas/visitantes e do seu município destacam as grandes potencialidades/imagem de marca local, associando quase sempre à natureza e qualidade de vida. Realçam a paisagem, lagos, praias fluviais e os rios, mas sem ignorar o património construído (monumentos como igrejas, capelas, pontes, pelourinhos, aldeias típicas, caves, quintas, miradouros), cultural (museus, referências a escritores ou obras literárias ou personalidades importantes na história nacional) património etnográfico (feiras, eventos locais), património gastronómico e vários elementos diferenciadores que demonstram uma profunda riqueza da região.

Quando abordam as fragilidades do município destacam a débil iniciativa privada, as fracas acessibilidades, nomeadamente as estradas nacionais e municipais sem manutenção. Não podemos ignorar que existindo boas acessibilidades se aumenta a coesão territorial interligando mais facilmente os centros urbanos de pequena e média dimensão, anulando a quase exclusão dos núcleos de menor dimensão.

Outro ponto referido é a ausência de sinalização turística eficiente e ainda de estratégias de promoção agregadoras, dinâmicas e regionais ligadas. Na questão do desemprego é muito referido a falta de implantação de indústrias e empresas, reflexo de *“políticas erradas e inconsequentes da administração local e central”*.

Por seu turno, a falta de albergues e, sobretudo de parques de campismo na região, foi muito referido. Para finalizar este tema os técnicos valorizaram a falta de dinamismo do setor turístico e setores satélite e a escassa cooperação, grandes problemas a enfrentar.

Para mitigar os problemas referenciados, exigem-se investimentos urgentes na maior divulgação de eventos que se realizam, uma maior aposta nos transportes turísticos e das populações crucial para o desenvolvimento integrado e coeso da região. Neste contexto, foi referido que a criação de sistemas de aluguer de bicicletas seria um bom passo nesse sentido. Sugerem também a reposição do transporte ferroviário, de pessoas e mercadorias, nomeadamente nas linhas o Corgo e Sabor.

Outro aspeto valorizado é a falta de locais de estacionamento, pois tal possui um impacto na experiência do turista. A aposta na comunicação e divulgação externa dos municípios e região, assim como a abolição de portagens foi outro componente referenciado, mas acompanhado pela melhoria de infraestruturas sociais, turísticas e serviços. Por fim, a formação das pessoas para o atendimento turístico e melhorias no alojamento.

Outra das questões colocadas aos técnicos relacionava-se com as atividades e

eventos existentes durante o ano, se bem que privilegiando a época baixa. Neste ponto foi amplamente referido as visitas às quintas, os eventos gastronómicos (Fins de Semana Gastronómicos e Feiras Gastronómicas), os eventos culturais (concertos, noite de Fados), os Mercados, as Festas Religiosas, entre muitos outros. Não obstante, embora existam, não suficientes, pelo que há que promover atividades relacionadas com o vinho, vinha e a viticultura, bem como os espaços culturais, museus, espaços arqueológicos, os eventos demóticos (tradição da fogueira de natal, matança do porco, apanha da azeitona, desfolhada), são também eventos referenciados pelos técnicos, que quando concretizados decorrem de parcerias entre os municípios e agentes públicos e privados, fator essencial para o sucesso das atividades.

Quanto à adesão dos turistas e das populações aos referidos eventos poderá afirmar-se que há uma boa adesão na sua generalidade, mesmo de pessoas residentes fora dos municípios. Em relação ao Turismo do Porto e Norte, destacou-se o contacto no âmbito de gestão de estatísticas.

No que se refere à da mobilidade, na pergunta sobre esta temática, repesou-se a ausência de meios de transporte público, ou a sua má qualidade, proporcionando que a população e os turistas tenham de recorrer ao serviço de táxi, rent-a-car ou automóvel pessoal para se deslocarem.

Estando a ser estudada a Região Demarcada do Douro, foi pedido que respondessem a perguntas similares, mas agora numa escala regional. A esta escala de análise, as potencialidades destacadas na RDD passam sobretudo, na ótica dos técnicos, pela excelente qualidade do alojamento turístico, no bem receber dos durienses, condições que adicionadas à natureza, vinho, quintas, paisagem e o ainda o rio, incluindo os cruzeiros e os comboios turísticos, constituem elementos diferenciadores. Acresce a paz e a riqueza patrimonial, cultural e a singularidade das pessoas locais, aspetos distintivos.

Por outro lado, nos aspetos negativos, destaca-se as fracas acessibilidades e as redes de transporte, a falta de promoção e a regularidade os eventos geralmente escassos. Acrescentam a falta de cooperação entre agentes externos como a " Douro Azul" e as autarquias, a escassa informação disponibilizada por terceiros para divulgar entre a população e os turistas, ou a deficiente sinalética, incluindo locais com património e interesse turístico. Neste âmbito acrescentam que a má qualidade dos transportes podem pôr em causa o aumento do fluxo de turistas, pois os autocarros são velhos, com frequências diminutas e horários desajustados. Há, pois, que potenciar o transporte ferroviário, sobretudo a ligação a Vila Real, onde estudam muitos jovens da região, mas

também tendo em vista o turismo, pelo que a aposta nas acessibilidades e transportes é um dos investimentos prioritários para a Região, assim como a requalificação da rede existente.

Nas abordagens às estratégias de promoção da RDD refere-se, ainda, a necessidade de realização de mais eventos, devidamente promovidos a fim de aumentar a atratividade da região. Valorizam sobretudo os eventos gastronómicos que resultam em qualquer época do ano, mas sobretudo a excelente gastronomia de inverno que existe no Douro e em Trás-os-Montes e que não é devidamente explorada. Referem também que o preço de alguns serviços é restritivo a pequenos de mercado.

No que se refere à necessidade de minimizar a sazonalidade turística, os técnicos dos Posto de Turismo acreditam que a concentração das férias no mercado estival, deve-se à incidência das vindimas e ao clima "seco e quente" que constituem o principal fator para a existência deste problema. A redução passará pela criação de pacotes turísticos integrados, com forte promoção e com diferenciadas experiências, mas a preço competitivo. Se habitualmente as festas nas aldeias se concentram no período de visita dos emigrantes, a região e a família, há que criar atrativos como praias e piscinas fluviais, mas na época baixa, eventos culturais e a revivência de antigas tradições. Obviamente terá de existir divulgação, que poderá ser intermunicipal.

Por outro lado, festividades como o Carnaval, a Páscoa, as Festas Religiosas, os Monumentos, como é o caso das igrejas e das capelas, os espaços culturais, as nidades hoteleiras, a gastronomia e vinhos, são fortes atrativos para promover a região fora da época alta. É reconhecido que existe um forte problema de Marketing na divulgação da região, em termos turísticos, mas também globais.

Na classificação à escala do Município e da Região, em diversos parâmetros, conclui-se que os elementos naturais, a gastronomia, os vinhos e o património são classificados, nas duas escalas (regionais e municipal) maioritariamente como muito bom, obtendo as restantes dimensões uma classificação razoável destacando-se pela negativa, os transportes e as acessibilidades e os operados turísticos como se pode observar no quadro que se segue.

As melhorias mais urgentes referidas pelos técnicos dizem respeito aos transportes e acessibilidades, à informação turística, à falta de atividades de animação, restauração, ao comércio e aos operadores turísticos.

**Tabela 5:** Quadro com a classificação obtida pelos Técnicos dos Postos de Turismo a diversos parâmetros.

	Região				Município			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Transportes e acessibilidades	4	8	6	6	5	9	6	4
Informação Turística		4	13	7		3	8	13
Atividades de Animação		3	15	6		4	10	10
Restauração		1	10	13		2	7	15
Alojamento		4	5	15		3	7	14
Comércio Local		3	14	6	1	4	12	7
Operadores Turísticos		6	12	6	4	6	8	6
Paisagem		1		23				24
Património arquitetónico				24			1	23
Vinhos			1	23		2	1	21
Gastronomia				23				24
Cultura			5	18		1	6	17
Gentes		1	3	20	1		4	19
Artesanato	1	0	10	13	1		14	9
Global			9	13			8	15

Para se atingir o desenvolvimento regional são necessários mais apoios à natalidade e medidas de fixação de população na região, a criação de emprego e a potencialização dos recursos existentes. Do ponto de vista das associações, existem diversas associações locais, com uma importância muito relevante, sobretudo as de carácter social e cultural que realizam imensas atividades de dinamização dos espaços onde se inserem. Estas melhorias, aliadas a uma forte promoção, a uma agenda cultural preenchida e uma política de incentivo à iniciativa privada poderá aproximar o município e a região de níveis de desenvolvimento aceitáveis.

Por fim há que fazer algumas referências ao quadro teórico e tecnológico de apoio ao turismo, à execução das tarefas por parte destes técnico. Observou-se que cerca de metade já possui o layout da TPNP, 11 postos com adesão próxima de vários. Estes equipamentos possuem o TOMI e mesas interativas. Refira-se ainda que há dois postos de turismo da rede Aldeias Históricas de Portugal, que são recentes e possuem excelentes condições infraestruturais e tecnológicas.

A última questão estava relacionada com a classificação da UNESCO. A sua relevância é notória, pois trouxe mais promoção e visibilidade internacional á região, favorecendo a sua dinamização.

#### **4.4. A perspetiva das Unidades Hoteleiras / Museus / Igrejas da Região Demarcada do Douro**

Ao longo da realização deste trabalho e durante as saídas de campo foi notório que existiam locais que, pela sua singularidade, mereciam um destaque. Trata-se de pontos turísticos de elevado interesse, mas também outros com menos fluxo, de forma a obtermos perspetivas diferentes. Como tal, na visita a esses espaços aplicamos um pequeno

questionário, presencial, aos técnicos que organizavam as visitas ou que estavam responsáveis pelo espaço. Na impossibilidade de resposta imediata, eram deixados inquéritos que seriam enviados por email.

O primeiro local foi a Igreja de Freixo de Espada à Cinta. Igreja Singular que tem destacado um funcionário da DRCN para guarda e visitas da Igreja. Outro local, foi a Igreja do Convento de S. Filipe de Nery, belo monumento, algo degradado, com espaço para vendas de livros e onde se pode visitar uma exposição intitulada "Missionários da Diocese de Bragança - Miranda para o Mundo", acessível até Outubro de 2020. A autarquia pretende criar, neste convento, uma unidade museológica dedicada aos missionários transmontanos. Ainda em Freixo de Espada à Cinta, refira-se o Museu da Seda onde podemos observar um espólio "*etnográfico, arqueológico e geológico do antigo espaço museológico, a que se lhe junta um espólio, recente, associado à seda*" (Município de Freixo de Espada à Cinta). Recorde-se que apenas em Freixo de Espada à Cinta se elabora Seda, de forma artesanal na Península Ibérica.

Um outro local de relevo é a Igreja de Torre de Moncorvo, magnífico monumento, apresentado pela funcionária da DRCN que realiza as visitas, vende livros de história e guarda a Igreja. Em Torre de Moncorvo também se estabeleceu contacto com o Museu do Ferro, onde se pode visitar a exposição permanente dedicada à indústria de extração do minério de ferro de Torre de Moncorvo e ainda com a unidade privada de Turismo de habitação "Casa da Avó", casa tradicional de família, classificada como Soberba na plataforma Booking.com.

Em Tabuaço o MIDU (Museu do Imaginário Duriense) tem como objetivo divulgar e preservar "*as manifestações do imaginário tradicional do Douro, tanto na vertente do património imaterial herdado (lendas, tradições, cancioneiro, romanceiro, etc.), como na vertente da utopia e da imaginação das novas gerações.*" (Município de Tabuaço). Possui uma exposição permanente sobre estes temas e outras temporárias. Ainda em Tabuaço um outro agente privado, inquirido foi a Casa dos Ruis, Turismo Rural com classificação 9,3 (Soberbo) no Booking.com.

Em Vila Flor, deparamos com o Museu Municipal Dra. Berta Cabral que possui uma interessante coleção de mais de 3000 objectos doados. Museu fundado em 1957, pelo antigo secretário da Câmara Municipal Raúl de Sá Correia, foi até à sua morte, o director do Museu (1993). Encontra-se instalada num solar do século XII ou XIII, dado o seu acervo, precisa de uma infraestrutura dedicada.

Em Figueira de Castelo Rodrigo também se entrevistou o técnico do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Este Convento de Cister foi construído por volta do século XII,

na Idade Média possuía inúmeros bens patrimoniais dispersos pelo território Nacional e Espanhol. Abandonado no século XIX, em 1937 começou a ser restaurado, obras efetuadas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Mosteiro é visitável, embora se aconselhe a ligar para o Município antecipadamente.

Em Sabrosa, o Espaço Miguel Torga, é um elemento fulcral, não só no turismo literário, mas também em termos arquitectonais (obra do Arq. Eduardo Souto Moura). Este espaço tem por finalidade estudar a vida e obra de Adolfo Correia da Rocha. Possui exposição permanente, loja, salas para exposições temporárias, auditório e cafetaria. Foram ainda estabelecidos contactos próximos com a Quinta do Seixo, Hospedaria do Convento e com uma casa de alojamento local em Vila Seca de Poiães.

Dos inquéritos renspondidos por estas entidades, descobrimos muitas semelhanças e muitas sobreposições com as respostas antes dadas pelos técnicos de turismo. Na realidade, relativamente a entidades associadas à cultura e história, como os museus, repetem-se problemas vários que, mais uma vez, dificultam o desenvolvimento do turismo, assim como o desenvolvimento regional. É o caso da falta de material promocional, a falta de adaptação da infraestruturas à função museológica e, conseqüentemente, na aposta ao turismo, para além de serem escassos os recursos humanos e tecnológicos. Refere-se ainda os problemas com os horários de funcionamento, quer na época alta tem termos turísticos, quer na época baixa como se poderá analisar nos quadros em anexo (Tabela 8 e 9) (Anexo 24 e 25).

Relativamente aos obstáculos ao desenvolvimento regional e, obviamente, ao turismo, foram referências constantes o despovoamento e o envelhecimento populacional, mas também a falta de emprego designadamente em setores “satélite” do turismo e ao setor vitivinícola, ou a falta de transportes e as deficientes acessibilidades, sobretudo nos concelhos mais periféricos e isolados.

Na promoção em época baixa é evidente que, sem ignorar os eventos estivais, é necessário criar e dinamizar novos eventos, sem esquecer os que já existem. Há outros como os fins de semana gastronómicos, festivais de música, festas populares, eventos desportivos e culturais (teatro, música, cinema), ou ainda eventos científicos e setoriais podem ser descentralizados dos núcleos urbanos e da época estival.

Quando questionados sobre as potencialidades, problemáticas e estratégias a aplicar à escala regional, estes inquiridos voltaram a privilegiar a paisagem rural, particularmente a vitícola e o rio Douro, mas também a gastronomia e os vinhos, o turismo, o artesanato, os monumentos, os museus ou ainda o Comboio Histórico, passeios de barco e atividades náuticas. Evidentemente, também realçam a excelência do quadro

humano e a cultura regional. Os aspetos menos positivos referenciados também se repetem: transportes e as acessibilidades deficientes, a falta de emprego e de formação, que impede a integral aproveitamento da classificação da UNESCO.

Em termos de estratégias de desenvolvimento, privilegiam o marketing, a promoção no estrangeiro, acrescentam as feiras de artesanato e gastronomia, melhoria das acessibilidades, mas também dos serviços de saúde; adicionam ainda a criação de rotas turísticas diversificadas e de novos eventos culturais e híbridos. Sem esquecer a necessidade de um papel mais interventivo e próximo da TPNP. Obviamente também referem os transportes sobretudo o comboio e a sua utilização turística, designadamente as linhas do Sabor e Corgo, ou em Torre de Moncorvo a reativação das minas de ferro, conjugando o aproveitamento museológico com a modernidade.

Melhorando o marketing, a divulgação quer da paisagem, quer da vinha e do vinho associado à gastronomia e ao soberbo património construído existente (religioso, paisagístico, mas também o vernacular), e o cultural, apostado numa população envelhecida mas rica em bem receber e preservadores de tradições, gastronomia, etc., seria possível o desenvolvimento regional, o desenvolvimento turístico ou recuperação do património, potenciadores do desenvolvimento. A originalidade na criação de estratégias deve ser uma prioridade para combater a falta de dinamismo regional e a sazonalidade turística. As potencialidades são imensas e diversificadas como os caretos de Podence, o Carnaval de Logarim, o aproveitamento do artesanato local ou, repita-se, as romarias e a gastronomia e vinhos.

Sugere-se ainda melhorias nos alojamentos, nos serviços gerais, sobretudo os de saúde, no artesanato, no comércio local adaptando-o também as solicitações dos turistas e visitantes e a inexistência de operadores turísticos locais. É necessário também fixar população através da criação de emprego e criar lógicas de trabalho em cooperação, para além de linhas de financiamento para as empresas. Sendo escassas as associações, há que as multiplicar para criar empregos e, com isso, cativar da população jovem com formação, promovendo a região e dinamizando-a. Há um claro um problema de promoção regional, apesar da região ser extramente rica em património material e imaterial.

No quadro sintetiza-se a globalidade das classificações dada pelos inquiridos desta secção, tanto à escala Regional como Municipal.

**Tabela 10:** Quadro com a classificação obtida pelos técnicos dos Museus/Igrejas/Unidades Hotelarias a diversos parâmetros regionais.

	Região				Município			
	1	2	3	4	1	2	3	4
<b>Transportes e acessibilidades</b>		5	4	1	1	5	3	1
<b>Informação Turística</b>		2	6	2		1	8	1
<b>Atividades de Animação</b>		4	5	2	1	2	5	2
<b>Restauração</b>			6	4			5	5
<b>Alojamento</b>		1	4	5		3	1	6
<b>Comércio Local</b>	1	4	5		2	4	4	
<b>Operadores Turísticos</b>	1	3	3	3	3	5	1	1
<b>Paisagem</b>			2	8			1	9
<b>Património arquitetónico</b>			3	7			3	7
<b>Vinhos</b>				10				10
<b>Gastronomia</b>				10				10
<b>Cultura</b>		1	5	4		1	4	5
<b>Gentes</b>			2	7			1	9
<b>Artesanato</b>		1	4	5		1	4	5
<b>Global</b>			3	7			5	5

Habitualmente o Turista usa o carro e às vezes excursões de barco. (Barco com complemento Autocarro). Curiosamente há alguns turistas que se deslocam de Mota e bicicleta vindos da Europa (sobretudo Espanha). De referir que o túnel do Marão foi uma obra essencial para a região e que o mesmo deveria acontecer com a linha do Douro, revitalizando-a e modernizando-a. Seria uma aposta essencial para captar o turista urbano e o intenacional. Como a classificação da UNESCO foi uma forma do Mundo conhecer a Região, há que potenciar este cenário atrativo.

Em síntese, existe uma uniformidade na avaliação das características, potencialidades, problemáticas e estratégias de mitigação dos problemas regionais, mas também do seu desenvolvimento conjuntural, incluindo, obviamente o turismo. Mais uma vez, os aspetos negativos incidem na mobilidade, transportes, qualificações dos recursos humanos, designadamente no setor turístico, contactamos com técnicos que não possuíam qualquer base em turismo, atendimento, línguas etc, mas também o despovoamento e o desemprego. Por outro lado, é necessário fazer um justo reconhecimento das pessoas que todos os dias fazem o esforço pessoal para melhorarem e conseguirem desempenhar as suas funções exemplarmente, exemplos de resiliência que se multiplicaram, para exemplo entre a população autóctone menos jovem, promovendo-se para a sua melhoria, ações de formação designadamente em turismo.

Mas, indiscutivelmente, há que analisar a perspetiva dos turistas sobre a RDD e entender como esta perceção pode diferir das que apresentamos anteriormente.

#### 4.5. A perspetiva dos Turistas/Visitantes da Região Demarcada do Douro

Desde o início, foi pensada uma forma de obter dados recentes e fidedignos sobre

a região e sobre os turistas durienses, aplicando inquéritos. Sendo assim, foi elaborado um questionário de quatro páginas onde o turista poderia livremente expor a sua opinião e perceção sobre a região, o turismo duriense e, por fim, a apreciação da sua experiência turística na região. Estes inquéritos tiveram início em Janeiro de 2018 e ficaram concluídos entre Junho e Agosto do mesmo ano. Estiveram disponíveis em Museus, Igrejas e Conventos, Unidades de Turismo Privadas e em Postos de Turismo, a fim de tentar abranger as distintas subregiões da Região Demarcada do Douro (Figura 19) (Anexo 26). Com distribuição em três línguas (português, inglês e francês) e online, obtivemos 147 respostas distribuídas por 20 municípios da Região, excetuando-se apenas Resende.

O Inquérito compreende uma explicação inicial sobre o objetivo do mesmo, seguindo-se a data e local onde foi respondido. (Anexo 19) Prossegue com a caracterização sociodemográfica (residência atual dos turistas, o seu país de origem, estado civil, idade, género, profissão, situação profissional e grau de instrução) e a caracterização da visita onde se pretende perceber um pouco da experiência de cada turista, (número de acompanhantes e quais, o tempo que demorou a planearem a viagem, os motivos da visita e como obteve conhecimento do destino Douro). Acrescentamos questões sobre o meio de transporte para chegar á RDD e, no caso de deslocações aéreas, qual o aeroporto e o tipo de voo que utilizaram. Adicionamos outras questões sobre o alojamento e a avaliação económica do destino Douro, o número de visitas efetuadas à região e, por fim, o tempo de estadia ponderado, concluindo com uma avaliação da visita: motivações, locais visitados, aspetos positivos e negativos com que se depararam e propostas que possibilitassem uma melhor experiência turística. Aprofunda-se um pouco mais questões relacionadas com acessibilidades e transportes na região, solicitando a avaliação por parte do turista, bem como o problema da sazonalidade turística e forma de a mitigar, apresentando sugestões para tal objetivo. Por fim, questiona-se se a expectativa sobre o destino foi confirmada se existia intenções de voltar e se recomendariam o Douro como destino turístico.

Os resultados foram muito animadores, como se confirmará através da sua análise. Todavia, valorizaremos as variáveis mais significativas. Por outro lado, há que recordar que tratando-se de um trabalho também sobre sazonalidade, inicialmente apostou-se, para a sua concretização na época baixa, mas percebendo a dificuldade que isso acarretava (encerramento de múltiplas unidades para férias e obras de manutenção), aproveitando o fluxo turístico na Região Demarcada do Douro, prolongamos a sua aplicação pela época alta.

Apesar destas externalidades, os inquéritos começam a ser distribuídos em Janeiro de 2018, mas apenas se obteve 0.68% do total de respostas. No mês seguinte, em Fevereiro, obteve-se 5.44% respostas, refletindo as visitas associadas às férias de Carnaval, enquanto em Março apenas se obteve 1.36% e em Abril 14.28% de respostas. Nos meses seguintes os valores começam a aumentar e em Maio já se obteve 12.92% de respostas. O mês com mais respostas foi Junho (31,29%), seguindo-se Julho com 16.32% e Agosto com 13.60%, quando se começou a recolha dos inquéritos. Como seria expectável, os locais que receberam mais tarde, foram os últimos a ser recolhidos. É perceptível que só a partir de Abril se começou a observar um aumento do fluxo turístico, que se prolongou até Agosto. Intencionalmente, excluimos os meses da vindima, de facto época alta, o que poderia interferir muito nos objetivos pretendidos neste estudo. Para uma interpretação mais gráfica poder-se-á recorrer à figura 20 (Anexo 27).

Outro aspeto muito ponderado foi o local de resposta. Selecionamos casos exemplificativos abrangentes das três subregiões, salvaguardando as distintas situações pelo que ponderamos o número de acordo com as tendências conhecidas e maior ou menor concentração de unidades turísticas. Como se observa na Figura 21 (Anexo 28), a Quinta do Seixo foi a unidade onde se obteve mais respostas, totalizando 10.88% de respostas, retratando o efetivo fluxo turístico que ascende a 300/400 visitas na época alta por dia. Já que acolhem grupos organizados na sequência de acordos estabelecidos com agências internacionais, mas também nacionais, ou ainda turistas a título individual. Além das provas de vinho o visitante pode aqui realizar uma visita à vinha que dura cerca de 1h 30m.. acabando por adquirir bastante vinho e posteriormente repetirem a visita, perante o cenário político, económico e social muito apelativo e competitivo.

Segue-se em número de respostas, o Museu do Côa e o Posto de Turismo do Peso da Régua, com 10.20% de respostas cada. Aproveitando a dinâmica associada ao Museu do Côa, rapidamente obtivemos aderência para responder ao inquérito. Efetivamente, estamos perante uma equipa muito ativa, conformada pela sucessão de parcerias, uma agenda cultural profícua e forte investimento na investigação. Relativamente Museu do Douro instalado nas antigas instalações da Real Companhia Velha, Peso da Régua, cidade central inserida na rota dos cruzeiros e paragem obrigatória para os turistas, para além de disponibilizar uma ótima perspectiva sobre a região duriense. Recordemos ainda que qualquer destas instituições acolhe múltiplos grupos escolares e da terceira idade.

Outros postos a destacar localizam-se em espaços raianos como os Postos de Turismo de Figueira de Castelo Rodrigo, com 8.16% de respostas, e Unidades Privadas como a Hospedaria do Convento (Figueira de Castelo Rodrigo) e a Casa da Trigueira em

Alijó, com 7.48% de respostas, cada uma. Figueira de Castelo Rodrigo possui uma dinâmica turística muito interessante, correspondendo ao Município que mais turistas acolhe como sucede na Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo onde se conjugam as visitas individuais, nacionais e estrangeiras, com a parceria com a “Douro Azul”. Com menor número de respostas destaca-se Marialva, outra aldeia histórica localizado no concelho coníguo, e o Posto de Turismo de Mesão Frio com apenas 0.68% de resposta. Em situação intermédia de aderência a responder ao inquérito, temos o MIDU em Tabuaço, o Posto de Turismo de Barca D`Alva e o Convento Filipe de Nery em Freixo de Espada à Cinta também próximos da fronteira, e a Casa dos Varais, em Lamego com 1.36% de repostas cada.

Embora exista alguma relação entre o número de respostas aos inquéritos e o número de visitantes, a realidade é que tal dependem sobretudo dos interesse dos rensponsáveis e de recetividade dos turistas. A título de exemplo, embora em Marialva o número de respostas ser reduzido (0.68%), só no mês de Maio de 2018 recebeu 15988 visitantes, quando se realizou o Mercado Medieval Marialva<sup>96</sup>. Aqui se torna claro como eventos devidamente promovidos poderão interferir muito positivamente no fluxos turísticos e, conseqüentemente no desenvolvimento local e regional.

Embora o local onde se obteve a informação agora em análise seja importante, há que analisar o perfil sociodemográfico do inquirido. Se observarmos o país de origem, nem sempre coincidente com o de residência, reflexo da crescente mobilidade global. O local de residência mais comum entre os que responderam ao inquérito, é a cidade do Porto (10.88%) seguindo-se a cidade de Lisboa com 8.84% e, de imediato, Coimbra. Com menor significado surgem diversas de cidades que podem ser observadas, mas onde o Norte e Centro de Portugal se destacam, dada a sua proximidade á RDD. Por outro lado, grande parte dos estrangeiros que visita o Douro reside na Europa, seguindo-se os EUA e o Brasil: a RDD é, efetivamente, um destino internacional. Aliás, os contactos com os rensponsáveis dos pontos de recolha de informação para este estudo, salientaram que a RDD, sobretudo após a classificação da UNESCO em 2001, é quase universal embora deva ser incrementada, criando-se para tal estratégias de marketing, comunicação e promoção destinados a estes mercados potências.

Por seu turno, a marca “Douro” reconhecida na Europa, dada a sua proximidade territorial e as políticas de integração europeia, enquanto a ligação histórica entre Portugal e o Brasil é de extrema importância mas deve ser impulsionada. Obviamente que englobamos nesta dinâmica, os restantes países da CPLP, na sequência do

---

<sup>96</sup> O total anual em 2018 foi de 28168 visitantes.

estabelecimento de acordos de mobilidade residência e livre circulação. Aliás, ao analisar os dados recolhidos sobre o país de origem do respondente percebemos que 54.42% das respostas têm origem portuguesa, seguindo-se a França (12.24%) e os EUA com 7.48%. Em quarto lugar surge o Reino Unido com 4.76% e em quinto lugar o Brasil com 4.08%. Os restantes países são maioritariamente europeus, a que se reúnem Israel, Austrália, Marrocos, Argentina, Angola, Japão, Ilhas Caimão, Austrália e Canadá. Em síntese, os que visitam o Douro são maioritariamente Portugueses, seguindo-se os europeus, sobretudo os mais próximos ou com maior número de lusodescendentes e ainda os americanos.

No que se refere ao Estado Civil dos turistas, na generalidade são casados (49%), seguindo-se os solteiros (34%) e noutras situações cerca de 14% (Figura 22) (Anexo 29). São maioritariamente do sexo feminino (55,1%) e incluem-se de modo preferencial nos grupos etários ativos ou reformados (Figura 23) (Anexo 30). Repare-se que 36,05 % dos inquiridos possuía 45-59 anos, enquanto 30.61% dos inquiridos tinham 30 a 44 anos e entre 60-74 anos deparamos com 17% dos turistas. Apenas 10% dos inquiridos possuíam 15-29 anos e no extremo oposto, com mais de 75 anos a percentagem fixava-se em 2.04%<sup>97</sup>. Sabemos que a população idosa, sobretudo a estrangeira, usufrui de boas reformas e de disponibilidade para viajar o que o permite fazer-lo em qualquer altura do ano. Outro estrato são os estrangeiros dos países nórdicos ou do hemisfério sul, disponíveis também na época baixa. Há, pois, que apostar nestes públicos, criando condições, nomeadamente as acessibilidades.

Relativamente à profissão dos inquiridos (Figura 24) (Anexo 31). constatou-se que os docentes dominam (24,5% de respostas), ou outras profissões especializadas como enfermeiros, médicos, engenheiros e profissões liberais ou técnicas (50,3%). Com 2.72% do total de respostas surgem os Aposentados, os consultores e os Funcionários Públicos.<sup>98</sup>

Em relação à situação profissional dos inquiridos, 41.49% do total encontra-se Empregado, seguindo-se 10,2% de reformados, enquanto os estudantes representaram 3.4% e os desempregados, Estagiários e as Domésticas 2,04%<sup>99</sup>.

Por último o grau de instrução (Figura 25) (Anexo 32). permite observar que cerca de 54,4 % dos turistas que se deslocam à RDD possuem formação superior (doutoramento-4%; Mestrado-18,4%, Licenciatura-29,9% ou Pós-Graduação-2,04%). Os restantes possuem o ensino secundário (ou o 6ºano), no caso dos nacionais e, com outros

---

<sup>97</sup> A taxa de não resposta foi mínima ficando-se em 2.72%

<sup>98</sup> A percentagem de não respostas a esta questão ficou em 9.52% e não foi possível identificar a resposta em 4.01% dos inquiridos.

<sup>99</sup> Em 3.4% estão os inquiridos onde não foi possível identificar a resposta.

graus sobretudo os estrangeiros. Em suma, o turista do Douro é, na sua maioria, muito qualificado dominando a formação superior<sup>100</sup>.

Passemos agora para a caracterização da visita. No que diz respeito ao número de acompanhantes, na sua maioria os turistas viajam com dois acompanhantes, ou seja o inquirido mais dois (29.93% do total de inquiridos), ou seja sobretudo entre os nacionais trata-se de viagens realizadas em família. Por outro lado, 15.64% viajam com o conjugue/companheiro(a), enquanto 23,2% com mais três ou 4 acompanhantes (viagens de amigos ou com filhos). Integrados em grupos com 5 ou mais elementos, deparamos com 25% daqueles que responderam ao inquérito, enquanto apenas 5,4% viajaram sozinhos. Nestes casos, tratava-se sobretudo de técnicos associados à viticultura, comerciantes ou jornalistas/editores amantes da região. Em síntese, as viagens em família ocupam uma percentagem considerável, pelo que é importante programar e promover atividades e eventos pensados para este leque de turista, enquanto as viagens com amigos ou em grupos merecem grande destaque.

No que diz respeito ao planeamento da viagem, 53.06% dos inquiridos planeou a viagem ao Douro em menos de um mês, enquanto 21.08% o fez com três meses de antecedência. Com maior antecipação deparamos com 20,4% correspondendo sobretudo a estrangeiros não europeus.

Procurou-se também entender quais os motivos que levaram os turistas inquiridos a visitar a Região do Douro e percebeu-se que cerca de 80.27% visita a região em lazer, seguindo-se 7.48% que se deslocam para rever familiares ou amigos (maioritariamente nacionais ou emigrantes) e, com menor expressão em negócios (4,8%) e outros motivos como participação em eventos culturais, económicos, etc são em número limitado (4,1%). Neste contexto, há que criar condições para atrair mais turistas em lazer, mas sobretudo em relação nas dimensões de negócios e eventos, o que representa um enorme desafio.

Outra informação muito relevante relaciona-se com a forma como o turista descobriu o destino Douro (Figura 26) (Anexo 33). As respostas evidenciam que 36.73% dos turistas foi “aliciado” a visitar a Região do Douro através de recomendação de familiares e amigos, na sequência de um ótimo acolhimento, o que demonstra que o bem-receber favorece o retorno e a divulgação do destino Douro. Abrangendo 22,4% surgem aqueles que obtiveram as informações do destino através da internet, de facto um dos mais importantes veículos de informação global na atualidade, razão pela qual exige uma política de marketing e de promoção turística baseada em plataformas digitais. Em terceiro surgem os turistas que regressaram ao Douro, confirmando a excelência do

---

<sup>100</sup> Não responderam a esta questão 13.60% do total de inquiridos.

destino e a necessidade de manter e incrementar esta característica. Por fim, 6,12% dos que se deslocaram à RDD aproveitaram os serviços e informações de agências de viagem e operadores turísticos ou através de material promocional e guias de viagens.

Estes dados demonstram também que este tipo de promoção está efetivamente a ficar ultrapassada, exeto entre os turistas estrangeiros e poder económico elevado. Por último, mas em crescimento refiram-se os turistas que escolhem a sua experiência com recurso a plataformas online. As Centrais de Reserva como o Booking.com ou Airbnb no caso dos AL, por exemplo ocupam apenas 4.76% no universo analisado, enquanto 2,04% se informaram em Feiras e Eventos Promocionais ou através dos media.

Selecionado o destino, seguiu-se a sua programação, designadamente a viagem. Obviamente dada a importância de estrangeiros, o avião é muito referenciado (24,5%), contudo é o automóvel o mais utilizado (66%), sendo viatura própria entre os nacionais e entre os estrangeiros. É a única forma de acederem à região após a chegada ao Porto, por exemplo, perante a falta de transportes de qualidade na região. Com 4.08% surgem os turistas que utilizam o autocarro para chegar ao Douro, valor que reflete uma fraca oferta e restrita, localizada (Lamego, Vila Real, Régua). Apenas 2.72% dos turistas se deslocaram de comboio, perante a fraca oferta, manutenção de comboios antiquados, os horários desajustados. Por via fluvial, entre os respondentes, apenas 0,68% o referem e, obviamente, em época alta. Assim, se torna incontornável o recurso a veículo próprio ou alugado.

Relativamente aos turistas que se deslocaram de avião, como é óbvio tiveram de usar um transporte complementar para chegar à RDD. Os resultados indicam que a maioria dos turistas que utilizaram avião complementaram o transporte com o automóvel para chegar à região (47.22%), enquanto o comboio foi opção de apenas 22.22% e 16.7% o barco. Apenas 8,33%, sobretudo grupos numerosos, recorreram ao autocarro. Mais uma vez os transportes públicos são pouco utilizados, mas o ferroviário aqui sobressai dada a beleza paisagística que o trajeto possibilita. Perante este cenário, é imperativo criar melhores condições e implementar melhorias na linha do Douro e facilitar as conexões desde o Aeroporto Francisco Sá Carneiro até a cidade do Porto e a RDD, sugere-se por exemplo a criação de um título de transporte turístico único e regional que não obrigue os turistas a adquirir um título Andante para se deslocarem do Aeroporto até à estação Porto Campanhã e, posteriormente, a compra de novo título para viajar no comboio regional até ao Douro. É bem visível a saturação das bilheteiras das estações de Porto São Bento e de Porto Campanhã, em grande parte pelo grande fluxo turístico, pelo que é recomendável que a CP – Comboio de Portugal, facilite a venda de bilhetes dos Comboios

Regionais através das suas plataformas online<sup>101</sup>, já que neste momento só é possível comprar bilhetes para o serviço de longo curso (AP e IC).

Restringindo a análise aos turistas que utilizaram o avião, estes maioritariamente privilegiaram os voos tradicionais (44,4%), enquanto 36,1% recorreram a Low Cost e 5,6% a voos Charter. Estes valores confirmam que o turista que visita a região duriense possui um elevado rendimento económico, todavia o avolumar das viagens Low Cost coloca novos desafios caso se queira captar estes turistas a visitarem a região, já que necessitam de transporte de ligação à RDD e posterior mobilidade no interior da região. Refira-se ainda que 50% destes turistas desembarcava em Portugal no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, enquanto 36,1% o fizeram em Lisboa, aproveitando para conhecer outros destinos em Portugal, e não apenas a RDD. Ocasionalmente recorreram a outros aeroportos como Madrid ou Faro.

Em relação ao regime contratado pelos turistas cerca de 34% optaram por alojamento e pequeno almoço, forma que facilita a sua mobilidade interna na região, enquanto 21,8% não contrataram qualquer regime. Acresce que apenas 17% contrataram pensão completa (habitualmente casais reformados de elevado nível económico), enquanto 3,4% aderiram a meia pensão e 10,2% apenas alojamento.

Em relação à tipologia de alojamento contratada pelos turistas (Figura 27) (Anexo 34) sobressai os hotéis (29,3%), mas 20,4% pernoveram em unidades de Turismo em Espaço Rural, facto a realçar. Dado a crescente implantação de Alojamento Local, cerca de 13,6% optaram por esta tipologia, instalada em quintas de média e pequena dimensão, mas com enquadramento paisagístico excepcional, ou porque detinham atrativos como várias espécies como árvores de fruto, piscinas, campo de ténis ou até cavalos, o que conjugados com provas de vinhos e experiências gastronómicas, justificam a sua ascensão. Refira-se ainda que 10,2% se instalaram em casas de familiares e amigos, particularmente vitícolas.

Outras tipologias (parques de campismo, albergue da juventude ou nos barcos) apresentam uma baixa tendência (cerca de 8%). Outro aspeto a considerar: apenas cerca de 15% contratou um pacote turístico, o que demonstra que os turistas não recorrem às agências de viagem como em outros tempos dada a ascensão do mundo digital e a informação que disponibiliza. Desta forma, o turista têm maior liberdade, personalizando a sua deslocação de acordo com os seus interesses e disponibilidades financeiras e de tempo. Nestas circunstâncias, cerca de 60% consideram o destino Douro com preços

---

<sup>101</sup> Fruto das condicionantes da pandemia da COVID-19, já é possível adquirir bilhetes dos Comboios Inter/Regionais online, pelo que se espera que a medida se mantenha no pós pandemia.

justos, atraindo as elites, o Turismo de Habitação e unidades mais sofisticadas onde têm a hipótese de viverem experiências únicas. Ainda assim, 12.92% dos turistas consideram o Douro um destino caro, sendo a maioria nacional, o que reflete o baixo poder de compra dos portugueses. Cerca de 9.52% dos turistas consideram o Douro um destino barato, claramente, os estrangeiros que se deparam com um destino de qualidade e seguro.

É evidente a necessidade de se apostar cada vez mais nas experiências únicas, na qualidade e no bem acolher. Aliás, só perante uma experiência inesquecível, excelente, os turistas repetem a visita. Questionados sobre o número de visitas que já tinham concretizado à região duriense, de que responderam ao inquérito cerca de 41,5% o faziam pela primeira vez (Figura 28) (Anexo 35). Este dado é relevante, pois percebemos que captamos novos turistas. Há, porém, que os fidelizar através da excelência e da singularidade, estabilizando o fluxo de turistas na região, promovendo-a devidamente, o que se dificultou quando se extinguiu a “Turismo no Douro” para dar origem ao “Turismo do Porto e Norte de Portugal”.

A criação de entidades supramunicipais sendo importante, minimizou o marketing do Douro como entidade autónoma, facto abordado pelas entidades locais. Ainda assim, 25.2% já tinha visitado a região mais de quatro vezes (sobretudo emigrantes portugueses no estrangeiro), enquanto 18,4% já o faziam pela segunda ou terceira vez. Como tal, 46,9% já visitou mais que uma vez a região mas é importante aumentar este número.

A última questão desta secção é precisamente sobre o tempo que o turista pretende ficar na região (Figura 29) (Anexo 36), informação relevante para criar programas locais, atividades e políticas de promoção e marketing, conectando as entidades públicas com os privados. Nesta questão as respostas foram muito diversificadas tendo 20.40% dos inquiridos a intenção de ficar na região uma semana, o que é positivo, permitindo “experienciar” o Douro, todavia 18,4% apenas pretendiam ficar 2 dias (restrito a escapadelas de fim de semana) optando por experiências mais localizadas. Por seu turno, aqueles que pretendiam ficar na região duriense apenas um dia ( 10,2%), correspondiam a deslocações em negócios ou eventos, ou a visitas a familiares. Eram um número restrito os que projetaram permanecer mais de 4 dias (7,5%) e restringiram-se, maioritariamente, emigrantes em férias na região de origem.

Não poderíamos concluir este inquérito sem questionar os turistas sobre a sua avaliação do “Destino Douro”, tendo por base a sua experiência e as motivações que o induziram a visitar a região. Questão de resposta aberta, proporcionou a detecção de múltiplos pretextos, contendo, as mais relevantes relacionam-se com a beleza e unicidade da paisagem ( 26,8%), mas aliada aos vinhos (14,5%). Também relevantes, sobretudo na

época baixa, as visitas a familiares e amigos (5,5%), mas também a gastronomia e a cultura, reconhecidas pela UNESCO (8,9%), facto referido com frequência. Se pretendemos esmiuçar um pouco, surgem referências, por exemplo, aos Monumentos, ao Património, às Quintas, à Nacional 2, à Arte Rupestre. Dada a sua importância e diversidade, não estranhamos que o património, nas suas diversas vertentes, sobressaísse (Figura 30) (Anexo37). Na realidade a paisagem, os espaços monumentais e culturais e os vinhos e da gastronomia monopolizam a atenção dos turistas, pois estamos, de facto, perante algo distintivo, único, que possibilita experiências inesquecíveis. (Figura 31) (Anexo 38)<sup>102</sup>

No que se refere à avaliação dos aspetos positivos e negativos regionais, informação relevante para potenciar a atratividade do espaço duriense, a consolidação deste destino turístico, felizmente os aspetos positivos sobressaem (Figura 32) (Anexo 39), sobretudo a paisagem (25,7%), o que significa que não ficaram defraudados nas suas expectativas. Todavia, para tal permanença, é necessário repensar as políticas públicas de proteção da paisagem. Logo de seguida, valorizam-se as pessoas e o excelente acolhimento ou ainda a gastronomia e vinhos, algo a valorizar no “combate” à sazonalidade do turismo. Na realidade, os eventos gastronómicos que se realizam no período de inverno, devem multiplicar-se potenciando os valores endógenos, distintivos e apelativos. De referir ainda os Monumentos/Património/Locais, as quintas, o sossego e o clima ( 3,66%), etc. De facto, multiplicam-se os atrativos, quer os naturais quer os arquitectónicos e os culturais e históricos e que, no seu conjunto, tornam o Douro um destino de excelência. Há, pois que os preservar e potenciar, pois proporcionam uma boa experiência.<sup>103</sup>

Infelizmente, os aspetos negativos também pontuam, embora 1/3 dos inquiridos não responderam a esta questão, enquanto 13,5% não detetaram aspetos negativos (Figura 33) (Anexo 40), indicio de satisfação na sua visita. Todavia, os que apontaram falhas realçaram sobretudo as acessibilidades internas como as estradas em mau estado de conservação (14,6%) ou a deficiente sinalética.<sup>104</sup> Na realidade, apesar de existência de dispositivos móveis de navegação (GPS), estes são falíveis e muitas vezes encaminham os turistas para caminhos menos apropriados. Estes erros em meios rurais, associado à falta da toponímia, dificulta a viagem aos nossos visitantes.

Outro aspeto negativo referido relaciona-se com os Caminhos/Estradas Ingremes

---

<sup>102</sup> À semelhança da questão anterior a percentagem foi calculada tendo em conta o total de respostas obtidas nesta questão.

<sup>103</sup> A taxa de não resposta ficou-se em 7.66% e seguindo a metodologia utilizada para as questões de resposta aberta a percentagem foi calculada tendo por base o número de respostas obtidas à questão.

<sup>104</sup> Aspeto também referenciado pelos agentes locais.

e o clima, ou ainda o preço alto. Se observamos com atenção deparamos com outros aspetos negativos (cerca de 24% de referências), que incluem desde aspetos físicos, mas também sociais e orgânicos como o despovoamento, o desemprego, a má rede telefónica e móvel, as dificuldades em chegar à Região, o património degradado, a falta de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida ou de espaços e atividades para crianças e o desconhecimento de línguas. Apesar de globalmente, apresentarem valores residuais correspondem a situações negativas vivenciadas pelos turistas que penalizam uma visita que se expectava ser excelente. Há, por isso, que atender às sugestões dos turistas, realizando mesmo inquéritos de satisfação periódicos.<sup>105</sup>

Dada a importância que as avaliações dos visitantes e turistas apresentam, concluiu-se o inquérito, solicitando que apresentassem sugestões para melhorarem a região, pois tal, obviamente favorece o desenvolvimento regional, mas também a melhoria da experiência do turista. Obtivemos um leque alargado de propostas, que poderá ser analisada, na observando a Figura 34 (Anexo 41) Destacaram-se, porém, as mais significativas: melhoria das estradas (7.4%), promoção do destino Douro (5.4%) e da sinalização (3.96%) . Acresce a informação turística (3.96%), o investimento no turismo (2.97%), a fixação de pessoas (2.47%) e a melhoria dos transportes (2.47%). As restantes sugestões, agregando 39.7% incluem atividades culturais, mais informação digital, qualificação das pessoas, melhorar o comércio local, criação de transportes personalizados para turistas, entre muitas outras. A taxa de não respostas a esta questão foi extremamente elevada atingindo 37.1%,<sup>106</sup> pelo que surgiu a dúvida se tal retratava a satisfação do turista, pelo que não tinha sugestões a apontar, ou não. Para ultrapassar esta indecisão foi pedido que classificassem entre 1 (Muito Insatisfeito) a 4 (Muito Satisfeito) uma série de áreas consoante o seu grau de satisfação. Analisando a Tabela 11 pudemos observar as classificações que os Turistas/Visitantes atribuíram aos vários parâmetros da sua visita (à escala regional e local). Começando pela temática Transportes e Acessibilidades, percebeu-se que 52,4% classificou-as como Boas ou muito boas, contrastando com 32,7% que as classificou como más ou muito más.<sup>107</sup> No que se refere à Informação Turística, obtiveram-se resultados curiosos, pois não traduzem a imagem dos durienses, nem coincidem com anteriores análises, visto que, apesar de muito criticada, nesta classificação 71,4% consideram que era boa ou muito boa. Aliás, apenas 16,3% avaliaram com má ou muito má. Relativamente às atividades de animação 30.6%,

---

<sup>105</sup> Como referido também nesta questão as percentagens foram calculadas tendo por base o total de respostas obtido à questão.

<sup>106</sup> A obtenção das percentagens respeita a metodologia adotada para as questões abertas.

<sup>107</sup> Não responderam 14.97% do total de Inquiridos. Alerta-se que ao contrário das questões de respostas abertas nesta análise, o cálculo das percentagens foi efetuado tendo por base o total de inquéritos respondidos.

classificou-as como boas, enquanto para 25.9% a classificação era má. Já 9.52% referiram que era muito boa e 3,4% muito má. Estamos, de facto, perante 29,3% de respostas negativas pelo que é preciso incrementar melhorias.

Nível de satisfação (em %)	Muito Mau	Mau	Bom	Muito Bom	% Respostas	% Não Resposta
Transportes e acessibilidades	10,20	22,45	31,29	21,09	85,03	14,97
Informação turística	0,68	15,65	36,05	35,37	87,76	12,24
Actividades de Animação	3,40	25,85	30,61	9,52	69,39	30,61
Restauração	0,68	6,12	29,93	35,37	72,11	27,89
Alojamento	0,68	4,76	29,25	48,30	82,99	17,01
Comércio local	2,72	18,37	41,50	16,33	78,91	21,09
Operadores turísticos	2,04	12,93	36,73	15,65	67,35	32,65
Paisagem	0,00	0,00	5,44	84,35	89,80	10,20
Património arquitetónico	0,68	3,40	23,81	57,82	85,71	14,29
Vinhos	0,68	0,00	10,88	70,07	81,63	18,37
Gastronomia	0,00	0,68	25,17	62,59	88,44	11,56
Cultura	0,00	2,04	31,29	54,42	87,76	12,24
Gentes	1,36	0,00	20,41	67,35	89,12	10,88
Artesanato	0,68	9,52	38,10	32,65	80,95	19,05
Experiência global	0,00	2,04	29,93	49,66	81,63	18,37

**Tabela 11:** Quadro com a classificação obtida nas respostas Turistas/Visitantes a diversos parâmetros locais e regionais

**Fonte:** Recolha e elaboração própria.

No que concerne à Restauração 65,3% classificou-a como muito boa ou boa, enquanto as avaliações negativas abrangem 6,8%. Refira-se ainda que 27.89% do total de inquiridos não se pronunciou, sintomático da boa imagem que o turista possui, embora seja necessário incrementar essa ideia.

Em relação ao alojamento 77,6% classifica-o como Muito Bom ou Bom, enquanto as classificações menos positivas totalizam 5,4%. Depreende-se que o alojamento no Douro é de boa qualidade e do agrado dos turistas. Aliás, a taxa de não respostas a esta subunidade ficou-se em 17.01%. Menos positivo, mas ainda assim acima das expectativas, foi avaliado o comércio local (contrariando as indicações dos técnicos locais) já que 57,8% consideram que é bom ou muito bom, enquanto apenas 2,7% o avaliam como muito mau.<sup>108</sup>

Outra vertente analisada foi a questão dos Operadores Turísticos. Aqui, os resultados diluem um pouco, mas mesmo assim 52,4% dos inquiridos considera que os operadores são bons ou muito bons. A mesma opinião não possuem cerca de 15% dos inquiridos que considera que são mau ou muito maus. A taxa de não resposta foi a mais elevada de todas as subunidades, atingindo 32,65% o que poderá ser traduzido pela não utilização/desconhecimento dos operados Turísticos.

O indicador que mais consenso atingiu foi a Paisagem, já que 84.35% do total de inquiridos a classificou de “Muito Boa” e para 5.44% é “Boa”, não se registando

<sup>108</sup> A taxa de não resposta a esta unidade foi de 21.09%.

qualquer resposta negativa. De facto, a paisagem é um elemento fulcral na RDD com os seus socalcos a serpentear o vale. Também aqui a taxa dos que não responderam foi a mais baixa, 10.20%.

Por seu lado, o Património Arquitectónico foi classificado como Muito Bom por cerca de 57.8% dos inquiridos e como Bom por 23.8%. Opinião diferente possuem 4,1% dos inquiridos que a classificaram como Mau ou Muito Mau. No geral os resultados são muito positivos.<sup>109</sup> Resultados bastante uniformes foram atingidos também pelo indicador Vinhos, classificado como Muito Bom por 70.1% dos inquiridos e como Bom por 10.9%. Apesar de não ter sido classificado como Mau, foi classificado como Muito Mau por 0.68% dos respondentes. Mais uma vez uma das imagens fortes do Douro a destacar-se positivamente.<sup>110</sup>

No que se refere à gastronomia embora ninguém a avaliasse como Muito Mau, 0.68% que considerou-a Má. Todavia, grande maioria 62.6% considerou-a Muito Boa.<sup>111</sup> Outro indicador que curiosamente, obteve resultados diferentes dos expectáveis foi a Cultura, já que uma grande parte dos técnicos e dos turistas referiu a falta de eventos culturais, recreativos e outra programação cultural, todavia, apenas 2,04% a considerou Má. A realidade é que muito inquiridos podem ter entendido, e bem que estamos a questionar a cultura duriense do ponto de vista etnográfico, de herança cultural e singularidade da região e como tal 85,7% classificou com bom ou muito bom.<sup>112</sup>

Nestas temáticas faltava a percepção dos turistas sobre as pessoas da região e, felizmente 67.35% considera-as como Muito Bom e 20.41% como Bom. Relativamente ao artesanato, apesar de trabalho de campo e no contacto com os agentes da região se concluir que existia muito a fazer, ainda assim a percepção do turista é positiva. Aliás, 70,8% dos inquiridos classifica-o como Bom ou Muito Bom. No que respeita às classificações negativas cerca de 9.52% considera Mau e 0.68% considera Muito Mau.<sup>113</sup>

Assim, a experiência global foi positiva, já que 49,7% optam por muito bom e 30% de bom<sup>114</sup>. Em síntese, a percepção que os turistas inquiridos tem do destino Douro é extremamente positiva.

Esta análise permite também perceber qual a experiência que o turista procura e a sua apreciação, concluindo-se que a animação, a restauração, o comércio local e os operadores turísticos, apesar de importantes são subvalorizados em comparação com a

---

<sup>109</sup> Não responderam a esta subunidade 14.29% do total de inquiridos.

<sup>110</sup> A taxa de não resposta a este indicador foi de 18.37%.

<sup>111</sup> Não responderam a esta questão 11.56% do total de inquiridos.

<sup>112</sup> A taxa de não resposta ficou-se pelas 12.24% do total de inquiridos.

<sup>113</sup> A taxa de não resposta cerca de 19.05%.

<sup>114</sup> A taxa de não resposta foi de 18.37% para este indicador

paisagem, vinhos e gastronomia, para além da cultura, património, alojamento e gentes que receberam índices de satisfação bastante elevados, enquanto transportes e acessibilidades, se reúnem aos indicadores mais deficientes. Exigem-se melhorias significativas, afim de melhorar o dinamismo da região, designadamente em termos turísticos.

Como se pediu aos turistas que sugerissem melhorias para cada um dos indicadores analisados<sup>115</sup> a primeira ilação aponta para a escassez de sugestões (apenas 47,05% responderam) refletindo os bons níveis globais de satisfação do turista. Não obstante, a melhoria dos transportes (5.88%) e das acessibilidades (4.81%) foram os indicadores mais referenciados. Apesar de na Região Demarcada do Douro se terem observado fortes investimentos nesta área, sobretudo nos acessos externos (A4, IC5), mas Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, por exemplo, ainda enfrentam grandes carências. Este parâmetro é fulcral no desenvolvimento regional, particularmente em espaços rurais. Todavia, aí se encontra património excepcional, pontos de interesse também para o turismo. Esta situação ainda é mais acentuada no “rural profundo” onde se preservam costumes e tradições em declínio, para além de festividades e outros valores culturais e etnográficos que permanecem graças ao interesse dos autóctones. Outra melhoria referenciada incide no comércio local, restrito na oferta e com horários desajustados, sendo muitos de estrutura familiar, gerenciados por todos que desenvolvem uma forte resistência à mudança, pelo que cabe às entidades locais promover junto dos comerciantes uma adaptação da sua oferta aos turistas, o que favorecerá a captação de divisas para a região, aumentando o rendimento das famílias enquanto satisfazem as solicitações. Deva, pois, apostar-se na preservação deste comércio, por vezes instalados em edifícios históricos e não remete-los ao abandono na sequência do crescente despovoamento.

Foi ainda referida a necessidade de mais atividades (4.27%) e de divulgação (3.74%). As restantes sugestões são ocasionais incluindo melhorias na sinalização, informação regional ou ainda mais espaços culturais e a preservação da natureza e das construções típicas, ou a disponibilização de menus vegan, preservar o património, enquanto se apoiam os artesãos. Acresce mais oferta de comboios, incentivos à vinha, amêndoa e oliveira, mas também o investimento em atividades náuticas, e formação em inglês e francês, conjugando os esforços, conseguiremos atingir níveis de excelência, o desenvolvimento da Região do Douro.

---

<sup>115</sup> Uma vez que estamos perante uma questão aberta e que cada inquirido poderia sugerir melhorias em mais que um indicador foi considerado para efeitos de percentagem o total de respostas obtidas a esta questão específica.

Sabendo a importância que a rede transportes exerce na atração e mobilidade das pessoas, questionaram-se os turistas sobre as acessibilidades e a rede de transportes regionais, pedindo ainda que dessem algumas sugestões de melhoria. Assim sendo 18.2% considera que as acessibilidades e as vias de transporte são boas, mas 17.1% considera que as mesmas são fracas, pelo que sugerem melhorias enquanto 5.88% considera imperativo melhorar os transportes, nomeadamente a via férrea. De fato referem o mau estado Estradas Municipais e Nacionais mas 27.8% não responderam.<sup>116</sup> Outras sugestões de melhorias são dispares e ocasionais incluindo condições de segurança, melhoria dos acessos às aldeias, coordenação regional dos transportes, criação de interfaces entre cruzeiros, comboio e autocarros, entre outros.

Neste enquadramento, as deslocações dentro da região do Douro (Figura 35) (Anexo 42) perante a falta de transporte público uma grande maioria deslocou-se em viatura própria (47.7%) enquanto apenas 13,4% recorreu ao autocarro e 6,04% alugou um veículo. De comboio deslocaram-se 2.68%, valor que se dilata em viagens organizadas que conjugam o barco com o comboio, enquanto de bicicleta viajaram 0.67%.<sup>117</sup>

Dada a importância da sazonalidade na região, os turistas também foram abordados sobre a perceção que tinham sobre esta temática. De acordo com a sua perspectiva, a existência de uma vincada sazonalidade na Região está relacionada com o clima (15.60%), a desadequação dos transportes, às necessidades turísticas na região e 8.78%, mas também o período de férias, tradicionalmente estival. Por outro lado, a forte procura entre final de agosto e meados de outono está relacionada com as vindimas (7,31%), enquanto as atividades, eventos e promoção continua a privilegiar a época alta, facto a alterar. Aliás, dada a importância da paisagem, e a suas mutações ao longo do ano, tal deve ser potencializado. Acrescentam o aproveitamento das festividades locais, a criação de experiências diversificadas, a melhoria das ligações entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e a Região, a melhoria da cooperação entre os alojamentos e as empresas de transporte, etc, e por fim, dilatar e diversificar os eventos no período invernos. Eis uma das maiores lacunas que existe na região. Aliás, a grande maioria inquiridos não possui informação prévia sobre este aspeto, continuando a falta de informação e, durante a visita apenas 21.08% conheciam a programação local e 21.76% não responderam à questão. A divulgação desta informação é crucial para aumentar a satisfação do turista que nos visita, aproveitando para tal as tecnologias de comunicação e o mundo digital.

---

<sup>116</sup> Para obter as percentagens foi considerada a metodologia adotada anteriormente para as questões de reposta aberta.

<sup>117</sup> As percentagens foram calculas à semelhança da metodologia usada para as questões abertas anteriores, onde se totalizou as repostas obtidas. A taxa de não reposta é de 21.47%.

Para uma perceção mais correta do grau de conhecimento que os turistas tinham sobre as atividades ou planos turísticos locais, foi-lhes pedido que especificassem. Neste contexto, verificou-se que 13.2% conheciam as Caminhadas e Passeios de Bicicleta, 11.3% mencionaram a Festa da Amendoeira em Flor, 9.4% referiram as visitas às quintas e Provas de Vinho ou atividades relacionadas com a vitivinicultura. Por fim, 7.6% referiram as Feiras Gastronómicas e de Produtos Locais.<sup>118</sup> Houve, ainda referências a outros eventos (Figura 36) (Anexo 43) das quais destacamos Feiras Medievais, Festas Religiosas, Visitas a Museus, Passeios de Barco e Comboio, Corridas de Carros, Matança do Porco, Magustos, Caretos, Concertos de Música em Mateus, entre outros.

Pretendeu-se também que o turista pudesse contribuir com algumas propostas para aumentar a atratividade da Região, sobretudo em épocas com menor fluxo turístico. As ilações são várias. A primeira é a elevada percentagem de inquiridos que não respondeu à questão (51.1%), enquanto os respondentes destacaram sobretudo a aprofundar/melhorar o já existente, mas disperso todo o ano como caminhadas/passeios pedestres (4.34%), mais festividades e feiras (3.26%), roteiro dos museus existentes na Região (2.71%), mais roteiros vinícolas e gastronómicos (2.71%) e visitas às quintas com provas de vinhos e gastronomia (2.71%). Em síntese, reforçam a aposta na dinamização do património e dos produtos locais, reforço das atividades culturais (concertos), aposta em turismo termal e vertente paisagística (miradouros, apreciação de paisagens invernais e primaveris) ou ainda o acompanhamento das tarefas associadas ao desenvolvimento vegetativo da videira e das uvas. Acresce a dinamização de atividades locais como as minas (interesse museológico) e outras atividades como profissões e tradições de outros tempos, e, obviamente, um maior aproveitamento regional em termos desportivos (nautico, atletismo, etc).

Por fim quando abordados sobre a importância da classificação da UNESCO atribuída ao Alto Douro Vinhateiro na valorização da região, apesar da elevada abstenção (43.9%) afirmam que é imperativo melhorar a divulgação da Região na Internet (12.69%), sobretudo no exterior; proteger o património, eventos e produtos locais. Conclui-se, então, que a promoção, divulgação e preservação são as palavras chave para potenciar o Alto Douro Vinhateiro e alavancar o desenvolvimento regional. Foram apresentados outros exemplos que apontam para a correção das falhas antes apontadas relacionadas, por exemplo, com acessibilidades, atividades lúdicas e desportivas, ainda o aumento e diversidade de atividades culturais, a criação de um catalogo de atividades

---

<sup>118</sup> A taxa de não resposta a esta questão foi de 3.8%, e de referir que as percentagens foram calculadas apenas tendo em conta as respostas obtidas.

regionais, a reativação para fins turísticos das linhas de bitola métrica transmontanas e a melhoria da restauração tradicional. Apesar das falhas apontadas, 88,4% dos inquiridos confirmaram que as suas expectativas sobre o destino Douro foram cumpridas, ou mesmo excedidas, ou seja o Douro surge, de facto, como um destino de excelência. Neste contexto, cerca de 73,5% pretendiam regressar e a curto prazo. Obviamente, perante a experiência tão positiva, 72,8% certamente recomendariam, uma visita ao Douro, o que é um ótimo indicador, dado que a melhor publicidade e meio de divulgação continuam a ser os próprios turistas.

Por fim, questionaram-se os turistas sobre outros locais do país que tinham visitado nesta ou em outras visitas e percebe-se a importância das duas principais cidades do país, visto que 12.7% visitou Lisboa, 11.3% o Porto e 9.24% o Algarve. Deparamos ainda com 7.80% de turistas que já conhecia todo o país, embora também realçassem Coimbra, o Alentejo e o Minho

#### **4.6. A perspetiva dos Presidentes de Câmara da Região Demarcada do Douro**

Uma vez auscultados os turistas, os técnicos dos Postos de Turismo, os agentes privados, e os técnicos de monumentos e museus, era insispensável abordar os responsáveis municipais, já que são os decisores/interventores locais e que possuem um papel fulcral no planeamento do território duriense. Assim, concretizaram-se inquéritos aos Presidentes de Câmara, observadores e interventores neste espaço privilegiado, conhecedores das suas problemáticas, mas também das estratégias associadas à mitigação dos problemas referidos, nomeadamente da sazonalidade turística. Há, de facto, que perceber de que forma as edilidades regionais lidam com este fenómeno, pois só com o contributo de todos se atingirá um desenvolvimento sustentável da região.

Distribuídos os inquéritos e vencidas quase todas as resistências, o que obrigou à multiplicação das minhas deslocações à região, estas só se concluíram em 2019. Não responderam três entidades: Tabuaço, Alijó e Murça. Efetivamente, os obstáculos sucederam-se, pelo que obtenção das respostas dos municípios constituiu o ponto mais difícil deste trabalho. Não obstante, os resultados são extremamente importantes. Com efeito, perante as questões que colocamos obtivemos uma descrição sintética dos municípios abrangendo o quadro ambiental, económico, social e cultural, mas também as potencialidades a explorar tendo em vista o desenvolvimento local e obviamente, o turismo como um dos vetores. Aliás, neste âmbito os autarcas destacam o turismo de natureza e o enoturismo, a gastronomia, o património (arquitetónico, arqueológico, religiosos, histórico-cultural e classificado), a cultura, as gentes, paisagem (sobretudo a

paisagem de socalcos classificada como Património da Humanidade), a agricultura e os produtos locais (fumeiro, queijos, castanha, azeite, cereja e amêndoa), a produção de vinhos (brancos tintos, rosés e vinho generoso), ou ainda o rio e o seu potencial para a prática de desportos náuticos.

Além das potencialidades, pedimos que abordassem as especificidades ou características que poderiam ser considerados como “imagem de marca” de cada um dos Municípios, surgindo a gastronomia, o património, a vinha, o rio, as serranias, as gentes e a paisagem, os grupos culturais e museus, a cinegética, a hotelaria de qualidade, ou ainda eventos variados e referências a personalidades literarias ou históricas, ou mesmo o centro de alto rendimento do Pocinho.

Por seu turno, havia também que auscultar sobre as fragilidades de cada um dos Municípios, sobressaindo a falta de emprego, as más acessibilidades e o pouco investimento privado, infelizmente problemas comuns aos restantes territórios rurais do interior do nosso país. De referir ainda que a carência de financiamento para a consolidação e dinamização dos projetos estruturais foi muito referenciado, assim como a escassa e desorganizada oferta de equipamentos turísticos, sobretudo alojamentos, ou a ausência de estratégias de promoção conjuntas, forma de minimizar a concorrência de outras regiões.

De referir ainda o despovoamento e o envelhecimento populacional, os escassos recursos humanos, a pouca massa crítica ou a insuficiência dos serviços de saúde e a falta de vias de comunicação, sobretudo nos espaços ribeirinhos. Os impactes destes problemas são imensos, afetando o tão desejado desenvolvimento integral, sustentável, e, obviamente o turismo. Tendo sempre o desenvolvimento como meta, solicitou-se ainda aos autarcas que referissem os projetos que estavam a ser implementados, ou se previa que rapidamente entrassem em fase de execução, sendo então realçados a regeneração urbana e a eficiência energética, mas também os planos de combate ao insucesso escolar, o orçamento participativo jovem ou os investimentos na mobilidade sustentável, a criação de museus e de percursos pedestres e inevitavelmente, a aposta nos serviços de saúde e na requalificação das Termas das Caldas do Moledo, e das Caldas de S. Lourenço, por exemplo.

Valorizam ainda uma melhor cooperação no seio da CIM DOURO fim de se criarem estratégias diversas e adequadas ao território. Acrescentam o alargamento de algumas “zonas industriais”, assim como o incremento de processos participativos onde todos os stakeholders podem estar reunidos, nomeadamente os turísticos, única forma de se concretizarem projetos eno-gastronómicos e culturais. Obviamente, valorizam também

a melhoria dos serviços de saúde, a continuidade dos benefícios fiscais para as pessoas e empresas, o apoio à agricultura e aos agricultores ou os apoios aos carenciados e idosos, enquanto se investe em projetos estruturantes em áreas como a mobilidade, a regeneração urbana, ambiente e a ação social e eficiência energética, desenvolvendo políticas de corresponsabilização dos municípios na economia e equilíbrio energético e ambiental.

Existe, de facto, a aposta preferencial nas áreas mais carenciadas, já antes referidas, como, aliás, se confirma, quando questionados os responsáveis pelas diversas edilidades sobre os investimentos mais relevantes em cada município, investimentos que se focassem não só no turismo, mas também na mobilidade, na coesão territorial e no desenvolvimento. A recuperação dos trilhos pedestres e a criação de uma rede de transportes mais coesa. Associado à restauração e similares, em geral referiram a criação da rede de restauração entre todos os estabelecimentos, favorecendo a formação especializada. Acrescentaram a captação de eventos de caráter nacional, que autonomamente alarancariam uma programação cultural de excelência, com vista à dinamização dos equipamentos criados. Muito referido é também a melhorias nos transportes públicos, urbanos e periféricos, melhorar e aumentar as vias pedonais e as ciclovias, ou ainda a construção de parques de estacionamento. Atrair novas indústrias, equipamentos de saúde e instalações desportivas, criando sinergias entre as variadas intuições do estado e o tecido empresarial local a fim de se dinamizarem os municípios.

Como seria expectável valorizaram também a aposta no rio Douro com a construção de cais fluviais (Ferradosa) e, obviamente, a colocação de sinalética turística, anulando um dos problemas referenciados por todos os agentes que contactamos. Por outro lado, concretizando os projetos referidos, numa hipotética hipótese de investimentos públicos sem constrangimentos orçamentais surgiram indicações interessantes, abrangentes das diversas vertentes conducentes ao desenvolvimento regional e turístico. Assim, muito sinteticamente na criação de emprego e na melhoria das acessibilidades e aposta em ação social, irradicação da pobreza e precariedade através de projetos de inclusão que permitisse um emprego de qualidade e duradouro, o qual teria de ser sinérgico entre entidades e empresas.

A melhoria das acessibilidades e da mobilidade, incluindo a mobilidade urbana e a ferrovia como meio de ligação ao litoral, a cidades de Trás os Montes como Chaves, Bragança e até mesmo Espanha foi referido, ao mesmo tempo que se deve apostar na ferrovia também para fins turísticos entre Vila Real e a Régua aproveitando o leito da suspensa linha do Corgo.

A aposta na reabilitação/criação de mais serviços de saúde, educação e prestação

de serviços descentralizados às populações são alguns investimentos importantes caso os recursos fossem abundantes. As aplicação de medidas de discriminação positiva com efeitos substanciais nos rendimentos das famílias e qualidade de vida das populações locais, o que atrairia também novos residentes. A necessidade de garantir a existência de espaços destinados ao turismo sénior com elevada qualidade é uma aposta interessante, sobretudo tendo como destino o mercado exterior.

Foi referido, e aqui destaco a reabertura integral da linha do Douro além da necessidade de construção do IC34 entre Foz Côa, Barca d'Alba e Salamanca. Desenvolver condições para aumentar a competitividade e inovação, apostando e apoiando o tecido empresarial, o empreendedorismo e a criação de uma unidade ensino superior e investigação.

O regadio e desenvolvimento agrícola não foram esquecidos em alguns municípios, assim como questões relacionadas com a habitação social. Foi também referido a preservação dos mortórios, a requalificação de cursos de água e o seu aproveitamento turístico.

Por fim é referido também a necessidade da construção das estradas nacionais 222-2 (Resende – Bigorne) e 321-2 (Ponte da Ermida – Baião) de forma a ligar a A24 e a A4 através da ponte da Ermida, obras que são consideradas como essenciais para a coesão social e territorial da região e mais uma vez a enormemente referida modernização da Linha do Douro entre Marco de Canaveses e Peso da Régua com a renovação integral de via (RIV), eletrificação e cantonamento eletrónico. Na ótica dos municípios estes investimentos que destacamos são essenciais para beneficiar a região, desencravando-a do ponto de vista de acessibilidades.

Foi abordada a questão dos transportes e da sua adequação ao setor do turismo, e, neste âmbito confirma-se que a maioria dos responsáveis pelos municípios respondeu que não estão de todo preparados, especialmente para a vertente turística. Já que falta investimento público na linha do Douro, já que falta a eletrificação da linha até Peso da Régua, todo o potencial económico, o desenvolvimento regional e a coesão social estão em causa.

Além disso, a existência de inúmeros operadores marítimos, nacionais e estrangeiros, que utilizam o cais de Régua, permitindo que milhares de pessoas anualmente cheguem à RDD por esta via, deparam-se com transportes regionais incluindo rodoviários, insuficientes. Constituem exceções os centros urbanos. Do ponto de vista das acessibilidades, essas são boas nomeadamente o IC5 que é o principal eixo de comunicação ao litoral (A4) e até com Espanha (Via Miranda do Douro) ao mesmo tempo

a proximidade com o IP2 que liga à A25, toda esta rede é importante sobretudo para aproximar a Zona industrial de Concelhos como Mirandela diretamente ao IC5 de forma a que as indústrias locais possam escoar os seus produtos.

Seria também uma hipótese de ultrapassar os reflexos decorrentes da desqualificações de estradas, até então nacionais, passaram para a esfera dos municípios. Na verdade, esta descentralização de competências não foi acompanhada de envelopes financeiros que habilitassem as autarquias para a manutenção destas rodovias, pelo que a degradação acentua-se perante a atual estratégia europeia que refere "*nem mais um quilometro de alcatrão*". Há municípios que criaram redes de transporte internas, como por exemplo o Cegonha Mobil (Figueira de Castelo Rodrigo) que tem como objetivo colmatar as carências de transporte público dos Municípios dentro do município e no exterior. As ligações rodoviárias aos grandes centros urbanos, e às zonas ribeirinhas necessitam de ser repensadas.

Abordando agora a questão da sazonalidade, pretendeu-se saber que monumentos, locais, festividades e tradições de cada município poderiam ser incluídos numa promoção turística para a época baixa. Neste parâmetro, sobressaem os eventos gastronómicos como feiras gastronómicas, mas também algumas festividades religiosas, locais com interesse histórico e patrimonial e miradouros, ou ainda percursos pedestres nas serrania como por exemplo nas Serra de Montemuro, Marão e Alvão que proporcionam condições ideais quer para o touring cultural e paisagístico, quer para prática de atividades de turismo de natureza e turismo ativo (caminhadas, trilhos e BTT). Acrescentam o aproveitamento de atividades sazonais e antigas tradições como a apanha da castanha ou da azeitona, as vindimas, e o cantar dos reis, entre outros. A visita aos vários Museus da região, visitas às infraestruturas relacionadas com a atividade vitivinícola e/ou agrícola como a Adega Das Giestas Negra construída em 1575. Aliás, as quintas também merecem destaque, pois já oferecem visitas diferenciadas e direcionadas a outras fases dos estágios da vinha.

A promoção dos produtos regionais como o vinho do Porto, os Vinhos do Douro, os espumantes, o azeite, a amêndoa e o mel, por exemplo, ou a visita a infraestruturas que com a modernização tecnológica se tornaram obsoletos, mas são elementos identitários da região como os moinhos de água, ou ainda Caminho Português Interior de Santiago. Muito em voga e em grande ascensão recentemente, está um outro elemento que é a Rota da Nacional 2 entre Chaves e Faro, passando na Região por Santa Marta de Penaguião, Régua e Lamego. Do ponto de vista cultural, estão disponíveis as visitas à Casa de Mateus ou a espaços relacionados com o turismo literários como o Espaço Miguel Torga, ou com a história dos descobrimentos como o Espaço Fernando Magalhães, ou ainda visitas a

património religioso que é muito abundante na região. As Aldeias Históricas, as aldeias vinhateiras como Provesende são muitíssimo relevantes, sobretudo pela atração que desempenham Não esquecendo a rota das Aldeias Históricas onde se incluem Marialva e Castelo Rodrigo que são excelentes pontos para uma escapadinha de fim de semana.

As Amendoeiras em Flor são de referência obrigatória como um grande dinamizador regional nos meses de fevereiro e março. O património construído ao nível regional é rico e disperso agregando pelourinhos, pontes, igrejas e monumentos históricos e arqueológicos diversos, para além do património natural onde se realça o Parque Natural Regional do Vale do Tua, o Parque Natural do Alvão, a Reversa da Biosfera Transfronteiriça da Meseta ibérica e os Lagos do Sabor, por exemplo. Há ainda uma série de locais de interesse geológico além da beleza natural e paisagística.

A par dos monumentos de grande interesse é necessário, na ótica dos municípios, implementar e disseminar uma agenda cultural, com programação variada, que atraia visitantes e promova o seu interesse e envolvimento nos espaços em questão. Uma das estratégias passa pela delimitação, publicitação e implementação de uma programação cultural, artística e desportiva no espaço público procurando despertar o interesse de potenciais visitantes. A programação deve ser distribuída ao longo do ano, com a intenção de reduzir a sazonalidade das visitas, sendo promovida através de vários canais de informação.

Questionou-se ainda quais os eventos que se realizam durante o mesmo período e quais gostariam de ver realizados. Desde festas religiosas como o Santo André em Mesão Frio, a saraus culturais, caminhadas, teatros, concertos, noites de fado, e eventos de animação, o cantar dos reis, os fim-de-semana gastronómicos, provas de enduro, como o Reccua Douro Ultra Trail e ainda passeios TT. Ao mesmo tempo destacam ainda uma série de eventos gastronómicos, feiras de produtos locais, festividades de natal, carnaval e páscoa.

Tratando-se de eventos e atividades realizadas em época baixa, percebe-se que a adesão tem sido fantástica, quer dos residentes, os conhecedores dos eventos, mas também turistas nacionais e estrangeiros quando informados. Para a concretização destes eventos surgem cada vez mais parcerias públicas/privadas, destacando-se a Fundação Calouste Gulbenkian, EDP, produtores locais ou o Turismo de Portugal, entre muitos outros.<sup>119</sup> Estas parcerias facilitam e enriquecem as atividades e os eventos realizados promovendo uma dinâmica bastante relevante. Aliás, noutra âmbito mas também

---

<sup>119</sup> O TPNP, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Naturthoughts, Ancoteq e Ancras, Associação de Comerciantes e Industriais, Agrupamento de Escolas, Agrupamentos de Escuteiros, Grupos Etnográficos, Grupos Folclóricos, Bandas Filarmónicas, Escolas, Escolas/Academia de Artes, CIM's, entre muitos outros.

incisivo, a integração da Entidade Regional da Turismo do Douro, numa única entidade designada Turismo do Porto e Norte de Portugal, IP, foi contestada, pois era imperativo ouvir os municípios à cerca desta temática. Todos elogiaram, por exemplo, a criação dos Fins de Semana Gastronómicos através do TPNP, dinamizador de diferente territórios, apesar da forte centralização na promoção turística da região. Para tal, existe um acentuado recurso, a Fundos Comunitários, perante as restrições económicas, transformando-se em grandes impulsionadores do desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, da preservação do património e mitigação do periferismo e da falta de coesão. Aliás, existem diversas entidades que prestam apoio na criação e candidatura de projetos aos referidos fundos.<sup>120</sup>

A adesão à apresentação de projetos é assinalável quer entidades públicas, quer privadas o que possibilita a melhoria de estabelecimentos de diversas tipologias, para além da recuperação de edifícios de valor patrimonial, a dinamização de provas desportivas e até a criação de negócios inovadores. Não obstante, é necessário intensificar a divulgação dos fundos disponíveis e respetivo enquadramento técnico-jurídico, para além de desburocratização das candidaturas.

Obviamente, as estratégias de desenvolvimento regional, turísticas ou não, devem ser observadas, também a esta escala, o que implica a cooperação e coordenação regional. Nestas circunstâncias, os responsáveis pelos vários municípios durienses sobrelevaram a vinha, o vinho e a paisagem, ou o património, acentuando o que já tinham referido para o respetivo. Realçaram também a vertente social, nomeadamente o acolhimento ao turista, e obviamente, a gastronomia, ou o facto de a região possuir vários equipamentos com notoriedade internacional como o Museu do Côa e o seu Parque Arqueológico, ou o recente Centro de Alto Rendimento do Pocinho.

Como obstáculos a escala regional, os responsáveis autárquicos, mais uma vez, destacaram as acessibilidades e os transportes, ou o deficiente quadro social, em declínio e envelhecido, ou ainda a carência de equipamentos vários e de uma forte componente cultural e de lazer, ou mesmo a precariedade de alguns serviços, públicos, a falta de emprego e de coesão territorial. E que propostas possuem os Municípios para potenciar a atratividade da Região?

Estamos perante, umas das questões mais relevantes, pois o conhecimento do

---

<sup>120</sup> Salientemos a CIM Douro, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), a Associação Douro Histórico, Associação de Agricultores e Empresários, GAL Douro Histórico, a Desteque, a Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana, a CIM-TTM, PNRVT e a CCDRN, assim como a Associação de Municípios do Douro Superior, a Associação de Municípios do Douro Superior, Associação de Municípios dos Territórios do Côa, o Turismo do Porto e Norte, a Associação de Municípios do Vale Douro Sul e a Associação de Fruticultores de Armamar, por exemplo.

poder local e das entidades de governação como os Municípios e as Juntas de freguesia, é essencial para planear o território, o seu desenvolvimento. Os municípios consideram importante melhorar a rede de transportes e de acessibilidades e criar um plano de Marketing e promoção de espaços ainda subaproveitados mas num cenário em que a coordenação regional, numa perspectiva agregadora, seja efetiva. A definição de uma imagem comum mas respeitando as características singulares de cada Município é essencial, mais ainda quando se aborda o setor turístico, a marca Douro, tendo em mente o mercado nacional, mas sobretudo o internacional. É inquestionável, que uma ótima campanha de marketing é fundamental nesta conjuntura, mas indisociável da paisagem e da “autoestrada fluvial”, da vinha e do vinho, ou ainda da cultura e do património, divulgados por agentes com formação.

Há que incrementar sinergias na cultura, no ambiente e no turismo, aliadas a um projeto de desenvolvimento sustentado a longo prazo, apoiado em múltiplos protocolos culturais e turísticos, designadamente com Espanha, e por fim o desenvolvimento do ensino superior. Conjugando o turismo com as restantes atividades, criar-se-ão condições para um rejuvenescimento demográfico regional. Congregando todas as componentes de uma forma pró-ativa, surgiu, inclusivamente, a proposta de a criação de uma comissão composta por quadros qualificados do turismo e noutras valências, de todos os concelhos e entidades da região, uma *task force*, conhecedora das realidades locais, tendo em vista um desenvolvimento local e regional integrado. A este grupo reunir-se-ia as empresas turísticas e os operadores fluviais, bem como as comunidades, contribuindo pouco para o desenvolvimento local. Deveria, por isso, haver uma plataforma de entendimento e colaboração entre autarcas da região de forma a promoverem estratégias com o fim único do desenvolvimento regional.

Questionou-se também a opinião dos Municípios em relação às acessibilidades e vias de transporte regionais, e embora refiram que estas registaram melhorias significativas, sobretudo às externas de acesso á RDD, contudo as vias de comunicação e a oferta de transporte ainda apresentam lacunas. É indiscutível que, quer à escala municipal, quer regional as acessibilidades e os transportes terão de ser incrementadas e melhoradas, sugerindo-se, por exemplo, a reativação de algumas ferrovias tendo em vista o fluxo turístico e a população residente. Apesar da construção do IC5 e da A4, sobretudo, do Túnel do Marão, subsistem debilidades no Douro Superior e nos eixos intramunicipais. Por outro lado, há que privilegiar eixos notáveis como a linha do Douro, o rio Douro e a Inland Waterway 2020, ou a N222, entre outras acessibilidades internas. Acrescentam a construção do IC26 e a conclusão do IP2, ou, no plano aéreo, ampliar e beneficiar o

aeródromo de Vila Real. No que se refere aos transportes regionais, as suas debilidades e impactes sobre o turismo e o desenvolvimento regional, tora-se repetitivo, mas todos reconhecem a necessidade de forte investimentos incluindo a implementação de transportes nas áreas rurais, onde a construção de pequenas barragens e a ampliação de rede de regadio não deve ser descurada, mas também a discriminação positiva nos impostos para os efetivos da região, apoios para a conservação da essência vinícola duriense conjugando investimentos e apoios a entidades privadas mas também cooperativas, ou ainda na inovação e na cultura, e a revitalização de infraestruturas como as termas e unidades de saúde, a hotelaria e restauração e a criação de roteiros turísticos regionais, ou ainda a atração de indústrias e de serviços.

É evidente constituindo o turismo um dos vetores chave para o desenvolvimento regional e a sazonalidade desta atividade inferir efetivamente, tal descobre-se quer à escala concelhia, quer regional, há que quebrar este cenário, investir na cultura, nos desportos e na natureza. Aliás, as quintas e as diversas entidades perceberam que, adotando as estratégias corretas, eventos que dispersos por todo o ano que captem a atenção do turista, de diversas origens geográficas, nomeadamente os do hemisfério Sul e os dos países nórdicos, o cenário se altera. Direccionando os eventos de inverno para o Turismo de Lazer e Natureza ou o património arquitetónico e arqueológico do Douro ou para os eventos de carácter social e empresarial, o cenário alterar-se-ia rapidamente. Para tal exige-se uma programação conjunta e articulada que seja atrativa na época baixa, mas diversificada ( não se pode repetir em municípios vizinhos, as feiras medievais). Assim, a existência de um forte cartaz com inumeráveis eventos a decorrer ao longo do ano, direcionados sobretudo para visitantes nacionais e espanhóis, pode ser uma boa aposta. A criação de roteiros turísticos abrangentes e diversificados que se destinem a um público diversificado, incluindo os seniores, ou as escapadinhas de Fim de Semana muito apreciados pelos casais mais jovens e o investimento público e privado em infraestruturas e na cultura e património são indispensáveis. Recorde-se que o património regional é soberbo e diversificado,<sup>121</sup> ainda ampliado quando se reúnem os museus<sup>122</sup> e o património imaterial, como o Carnaval de Lazarim ou as mutações paisagísticas de acordo com as estações do ano, os miradouros<sup>123</sup> e o enoturismo que nos diferencia em qualquer época do ano. As “Amendoeiras em Flor” são outro exemplo incisivo na quebra da sazonalidade, bem como, as feiras gastronómicas e de produtos endógenos como o azeite, o pão, vinho,

---

<sup>121</sup> Sé de Vila Real e Órgão Sinfónico, o Castelo de Ansiães, o CIVT, a Sé Catedral de Lamego, o Castelo de Freixo de Espada à Cinta, o Palácio de Mateus, a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, entre muitos outros.

<sup>122</sup> Douro, Lamego, Favaios, Museu da Memória Rural, Museu da Seda, Foz Côa entre outros

<sup>123</sup> Os miradouros permitem sempre retratos da região únicos, independentemente da época do ano, Alguns exemplos: São Salvador do Mundo, S. Domingos e S. Leonardo de Galafura.

mel cabrito, frutos secos, et. Por fim, foram também referidos os passeios pedestres ou atividades desportivas como parapente, batismos de voo, karting, ténis de mesa, BTT, kickboxing, basquete, futebol, a caça e Trail`s de montanha entre outras.

Como é óbvio, a coordenação regional não se restringe á programação de eventos, devendo abarcar, como já foi referido, o marketing, associado a uma conceção e planificação da oferta turística regional. Para concluir a perceção destes agentes territoriais, pediu-se ás entidades municipais que classificasse de 0 a 4 uma série de dimensões á escala regional. Obtiveram-se 18 resposta. E, invariavelmente, os resultados menos favoráveis incidem nos transportes e nas acessibilidades, seguindo-se a informação turística (9 municípios consideraram-na muito deficientes, má), ou ainda a animação cultural e desportiva, e o comércio. Em sentido oposto surge a restauração, o alojamento ou os operadores turísticos. Como era previsível, a paisagem, os distintos cenários ao longo do ano e a sua potencialidade turística,ou, o património, o vinho e a gastronomia são classificados maioritariamente como” Muito Bom”.

Apesar da deficiente programação cultural, a existente é bem classificada, assim como as gentes e o seu acolhimentos, ou o artesanato. Em síntese, apesar dos problemas existentes, a apreciação é boa ou muito boa, se bem que requeira melhorias abrangentes de todas as vertentes avaliadas, devendo intervir o poder local e regional nas acessibilidades ou nas infraestruturas, enquanto o privado deveria amplificar no empreendedorismo e inovação, nas indústrias criativas, o comércio, o artesanato e, obviamente, a vinha, o vinho e a gastronomia. Felizmente também as questões ambientais são referenciadas como utilização sustentável dos recursos endógenos, a na melhoria dos serviços de qualidade, num quadro de maior cooperação dos atores nomeadamente no setor turístico e na disponibilização e a qualidade de informação regional, da divulgação do seu património e potencialidades, criando rotas diversificadas com entretenimento incluído, interconcelhio.

A questão mais complexa relaciona-se com o desenvolvimento sustentável regional, dada a abrangência de atores e atividades envolvidas. Todavia, apesar das dificuldades reconhecidas, há que apostar em políticas locais, regionais e nacionais estruturantes, convergentes, aliadas a mais formação na área e informação. Por outro lado, a união e a capacidade de definição de estratégias, tem de respeitar as especificidades de cada território concelhio, mas sempre em função de um objetivo maior, o reposicionamento estratégico e afirmação do Douro. Estruturada estrategicamente na RDD, obnservou-se uma maior atração turística e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento económico.

Para tal fim, há que integrar também as associações de apoio ao desenvolvimento local e regional, pois funcionam como complemento ao investimento público e privado, desempenhando papéis estratégicos determinantes, na captação de investimentos, para além de darem apoio a candidaturas a projetos candidatos a fundos comunitários. O facto de trabalharem com iniciativas locais, apoiando tecnicamente e formando para além de promoverem os produtos locais e a animação cultural, elaborarem ainda estudos e diagnósticos e facilitam a constituição de parcerias e cooperação nacional e transnacional.

Os Grupos de Ação Local- GAL são de fato atores-chave do desenvolvimento dos territórios rurais, apoiando nomeadamente o turismo, como se constata através das parcerias locais criadas, interligando diferentes setores da economia. A abordagem integrada e multissetorial, o trabalho em rede e a cooperação, para além da gestão descentralizada, são especificidades da ação dos GAL que proporcionam um valor acrescentado para a região.

A sazonalidade turística é um fenómeno que ocorre devido entre outros aspetos, à “concentração das férias laborais e escolares, nos meses de Verão” (Neves, 2005, Pp.14), mas também porque sofre contingências do clima e, conseqüentemente das alterações paisagísticas e económicas verificadas ao longo do ano. A sazonalidade é de tal forma importante que o INE possui um indicador próprio, a Taxa de Sazonalidade “que permite avaliar o peso relativo da procura turística nos meses de maior procura, relativamente ao total anual, medido através do número de dormidas nos meios de alojamento recenseados” (INE) Dados os seus impactes económicos e sociais, a redução da sazonalidade é também um dos objetivos da Estratégia de Turismo 2027. Na região Norte a taxa de sazonalidade tem vindo a descer, já que em 2015 era de 36,4, em 2018 recuou 34,5. No ano de 2019 a taxa fixou-se nos 34,4 o que quer dizer que em quatro/cinco anos a Taxa de Sazonalidade no Norte diminuiu dois pontos.

Sendo a RDD um espaço rural a “*Tourist seasonality is a widespread problem in the different territories, whether urban or rural, although more exacerbated in rural areas, including those that maintain a clear potential, such as the Douro Demarcated Region*”(Pina et Al 2020, Pp. 82). Efetivamente, a sazonalidade turística em espaços rurais é impressionante, se bem se observe com paulatino mas já visível recuo, pois através sobretudo do turismo, as áreas rurais estão cada vez mais capacitadas para atrair ao longo de todos o ano visitantes, que trazem consigo alguma dinamização económica.

Na RDD, como verificamos nos dados recolhidos, “*tourism remains a seasonal activity, mainly concentrated between the months of May and October, and particularly during the harvest season.*” (Pina, et al, 2020, Pp. 86). É certo que a classificação da

UNESCO veio atenuar o problema mas para um efectivo recuo, não podemos ignorar a incursão dos agentes turísticos (prestadores de alojamento e empresas de experiências turísticas) ou as plataformas online como o Tripadvisor, Booking e Airbnb.

Outro facto importante que demonstra o poder da adaptação no Douro é que grande parte das quintas *“adapted old deactivated warehouses or created new structures to transform them into small rural hotels (less than 50 rooms), betting on the low season, promoting particularly social events (weddings, for example), o professional/business events (congresses, business meetings, etc.) and wellness tourism, when the invest in spas, for example”* (Pina, et al, 2020, Pp .86). Por seu lado, as mais pequenas como os alojamentos locais *“specialized in hosting small cultural events (seminars, photography competitions, etc.), or in creating “My Wine”, with a personalized label, as well as various recreational activities, such as regional gastronomy courses and wine tasting, themed family weekends, periodic events such as chestnut feasts, harvest wine tastings (November), olive picking (November to January), etc. It should be noted that olive and almond trees are important crops in the region that also need to be profitable in terms of tourism. And we must also remember the local and religious traditions”* (Pina, et al, 2020, Pp. 87).

As adaptações e inovações sucedem-se, no entanto, persistirá a sazonalidade, embora mais limitada e com efeitos negativos menorizados? Grande parte dos inquiridos referiu que boas campanhas de promoção nacional e internacional designadamente de eventos gastronómicos seriam uma boa ajuda, sobretudo em época invernal. Na realidade os eventos gastronómicos que se realizam no inverno, frequentados sobretudo por visitantes nacionais são um sucesso. Mas, neste âmbito deve-se criar ainda *“as sporting events (pedestrian races, cycling, non-polluting water sports and others), but also cultural and thematic fairs that are not restricted to the high season”* (Pina, et al, 2020, Pp.88) e ainda *“Tourism posters should also be created for the low season, thereby enhancing regional development, including not only the wine-growing region but also the surrounding, distinct and complementary spaces, with specific landscapes, cultures and traditions, some of which would also be revitalized, jointly attracting different types of tourists”* (Pina, et al, 2020, Pp.88).

Com iniciativas integradas, organizadas a uma escala considerável, poder-se-á diminuir os efeitos da sazonalidade turística, que em certos locais e em determinados nichos já se fez sentir. Recordo que alguns privados referiam, aquando das visitas de campo, que o Natal e o Ano Novo e os dias antecedentes e subsequentes, eram já dias de sucesso, algo que há poucos anos não acontecia.

## Recomendações/Sugestões

Na Região Demarcada do Douro, têm-se observado nos últimos anos crescentes avanços no que ao desenvolvimento diz respeito, refletidos nomeadamente em melhorias nos indicadores de qualidade de vida, fruto de investimentos na saúde, no progresso das condições sanitárias, na criação de saneamento e redes de água potável, por exemplo. Todavia, estas condições ainda são precárias, sobretudo no Douro Superior. Neste contexto, enfrentamos grandes desafios no que ao planeamento territorial diz respeito, mas o contributo da geografia para o desenvolvimento rural sustentável e para a coesão territorial, é fulcral. Não podemos esquecer também o papel negativo que a crise de 2008 criou, embora com diferentes cambiantes à escala mundial e muito particularmente em espaços rurais, como a Região Demarcada do Douro. Mas o esvaziamento institucional ou, como diz António Barreto, “*o empobrecimento institucional das regiões e a destruição deliberada de serviços públicos*”<sup>124</sup>, começou há já longas décadas. Estas assimetrias ainda se acentuaram com a fuga de jovens para o estrangeiro, para além da descapitalização do mercado de trabalho, aliada ainda a fortes medidas de controlo orçamental e financeiro.

É essencial compreender que devemos aperfeiçoar estratégias tendo em vista dilatar a competitividade, a coesão, a melhoria da experiência do residente e do visitante dada a importância do turismo no desenvolvimento da região. Para tal objetivo, um dos pontos essenciais, é de facto, a acessibilidade. As vias de comunicação são hoje redes essenciais de conexão entre territórios, aproximando mercados, pessoas e bens.

Um território inacessível é um território excluído, ostracizado. A importância deste tema não se poderá negar, e a melhoria das acessibilidades, nomeadamente no setor norte da Região Demarcada é um passo considerável como se visualiza através da reestruturação do antigo IP4 e das autoestradas A4 e A24, investimentos estruturantes que aproximaram a região dos grandes polos de desenvolvimento económico. Também a construção do IC5 e a requalificação do IP2 desencravaram vários concelhos que possuíam acessibilidades medíocres. A importância destes investimentos é irrefutável, embora subsistam muitas debilidades como se pode exemplificar com o IP2 que está

---

<sup>124</sup> “*Forças Armadas, polícias, escolas, centros de saúde, hospitais, maternidades, centros de lazer e cultura, serviços e extensões ministeriais, bancos e agências bancárias, agentes de seguros, repartições da segurança social, correios, serviços das contribuições e impostos, das estradas, da urbanização e das obras públicas, serviços de transporte (comboios, autocarros...) e apoio aos doentes, idosos e crianças...*” Fonte: [https://www.publico.pt/2019/02/03/sociedade/cronica/interior-mitos-1860373?fb\\_ref=OJY4QcuJ3K-](https://www.publico.pt/2019/02/03/sociedade/cronica/interior-mitos-1860373?fb_ref=OJY4QcuJ3K-);

incompleto na Região, já que entre a Junqueira (Torre de Moncorvo) e o Pocinho (Vila Nova de Foz Côa), durante 18 quilómetros o perfil é de estrada nacional e com troços bastante degradados<sup>125</sup>. Excetuam-se as variantes construídas devido à barragem do Feiticeiro. Este problema foi referido pelos municípios locais e por alguns stakeholders.

De facto, quando mencionamos a rede rodoviária, as grandes infraestruturas estão na sua maioria realizadas, havendo pontuais necessidades, como no referido IP2, mas há também outra via que, não foi ainda construída dada a sua complexidade, pois enquadra-se na paisagem protegida do Douro, mas que tem de concretizar-se. Refirmo-me ao IC26 que, no seu tramito inicial, ligaria Amarante (IP4) a Mesão Frio e Peso da Régua e, posteriormente, a Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Trancoso (IP2). Aproveitando esta ligação, poder-se-ia colmatar também o problema com o qual Resende e Baião se debatem que é a ligação à Ponte da Ermida, subalternizada mas com tal empreitada facilmente se ligaria a região duriense à A4. Se à construção destas vias se adicionasse a abolição das portagens, potenciar-se-ia o desenvolvimento regional. Recorde-se que a construção de acessibilidades, se não forem acompanhadas de robustas políticas de atração de população e de investimento privado, podem ser uma utopia favorecendo ainda mais o êxodo rural.

Posto isto, foi claro junto dos atores locais com quem contactamos que há também que requalificar algumas vias municipais e nacionais, aspeto relevante para a população autóctone, mas também para o turismo. Aliás, sugere-se que se crie um plano regional sobre a limpeza das vias e, neste âmbito, articulado com a Infraestruturas de Portugal. Há, de facto, uma série de estradas, incluindo a EN222 que, durante grande parte do ano se encontra com as bermas por limpar, impossibilitando que os turistas e visitantes usufruam da paisagem.

Do ponto de vista da requalificação rodoviária, a título exemplificativo, refira-se ainda o troço Pocinho / Torre de Moncorvo a N220. Antiga estrada que ligava a Vila de Moncorvo ao Pocinho, é uma via panorâmica que atravessa paisagens belíssimas, mas quase abandonadas. Além da sua requalificação, exige-se a criação de miradouro e espaços de paragem. Outro exemplo é a EM323, entre o Pinhão e Sabrosa. Felizmente a sua requalificação encontra-se em curso, assim como os seus miradouros. Acrescente-se que em 2020 o Município de Sabrosa, aproveitando uma antiga Casa do Cantoneiro, criou um Posto de Informação Turística PIT e ainda avançou com a requalificação da antiga escola de Vilarinho de S. Romão que servirá como um espaço de apoio aos visitantes.

---

<sup>125</sup> Obra não avançou devido ao estudo de impacte ambiental, tendo, entretanto, “suspensa” com a crise económica. (Fonte: <http://www.jornalnordeste.com/noticia/ip2-esbarra-entre-junqueira-e-o-pocinho>).

Outra questão que deve ser referida é a estrada entre Barca d'Alva e Freixo de Espada à Cinta, pois, com raras exceções, o seu traçado deve ser redefinido

Do ponto de vista ferroviário destaca-se a necessidade urgente de requalificação da linha do Douro, numa primeira fase entre Marco de Canavezes e Peso da Régua e, posteriormente, prolongando-se estas melhorias até ao Pocinho. Aliás, também não deve descurar a ligação a Barca d'Alva e a Salamanca, uma alavanca para o desenvolvimento regional e para o aumento do potencial turístico, atraindo o mercado espanhol e Europeu. Assim se ligaria através da ferrovia o porto de Leixões com a Europa e beneficiando a região designadamente em termos de transporte de mercadorias. Refira-se o minério de ferro de Moncorvo que será transportado (em parte) por via férrea.

A aproximação da AMP à região do Douro e à Europa é, pois, um ponto crucial, possibilitando o estabelecimento de redes de cooperação entre cidade ibéricas e europeias. Esta mesma visão possui apoio da União Europeia que classificou a ligação Internacional da linha do Douro como uma das “*missing link*” da Europa. Esta defesa foi também assumida em alguns estudos da IP. A importância do setor ferroviário a longo prazo adotada pela Comissão Europeia é estratégica não só para favorecer as acessibilidades, mas também para efetivar a redução de emissões de CO2 até ao ano de 2050, sobretudo no setor dos transportes.

Também na defesa da reabertura internacional da linha do Douro estão os autarcas regionais, pugnando junto do governo pela aprovação deste investimento. O responsável pelo Município do Peso da Régua refere mesmo que este investimento “*é um desígnio nacional, é um projecto que do ponto de vista técnico e económico é justificado. Não podemos deixar cair este tema*<sup>126</sup>”, O mesmo refere a Associação Vale d'Ouro, a Associação Comercial do Porto, a Associação da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e ainda a CIM Douro que no documento estratégico para a próxima década “*classificou a rede ferroviária de transportes e infraestruturas como "estruturante para a região*<sup>127</sup>”. E muitas outras entidades reconhecem a importância deste projeto como o presidente da TPNP uma vez que, apesar dos números positivos que a região do Porto e Norte regista em termos de atração turística, “*a distribuição dos turistas por toda a região está, ainda, longe do desejado e daquilo que, claramente, é possível realizar. Cerca de 72% dos nossos visitantes não vão além da Área Metropolitana do Porto, (...) e a inexistência de alternativas de transporte é, sem sombra de dúvida, um dos principais*

---

<sup>126</sup>[https://www.publico.pt/2018/10/08/local/noticia/autarcas-do-douro-insistem-na-reactivacao-da-linha-do-douro-ate-espanha-1846585?fbclid=IwAR0JVWhGis7H1nKyduHCDe1cgY8pyY1CEb5AjtPllj-BIHGmLJrApii\\_etY](https://www.publico.pt/2018/10/08/local/noticia/autarcas-do-douro-insistem-na-reactivacao-da-linha-do-douro-ate-espanha-1846585?fbclid=IwAR0JVWhGis7H1nKyduHCDe1cgY8pyY1CEb5AjtPllj-BIHGmLJrApii_etY)

<sup>127</sup><https://www.tsf.pt/economia/debate-quer-colocar-na-agenda-nacional-a-ligacao-da-linha-do-douro-a-espanha-9767140.html>

*motivos.*”<sup>128</sup> Neste último ponto realça-se ainda a cooperação da entidade regional de turismo do TPNP com a sua homóloga de Castela e Leão.

Do ponto de vista turístico, deve-se reconhecer também o esforço que a CP incrementou no último ano, ao repor o comboio “Miradouro” como serviço regular, um sucesso apesar da realidade pandémica que se vive. Aliás, já em 2018 se verificou que o número de circulações não era suficiente para escoamento do fluxo turístico, pelo que é necessário pensar no pós-pandemia, sobretudo no período estival<sup>129</sup>. O próprio “Comboio Histórico do Douro” em 2020 foi reforçado e estendido no tempo pela forte adesão que se verificou em 2020<sup>130</sup>. Neste caso recomenda-se que a CP estude novas formas de turismo ferroviário, recuperando mais locomotivas a vapor, de via larga como a CP 0187 e criando serviços inovadores na linha do Douro o que fomentaria ainda mais o turismo ferroviário. E por que não prolongar o “Comboio Histórico do Douro” ao Pocinho? E, neste âmbito, outros projetos poderiam surgir como a criação de um outro comboio especial tendo por base a locomotiva a vapor com Carruagens Schindler acopladas, numa semelhança com os serviços turísticos das terras altas da Escócia, o “*The Jacobite Steam Train*”.

Há também a necessidade de incrementar programas interligados entre a Região Demarcada do Douro, o Douro Verde e a Área Metropolitana do Porto, de forma a difundir o fluxo turístico pelas áreas menos urbanas. Tal desiderato poderia apoiar-se também no reforço do “Comboio das Vindimas” e na “Rota das Amendoeiras em Flor”<sup>131</sup> deve avolumar-se recorrendo, por exemplo, a material circulante histórico, enquanto o internacionalmente reconhecido programa “*The Presidential*”, que utiliza o Comboio Presidencial Português associado a chefes de culinária de renome, oferece uma experiência gastronómica a bordo na linha Douro. É um êxito. Esta experiência destina-se ao mercado de luxo e a um nicho que também deve ser fomentado, sendo galardoado nacional e internacionalmente. Eis um exemplo de sucesso da cooperação entre a iniciativa privada e o setor ferroviário.

Ainda no turismo ferroviário, destaca-se também o projeto de mobilidade para o vale do Tua que conjugará barcos e comboio rentabilizando o que resta da linha ferroviária entre Mirandela e Brunheda. O Barco Rabelo fará a ligação entre a Barragem

---

<sup>128</sup>[https://www.publico.pt/2020/01/09/economia/opiniao/investir-linha-douro-abrir-porta-futuro-1899500?fbclid=IwAR0kwDq\\_I1FSW4\\_E1xAFBfwanqgd-70Rqtej7J0x0NFWe27QWPQ07iVHAUU](https://www.publico.pt/2020/01/09/economia/opiniao/investir-linha-douro-abrir-porta-futuro-1899500?fbclid=IwAR0kwDq_I1FSW4_E1xAFBfwanqgd-70Rqtej7J0x0NFWe27QWPQ07iVHAUU)

<sup>129</sup><https://www.publico.pt/2018/08/21/economia/noticia/a-ver-passar-comboios-linha-do-douro-1841566?fbclid=IwAR1FZ3BBShd3XGKmi4WhDxGPrLigEwmYG24Goki03ITEN2KMIJgZzIK2WsQ>

<sup>130</sup> É imperativo analisar estes dados e retirar as devidas conclusões. De facto, se uma linha férrea não tiver oferta e divulgação, jamais terá procura. Curiosamente em 2019 tinha sido reduzida a sua oferta o que foi bastante contestado pelos players locais.

<sup>131</sup> Em 2017 viajaram nesta rota 2222 passageiros, e em 2018 cerca de 1896. Em 2019 fruto do encerramento da linha do Douro para obras entre Caíde-Marco de Canavezes este serviço especial realizou-se pela linha da Beira Alta.

do Tua e Brunheda e o restante percurso será por via ferroviária, até Mirandela, numa extensão de 30 quilómetros. Sofrendo sucessivos atrasos, no momento estão a ser incrementadas melhorias de segurança na via férrea e prevê-se que no ano de 2021, finalmente, arranque. O desagrado por esta situação era geral, incluindo os municípios, assim como o empresário Mário Ferreira, envolvido no projeto. Será possível também alugar embarcações mais pequenas de recreio e outra que assegurará também a mobilidade das populações locais com um comboio próprio.

Por outro lado, no Vale do Tua é imperativo referir o “Centro Interpretativo do Tua”, instalado na estação, onde podemos observar uma pequena exposição explicativa da evolução do vale, da organização da paisagem e da ocupação humana ao longo do tempo. Por fim, uma breve história da linha e da construção da barragem. Dada a necessidade de dinamizar o Vale do Tua, os municípios estão também a desenvolver uma série de projetos satélite como o “*Tua Walking Festival*” coordenado pelos cinco municípios que integram o Parque Natural Regional do Vale do Tua (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Murça e Mirandela). Este festival anual utilizará “*percursos pedestres para promover o potencial existente na área do desporto de natureza e as aldeias e produtos deste território.*”<sup>132</sup> Ao mesmo tempo está em criação no Vale do Tua uma reserva para observar o céu, astroturismo, experiência única já que o Parque possui a marca *Dark Sky* e recebeu recentemente a certificação como destino “*Turístico Starlight*”<sup>133</sup>. Também o município de Mirandela está a preparar uma candidatura para os “Passadiços do Tua” ligando as praias fluviais aos espaços verdes melhorando a mobilidade no Tua. Este projeto ao aproveitar as margens do rio para além dos benefícios turísticos, potencia a área da saúde incentivando as populações a praticar exercício físico.<sup>134</sup> Todos estes projetos devem ser encorajados, pois constituem um bom exemplo de cooperação intermunicipal.

Do ponto de vista das infraestruturas, recomenda-se que o gestor incremente melhorias visuais como, por exemplo, a alteração dos postes e dos cabos que em muitos locais estão do lado do rio, impedindo os passageiros de usufruir da paisagem. Outro ponto a ter em consideração aquando da modernização é a preservação estética das estações, não as descaracterizando. Também nas plataformas se deve evitar os novos layouts, preservando ao máximo os edifícios centenários refuncionalizando-os pois são parte da área classificada como Património Mundial da Humanidade.

---

<sup>132</sup> <https://www.publico.pt/2019/10/15/p3/noticia/festival-caminhadas-animar-anualmente-vale-1890071>

<sup>133</sup> Em Portugal além do Tua só o Alqueva e as Aldeias de Xisto são destinos turísticos certificados.

<sup>134</sup> <https://www.publico.pt/2019/01/14/local/noticia/mirandela-quer-avancar-projecto-turistico-passadicos-1857866?fbclid=IwAR3ZlyRAfC5KNhR4FSoWLPBFwBRcxFz9nXhcVyLcZvqddWuxcP3kvP8XLc8>

A sinalização e iluminação das estações, por seu turno, e as informações, devem estar também em inglês para melhor orientar os estrangeiros e, se possível, incrementar a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida e incrementar avisos sonoros e visuais. Por outro lado, há que potenciar as obras de arte ferroviárias, como a Ponte da Ferradosa<sup>135</sup> para passeios pedonais, aproveitando os passeios laterais da ponte e protegendo devidamente a via ferroviária. Esta ideia surgiu no âmbito do que já se faz nos EUA, em Harpers Ferry (Virgínia Ocidental), na união dos rios Potomac e Shenandoah. Aí, existe um trilho pedonal que utiliza a Ponte ferroviária<sup>136</sup>. No caso da Ferradosa, poder-se-ia aproveitar a ponte e criar um percurso até ao frontão da antiga ponte onde se poderá instalar um miradouro e uma infraestrutura de apoio (WC, Bar, ...) aproveitando as condições paisagísticas do local.

No entanto, apesar da mudança de material circulante, há que ter em atenção a sujidade dos vidros dos comboios, problemática. Nesta ótica, também os grafites por vezes inviabilizam a visão através das janelas do material circulante, devendo ser adotadas medidas de prevenção.

Por fim, e para encerrar a análise das acessibilidades e dos transportes, é necessário repensar, aproveitando os fundos comunitários, toda a rede ferroviária da região. A aposta em ecopistas em antigos leitos ferroviários é uma má política de mobilidade, como se constatou na da Linha do Sabor. Estendeu-se a ciclovía<sup>137</sup> ao Pocinho, todavia não valorizaram devidamente o desnível da subida entre Pocinho e Torre de Moncorvo, bastante acentuado, nem as elevadas temperaturas no verão. A montante de Torre de Moncorvo também se percebeu que a ecopista carece de manutenção, pelo que se devem reconsiderar estes investimentos.

Em síntese, e tendo em considerações as sugestões dos diversos atores locais recomenda-se a abertura integral da linha do Douro prolongando-se até Espanha, assim como a reabertura das linhas de bitola métrica<sup>138</sup>. Neste caso, é essencial que Vila Real e Bragança voltem a estar ligadas por via férrea, como é sugerido também no PNPO, mas também a linha do Corgo para a afirmação dos centros de média dimensão e servindo como motor de atração turística, mas também o transporte de universitários que estudam em Vila Real. Numa segunda fase, esta linha deve reabrir até à cidade de Chaves e,

---

<sup>135</sup> Muitas pessoas já se deslocam à ponte para tirar fotografias o que é ilegal e perigoso.

<sup>136</sup> Neste local pode-se observar as ruínas da antiga ponte ferroviária de Baltimore & Ohio (B&O) que era uma ponte com estrutura em madeira.

<sup>137</sup> Embora municípios como Torre de Moncorvo no passado assumissem este objetivo de construção de ecopistas pois o leito de via estava ao abandono e todas as infraestruturas de apoio, hoje é discutível.

<sup>138</sup> Estão a decorrer estudos sobre a reabertura da linha do Tâmega até Amarante, em bitola ibérica e tendo por fim a ligação aos urbanos do Porto. (Fonte: <https://verdadeiroolhar.pt/2020/05/27/investimento-na-linha-do-vale-do-sousa-estimado-em-181-milhoes-de-euros/>)

inclusivamente, repensar a ligação a Verin/Ourense num contexto de coesão europeia e recorrendo a apoios associados ao programa INTERREG.

No que concerne à linha do Tua, o seu potencial é inegável e deveria estender-se até Bragança, cidade também ela universitária e capital de distrito, sendo a reabertura da linha do Tua uma opção. Embora o transporte da população fosse mais viável entre Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, pois são os polos urbanos de maior dimensão, era a mobilidade regional que seria reforçada. Recorde-se que a linha de Alta Velocidade Espanhola passa a poucos quilómetros a norte de Bragança. Será viável a extensão da linha do Tua até Espanha com ligação à Alta Velocidade Espanhola?

No que diz respeito à linha do Sabor, justifica-se pelo tráfego de mercadorias, nomeadamente do minério de Torre de Moncorvo<sup>139</sup>. Hipótese analisada pela IP em 2016, contemplava o transporte público de passageiros, mas sobretudo o turístico. A linha do Sabor nunca ficou concluída e, por isso, a sua ligação a Miranda do Douro é essencial e, como nos refere Carlos d'Abreu, criar a ligação a Zamora. Observe-se que de acordo com os Censos de 2011 e atendendo à população residente nestes concelhos, a via serviria cerca de 36688 habitantes<sup>140</sup> (INE, 2011), número considerável para áreas rurais.

Se nos fixarmos nas linhas métricas, de montanha, no estrangeiro estas multiplicam-se estando modernizadas, eletrificadas e automatizadas. Espanha, França e a Suíça são bons exemplos, enquanto nas vias estreitas destaca-se o Chemin de Fer du Blanc-Argent (em França) e o Ferrocarril de La Robla<sup>141</sup> (em Espanha), entre muitos exemplos<sup>142</sup>. Na Alemanha a DB (Deutsche Bahn) está a investir 12,2 mil milhões na renovação de via férrea regional, tendo já reaberto mais de 900 Km nos últimos anos<sup>143</sup>.

A Europa<sup>144</sup> está finalmente a preparar-se para a descarbonização anulando desta forma os voos domésticos. O planeamento de uma infraestrutura de transportes alternativa à aérea e com preocupações ambientais, é a regra para a mobilidade geral, mas também para os turistas. Recorde-se que o próprio fluxo turístico, cada vez mais "eco-friendly" irá abandonar as companhias aéreas *low cost* e *charters*, adotando o comboio. Há já

---

<sup>139</sup> Um ponto curioso é a linha passar junto à zona industrial de Larinho em torre de Moncorvo, mais um elemento a ter em conta.

<sup>140</sup> Foz Côa, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro.

<sup>141</sup> Destaca-se neste caso três comboios turísticos nomeadamente o Expreso de La Roblal, o Tren Costa Verd e o famoso El Transcantábrico.

<sup>142</sup> Linhas turísticas como (no) Museo Vasco del Ferrocarril, o Traim à vapeur des Franches-Montagnes, a Welsh Highland Railway, Chemins de fer du Jura e o Treno Val Venosta, por exemplo. De referir que em muitos casos podemos observar material circulante histórico de origem portuguesa (ex CP).

<sup>143</sup> <https://www.transportesenegocios.pt/alemaes-querem-reabrir-200-linhas-ferroviarias/>

<sup>144</sup> Nos últimos anos tem-se assistido à reabertura de muitas linhas ferroviárias regionais. Destaca-se na Alemanha entre Bad Bentheim e Neuenhaus, Hermann-Hesse e Bahn, a linha do Valmetalbahn. Em França Bayonne e Saint Jean Pied de Port. Belfort e Delle, Orléans – Châteauneuf-sur-Loire e Avignon – Sorgues – Carpentras. Em Itália o Treno Val Venosta e na República Checa a linha Litoměřice – Most.

companhias ferroviárias Low Cost como a *Flexi Train*, ou subsidiárias como a *Ouigo* (SNCF) e o *AVLO* (RENFE<sup>145</sup>), entre outras.

Por outro lado, em 2019, a KLM lançou uma campanha com o objetivo de chamar a atenção dos seus clientes para um “*futuro mais sustentável da aviação*”, onde sugere as viagens de comboio. A França e a Áustria vão auxiliar as suas companhias aéreas de Bandeira (devido à pandemia da COVID 19) recorrendo a fundos públicos no sentido de reduzir os voos de curta distância dando assim oportunidade ao comboio. É fácil entender que a Europa está a mudar para o modo ferroviário. Portugal, fortemente dependente do turista estrangeiro, aproveitando os fundos comunitários, pode renovar e/ou projetar linhas ferroviárias conectadas às redes de altas velocidades europeias. Neste sentido, é necessário distribuí-las pelos territórios, da forma mais equilibrada possível. Como refere o Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território João Paulo Catarino, os “*turistas que vêm [interior] têm que deixar retorno económico no território. As pessoas que aqui estão precisam desse retorno para aqui ficar*”<sup>146</sup>, pelo que se conclui que o turismo é essencial para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Dada a sua importância no desenvolvimento regional, fixemo-nos no setor turístico. Tendo em consideração o trabalho de campo e a informação recolhida percebe-se que há horários de Postos de Turismo restritivos (9-13h/14-17h), enquanto muitos postos de turismo fecham ao fim de semana e feriados, facto que não é adequado para o turismo, muito menos aos fins de semana, com as escapadinhas a multiplicarem-se e a diversificarem-se. Acresce que em período de férias de pessoal, os postos encerram total ou parcialmente, e quando há substituições, muitas vezes são por pessoas sem a devida formação. Ainda em relação aos postos de turismo, é necessário dotar os mesmos, com mais e melhor material promocional dos próprios municípios, mas também dos municípios vizinhos, da Região e do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Por último, refira-se que há postos de turismo mal sinalizados, sem telefone e qualquer forma de contacto, a que se soma a falta de acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

A Região Demarcada do Douro, sendo uma área rural, mas com grande potencial, deve incrementar a sua oferta turística associando o turismo de Natureza ao Enoturismo. A gastronomia e vinho são elementos base para a construção de eventos gastronómicos em época baixa, como já acontece em muitos locais e com grande sucesso. Porventura, deve-se criar parcerias para que o turista que se dirija a uma feira gastronómica,

---

<sup>145</sup> Neste caso foi abandonado o plano como consequência da pandemia da COVID-19.

<sup>146</sup> <https://www.dn.pt/lusa/o-interior-nao-pode-ser-apeenas-uma-sala-de-visitantes-para-turistas---governo-10927323.html>

permaneça no local a fim de usufruir de alojamento e visitar a região. Para tal é necessário repensar a oferta e as parcerias, mas também a sinalética e a atuação dos operadores turísticos, nomeadamente os associados aos transportes. Se recordarmos que o transporte habitual é residual, há que melhorar os transportes públicos, essencial para as populações rurais e para os turistas, pois interligam as sedes concelhias e os espaços rurais ou os ribeirinhos.

Um outro elemento que deve ser reforçado é a intensificação dos contactos entre o Turismo do Porto e Norte de Portugal, com os municípios para além de retomarem a utilização das redes sociais como Instagram. Outro ponto de interesse seria a criação de um novo layout do site, de mais fácil leitura e uniformizados, para além da criação ou dinamização de lojas interativas e disponibilização de material promocional. Seria bom que a gestão da rede de Lojas Interativas da Turismo do Porto e Norte de Portugal, seja efetuada por esta mesma entidade, mas em estreita articulação com os municípios, CIM e associações de desenvolvimento local.

É também essencial que os técnicos dos postos de turismo criem um bom ambiente quando o turista ou visitante se desloca à unidade, para além de criarem condições para a recolha de dados sobre os turistas e visitantes. Neste campo destaca-se o exemplo do Posto de Turismo do Peso da Régua que faz uma recolha aprofundada e detalhada. A análise desta informação deve ser efetuada logo que o ano civil acabe, utilizando uma metodologia regional a que se adicionaria uma obrigação mensal de envio de dados para TPNP, forma de conhecer melhor os fluxos turísticos na região, incluindo as oscilações sazonais.

Outra recomendação importante é a criação de uma equipa técnica para reparar as mesas interativas e TOMI que estão em muitos locais avariadas e durante meses consecutivos. Ainda nas sugestões para os Postos de Turismo realça-se a necessidade de melhorar a localização e sinalética destes Postos, apoiados em colaboradores com conhecimento de línguas. O material promocional deve estar em várias línguas (inglês, francês, espanhol e alemão e, a curto prazo, o mandarim fruto do aumento do número de visitantes deste mercado).

A Certificação do alojamento pela Turismo do Porto e Norte de Portugal ou, em última análise, pela Turismo de Portugal, garantindo assim a qualidade do alojamento, é uma iniciativa que deve ser incrementada a fim de garantir qualidade da oferta e atração de novos turistas. Apesar de já referido é necessário reforçar a ideia que os horários e a informação online à cerca dos Postos de Turismo está desatualizada e desajustada da

realidade, induzindo os turistas e visitantes em erro, comprometendo assim a experiência. Em alguns locais os horários nem são disponibilizados online, ou estão desfasados.

Um ponto que deve ser pensado é que os Postos de Turismo devem ter instalações próprias e não partilhadas com outros serviços, pois quando tal ocorre, quase sempre o PT fica para segundo plano. Por outro lado, aqueles municípios que pretendiam acabar com unidades na sede de concelho, concentrando o PT nas áreas com maior fluxo, sugere-se que os municípios mantenham a unidade nas sedes de concelho, apostando em infraestruturas próprias, layout moderno e boa sinalização. Também seria bom que os PT possuíssem uma secção para venda de produtos regionais. Não se pode deixar de referir que há postos de turismo geridos por associações, como é o caso de Sabrosa (Provesende) com a associação Douro XXI, um sucesso, com venda de produtos regionais, informação turística e orientações de visitas dos turistas a parceiros locais como quintas, entre outros.

Foi perceptível, em relação aos Fim-de-Semana Gastronómicos, que alguns restaurantes não aderem, pelo que para cada fim-de-semana deve ser escolhido um município, em sistema rotativo e especializado nos produtos endógenos, estando em termos organizacionais mais próximas do modelo de feira. Pode-se concentrar num mesmo local os restaurantes aderentes, ou então, incentiva-se o máximo de restaurantes a aderir. Deve-se ainda reunir a estes eventos momentos culturais como música de câmara, etc., e manter as parcerias com os alojamentos. Obviamente, a promoção deve ser rápida e eficaz. Recorde-se que estes Fim de Semana Gastronómicos são um excelente evento para colmatar a sazonalidade turística, sobretudo em áreas rurais.

Destacando-se a região duriense pelo excelente alojamento, gentes, natureza e rio, elementos fundamentais ao desenvolvimento regional e ao turismo, há que criar políticas de minimização da sazonalidade, única forma de gerar uma maior distribuição de rendimentos, assim como potenciar ainda mais a região como um atrativo turístico. Assim, sugere-se que sejam criados mais eventos e atividades ao longo do ano e se aposte numa forte promoção dos mesmos, bem como em novos pacotes turísticos no inverno com novas e diferentes experiências a preços competitivos. Quando referimos os eventos destacamos, por exemplo, os desportivos e corridas de automóvel, potenciar os passeios fluviais, a Paisagem Vitícola, a criação de rotas designadamente a dos Miradouros e a dos Baloços e Bancos que recentemente foram disponibilizados em locais de elevado interesse paisagístico. Um bom exemplo deste trabalho é o município de Torre de Moncorvo que criou uma rota com 16 miradouros espalhados pelo seu território.

Bons exemplos da atração de visitantes/turistas durante a época invernal são, de facto, as feiras gastronómicas. No entanto, é necessário fixar o visitante durante, pelo

menos, o fim de semana de visita à feira, a fim de aumentar as reservas nos alojamentos turísticos, divulgando outros produtos locais e pontos de interesse. Ao mesmo tempo, caso existam empresas privadas de animação turística, devem-se incentivar os pacotes de experiências. É de extrema importância que o turista/visitante que se desloca a um município tenha elementos de atração e de fidelização, para além da feira gastronómica e da gastronomia. Destacamos por exemplo, a empresa Bello Giro que opera em Resende e Mesão Frio<sup>147</sup>. Esta empresa proporciona várias experiências singulares com recurso a *Segways*, *Buggys*, Passeios Cicláveis, passeios a cavalo e ainda atividades fluviais: gaiotas, motas de água e barcos. A intenção é realizar também passeios no rio e desportos náuticos, proporcionando, novas experiências tendo o rio como elemento primaz de desenvolvimento regional. Além do mais, a empresa está a criar uma rede de parceiros público/privados, abrangendo restaurantes, locais de visita/museus, unidades de alojamento, quintas e produtos locais. Este exemplo de cooperação entre entidades públicas e privadas à escala intermunicipal deve ser incentivada.

Deve-se ainda aproveitar a classificação da UNESCO como elemento primordial na promoção e atração de visitantes/turistas em época baixa, divulgando o património material e imaterial, definição das identidades locais, específicas, que atraem visitantes/turistas. Outro ponto reconhecido como um componente de grande influência na sazonalidade são as vindimas, uma vez que sendo o Douro um destino ligado ao vinho e à vinha, todavia estes elementos devem ser visitados durante todo o ano, como sucede na Quinta do Seixo, da Sandman, que recebe turistas durante todo o ano realizando visitas e outras experiências.

Estes exemplos não são suficientes, sendo urgente inovar, diversificar e multiplicar as experiências. Se os municípios mais urbanos entendem a sazonalidade como um fenómeno normal, fruto da dinâmica social, económica e até turística destes espaços, em concelhos rurais, remotos e em perda populacional, a sazonalidade é um problema que deve ser enfrentado, de forma a criar emprego, fixar população e aumentar o rendimento das famílias. Tal está associado ao turismo, mas também a própria agricultura fornece muitas vezes os produtos para as unidades de alojamento, mantendo desta forma postos de trabalho e, sobretudo, a atividade agrícola caracterizadora dos espaços rurais.

A promoção do património, flora e biodiversidade é também crucial na mitigação da sazonalidade, proporcionando experiências e programas atrativos e diversificados. Outro exemplo, interessante é o que a CP e o Município de Águeda estão a realizar na linha do Vouga, onde na época natalícia circulará o Comboio Histórico do Vouga com

---

<sup>147</sup> Referidos apenas os municípios no âmbito da área em estudo

locomotiva a vapor, um sucesso anunciado e mais um elemento de combate da sazonalidade. Há que ser replicado na Região Demarcada do Douro. É também essencial que se tenha em conta a diáspora portuguesa já que não é só no verão que regressa ao seu local de origem, ou no Natal e Páscoa, proporcionando uma dinamização social, económica e, mais recentemente, turística.

Mas o desenvolvimento regional não se restringe às acessibilidades e transportes, ou ao turismo, pois muitos outros parâmetros têm de ser revitalizados, dinamizados a fim de gerar postos de trabalho, fixar população e diminuir o despovoamento. Assim, são necessários fortes apoios à natalidade e à criação de emprego, apoios ao empreendedorismo, tornando estes territórios mais apelativos, atraindo investidores e iniciativa privada para a criação de pequenas indústrias e empresas. Esta incapacidade de atrair investimento e de criar emprego é muito difícil nos territórios de baixa densidade, sendo a aposta no digital, agora fortemente impulsionada pela pandemia da COVID-19. Recorde-se a necessidade dotar estes territórios de acessos dignos à rede de internet. É de um potencial enorme garantir que a fibra ótica e o futuro 5G cheguem aos locais mais remotos, a fim de incrementar dinâmicas de trabalho remoto e na deslocalização/criação de *startups* nestes espaços. Em todo o caso, as políticas destinadas aos territórios rurais devem ser acompanhadas de medidas integradoras e setoriais.

Sendo nosso objetivo o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais durienses, inevitavelmente depararmo-nos com outro obstáculo: o encerramento de serviços básicos. Estamos perante uma tendência muito prejudicial à coesão e desenvolvimento dos territórios, ainda incrementado quando se esbarra numa burocracia na aprovação dos projetos, como sucedeu nos Lagos do Sabor. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sabor, construir-se-iam casas flutuantes as “*Sabor Lake Resort*”, e ainda embarcações com realidade aumentada e Circuitos Turísticos Fluviais, marinas e ancoradouros, praias e piscinas e *ECOResorts*. Embora este seja um exemplo, esta infraestrutura cria emprego, dinamização turística e diferenciada. Outro grave problema identificado relaciona-se com a falta de cooperação institucional, o que constitui um grande entrave ao desenvolvimento regional. Assim se dificulta a aprovação de processos, o atraso dos projetos estruturantes e o afastamento/desencorajamento da iniciativa privada, essencial em territórios com défices estruturais na qualificação e emprego das pessoas. A cooperação entre todos os atores locais é essencial ao desenvolvimento sustentável da região, bem como a existência de um forte nível intermedio de governança é imperativo, dotando as CIM's de mais poder, capacitação e diálogo.

Outro grave problema identificado, com profundo impacto na vida das populações e, em último caso, dos turistas/visitantes, relaciona-se com a infraestrutura e serviços de saúde na Região Demarcada do Douro, escassos e débeis. Há que garantir um Serviço de Atendimento Permanente primário e dotar estas infraestruturas com equipamentos necessários para cumprir urgências básicas, impedindo que a população esteja a mais de 30/40 minutos de um hospital dotado de boas valências e urgência.

Por outro lado, existindo municípios sem grande malha de comércio nem super/hipermercados de qualidade, estas carências são fatores determinantes para fomentar o êxodo rural. Neste caso, a infraestruturação de serviços básicos é essencial nos meios rurais, enquanto nas periferias de centros urbanos devemos garantir que a distancia tempo entre os espaços rurais e os centros urbanos seja reduzida, restringindo assim que o habitante em área rural se tenha de deslocar ou alterar a sua morada para o núcleo urbano.

A preservação do património também deverá ser tida em conta, evitando o abandono ou o estado de conservação dúbio. Neste campo, há elementos patrimoniais do próprio Estado que se encontram degradados, para além do património religiosos, industrial, vinícola e agrícola. Há que fazer um levantamento exaustivo do património, e em casos devidamente justificados, a utilização de salvaguardas necessárias como a sua classificação. Neste sentido, surgiu recentemente uma plataforma colaborativa com o objetivo de mapear os edifícios públicos ao abandono, alertando para a sua recuperação. A preservação de Igrejas, Capelas, os socalcos, os antigos caminhos de acesso às vinhas, os mortórios, o património arqueológico, o património industrial o ferroviário são ativos essenciais ao desenvolvimento regional. A degradação dos monumentos, a falta de recursos humanos e de acessos aos mesmos, são problemas identificados que urge corrigir.

E no plano social, tendo sempre em atenção o desenvolvimento sustentável, com particular atenção nas políticas destinadas aos idosos e ao seu bem-estar, é necessário criar condições dignas para os nossos idosos, estejam eles institucionalizados ou não. Todavia, em espaços rurais, em pleno século XXI, muitos idosos vivem em precárias condições de salubridade e ao completo abandono familiar, social e, muitas vezes, institucional. Há que identificar estas situações, pois o espaço rural, favorece o isolamento. A integração dos idosos na vida comunitária e o incentivo à criação de ligações inter-geracionais, poderá desenvolver laços comunitários preciosos à manutenção e fixação populacional, já que, se por um lado associamos os espaços rurais

à excelente condição de vida do ponto de vista natural/ambiental, ao nível social há um imenso trabalho a fazer.

O investimento em Universidades/Politécnicos no “interior” foi uma estratégia muito importante para a afirmação das cidades médias. Ainda assim, permanece um afastamento dos jovens em relação ao ensino superior, apesar do surgimento de politécnicos e de universidades no interior do país. De facto, é nas Áreas metropolitanas que permanecem os principais cursos. Seria interessante estudar o número de jovens que regressa às suas origens (meios rurais) depois de concluído o ensino superior e o modo como se inserem na comunidade.

O investimento do Estado Central nos territórios de Baixa Densidade é essencial, mas priorizando os projetos mais necessários no sentido de possibilitar a fixação de população, a criação de riqueza e de emprego. Neste âmbito, há que pensar à escala intermunicipal e regional, agilizando a coadjuvação entre a maioria dos atores locais e regionais: o pensar regional, é fundamental. A cooperação intermunicipal com a realização de eventos em parceria e numa escala maior, poderá ser uma boa solução.

É imperativo criar atrações com base na cultura, nas tradições e sua reinvenção no modo de vida das populações locais. Aliando a criatividade à cultura demótica, podem surgir eventos insígnies. Referira-se as Sextas Feiras 13<sup>148</sup> em Montalegre, exemplos que devem ser replicados e adaptados à realidade de cada lugar, refletindo o que cada território possui de singular, criando dinamização e desenvolvimento. Há de facto, a necessidade de projetos, eventos e atividades que conduzam à inclusão das populações, juntas de freguesia e associações locais para se criar um sentido de apropriação por parte dos atores locais em relação aos próprios eventos. O apoio ao empreendedorismo rural, ao turismo em espaço de baixa densidade, criando emprego qualificado, disponibilizando melhor informação turística dos concelhos/territórios envolventes, a identificação, georreferenciação e promoção dos bens naturais e culturais, são essenciais

As parcerias com as empresas de cruzeiros são muito benéficas, como se demonstra através da “Barcadouro” em São João da Pesqueira e da “Douro Azul” em Castelo Rodrigo, pois contribuem para o número de visitantes/turistas que se deslocaram a estes municípios. A criação de novas rotas tendo em vista a valorização dos marcos de Feitoria, da fronteira, das estradas com mais potencial turístico, poderá ser uma mais valia. A utilização das novas tecnologias, e das apps como o Roteiro Torgiano, embora uma app regional fosse o mais acertado. Ainda uma breve referencia à “Rota das 7

---

<sup>148</sup> Onde o Padre Fontes com base na etnografia, nos contos e no misticismo popular, criou um evento turístico enraizado e com abrangência nacional que dinamiza económica e turisticamente o concelho.

Maravilhas” que, havendo várias subcategorias, possuem na Região Demarcada do Douro alguns elementos.

Por fim, é crucial entender que algumas destas sugestões tanto neste capítulo como as referidas ao longo do trabalho, devem ser enquadradas à escala mais adequada, evitando-se repetir propostas e sugestões muito específicas, mas sim aquelas que possam ser adotadas na generalidade dos municípios.

## Conclusão

A Região Demarcada do Douro, como espaço territorial predominantemente rural e com características geográficas, físicas e humanas muito distintas, tem um potencial de desenvolvimento desmedido, assente numa economia agrícola onde a vinha, o olival e a amendoeira se destacam, constituindo um importante contributo para o desenvolvimento da região.

Chegado a esta fase, foi importante entender, na ótica dos mais diversos atores da região, desde o poder local até outros agentes essenciais e intervenientes no processo de desenvolvimento, não esquecendo os técnicos locais, os turistas/visitantes, os agentes privados que com as suas perceções e problemas muito ajudaram no diagnóstico efetuado, assim como as diversas sugestões referidas. Todos estes contributos foram muito importantes para se perceber, através da abordagem *bottom-up*, quais são as maiores fragilidades na região. A recolha de dados ao nível local foi importante para compreender que, havendo problemas muito específicos em determinados lugares, na realidade na sua maioria, os grandes problemas são comuns na região duriense, sendo visíveis nas variadas escalas de análise.

Percebeu-se que há um forte e grave problema de cooperação institucional, fruto, talvez, de uma pesada máquina burocrática, pelo que as entidades públicas necessitam de se modernizar, adaptar, acelerar os processos de decisão, e sobretudo, de cooperação. Reconhecendo que não é fácil atingir este objetivo, na sequência dos poucos recursos humanos e económicos que algumas entidades detêm, há que descentralizar algumas competências, atribuindo-as aos mais vocacionados e conhecedores da realidade. A título de exemplo, a limpeza das vias de comunicação deve ser responsabilidade do poder local, regional ou central? Este simples exemplo é muitas vezes referenciado, sobretudo quando falamos de estradas/via férreas com potencial turístico enorme onde a paisagem não pode ser contemplada devido à falta de limpeza e à morosidade da empresa estatal em resolver as questões.

A cooperação multinível é fulcral dentro do próprio Estado. Recorde-se que a aprovação de projetos turísticos e agrícolas é de tal forma lenta, que muitas vezes os investidores perdem o interesse ou os apoios. A facilitação das candidaturas é outra questão que deve ser priorizada, a fim de minimizar o êxodo rural e incentivar a fixação de população jovem, de empresas/ indústrias na região.

Outra conclusão é a necessidade da melhoria das vias de comunicação, sobressaindo a reabertura da linha do Douro até Barca d'Alva. Esta reabertura é de grande interesse para a região, tanto do ponto de vista turístico, como de interconetividade com

a Europa e AMP. O escoamento das cargas do Porto de Leixões e das minas de Torre de Moncorvo são mais um importante e decisivo elemento a ter em consideração na tomada desta decisão. A linha Internacional do Douro é de facto um investimento basilar para combater a exclusão territorial, promover a coesão e a convergência e aproximar a RDD, à restante região Norte de Portugal e à Europa. Há que facilitar a mobilidade sustentável na região, a ligação das capitais de distrito e dos principais núcleos urbanos por via férrea, sem descurar as rodovias na sua interligação na mobilidade regional. O aproveitamento e o melhoramento das acessibilidades, incluindo a ligação à linha de alta velocidade espanhola, são outro elemento que deve ser incrementado: o interior português, a RDD, deixa de ser observado à escala local e regional, para passar a ser abordada à escala Ibérica e europeia. Não esquecer que a mobilidade é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento dos territórios e dela dependem as populações.

Demonstrado está que a melhoria significativa nas redes de comunicação é um elemento essencial à preservação de população do interior. Talvez esses investimentos tenham sido tardios, mas há que melhorar as condições de vida de quem persiste nestes territórios, de quem quer viver nestes territórios e de quem poderá com estas melhorias ponderar esta questão. Este aspeto tem mais significado na região duriense perante a existência de um cenário paisagístico deslumbrante, somando a existência de um património multiseccular apelativo, distintivo, incluindo o material e o imaterial, ou ainda a vinha e o vinho de exceccional qualidade. Apesar disso, sucedem-se os problemas inerentes a estes espaços rurais. É impreterível a necessidade de dinamização das potencialidades regionais a uma escala global, multifacetada e cooperante, envolvendo os mais variados agentes e interlocutores territoriais. Foi neste ângulo que abordamos a RDD, valorizando os principais parâmetros, focando aqueles intervenientes que mais contribuem para o seu desenvolvimento sustentável, a sua inclusão territorial.

O turismo em espaço rural é um importante elemento no desenvolvimento e a regional. A pandemia da COVID-19, apesar de afetar profundamente o setor, também demonstrou que é no interior que os turistas mais procuraram refúgio este verão. E embora só no fim da crise pandémica poderemos tecer conclusões, parece óbvio, numa perspetiva positiva, que os espaços rurais vão ter um novo papel no período pós pandemia, um papel de destaque como destino turístico e como elemento de atração para residência, após a alteração no modo de trabalho com a adoção do trabalho remoto. É fácil perceber a “janela de oportunidades” que se abrirá ao mundo rural. Para tal há que criar estratégias, definir objetivos e infraestruturar os meios rurais de serviços e de redes de comunicação essenciais, sobretudo na RDD.

No apoio às populações não deve ficar esquecido, o desaparecimento de serviços do Estado, estratégia que condenou ao abandono muito destes espaços. É imperativo dotar as sedes de concelho de serviços básicos que atendam as necessidades dos habitantes, bem como a implantação efetiva da digitalização no mundo rural, pois abundam as pessoas infoexcluídas. A manutenção de populações é essencial também do ponto de vista natural, florestal, paisagístico (manutenção das vinhas) entre outros, já que estudos apontam que o abandono da agricultura e da silvicultura estão intimamente ligados à proliferação de incêndios florestais, por exemplo. É necessário criar estratégias à escala regional e intermunicipal para a Região Demarcada do Douro, mas sem esquecer os territórios circundantes, a complementaridade entre eles.

Por fim, é necessário entender que o desenvolvimento sustentável da região, passa em parte por saber articular as mais variadas vontades dos agentes territoriais e incrementar uma visão comum. A auscultação das pessoas é essencial, entender o que pretendem para os seus territórios, devendo incrementar processos participativos que garantam a participação da comunidade nos processos de decisão. Aliás, inúmeras vezes, no passado, se criaram estratégias, investimentos e infraestruturas que possuem hoje défices de utilização enormes. É importante perceber também a apreciação daqueles que visitam a região a fim de entender quais os elementos que estão a contribuir de forma negativa ou positiva para experiências de visita, corrigindo-os.

A Região Demarcada do Douro continuará a reinventar-se diariamente, superando os momentos mais difíceis enquanto mantiver a sua unidade e singularidade. Agora como no passado, a união, a história, mas também uma visão prospetiva, são essenciais ao desenvolvimento multifacetado e sustentável, à criação de riqueza e à superação dos problemas.

## Referências Bibliográficas

- Abade, E., Guerra, J. (2008). Caracterização enológica de Castas Tintas.
- Allen, J., Massey, D., Cochrane, A. Rethinking. (1998). The Region. Londres: Routledge, 1998.
- Almeida, M. (2020). Alteração da deliberação relativa à classificação de baixa densidade para a aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Comissão Internacional de Coordenação, Portugal.
- APDL. (s/d). Retirado de: <https://www.apdl.pt/header>
- Azevedo, N. (2010). Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade – As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro. (Doutoramento em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.
- Barroco, C., Antunes, J. (2009). O contributo do Enoturismo para o desenvolvimento regional: o caso das Rotas do Vinho. I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 1253-1280.
- Barros, C., Gama, R. (2009/10). Marketing territorial como instrumento dos espaços rurais: uma aplicação na rede das aldeias de xisto.
- Barros, V. (2015). Turismo em Portugal. Lisboa, Portugal: Guidesign.
- Brambilla, A., Vanzella, E. (2013). Imagem turística: Um estudo aplicado à cidade de Aveiro – Portugal. Destarte, 3 (2), 18-35.
- Butler, R. (1980). The concept a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. Canadian Geographer, XXIV (1), 5-12.
- Cabral, M. (2017). Estratégia Turismo 2027. Liderar o Turismo do futuro. Turismo de Portugal.
- Cardoso, A., Pina, H. (2017). Guia de Viagem de Estudo. A região duriense: vinha, património e desenvolvimento sustentável. FLUP.
- Castro, J. (2013). Sazonalidade no turismo. Novos desafios à sustentabilidade – O caso prático do Troiaresort. (Mestrado em Gestão). Business School. Lisboa, Portugal.
- Cataldo, M., Monastiriotis, V. (2018). Regional needs, regional targeting and regional growth: an Assessment of EU Cohesing policy in UK regions. Regional Studies, 1-44.
- CIC. (2015). Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020.. Deliberação nº23/2015.
- CNU. (s/d). Comissão Nacional da Unesco. Retirado de: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/alto-douro-vinhateiro>

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. (2015). Plano de Marketing territorial para o Tâmega e Sousa. (Faculdade de economia e gestão). Porto, Portugal.

Correia, L. (2011). Castelos em Portugal. Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Corrêo, R. (2000). Região e Organização. Editora Ática, São Paulo 7, 1-51.

Covas, A. (2010). Os “futuros” do mundo rural português. De espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes neo-rurais. Livro de Actas, 9-19.

Covas, A. (2017). Interioríssimo: os territórios-rede do grande país do interior. Retirado de: <https://observador.pt/opiniao/interiorissimo-os-territorios-rede-do-grande-pais-do-interior/>

Covas, M. (2008). A nova ruralidade como problemática educacional e como oportunidade para o desenvolvimento: algumas reflexões a propósito. Universidade do Algarve, 227-250.

Covas, M. (2010). Mundos rurais em Portugal: Múltiplos olhares, múltiplos futuros. IC CER – Congresso de estudos rurais.

CP. (s/d). Comboios Portugal.

Cruz, F., Menasche, R. (2010). Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. IDeAS, 5(1), 1-24.

Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios. Fluxos & Risco, 1, 127-149.

DESA. (2018). 68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says UN. NY. Retirado de: <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>

Desenvolvimento Regional. (Mestrado em Gestão). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal.

Diário da República. (2006). Presidência do conselho de ministros – Resolução do conselho de Ministros nº 41/2006, 2931-3040.

Estratégia Turismo. (2019/2020). Programa de ação para o enoturismo. Turismo de Portugal.

ETC. (2018). European Travel Commission.

Estratégia Turismo. (2019/2021). Programa de ação para o enoturismo. Turismo de Portugal.

Ferreira, J. (2007). Competitividade e coesão regional na União Europeia. (Mestrado em Geografia Humana- Território e Desenvolvimento). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Fernandes, A., Sousa, J., Fonseca, M. (2009). A problemática da mobilidade em espaço rural e áreas de baixa densidade urbana: o caso dos concelhos de Mértola e Ourique. I Congresso de Desenvolvimento Regional.

Fernandes, A., Trigal, L., Sposito, E. (2016). Dicionário de Geografia Aplicada – Terminologia de análise e da gestão do território. Porto, Portugal, Porto Editora.

Fernandes, J., Sposito, E, Figuera, D. (2015).

Fernandes, P. (2010). Desenvolvimento de áreas rurais: o caso das aldeias do xisto. Livro de Actas, 19-20.

Ferreira, F. (2010). Enoturismo – Produto estratégico para a atratividade dos destinos turísticos. (Mestrado em Gestão Estratégica de Destinos). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Lisboa, Portugal.

Fidalgo, S. (2009). Marketing territorial e desenvolvimento das populações: a paisagem cultural de Óbidos. (Mestrado em Ordenamento do Território). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Floriani, D., Haliski, A. (2009). Território: Um passo ao desenvolvimento sustentável. I Seminário Nacional Sociologia & Política. 2-10.

Fórum das cidades. (s/d). Desenvolvimento regional/planeamento regional.

Fórum das cidades. (2011). Desenvolvimento Territorial.

Fuini, L. (2012). Construções teóricas sobre o território: A contribuição da Geografia brasileira. Revista Colombiana de Geografia, 26 (1), 2256-5442.

Frémont, A. (1980). L'espace vécu et la notion de région. Analyse régionale. Réflexions critiques, concepts, techniques, études de cas.47-58.

Fuini, L. (2016). Construções teóricas sobre o território e a sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. Revista Colombiana de Geografia, 26 (1), 221-242.

Galvão, M., Vareta, D. (2010). A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Cadernos: curso de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Gomes, T. (2013). Gestão integrada do Enoturismo: Região de influência da cidade de Tomar. (Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural). Instituto Politécnico de Tomar. Santarém, Portugal.

Gottman, J. (2012). A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, 2 (3), 523-545.

Guedes, M. (2010). O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro. (Mestrado em Risco e Ordenamento do Território). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Haesbaert, R. (2013). De espaço e território, estrutura e processo. *Economía, Sociada y territorio*, 12 (43).

Hodge, I., Whitby, M. (2016). The UK: Rural development, issues and analysis. *Euro R. Eco.*, 13, 391-413.

ICNF (2020). Instituto de Conservação da Natureza das Florestas. Retirado de: <https://www.icnf.pt/>

INE. (2017). Instituto Nacional de Estatística. O retrato territorial de Portugal. Retirado de: [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/RTP2017/12/](https://www.ine.pt/ine_novidades/RTP2017/12/)

IVDP. (s/d). Vinhos do Douro e do Porto. Retirado de: <http://www.ivdp.pt/consumidor/regiao-limite-da-regiao-demarcada-do-douro>

Lavrador, A. (2010). A identidade como estratégia de desenvolvimento: Uma aplicação ao enoturismo das regiões demarcadas DOC Dão e DOC Bairrada. Livro de Actas. 72-85.

Lennert, M. (2010). The territorial of Europe: “Trends”, “Competition” or “Cohesing”. *Futures*, 42, 833-845.

López-Iglsias, E., Peón, D., Rodríguez-Álvarez, J. (2017). Mobility innovations for sustainability and cohesion or fural areas: A transport model and public investment analysis for Valdeorras. *Journal of Cleaner Production*, XXX, 1-15

Leví, M. (2012). O Turismo e Desenvolvimento sustentável. Contributos do Turismo de Natureza no desenvolvimento do parque nacional da Gorongo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Portugal.

Luca, V., Santiago, A. (2015). Avaliação do carácter da paisagem: abordagens europeias. *Paisagem e ambiente: ensaios*, 36, 37-46.

Marques, A. (2010). Da construção do espaço à construção do território. *Fluxos & Riscos*, 1, 75-88.

Marques, H. (s.d). Paisagem e património imaterial em Portugal – Uma abordagem Geográfica. Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Marques, T. (2020). Mais do que bons políticos, precisamos de um sistema inteligente. Retirado de: <https://www.pressreader.com/portugal/edicao-publico-lisboa-p2/20200119/281479278370945>

Martins, L. (2012). O “Alojamento local” – entre o impulso da novidade e a maturidade do turismo rural português.

Milheiro, E. (2004). A informação turística e as tecnologias da informação e da comunicação: O caso português. Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.

Miranda, P. (2017). Turismo balnear e dinâmicas territoriais – casos de estudo – praia de Mira e praia da Tocha. (Doutoramento em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Natário, R., Braga, A., Rei, C. (2010). A produção biológica e Desenvolvimento da Região. Livro de Actas. 112-127.

Neves, H. (2005). O Turismo em Porto Santo: Uma estratégia de marketing para o futuro. (Mestrado em Marketing). Faculdade de economia. Algarve, Portugal.

Observador. (2017). Retirado de: <https://observador.pt/ultimas/>

Observador. (2018). Retirado de: <https://observador.pt/2019/11/12/valorizar-o-turismo-para-chegar-mais-longe/>

OECD. (2001). Territorial economy.

Oliveira, M. A. (2016). A Liberalização do mercado do transporte aéreo em ilhas de pequenas dimensões: o caso de São Miguel. A opinião de agentes privados e institucionais do setor do turismo. Mestrado em Turismo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.

Pacheco, E. (2004). Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na região Norte: Expectativas, intervenções e resultantes. (Doutoramento em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Passi, A. (2003). Region and Place: Regional identity in question. Progress in Human Geography, 27 (4), 475-485.

Patuleia, M. (2012). O turismo residencial, os resorts integrados e as motivações: O caso de polo de desenvolvimento turístico do Oeste. (Doutoramento em turismo). Faculdade de economia. Algarve, Portugal.

Pina, H. (1996/7). Algumas reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, XII/XIII, 73-124.

Pina, H. (2007). O Alto Douro: Um espaço contrastante em mutações. INCM.

Pina, H., Oliveira, M, Petkov, V., et al. (2020). Seasonality in tourism: trends and good practices in Rio de Janeiro, Shumen and the Douro Demarcated Region. Portugal.

Pinto, E. (2012). IC5 abriu esta quarta-feira em toda a sua extensão. Retirado de: <https://www.jn.pt/local/noticias/braganca/miranda-do-douro/ic5-abriu-esta-quarta-feira-em-toda-a-sua-extensao-2452977.html>

Pinto, A. (2015). A segunda ruralidade e a gestão condomínio de aldeia. (Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano, 2017/2018). Faculdade de Engenharia da

Universidade do Porto. Porto, Portugal. Pires, A. (2014). Gestão estratégica ferroviária e as suas implicações no

Pinto, J. (2015). Os “neo-rurais” na região do “Douro Verde”: impacte social, económico e cultural. (Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Rodrigues, L. (2014). Os novos desafios dos aeroportos do século XXI: O caso do aeroporto de Faro. (Mestrado em Marketing). Faculdade de economia. Algarve, Portugal.

Ramos, N. (2013). O conceito de região e o ensino de Geografia: Descontos entre o saber escolar e o saber académico. *Revista Formação*, 1, 21-37.

Reis, P. (2014). Os atores do novo paradigma do mundo rural: os neo-rurais das aldeias históricas de Portugal. (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). VIII Congresso de Português. Coimbra, Portugal.

Ribeiro, P. (2010). Porquê uma Política de Desenvolvimento Rural. Livro de Actas.20-21.

Rigueiro, I. (2014). Uma abordagem à sustentabilidade dos projetos de empreendedorismo social. (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Rocha, S. (2007). Geografia Humanista: Histórica, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. *Curitiba*, 13, 19-7.

Santana, I. (2016). O enoturismo na região demarcada do douro: a festa das vindimas como produto turístico. (Doutoramento em turismo, lazer e cultura). Faculdade de letras de Coimbra. Coimbra, Portugal.

Santos. (2018). Turismo de Natureza: Procura turística e imagem dos espaços naturais. (Mestrado em Gestão Turística). Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu. Viseu, Portugal.

Saquet, M. (2007). As diferentes abordagens do território e apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, 22 (43), 55-76.

Sequeira, C. (2018). O Douro e o vinho do Porto, entre a regeneração e o estado novo. 1852-193.

Serpa, A. (2013). Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *Geosup*, 33, 168-185.

Silva, A. (2012). Iniciativas de promoção do mundo rural – Feiras de produtos locais em Cinfães do Douro. XIII Colóquio Ibérico de Geografia, 1519-1528.

Sousa, C. Monte, A. & Fernandes, P. (2014). Impacto no turismo da região demarcada do alto douro vinhateiro, após a classificação de património mundial da humanidade pela Unesco. III Congresso Internacional do Turismo, 621-269.

Terluin, I. (2003). Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. *Journal of rural studies*, 19, 327-344.

Trigo, H. (2008). Porquê (e razões para) a mitificação do campo. Comunicação apresentada no VI CIER – Cultura, Inovação e Território. Coimbra, Portugal.

Tudor, C. (2014). *An Approach to Landscape Character Assessment*. Natural England.

Turismo de Portugal. (2020). Estabelecimentos de Alojamento Local. Retirado de: [http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear\\_Iniciar/Como\\_comecar/Alojamento\\_Local/Paginas/default.aspx](http://business.turismodeportugal.pt/pt/Planear_Iniciar/Como_comecar/Alojamento_Local/Paginas/default.aspx)

UNESCO. (s/d). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado de: <https://whc.unesco.org/en/list/1046/>

UNWTO. (2008). The World Tourism Organization. Retirado de: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>

Vale, M. (2014). A importância da experiência no turismo – O caso do enoturismo na região do Douro. (Mestrado em Marketing). Faculdade de economia da universidade do Porto. Porto, Portugal.

Webrails.TV (2017). Linha do Douro: Interrogações sobre um estudo. Retirado de: <http://webrails.tv/tv/?p=29450>

Woods, M. (2009). Rural geography: Blurring boundaries and making connections. *Progress in Human Geography*, 33 (6), 849-858.

Zee, E., Janusz, K., Bertocchi, D. (2016). Big Data per l'analisi della maturità di una destinazione turistica. Una prospettiva spaziale innovativa sul turismo urbano.

# **ANEXOS**

## Anexo 1

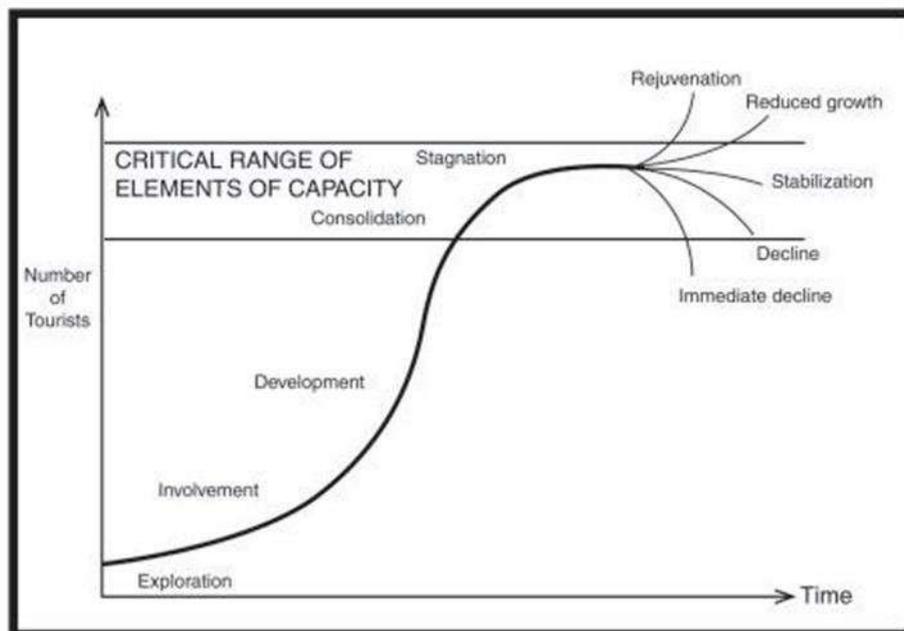
**Tabela 1:** Evolução conceitual sintetizada do conceito de Enoturismo

	Conceito	Motivação
Hall e Weiller (1992)	Férias com vinho	Busca pela autenticidade, exclusividade, contacto social, novidade e aprendizagem
Hall e Macions (1996)	Realização de visitas a vinhas, adegas e eventos	Experiência vivida nas regiões vitivinícolas
Federação Australiana de Produtores de Vinho (1998)	Visita a adegas e regiões vitivinícolas	Experimentar o estilo de vida contemporâneo do país, associado ao gosto pelo vinho, gastronomia, paisagem e actividades culturais
Hall e Mitchell (2000)	Realização de visitas a adegas, cooperativas e eventos	Saborear o vinho e conhecer os principais atributos da região
Getz (2000)	Viagem de interesse especial ou factor de atractividade complementar	Desejo de visitar regiões produtoras de vinho e adegas
Dowling e Getz (2000)	Prova de vinhos de qualidade	Experiência e envolvência únicas conjugando outros atributos da região
Smith (2002)	É um segmento do Turismo	Prazer adquirido através da comida/bebida e da viagem

Fonte: Ferreira, 2010, Pp. 15

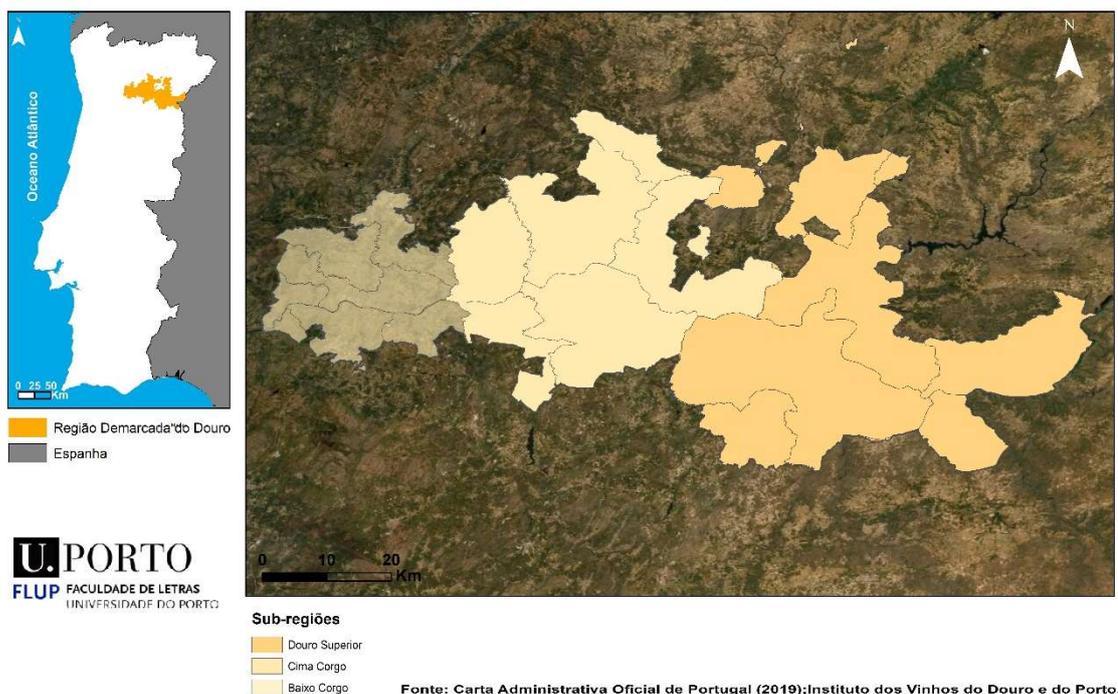
## Anexo 2

### TOURISM LIFECYCLE



**Figura 1:** O ciclo de vida do Produto Turístico  
 Fonte: Zee, E., Janusz, K., Bertocchi, D. (2016).

## Anexo 3



**Figura 3:** Enquadramento das sub-regiões da RDD.

Fonte: CAOP (2019) & IVDP.

## Anexo 4

**Tabela 2:** Área e Área de Vinha das Sub-regiões da RDD.

Sub-Região	Área Total (há)	Área com Vinha (ha)
<i>Baixo Corgo</i>	45.000	14.501
<i>Cima Corgo</i>	95.000	20.915
<i>Douro Superior</i>	110.000	10.197
<b>Total</b>	250.000	45.613

Fonte: IVDP.

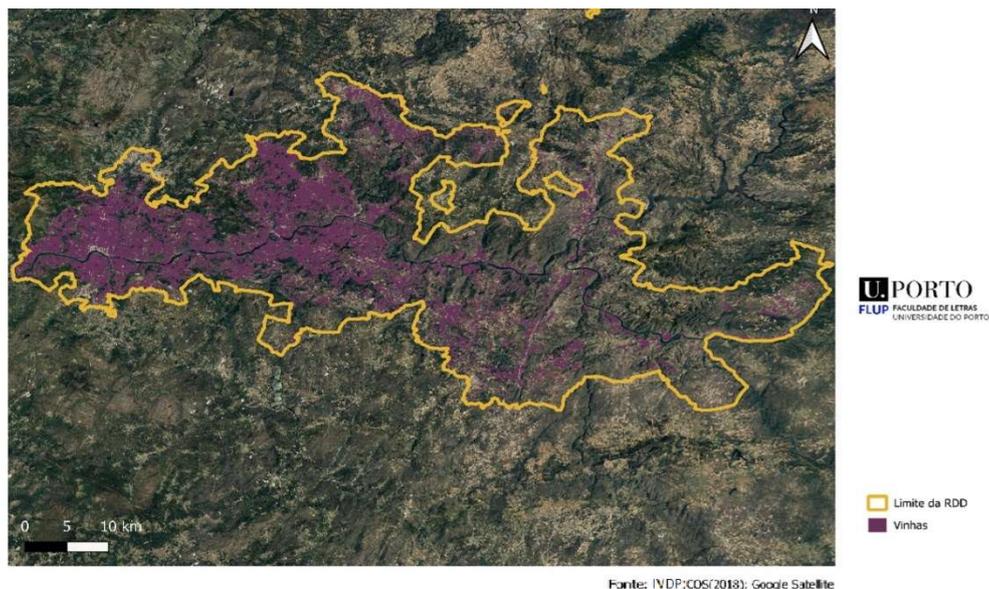
## Anexo 5

**Tabela 3:** Área de Vinha das Sub-regiões da RDD e Percentagem em relação à área total.

Sub-Região	Área com Vinha (ha)	Percentagem da Área Total (%)
<i>Baixo Corgo</i>	14.501	32.2
<i>Cima Corgo</i>	20.915	22.0
<i>Douro Superior</i>	10.197	9.3
<b>Total</b>	45.613	18.2

Fonte: IVDP.

## Anexo 6



**Figura 4:** Vinhas na Região Demarcada do Douro.  
**Fonte:** Elaboração Própria.

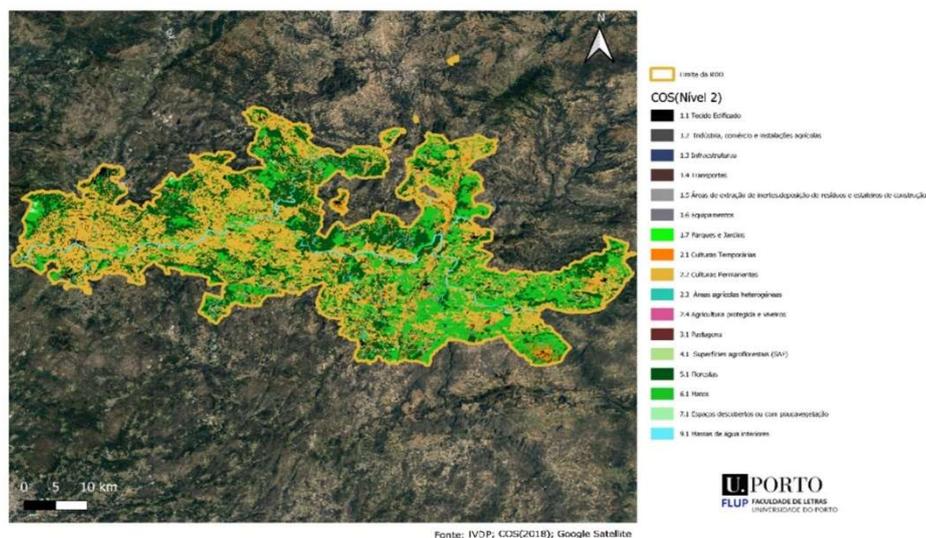
## Anexo 7

**Tabela 4:** Distribuição das Parcelas por Região.

Sub-Região	Número de Proprietários	Área de Vinha / Proprietários (há)	Nº Médio de Prédios / Proprietários	Nº de Prédios
<i>Baixo Corgo</i>	15.490	0.94	3.3	50.310
<i>Cima Corgo</i>	16.205	1.29	3.9	62.444
<i>Douro Superior</i>	7.285	1.40	2.9	21.318
<b>Total</b>	<b>38.980</b>	<b>1.17</b>	<b>3.5</b>	<b>134.672</b>

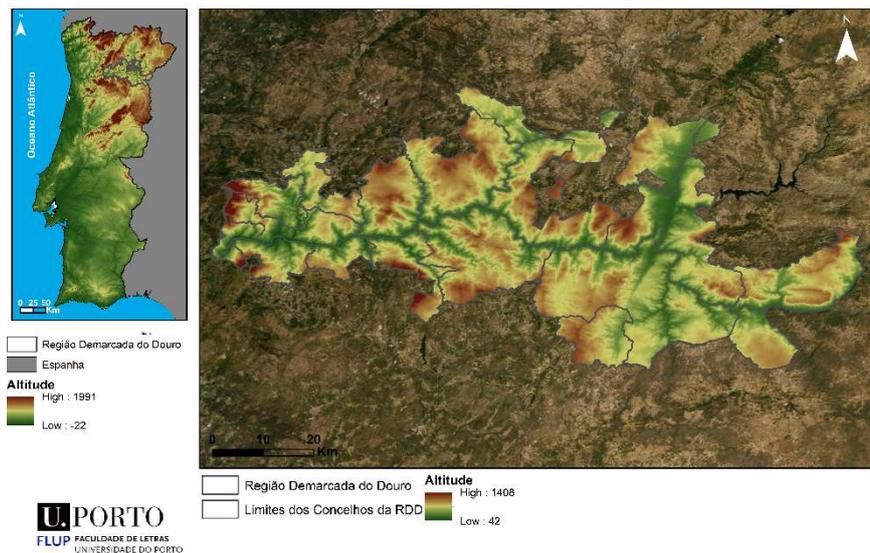
Fonte: IVDP.

## Anexo 8



**Figura 5:** Modelo digital do terreno.  
**Fonte:** CAOP (2019) IVDP & SRTM.

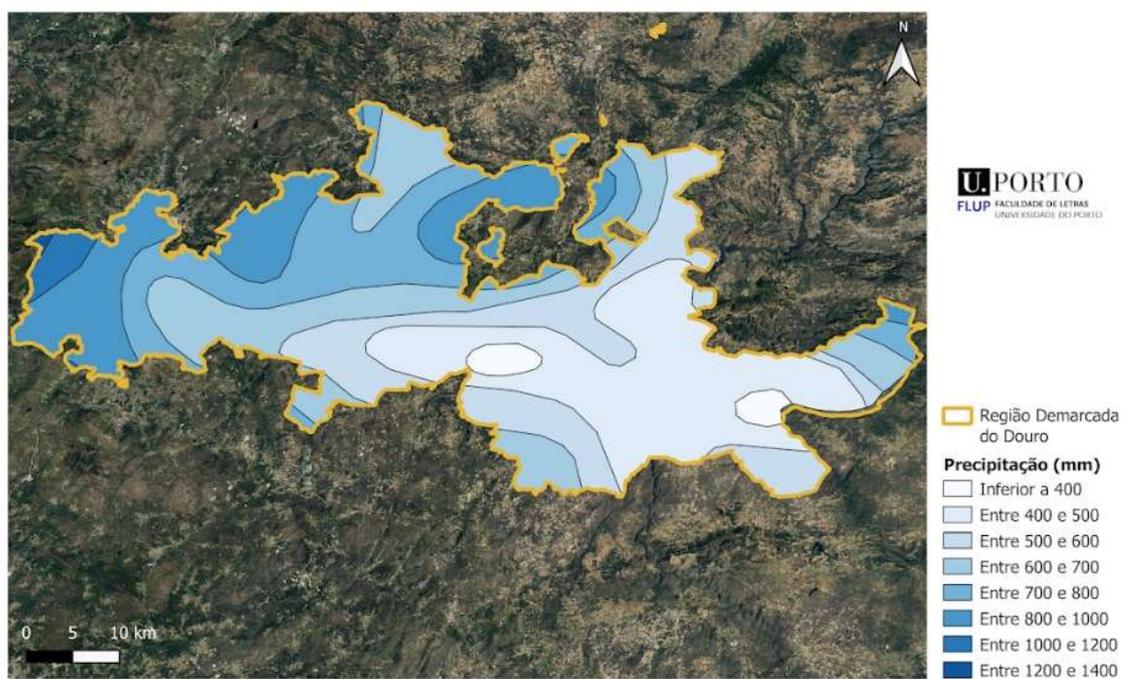
## Anexo 9



Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (2019); Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto; SRTM (30 metros)

**Figura 6:** Ocupação do Solo na Região Demarcada do Douro  
 Fonte: COS (2018).

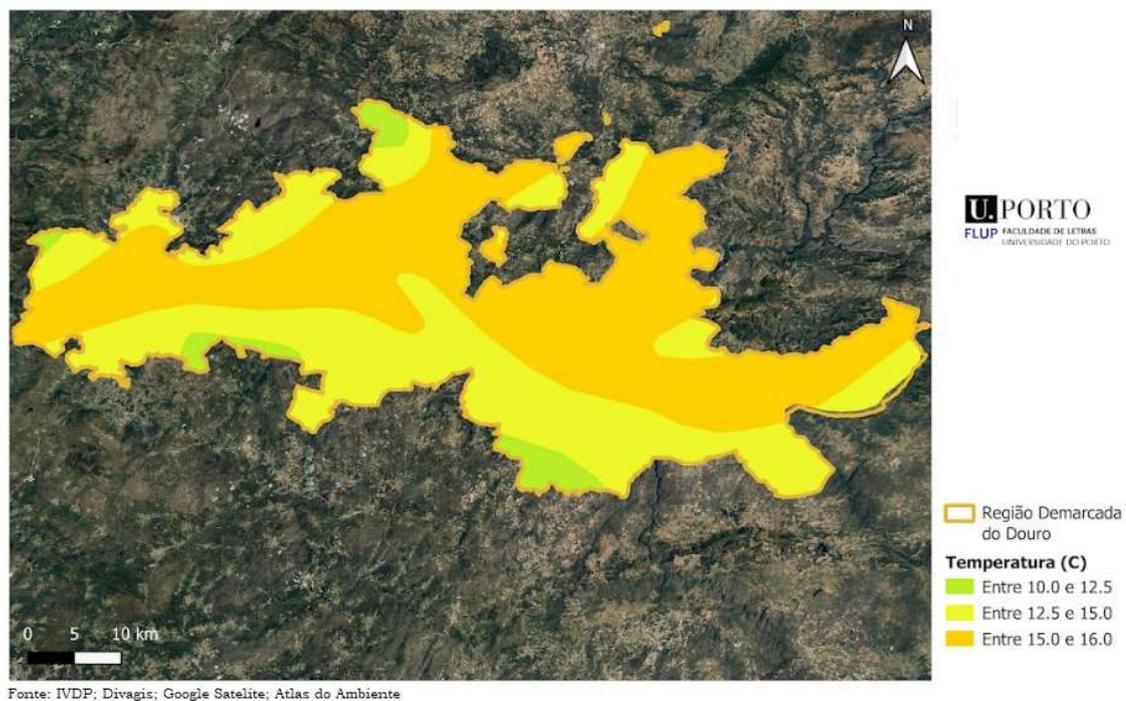
## Anexo 10



Fonte: IVDP; Divagis; Google Satellite, Atlas do Ambiente

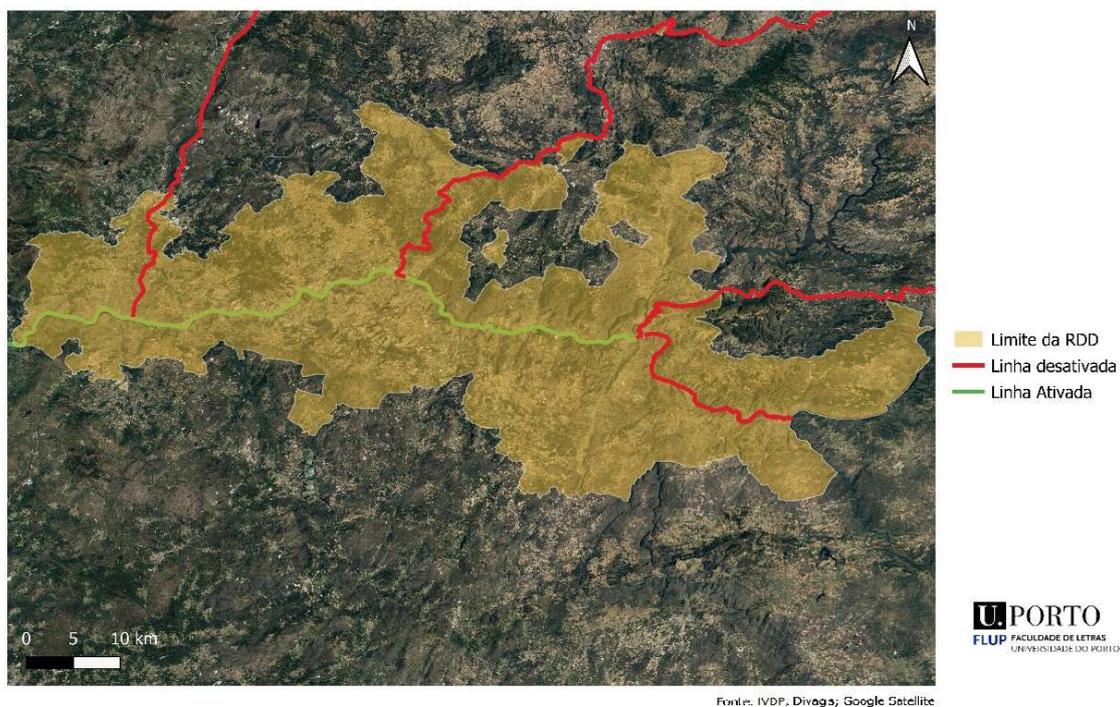
**Figura 7:** Níveis de precipitação na RDD.  
 Fonte: IVDP, Google Satélite & Atlas do Ambiente.

## Anexo 11



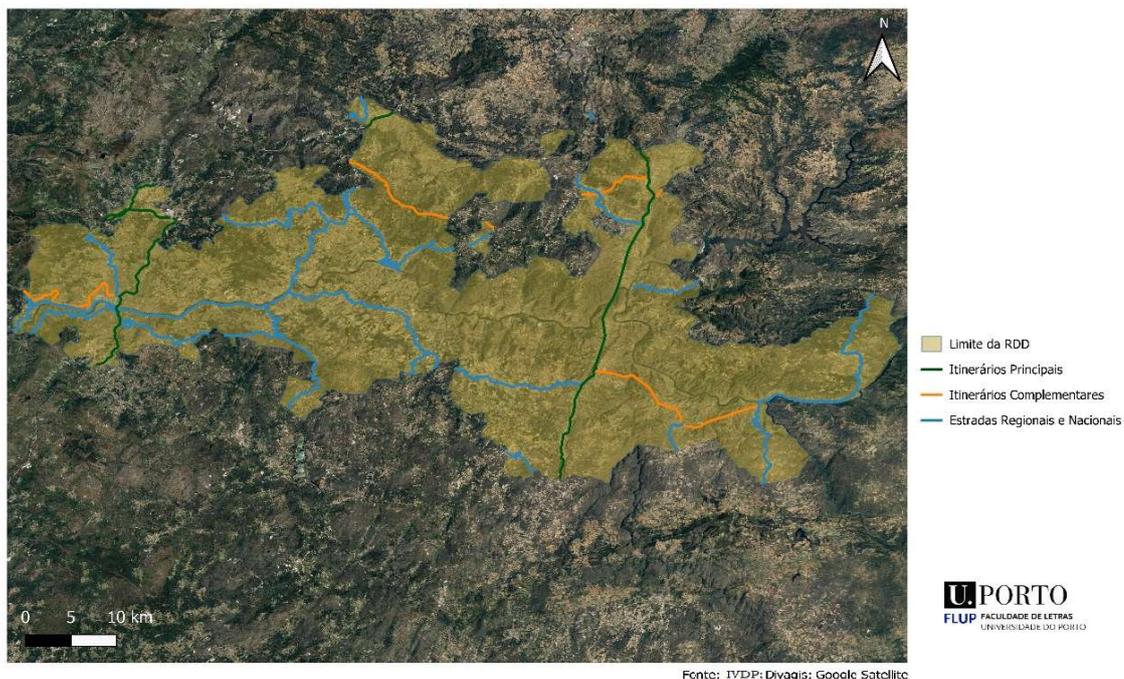
**Figura 8:** Níveis de temperatura na RDD.  
*Fonte: IVDP, Google Satélite & Atlas do Ambiente.*

## Anexo 12



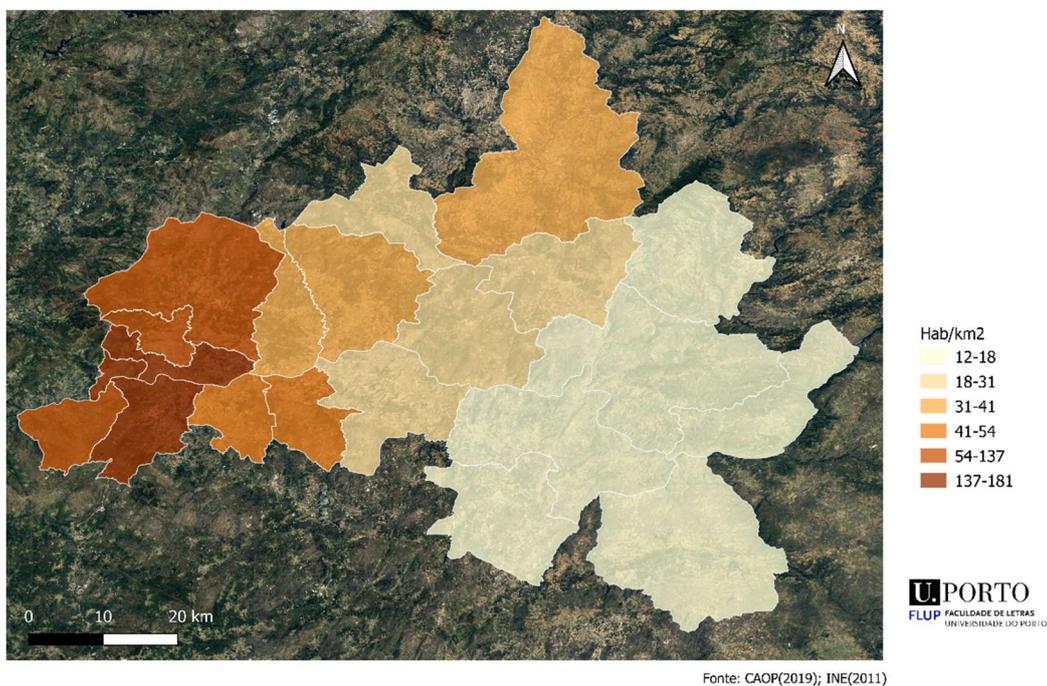
**Figura 9:** Rede Ferroviária da RDD.  
*Fonte: IVDP, Google Satélite & DIVAGIS.*

## Anexo 13



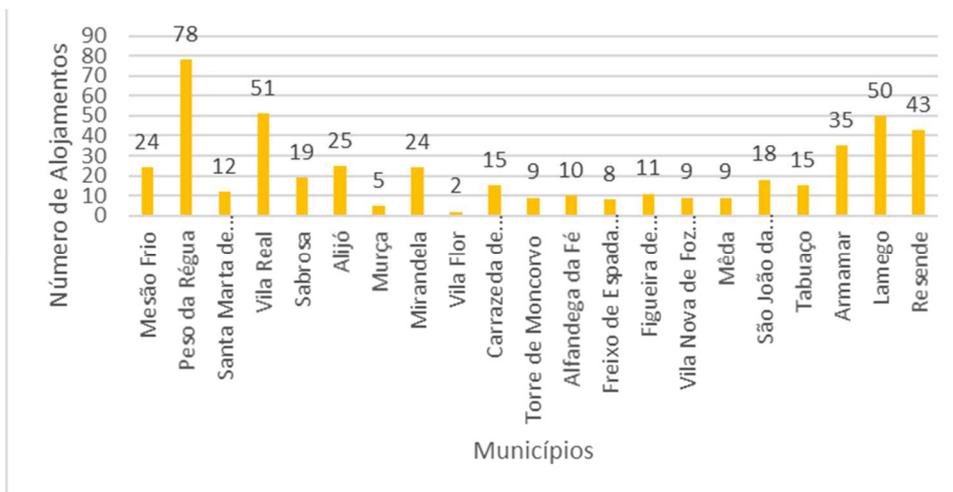
**Figura 10: Rede Rodoviária da RDD.**  
**Fonte: IVDP, Google Satélite & DIVAGIS.**

## Anexo 14



**Figura 12: Densidade Populacional da RDD.**  
**Fonte: CAOP (2019) & INE (2011).**

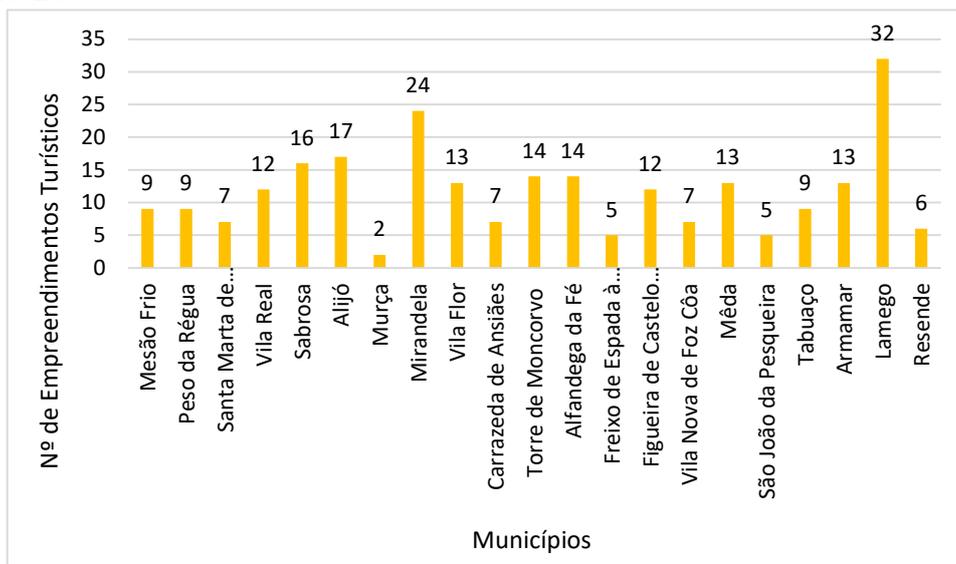
## Anexo 15



**Figura 13:** Número de alojamentos locais por município.

**Fonte:** Turismo Portugal (outubro, 2019).

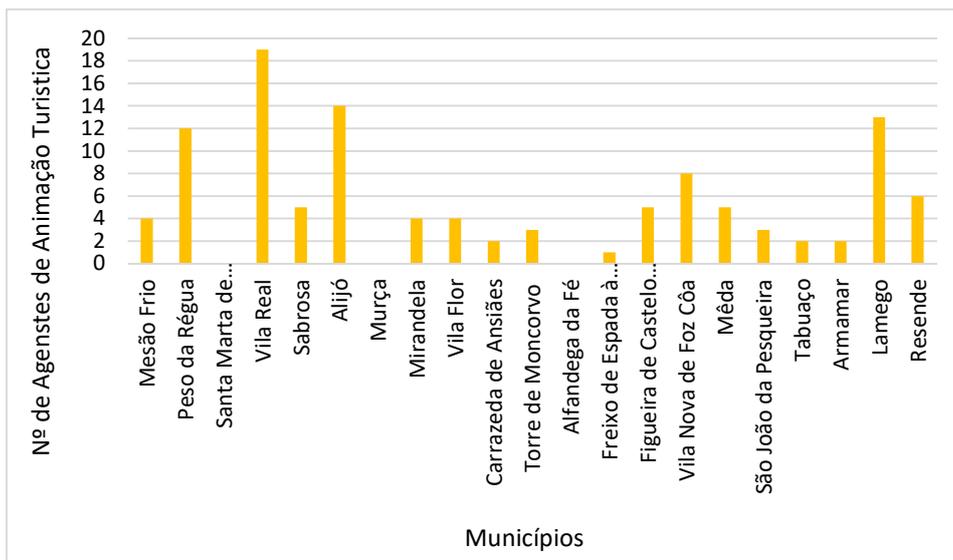
## Anexo 16



**Figura 14:** Número de empreendimentos por município.

**Fonte:** Turismo Portugal (outubro, 2019).

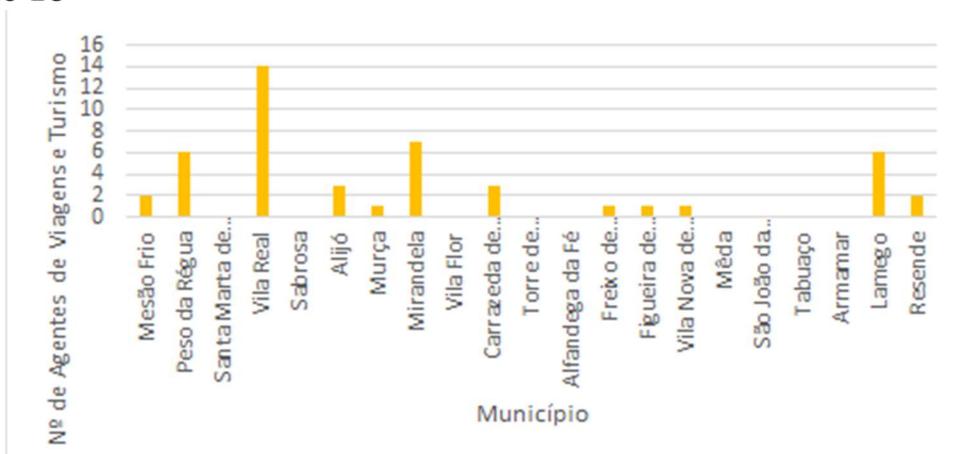
## Anexo 17



**Figura 15:** Número de agentes de animação, por município.

**Fonte:** Turismo Portugal (outubro, 2019).

## Anexo 18



**Figura 16:** Número de agentes de Viagens e Turismo, por município.

**Fonte:** Turismo Portugal (outubro, 2019).



No âmbito da realização de uma dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pretende-se efetuar o presente inquérito aos turistas que visitam a Região Demarcada do Douro para, de uma forma mais realista, se perceber a perceção e apreciação que fazem da região, bem como do fenómeno da sazonalidade turística que a afeta. Pretende-se também entender que fatores podem interferir neste problema. Dar voz aos turistas é um ponto importante neste trabalho para que, com o contributo de todos, se caminhe para um desenvolvimento efetivo, responsável e sustentável.

Mês de Resposta ao Inquérito \_\_\_\_\_ Local de Resposta: \_\_\_\_\_

**1. Caracterização Sociodemográfica:**

Local de Residência: \_\_\_\_\_ País de origem: \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Género: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_ Situação Profissional: \_\_\_\_\_ Grau de Instrução: \_\_\_\_\_

**2. Caracterização da Visita:**

Nº de Acompanhantes: \_\_\_\_\_

**Acompanhantes:**

Sozinho  Família  Filhos  Esposo(a)  Amigos  Grupo **Planeamento da**

**Viagem:**

Menos de 1 mês  De 1 a 3 Meses  Mais de 3 meses  Mais de 1 ano

**Motivos:**

Lazer  Negócios  Eventos  Visita a Familiares e Amigos  Outros **Como obteve**

**conhecimento do destino turístico Douro?**

Recomendação de Familiares e Amigos;

Internet;

Agências de Viagem/ Operadores Turísticos

Brochuras, material promocional e guias de viagens;

Experiência de visitas anteriores;

Feiras e Eventos promocionais;

Publicidade via media (TV, Radio, Jornais e Revistas);  Centrais de

Reservas (Booking.com, Expedia, hotels.com, etc);

Outro.

**Como se deslocou para o Douro?**

Avião\* Automóvel Comboio Autocarro Barco Outro.

**Se utilizou Avião indique também o transporte que posteriormente utilizou para chegar à região:**

Automóvel Comboio Autocarro Barco Outro

**No caso de utilizar o avião qual foi o tipo de voo?**

Low Cost Tradicional Charter

**Em que Aeroporto desembarcou?**

Porto Lisboa Faro Vigo

**Que Regime contratou:**

Alojamento e pequeno almoço Só alojamento Meia pensão Pensão completa Não Aplicável

**Tipologia de Alojamento:**

Hotel Campismo Unidade Turismo no Espaço Rural  
Alojamento Local Casa de Familiares / Amigos Outros.  
Albergue da Juventude 2º Residência

**Contratou um pacote turístico?**

Sim Não

**Que tipo de pacote?**

Organizado Pacote de Grupo A La Carte/ Taylor Made Package

**Como avalia o custo económico do destino Douro?**

Muito Barato Barato Preço Justo Caro Muito Caro

**Quantas vezes já visitou o Douro (incluindo esta)?**

Uma Duas Três Quatro Mais de 4

**Por quanto tempo pondera ficar na Região?**

---

**3. Avaliação da Visita:**

**Quais foram as razões para ter escolhido o Douro para visitar?**

---

---

---

**Visitas que pondera efetuar (monumentos, locais, festividades, feiras, etc)?**

---

---

**Quais são, no seu entender, os aspetos mais positivos da Região?**

---

---

---

**E os aspetos menos positivos da Região?**

---

---

---

**O que propõe para melhorar a atratividade do Douro?**

**Está satisfeito com o destino Douro? Entre 1 e 4 (correspondendo o 1 a insatisfeito e 4 a muito satisfeito) classifique os diversos fatores consoante a sua satisfação:**

	1	2	3	4
Transportes e acessibilidades				
Informação Turística				
Atividades de Animação				
Restauração				
Alojamento				
Comércio Local				
Operadores Turísticos				
Paisagem				
Património arquitetónico				
Vinhos				
Gastronomia				
Cultura				
Gentes				
Artesanato				
<b>Experiência global</b>				

**Que melhorias sugere em relação aos indicadores antes referidos?**

---

---

---

---

**O que pensa das acessibilidades e das vias de transporte regionais? (sugestões/melhorias?)**

---

---

**Qual(ais) o(s) meio(s) de transporte utilizado para as deslocações intrarregionais?**

---

**Considera que os transportes no Douro estão adequados às necessidades da Região e do turismo? A**

Considera que os transportes no Douro estão adequados às necessidades da Região e do turismo? A região duriense é visitada essencialmente durante o Verão e no período das vindimas. Quais são, no seu entender, os motivos para a existência desta sazonalidade?

---

---

---

---

Tem conhecimento de atividades ou planos turísticos fora da época alta?

---

---

---

---

Se sim, dê exemplos de alguns desses planos.

---

---

---

---

Proponha atividades, roteiros, eventos, etc. que o cativariam a deslocar-se ao Douro na época baixa com maior assiduidade, ou a repetir a visita.

---

---

---

---

Como estamos perante um espaço classificado pela UNESCO desde 2001, o que acha que se deve fazer para valorizar ainda mais a região utilizando esta distinção como referência.

---

---

---

---

---

A expectativa que tinha sobre o destino foi confirmada?

Sim  Não

Tem intenções de voltar a curto prazo?

Sim  Não

Recomendaria o Douro como destino turístico?

Pouco Provável  Provavelmente  Muito provavelmente

Que outros locais de Portugal já visitou?

---

---

**Muito Obrigado pela sua colaboração!**

Para sugestões ou informações contacte: Diogo Pinto ([up201304874@letras.up.pt](mailto:up201304874@letras.up.pt))

Se preferir responder a este inquérito de forma mais rápida e comoda utilize o código QR localizado no canto superior direito da primeira página ou o seguinte url: <https://goo.gl/forms/tYRykuqe3lRxfSaw1>



These questions are within the Masters dissertation “Riscos, Cidades e Ordenamento do Território” of Faculdade de Letras da Universidade do Porto. They are for the tourists who visit the “Região Demarcada do Douro” and they have the goal of knowing the opinion that the tourists have of the region. Therefore, to understand the phenomenon of tourist seasonality which affects the region. Other goal is to understand which factors can interfere in this issue. In this project it is important to obtain the tourist opinion to an effective, responsible and sustainable development.

Month of the answer: \_\_\_\_\_ Place of the answer: \_\_\_\_\_

### 1. Sociodemographic Description

Place of residence: \_\_\_\_\_ Country: \_\_\_\_\_  
 Marital Status: \_\_\_\_\_ Age: \_\_\_\_\_ Gender: \_\_\_\_\_  
 Profession: \_\_\_\_\_ Professional Situation: \_\_\_\_\_ Academic Level: \_\_\_\_\_

### 2. Trip Description:

Number of travelers: \_\_\_\_\_

Traveling companions:

Alone  Family  Children  Husband/Wife  Friends  Trip Group

Trip Planning:

Less than one Month  From 1 to 3 Months  More than 3 Month  More than 1 Year

Reasons:

Recreation  Business  Events  Visiting Family or Friends  Others

How did you find out of the Douro region?

- Family or Friends recommendation;
- Internet;
  - Travel Agencies;
  - Brochures, promotional material and travel guides;
  - Experiences of previous visits;
  - Promotional fairs and Events;
  - The media (TV, Radio, Newspapers and Magazines);
  - Travel booking website (Booking.com; Expedia; hotels.com; etc.);
- Others.

**How did you get to the Douro?**

- Airplane\*  Car  Train  Bus  Boat/ship  Other

**\*If you went by airplane, indicate also the transport that you used to arrive to the Douro:**

- Car  Train  Bus  Boat/ship  Other

**\*In case you came by airplane, what was the type of flight**

- Low Cost  Traditional  Charter

**\*Which airport did you landed?**

- Porto  Lisboa  Faro  Vigo

**What accommodation regime did you hire?**

- Bed and Breakfast  Only Bed  Half Board  Full Board  Not Applicable

**Kind of accommodation:**

- Hotel  Camping  Rural Tourism  
 Local Accommodation  Family ou Frinds house  Others  
 Lodge  Own Home **Did**

**you hire a tour package?**

- Yes\*  No

**\*What kind of the travel tour did you hire?**

- Organized  Group Package  A La Carte/ Taylor Made Package

**How do you evaluate the cost of this destination?**

- Very cheap  Cheap  Fair price  Expensive  Very Expensive **How**

**many times did you visit this region (including this)?**

- One  Two  Three  Four  More than Four

**For how long do you think you are staying?**

---

**3. Trip Evaluation:**

**What were the reasons for choosing the Douro to visit?**

---

---

---

**Which places of interest do you plan to visit? (Monuments, Festivities, Fairs, etc...)?**

---

---

---

**What do you think are the most positive aspects of the Region?**

---

---

---

**What do you think are the worst aspects of the Region?**

---

---

---

**What do you propose to improve the attractiveness of the Douro?**

---

---

---

**Are you satisfied with this region? (1 stands for unsatisfied and 4 stands for very satisfied):**

	1	2	3	4
Transports and Accessibilities				
Tourist Information				
Animation Activities				
Restaurants				
Accommodation				
Local Market				
Tour Operators				
Landscape				
Architectural Heritage				
Wine				
Food				
Culture				
People				
Handicraft				
<b>Global Experience</b>				

**What improvements do you propose in relation to the points referred above?**

---

---

---

---

---

**What do you think of the accessibilities and of the regional transports (suggestions/improvements)?**

---

---

---

**What transports did you use for the regional movements?**

---

---

---

**Do you consider that the transports in the Douro are adequate to the needs of the region and tourism? This region is visited during the summer and the time of the grape harvest, essentially. In your opinion which may be the reasons for the existence of this seasonality?**

---

---

---

---

**Do you have knowledge of activities or tourists plans out of summer season or the grape harvest season?**

---

---

---

---

**If you answer “yes” in the question above, please give some examples.**

---

---

---

**Propose activities, itineraries, events, etc that attracted you to come to Douro in low season with more regularity or repeat the visit.**

---

---

---

---

**As we are dealing with a space classified by UNESCO since 2001, what do you think that should be done to enhance even more this region, using this classification as a reference.**

---

---

---

---

---

**The expectation that you had about the destination was confirmed?**

Yes  No

**Do you have intentions to return in the short term?**

Yes  No

**Would you recommend the Douro region as a tourist destination?**

Improbable  Probably  Very Likely

**What other places did you visit in Portugal?**

---

---

**Thank you very much for your collaboration!**

For suggestions or informations please contact: Diogo Pinto ([up201304874@letras.up.pt](mailto:up201304874@letras.up.pt))

**If you prefer to respond to this survey more quickly and comfortably, use the QR code located in the upper right corner of the first page or the following url: <https://goo.gl/forms/yI61IkOYGIAhMae22>**

## Anexo 21

# Enquête aux Touristes Região Demarcada do Douro



A partir de la réalisation de la dissertation de Master sur le thème Risques, Villes et L'Aménagement du Territoire, de la Faculté de Lettres de l'Université de Porto, on veut effectuer une enquête aux touristes qui visitent la région dénommée *Região Demarcada do Douro*, pour qu'on se rend compte, d'une façon plus réaliste, de la perception et de l'appréciation que ceux font de la région, ainsi que le phénomène de la saisonnalité touristique qui l'atteint. On veut aussi comprendre quels sont les facteurs qui peuvent interférer sur ce problème. Écouter les touristes c'est un point très important dans ce travail, pour qu'on se dirige vers un développement réel, responsable et soutenable, avec la contribution de tous.

Mois de la réponse à l'enquête : \_\_\_\_\_ Lieu de la réponse : \_\_\_\_\_

### 1. Caractérisation sociodémographique :

Lieux de résidence: \_\_\_\_\_ Pays d'origine: \_\_\_\_\_

État Civil: \_\_\_\_\_ L'âge: \_\_\_\_\_ Genre: \_\_\_\_\_

Profession: \_\_\_\_\_ Situation Professionnelle: \_\_\_\_\_ Niveau d'études: \_\_\_\_\_

### 2. Caractérisation de la visite :

N° d'accompagnateurs : \_\_\_\_\_

Accompagnateurs :

Seul  Famille  Enfants  Époux(ouse)  Amis  Group

Planification du voyage :

Moins d'un (1) mois  De 1 à 3 mois  Plus de 3 mois  Plus d'un (1) an.

Les raisons :

Loisir  Affaires  Événements  Visiter la famille et les amis  D'autres

Comment avez-vous connu la destination touristique "Douro" ?

- Recommandation de la famille et des amis.;
- Sur internet;
- Par les agences de voyage/Les organisateurs de voyages;
- Par les brochures, matériel promotionnel, guides de voyages;
- Par l'expérience de visites précédentes;
- Par des foires et des événements promotionnels;
- Par la publicité sur la télé, la radio, les journaux et les revues;
- Par les systèmes de réservation (Booking.com, Expedia, hotels.com, etc):
- Un autre.

**Quel moyen de transport avez-vous utilisé pour vous déplacer jusqu'à "Douro" ?**

- En avion\*  En voiture  En train  En autobus  En bateau  Un autre

**Si vous avez utilisé l'Avion, indiquez aussi le moyen de transport que vous avez utilisé après pour arriver à la région :**

- En voiture  En train  En autobus  En bateau  Un autre

**Si vous avez utilisé l'avion, quel a été le type de vol ?**

- Low Cost  Traditionnel  Charter

**Avez-vous débarqué à quel aéroport ?**

- à Porto  à Lisboa  à Faro  à Vigo

**Comment avez-vous fait votre réservation ?**

- Logement avec petit déjeuner  Hébergement  Demi-pension  Pension complète  Ne s'applique pas

**Les types d'hébergements touristiques :**

- L'Hôtel  Le Camping  Unité de Tourisme située à L'espace Rural

Hébergement Local  Chez la Famille/Amis  D'autres.

- Auberges de Jeunesse  Résidence Secondaire **Avez-vous**

**acheté un voyage à forfait ?**

- Oui  Non

**Comment était-il ?**

- Organisé  Forfait pour Goupes  À La Carte/ Taylor Made Package

**Que pensez-vous du prix pour le destin "Douro" ?**

- Très Bon Marché  Bon Marché  Juste Prix  Cher  Très Cher

**Combien de fois avez-vous déjà visité le "Douro" (y compris cette fois) ?**

- Une  Deux  Trois  Quatre  Plus de Quatre

**Combien de temps allez-vous rester à "Douro" ?**

---

**3. Évaluation de la visite :**

**Par quelles raisons avez-vous choisi le "Douro" et l'avez visité ?**

---

---

---

**Que pensez-vous visiter (monuments, lieux, fêtes, foires, etc) ?**

---

---

---

**Selon votre opinion, quels sont les aspects plus positifs de la région ?**

---

---

---

**Selon votre opinion, quels sont les aspects moins positifs de la région ?**

---

---

---

**Que proposez-vous pour améliorer l'attractivité du "Douro"?**

---

---

---

**Êtes-vous satisfait de la destination "Douro ? Parmi le 1 et le 4 (1 - insatisfait et 4 - très satisfait), classifiez les éléments du tableau selon votre satisfaction :**

	1	2	3	4
Transports et accessibilités				
Information touristique				
Activités d'animation (loisirs-tourisme)				
Restauration				
Hébergement				
Commerce de proximité				
Opérateurs touristiques				
Paysage				
Patrimoine Architectonique				
Vins				
Gastronomie				
Culture				
Les gens				
Artisanat				
<b>Bilan de l'expérience global</b>				

**Selon votre opinion, que pensez-vous améliorer en ce qui concerne les éléments du tableau précédent?**

---

---

---

---

**Que pensez-vous des voies de circulation et des moyens de transport régionaux (suggestions/améliorations)**

---

---

---

Quel(s) moyen(s) de transport(s) avez-vous utilisé pour vous déplacer parmi les régions ?

---

---

Considérez-vous que les moyens de transports au “Douro” sont-ils appropriés aux besoins de la région et du tourisme ?

On visite la région « Douro », surtout, pendant l’été et les vendanges. Selon vous, quelles sont les raisons pour l’existence de cette saisonnalité ?

---

---

---

Avez-vous connaissance des activités ou des brochures touristiques dehors la haute saison touristique ?

---

---

---

Si vous avez répondu affirmativement, donnez des exemples de ces activités touristiques.

---

---

---

Indiquez des activités, des routes touristiques, des événements, qui vous attireraient à venir à “Douro” pendant la basse saison, avec plus d’assiduité, ou, alors, pour répéter la visite.

---

---

---

---

Ce site a été classé au Patrimoine Mondiale par l’UNESCO en 2001. Que peut-on faire pour valoriser encore plus ce site, ayant comme référence cette distinction ?

---

---

---

---

---

Avez-vous confirmé votre expectative sur cette destination ?

Oui  Non

Avez-vous l’intention d’y retourner brièvement ?

Oui  Non

Recommanderiez-vous le “Douro” en tant que destination touristique ?

Il est Peu Probable  Probablement  Très Probablement

Avez-vous déjà visité d’autres lieux au Portugal ?

---

---

**Je vous remercie de votre collaboration !**

Pour vos suggestions ou des informations contactez: Diogo Pinto ([up201304874@letras.up.pt](mailto:up201304874@letras.up.pt))

Si vous préférez répondre à cette enquête d’une façon plus rapide et plus commode, utilisez de QR code qui se situe dans le coin supérieur droit de la première page ou l’URL suivante :

<https://goo.gl/forms/86h9dDNSw7opNVIC3>

## Anexo 22

Local	Dias da Semana		Fim de Semana		Encerramento
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	
Posto de Turismo de Alfandega da Fé	09:00h às 18:00h		10:00 às 12:00h	13:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Alijó	09:30h às 13:00h	14:00h às 18:30h	Encerrado		Fim de Semana
Posto de Turismo de Armamar	10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Carrazeda de Ansiães	10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Segunda
Posto de Turismo Barca D'Alva	09:30h às 20:00h		09:30h às 20:00h		Não Encerra
Posto de Turismo de Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo	09:00h às 17:30h		09:00h às 17:30h		Não Encerra
Posto de Turismo Figueira de Castelo Rodrigo	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo de Freixo de Espada á cinta					
Posto de Turismo de Lamego	10:00h às 19:00h		10:00h às 19:00h		Não Encerra
Posto Turismo de Marialva					
Posto Turismo de Méda	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo de Mesão Frio	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	10:00h às 12:30h	14:00h às 17:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Mirandela					
Posto de Turismo de Murça	09:00h às 17:30h		09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo do Peso da Régua	09:30 h às 12:30h	14:00h às 18:00h	09:30h às 12:30h	14:00h às 18:00h	25 de dezembro e 1 de janeiro
Posto de Turismo de Provesende					
Posto de Turismo de Sabrosa					
Posto de Turismo de Santa Marta de Penaguião	09:00h às 17:00h		09:00h às 17:00h		Não Encerra
Posto de Turismo de São João da Pesqueira	10:00h às 20:00h		10:00h às 20:00h		Não Encerra
Posto do Turismo de Tabuaço	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	10:00h às 12:30h	14:00h às 17:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Torre de Moncorvo	09:00h às 18:00h		10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Vila Flor					
Posto de Turismo de Foz Côa	09:00h às 17:30h		09:00h às 17:30h		Não Encerra
Posto de Turismo de Vila Real	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra

Tabela 6: Horários de verão nos postos de turismo da região.

Fonte: TPNP & Municípios.

## Anexo 23

Local	Dias da Semana		Fim de Semana		Encerramento
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	
Posto de Turismo de Alfandega da Fé					
Posto de Turismo de Alijó					
Posto de Turismo de Armamar	09:00h às 12:30h	13:30h às 17:00h	09:00h às 12:30h	13:30h às 17:00 h	
Posto de Turismo de Carrazeda de Ansiães	09:30h às 13:00h	14:00h às 17:30h	09:30h às 13:00h	14:00h às 17:30h	Segunda e Domingo
Posto de Turismo Barca D'Alva	09:00h às 18:00h		09:00 às 18:00h		Não Encerra
Posto de Turismo de Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo	09:00h às 17:30h		09:00h às 17:30h		Não Encerra
Posto de Turismo Figueira de Castelo Rodrigo	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	09:00 h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo de Freixo de Espada à cinta					
Posto de Turismo de Lamego	10:00h às 13:00h		14:00h às 18:00h		Não Encerra
Posto Turismo de Marialva					
Posto Turismo de Méda	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo de Mesão Frio	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	9:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Mirandela					
Posto de Turismo de Murça	09:00h às 17:30h		09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	Não Encerra
Posto de Turismo do Peso da Régua	09:30h às 12:30h	14:00h às 18:00h	09:30h às 12:30h	14:00h às 18:00h	25 de dezembro e 1 de janeiro
Posto de Turismo de Provesende					
Posto de Turismo de Sabrosa	09:30h às 13:00	14:00h às 18:30h	10:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Santa Marta de Penaguião	09:00h às 17:00h		09:00h às 17:00h		Não Encerra
Posto de Turismo de São João da Pesqueira	10:00h às 20:00h		10:00h às 20:00h		Não Encerra
Posto do Turismo de Tabuaço	09:00h às 12:30h	14:00h às 17:30h	10:00h às 12:30h	14:00h às 17:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Torre de Moncorvo	09:00h às 18:00h		10:00h às 13:00 h	14:00h às 18:00h	Não Encerra
Posto de Turismo de Vila Flor					
Posto de Turismo de Foz Côa	09:00h às 17:30h		09:00h às 17:30h		Não Encerra
Posto de Turismo de Vila Real	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	09:00h às 13:00h	14:00h às 18:00h	Não Encerra

Tabela 7: Horários de inverno nos postos de turismo da região.

Fonte: TPNP & Municípios.

## Anexo 24

Local	Manhã		Tarde		Encerramento
Igreja de Freixo de Espada à Cinta	9.30	12.30	14.00	17.30	Segunda e terças (Manhã)
Convento S. Filipe de Nery	9.30	12.30	14.30	18.00	Domingo
Igreja Torre de Moncorvo	10.00	13.00	14.00	18.00	Segunda
Museu do Ferro	10.00	12.30	14.00	18.00	Segunda
MIDU - Semana	9.00	12.30	14.00	17.30	Não Encerra
MIDU-Fim de Semana/Feriados	10.00	12.30	14.00	17.00	Não Encerra
Museu Municipal Dra. Berta Cabral	9.30	12.30	14.00	17.30	Feriados
Museu da Seda	9.30	12.30	14.30	18.30	Não Encerra
Espaço Miguel Torga - Semana	9.00	12.30	14.00	17.30	Encerra à Segunda e Feriados
Espaço Miguel Torga – Fim de Semana	10.00	12.30	14.00	18.30	Encerra à Segunda e Feriados
Casa da Avo	Sempre Aberto				
Casa dos Ruis	Sempre Aberto				

**Tabela 8:** Horários de verão de espaços turísticos, na região.

Fonte: TPNP & Municípios.

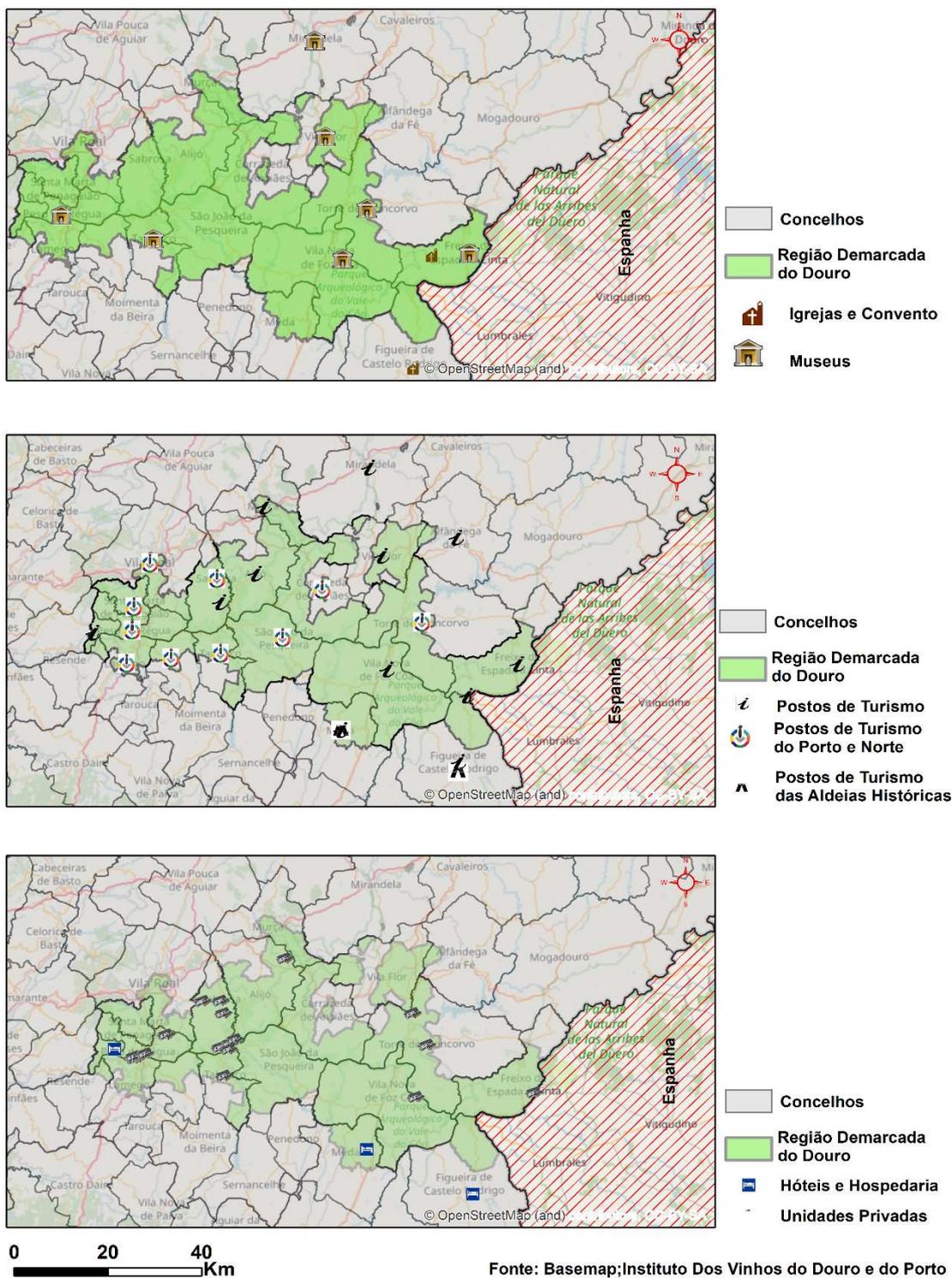
## Anexo 25

Local	Manhã		Tarde		Encerramento
Igreja de Freixo de Espada à Cinta	9.30	12.30	14.00	17.00	Segunda e terças (Manhã)
Convento S. Filipe de Nery	9.30	12.30	14.30	17.30	Domingo (Sempre aberto)
Igreja Torre de Moncorvo	9.30	13.00	14.00	17.30	Segunda
MIDU - Semana	9.00	12.30	14.00	17.30	Não Encerra
MIDU-Fim de Semana/Feriados	10.00	12.30	14.00	17.00	Não Encerra
Museu Municipal Dra. Berta Cabral	9.30	12.30	14.00	17.30	Feriados
Espaço Miguel Torga - Semana	9.00	12.30	14.00	17.30	Encerra à Segunda e Feriados
Espaço Miguel Torga – Fim de Semana	09.00	12.30	14.00	17.30	Encerra à Segunda e Feriados
Museu da Seda	9.30	12.30	14.30	17.30	
Museu do Ferro	9.30	12.30	14.00	17.30	Segunda
Casa da Avo	Sempre Aberto				
Casa dos Ruis	Sempre Aberto				

**Tabela 9:** Horários de inverno de espaços turísticos, na região.

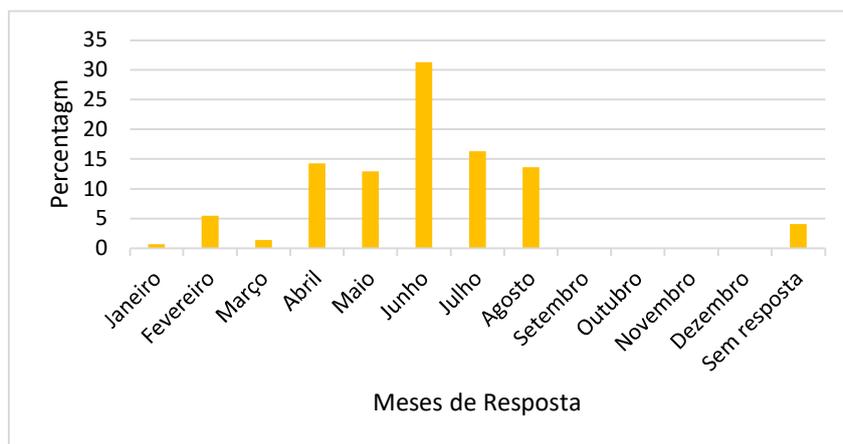
Fonte: TPNP & Municípios.

## Anexo 26



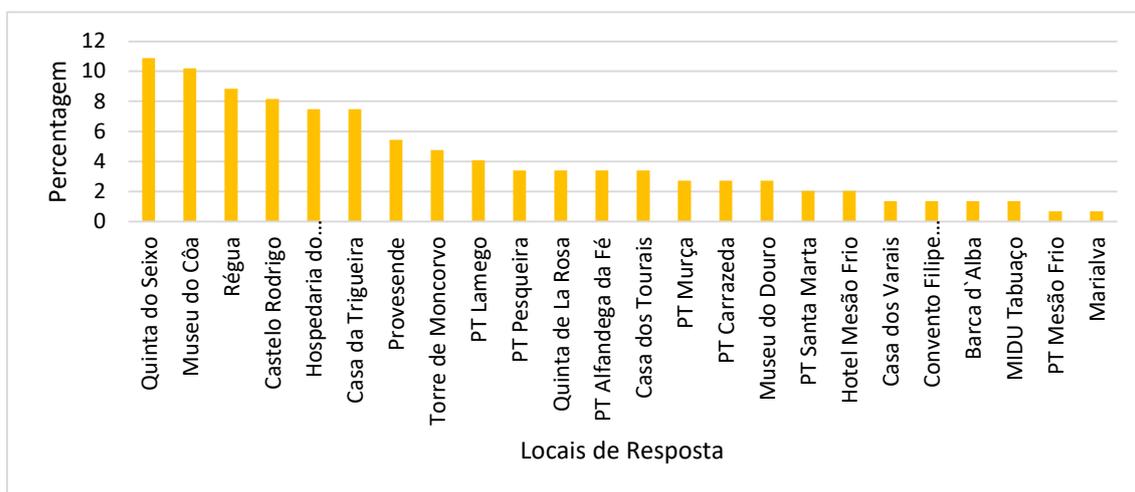
**Figura 19:** Locais de depósito de inquéritos.  
**Fonte:** IVDP & Basemap.

## Anexo 27



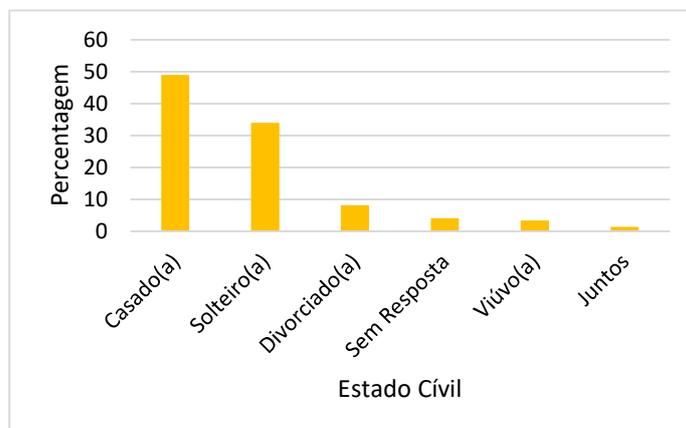
**Figura 20:** Mês de resposta.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

## Anexo 28



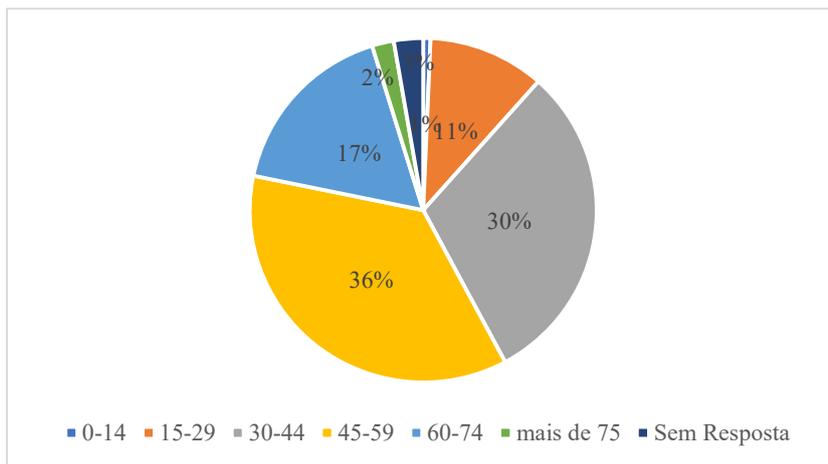
**Figura 21:** Local de resposta.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

## Anexo 29



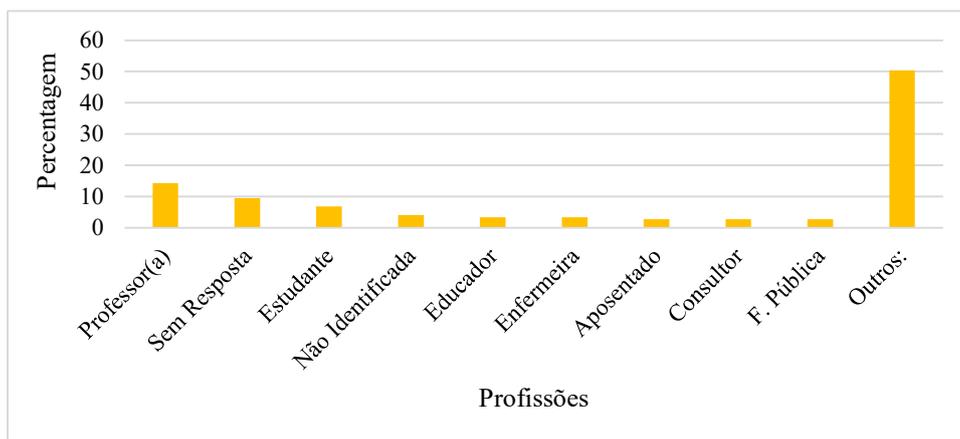
**Figura 22:** Estado civil.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 30



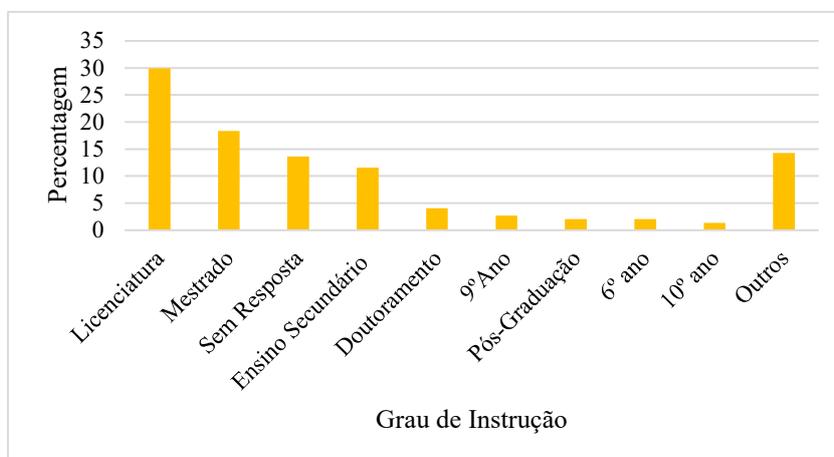
**Figura 23:** Idade dos turistas, por classes (2018).  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 31



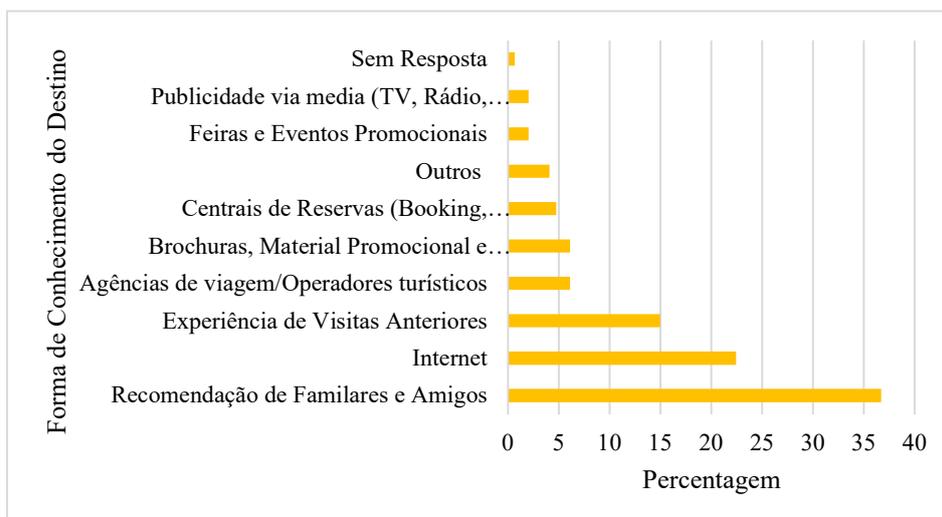
**Figura 24:** Profissão.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 32



**Figura 25:** Grau de instrução.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

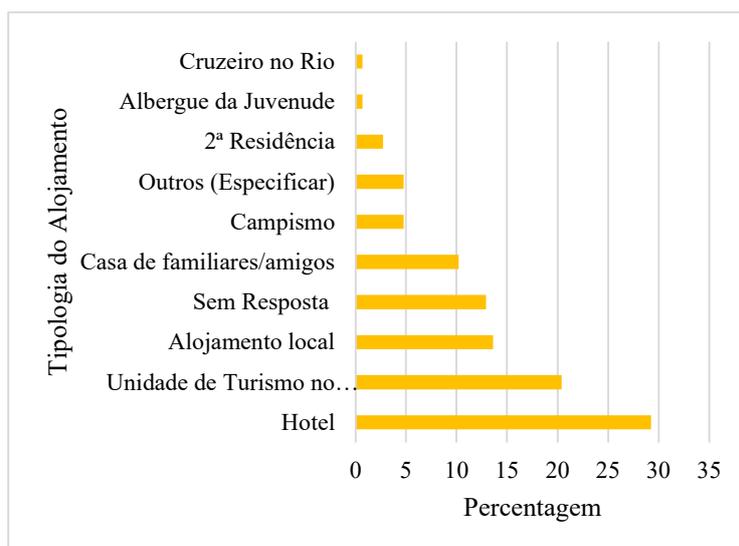
## Anexo 33



**Figura 26:** Conhecimento do destino Douro.

**Fonte:** Recolha e laboração própria.

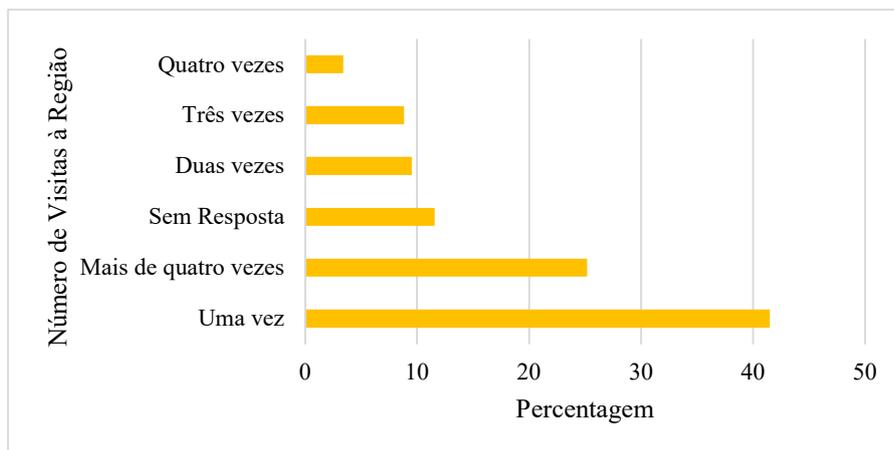
## Anexo 34



**Figura 27:** Tipologia de alojamento.

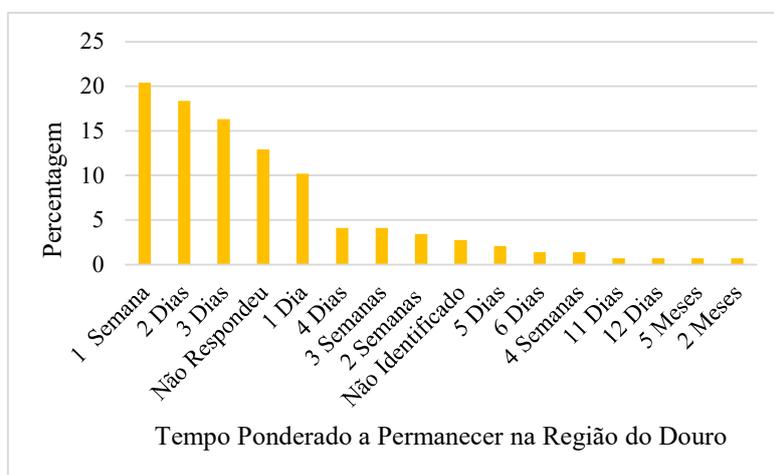
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 35



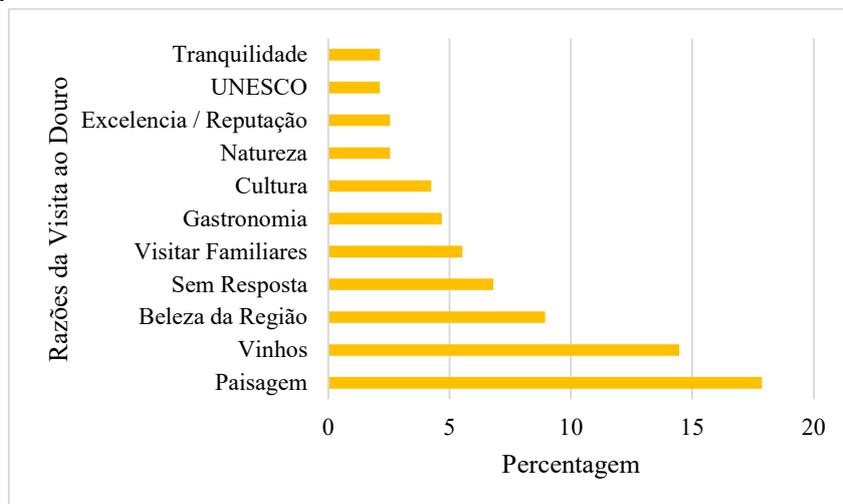
**Figura 28:** Número de visitas à região.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 36



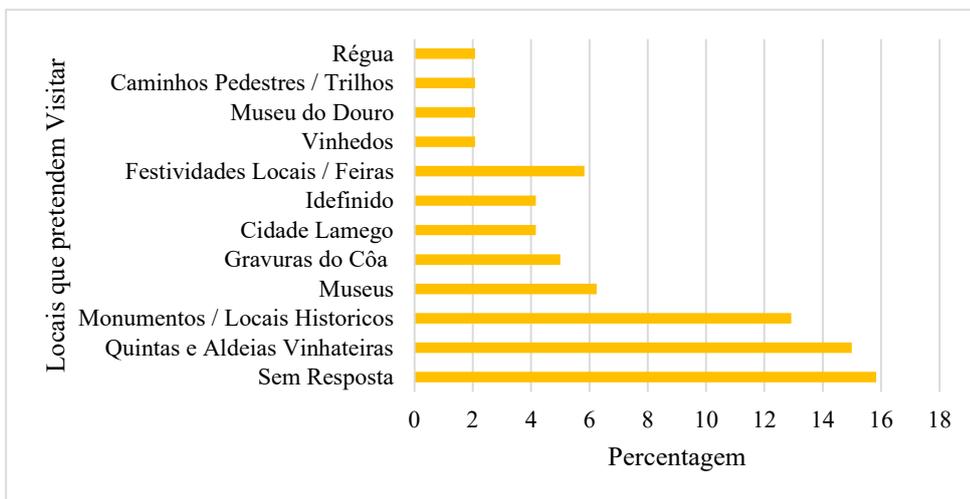
**Figura 29:** Tempo ponderado a permanecer na região.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

### Anexo 37



**Figura 30:** Razões para visitar a região do Douro.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

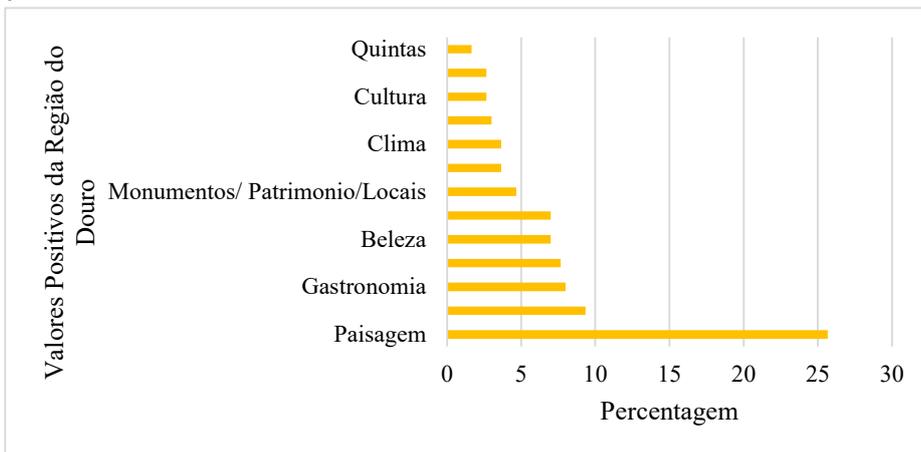
### Anexo 38



**Figura 31:** Visitas a efetuar (monumentos, locais, feiras e festividades).

**Fonte:** Recolha e laboração própria.

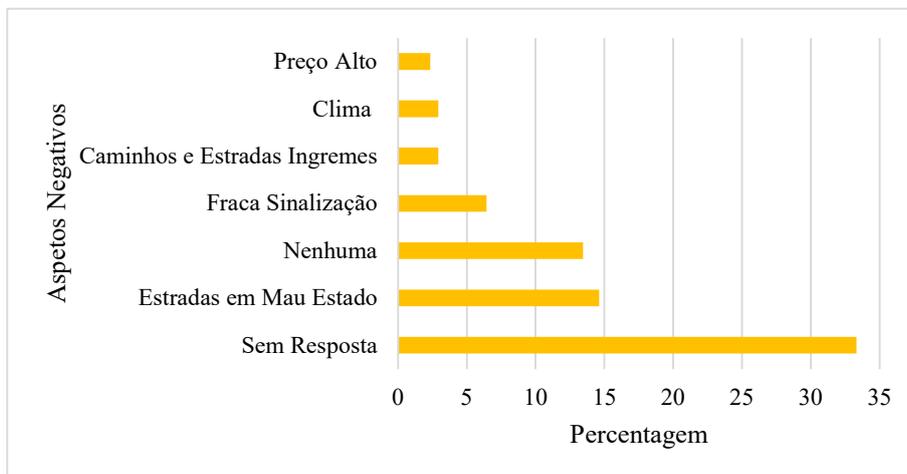
### Anexo 39



**Figura 32:** Aspetos positivos da RDD.

**Fonte:** Recolha e laboração própria.

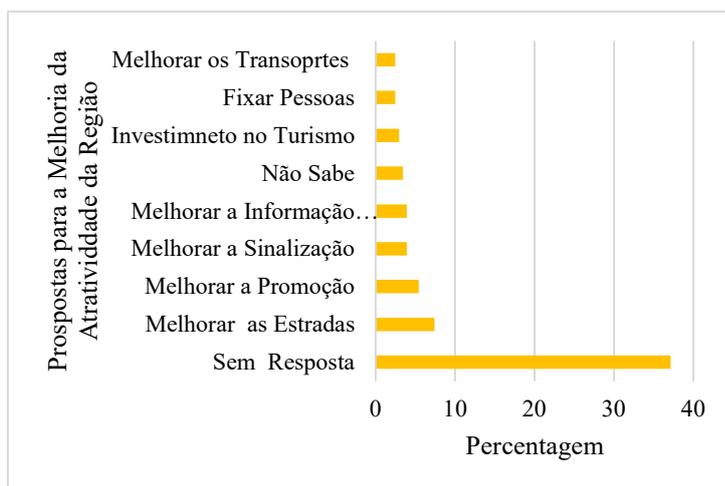
### Anexo 40



**Figura 33:** Aspetos negativos da RDD.

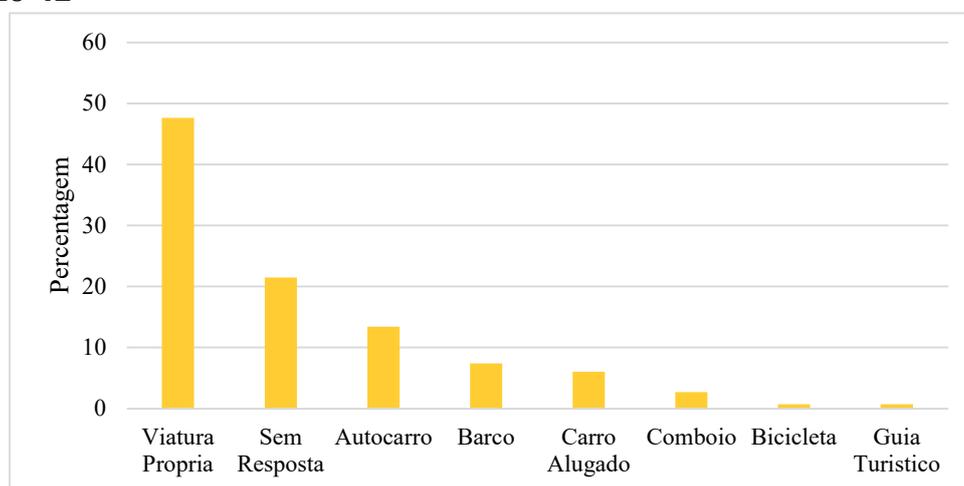
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

## Anexo 41



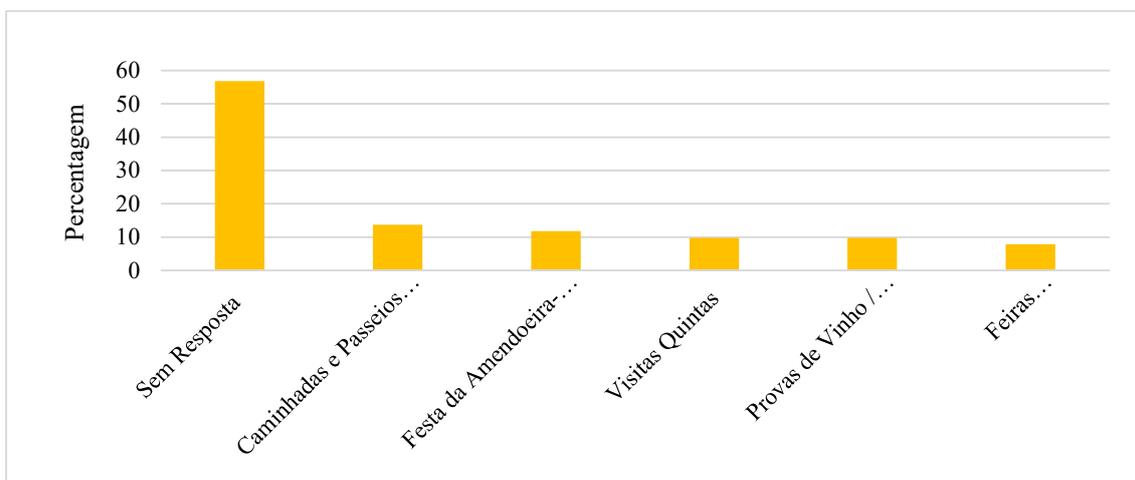
**Figura 34:** Proposta para melhoria da atratividade do Douro.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

## Anexo 42



**Figura 35:** Meio de transporte utilizado nas deslocações intrarregionais.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.

## Anexo 43



**Figura 36:** Exemplos das atividades/planos turísticos em época baixa.  
**Fonte:** Recolha e laboração própria.